



II COPENE Nordeste

CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DO NORDESTE
Epistemologias Negras e Lutas Antirracistas

CADERNO DE RESUMOS

ISSN: 2316-2937

João Pessoa-PB, CCHLA/UFPB maio de 2019

Promoção



Apoio Institucional



**II CONGRESSO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS DO NORDESTE
II COPENE/ NORDESTE
EPISTEMOLOGIAS NEGRAS E LUTAS ANTIRRACISTAS**

Caderno de Resumos

**João Pessoa – PB
29, 30 e 31 de maio de 2019**



Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas
(NEABI/ CCHLA/UFPB)

Layout e Editoração Eletrônica:

Sérgio Rodrigues de Santana, Solange P. Rocha e Ana Marinho Cristina Lúcio

Logomarca:

Rúben Salomão Gomes da Silva

Ilustração da Capa:

Sérgio Rodrigues de Santana

Editoração e organização do Caderno de Resumos

Sérgio Rodrigues de Santana
Solange P. Rocha
Ana Cristina Marinho Lúcio
Alyne Christine C. Rezende
Rúben Salomão Gomes da Silva
Leyde Klébia Rodrigues
Alba Cleide C. Wanderley

Todos os direitos reservados aos/às autores/as.

Revisão ortográfica e gramatical é da responsabilidade dos/as Autores/as dos Resumos. A Comissão Editorial do II COPENE Nordeste se responsabilizou apenas pela formatação dos textos.

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade Federal da Paraíba.
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

C749 Congresso de Pesquisadores/as negros/as do Nordeste (2. :2019 :
João Pessoa, PB)

Anais do II Congresso de Pesquisadores/as Negros/as do Nordeste, de 29 a 31 de maio de 2019/Epistemologias negras e lutas antirracistas / Organizado por Sergio Rodrigues de Santana... [et. al]. [Realização: Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI-CCHLA/UFPB), Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiras e Indígenas (NEABI/UEPB-Guarabira), Grupo de Estudos Integrando Competências, Construindo Saberes, Formando Cientistas (GEINCOS)/CE/UFPB), Programa de Pós-graduação em História (PPGH-CCHLA/UFPB)]. - João Pessoa: NEABI, 2019.

ISSN 23162937

1. Lutas antirracistas. 2. Negros. 3. Congresso – João Pessoa (PB). I. Santana, Sergio Rodrigues, (org.) II. NEABI (Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas. II. Título.



Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Campus
Universitário I, Jardim Cidade Universitária CEP - 58.059-900, João Pessoa – PB.

Reitora: Profa. Dra. Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz
Vice-Reitora: Profa. Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira
Diretora do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes: Profa. Dra. Mônica Nóbrega
Vice-Diretor do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes: Prof. Dr. Rodrigo Freire de
Carvalho e Silva

Realização

Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)
Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI/ CCHLA/UFPB)
Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiras e Indígenas (NEAB-Í-UEPB/Guarabira)
Grupo de Estudos Integrando Competências, Construindo Saberes, Formando Cientistas
(GEINCOS/CE/UFPB)
Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/CCHLA/UFPB)

Diretoria ABPN – 2018-2020

Presidenta: Dra Nicéa Quintino Amauro
Secretária Executiva: Dra Anna M. Canavarro Benite
Diretor de Relações Institucionais: Dr. Cleber Santos Vieira
Diretor de Relações Internacionais: Dr. Ivair Augusto Alves dos Santos
Diretora de Áreas Acadêmicas: Me. Josiane Cristina Clímaco

Comissão Organizadora

Antonio Baruty Novaes - DBM/PPGE/NEABI-CCHLA/UFPB - Coordenador Geral
Elio Chaves Flores - NEABI-CCHLA/UFPB
Waldeci Ferreira Chagas - NEABI-UEPB-Guarabira
Sheila Gomes de Melo - NEABI-UEPB-Guarabira
Solange P. Rocha - DH/PPGH/NEABI-CCHLA/UFPB
Surya A. Pombo de Barros - NEABI-CCHLA/UFPB
Cristina Matos - NEABI-CCHLA/UFPB
Alba Cleide C. Wanderley - GEINCOS-CE/UFPB
Ana Marinho Lúcio - NEABI-CCHLA/UFPB
Danilo Santos - NEABI-CCHLA/UFPB
Mojana Vargas - NEABI-CCHLA/UFPB
Sérgio Rodrigues de Santana - Doutorando PPGCI/CCSA/UFPB - GEINCOS-CE/UFPB
Rosa Marques - Colaboradora do NEABI-CCHLA/UFPB
Marco Aurélio Paz Tella - NEABI-CCHLA/UFPB
Maria Luzitana Conceição dos Santos UFPB
Clemilson Cavalcanti - SEE/PB & UFPB
Lucian Souza da Silva - SMJP/PB & UFPE
Thaís Vital - NEABI-CCHLA/UFPB

Thiago Brandão da Silva - SEE/PB & PPGH/UFPB
Josilene P. Pacheco - Mestra em História (PPGH/CCHLA/UFPB)
Deise S. Sousa - Mestranda em História (PPGH/CCHLA/UFPB)

Comissão Científica

Alba Cleide C. Wanderley (UFPB)
Alcione C. Alves (UFPI)
Aline Andrade (UFPB)
Altair Lira (UFBA)
Ana Cristina Silva Daxenberger (UFPB)
Ana Marinho (UFPB)
Antonio Baruty Novaes (UFPB)
Ariosvalber Oliveira (Coordenador Pedagógico Escola Integral/CG-PB)
Cláudio Melo (UEPI)
Cláudio Orlando Nascimento (UFRB)
Clemilson Cavalcanti (UFPB)
Cristiane Nepomuceno (UEPB)
Cristina Matos (UFPB)
Daniel Afonso da Silva (UFPB)
Danielle Luna (UFPB)
Danilo Santos (UFPB)
Durvalina Rodrigues (UFPB)
Ecivaldo Matos (UFBA).
Eduardo Fernandes (UFPB)
Elio Chaves Flores (UFPB)
Geranilde Costa e Silva (UNILAB)
Gustavo Acioli (UFRPE)
Isis Conceição (UNILAB)
Itacir Luz (UNILAB)
Jadiele Berto (FOJUNE)
Joceneide Cunha (Uneb)
José Bento Rosa (UFPE)
José Nilton de Almeida (UFRPE)
Karina Maria de Souza Soares (UFPB)
Lebiam Tamar Gomes Silva (UFPB)
Leyde Klebia Rodrigues (UFBA)
Maria de Fátima Viana (UFAL)
Maria Luzitana Conceição dos Santos (UFPB)
Moisés Alves (Professor da Educação Básica/PB)
Mojana Vargas (UFPB)
Noaldo Meireles (FUNDAC/PB)
Ofélia Barros (UEPB)
Rosa Marques (NEABI-CCHLA/UFPB)
Roseane Amorim (UFPB)
Rosivaldo Sá Sobrinho (UFPB)
Surya Pombo (UFPB)
Tatiana Reis (UEMA)
Terlúcia Silva (Bamidêlê-OMN-PB)
Thaís Vital (UFPB)
Waldeci Chagas (UEPB)

Zelinda Barros (UFRB)
Zezito de Araújo (UFAL)

Estagiária (o) s – NEABI/CCHLA/UFPB

Alyne Christine C. Rezende - Administração
Rúben Salomão Gomes da Silva - Jornalismo

Setores da UFPB

Chefia do Gabinete da Reitoria
Secretaria do CCHLA/UFPB
Assessoria Administrativa – CCHLA/UFPB
Assessoria de Infraestrutura e Patrimônio - CCHLA/UFPB
Setor de Meios - CCHLA/UFPB
Setor de Orçamento - CCHLA/UFPB
Setor de Transportes - UFPB

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	09
PROGRAMAÇÃO	10
RESUMO DE COMUNICAÇÕES ORAIS/ ST e REAP	12
ST 1 e REAP – Educação Antirracista nas Ciências Naturais e Tecnológicas e Saúde da População Negra	13
ST 2 e REAP – Educação, Experiências Pedagógicas e Ações Afirmativas	23
ST 3 e REAP – Experiências Históricas na África e na Diáspora Negra	64
ST 4 e REAP – Literaturas, Expressões Artísticas Africanas e na Diáspora Negra	71
ST 5 e REAP – Feminismos Negros, Religiões de Matriz Africana e Movimentos Sociais	84
ST 6 e REAP – Direitos Humanos, Ciências Jurídicas, Juventudes e Violência Racial	101
ST 7 e REAP – Quilombos, Territorialidades e Relações Étnico-raciais	109
ST 8 e REAP – Acesso e Uso de TIC e da Informação Étnico-racial na Educação	121
ST 9 e REAP – Branquitude, Representações e Mídia	128
ST 10 e REAP – Filosofias, Epistemologias e Intelectualidade Negro-Africana	133
RESUMO DE COMUNICAÇÕES ORAIS/PÔSTERES	143
PÔSTER 1 – Educação Antirracista nas Ciências Naturais e Tecnológicas e Saúde da População Negra	144
PÔSTER 2 – Educação, Experiências Pedagógicas e Ações Afirmativas	148
PÔSTER 3 – Experiências Históricas na África e na Diáspora Negra	170
PÔSTER 4 – Literaturas, Expressões Artísticas Africanas e na Diáspora Negra	174
PÔSTER 5 – Feminismos Negros, Religiões de Matriz Africana e Movimentos Sociais.....	177
PÔSTER 6 – Direitos Humanos, Ciências Jurídicas, Juventudes e Violência Racial	182
PÔSTER 7 – Quilombos, Territorialidades e Relações Étnico-raciais	185
PÔSTER 9 – Branquitude, Representações e Mídia	187
PÔSTER 10 – Filosofias, Epistemologias e Intelectualidade Negro-Africana	190

Apresentação

A Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) desde a sua organização do I Congresso de Pesquisadores/as Negros/as (Recife/PE, 2000) tem articulado pesquisadores e pesquisadoras (formais e informais) que desenvolvem atividades de ensino, extensão e pesquisa no campo das relações raciais. A ABPN é uma associação civil, sem fins lucrativos, filantrópica, assistencial, cultural, científica e independente, tendo por finalidade o ensino, pesquisa e extensão acadêmico-científica sobre temas de interesse das populações negras do Brasil. Nesse sentido, como ocorreu com o I Congresso de Pesquisadores/as Negros/as do Nordeste – I COPENE Nordeste (UFMA, 2017) – e com base nas diretrizes da ABPN, este congresso buscará agregar acadêmicos/as, docentes de diferentes níveis, estudantes, ativistas dos movimentos sociais que têm desenvolvido novas formas de construção de conhecimentos sobre a população na diáspora africana, considerando o diálogo interdisciplinar e plural, os saberes e fazeres tradicionais, produção científica elaborada pelos movimentos e organizações negras e pelo universo acadêmico, divulgando também ações de ensino, extensão e pesquisa que têm desconstruindo conhecimentos sobre a população negra e busca a construção de uma sociedade com equidade racial.

De forma que o II COPENE Nordeste, a ser realizado nos dias 29 a 31 de maio, no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/CCHLA/UFPB, campus de João Pessoa, procurará debater os estudos das temáticas relações étnico-raciais por meio de conferência, mesas de debates, oficinas, simpósios temáticos e relatos de experiências afro-pedagógicas, atividades político-cultural e lançamento de livros (impressos e digitais), tendo como eixo de discussão o tema Epistemologias Negras e Lutas Antirracistas.

A logomarca do II COPENE Nordeste refere-se à ancestralidade africana, a partir dos símbolos Adinkra que nos remete a cultura dos povos Akan que habitam a África Ocidental, em específico os países de Gana e Costa do Marfim. Escolhemos a Adinkra *Fawhoidie*, cuja insígnia representa Independência, Liberdade e Emancipação. Tal signo vincula-se ao contexto de lutas da população afro-brasileira, no passado e no presente. Este grupo social tem buscado construir novas perspectivas de produção de conhecimentos científicos e a valorização de saberes ancestrais, assim como sua atuação passa, como dito anteriormente, pela defesa de uma sociedade que reconheça a diversidade cultural e possibilite a construção de relações sociais equânimes.

Programação

29 de maio de 2019 – Quarta Feira	
08h30 - 18h	Credenciamento
9h -12h	Fórum de Educação Básica - Prof. ^a Paula Fernandes (SEE/PB), Prof ^a Lúcia de Fátima Júlio (SEM - Alagoa Grande/PB), Prof ^a Solange Mouzinho Alves (SEE/PB & Rede Particular de Ensino), Moisés Alves (SEE/PB e Ativista Negro) e Prof ^a Josiane Climaco (SEE/BA & ABPN)
14h00 – 17h00	Sessões Temáticas & Relatos de Experiências Afro-pedagógicas
14h00 – 17h00	Pôsteres de Estudantes de Graduação & Relatos de Experiências Afro-pedagógicas
18h30-19h30	Abertura Oficial
19h30	<p>Conferências de Abertura</p> <p>Performances</p> <p><i>Educação e Epistemologias 'Afirmativas': sobre Cultura da Ancestralidade:</i> Cláudio Orlando (Docente/UFRB)</p> <p><i>Palavras negras importam</i> – Fernanda Ferreira (Atriz, Arte-Educadora, Ativista Social e UFPB)</p> <p>Conferência</p> <p>Epistemologias Negras e Lutas Antirracistas Dr. Petrônio Domingues (UFS) Dra Rita Dias (UFRB) Dr. Antonio Baruty Novaes (UFPB) - Coordenação</p> <p>Local: Auditório 412 - CCHLA/UFPB</p>

30 de maio de 2019- Quinta-Feira	
8h-10h	Oficinas
10h-12h	<p>Mesa de Debate</p> <p>Conhecimentos e Práticas Religiosas de Matriz Africana como forma de enfrentamento ao Racismo</p> <p>Performance - Severino Lepê Correia (Djali/Griot/Ativista Negro - PE)</p> <p>Palestras</p> <p>Dra Denise Botelho (UFRPE)</p>

	<p>Dra Joalice Conceição (UNILAB) Dra Valéria Costa (IFPE- Sertão) Dra Ivonildes Fonseca (NEAB-Í/UEPB-Guarabira) – Coordenação Local: Auditório 412 - CCHLA/UFPB</p>
14h00 – 17h00	Sessões Temáticas & Relatos de Experiências Afro-pedagógicas
14h00 – 17h00	Pôsteres & Relatos de Experiências Afro-pedagógicas
17h – 21h	<p>Reunião do Consórcio de NEABs Coordenação: Dra. Iraneide Soares (UEPI) e Dra. Marluce Macedo (UNEB) Local: Auditório 411 - CCHLA/UFPB</p>
18h30-21h30	Oficinas

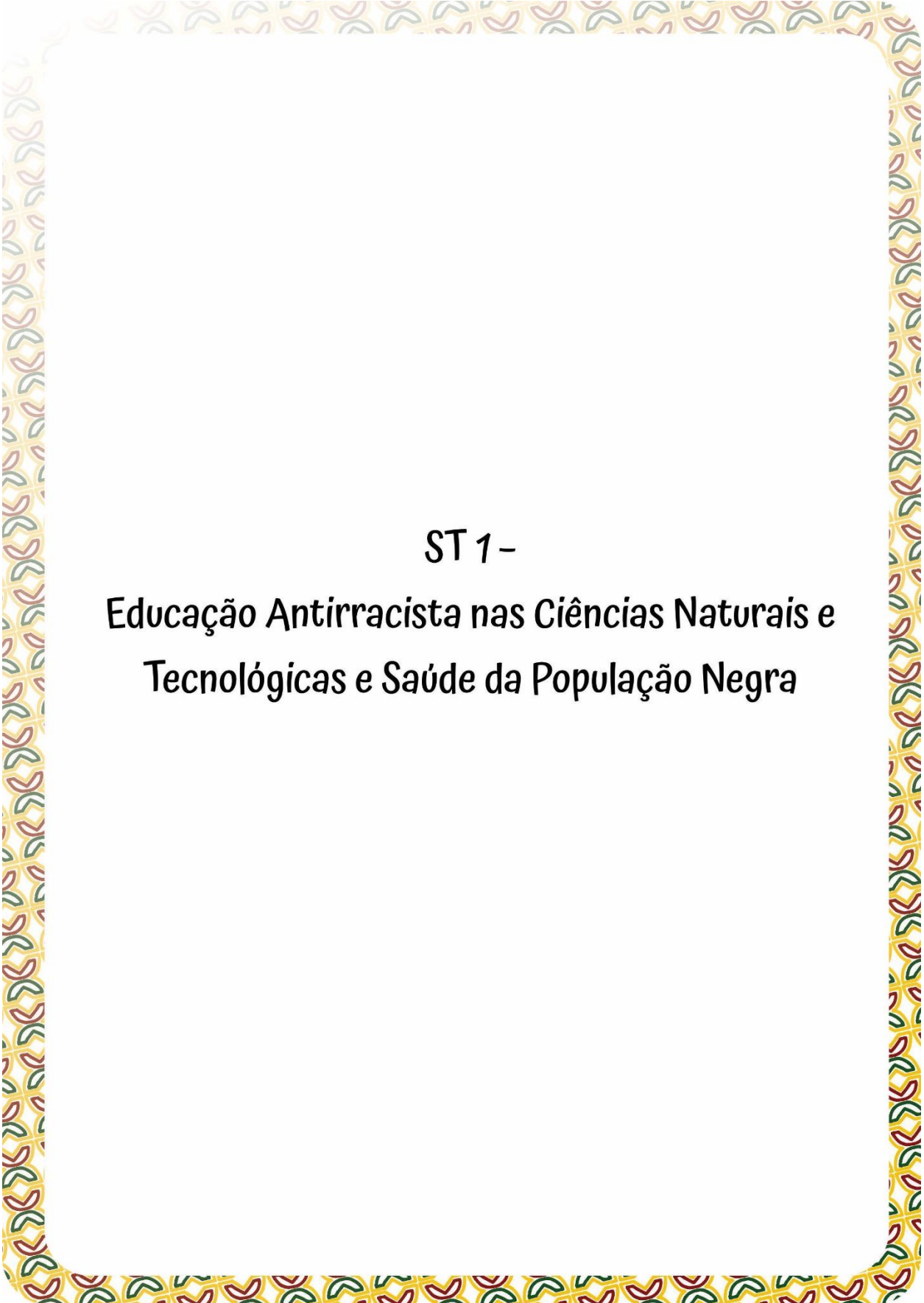
31 de maio de 2019 – Sexta Feira	
8h-10h	Oficinas
9h – 12h	Sessões Temáticas & Relatos de Experiências Afro-pedagógicas
9h – 12h	Pôsteres & Relatos de Experiências Afro-pedagógicas
14h-17h30	<p>Mesa de Debate Formação e Educação Antirracista no Tempo Presente Performance Joana Dias (Educação Básica/PE) Palestras Dr. Carlos Benedito Rodrigues (UFMA) Dra Maria de Fátima Garcia (UFRN) Dra. Iraneide Soares (UEPI) Dr. Antonio Clarindo (UFCG) – Coordenação Local: Auditório 412 - CCHLA/UFPB</p>
17h30-18h45	<p>Lançamento de Livros Local: Auditório 411 - CCHLA/UFPB</p>
19h	Kizomba – Ateliê Multicultural Elionai Gomes/Centro Histórico



Comunicações Orais/ST e REAP

Resumos





ST 1-
**Educação Antirracista nas Ciências Naturais e
Tecnológicas e Saúde da População Negra**

ST 1 – Educação Antirracista nas Ciências Naturais e Tecnológicas e Saúde da População Negra

Coordenação: Antonio Baruty Novaes (UFPB), Clemilson Cavalcanti (UFPB) e Durvalina Rodrigues (UFPB), Altair Lira (UFBA), Ecivaldo Matos (UFBA).

Identificação de estudos e protocolos referente aos agravos mais prevalentes na população negra, das práticas tradicionais de cuidado das religiões de matrizes africanas, das comunidades tradicionais e dos grupos quilombolas. Desafios, avanços e experiências a respeito da inserção das relações étnico raciais em centros de formação profissional e Epistemologias e práticas no campo da saúde. Contínuos desafios sobre a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra nos três níveis da Gestão. Análise das questões regionais dos Conselhos de Saúde e dos Comitês de Saúde da População Negra, principalmente no estímulo e apoio à participação dos usuários no enfrentamento ao racismo institucional. Perspectivas e experiências dos diversos níveis de gestão pública na melhoria da saúde da população negra e os indicadores da implementação da política.



ADOLESCENTES E JOVENS: a cor da vulnerabilidade ao HIV/aids no estado da Paraíba

José Antonio Novaes da Silva (UFPB)
Karina Maria de Souza Soares (PMJP)

Em meio ao cenário apresentado pela epidemia do HIV/aids na atualidade, e as discussões suscitadas nesse campo de estudo, o presente texto, procura contribuir para o entendimento dos desafios relacionados ao fomento de estratégias de prevenção que contemplem os adolescentes e jovens pertencentes a categoria analítica raça/cor de maior vulnerabilidade, os/as negros/as, dialogando com teóricos que propõem uma educação pautada em princípios antirracistas, como também, os que tratam das relações raciais no campo das pesquisas de educação em saúde, de maneira a contribuir na promoção de políticas públicas específicas para esse público jovem. Observa-se a relevância de trabalhar as questões étnico-raciais no campo de pesquisas do HIV/aids, uma vez que, ressalta-se, hoje, dois tipos de doenças que afetam a população negra reconhecidas pelo Ministério da Saúde: as geneticamente determinadas e as derivadas de condições sociais e econômicas desfavoráveis, a aids, pertencente ao segundo grupo. Para essa discussão, será apresentado inicialmente o perfil atual da epidemia, dados epidemiológicos que retratam o contexto nacional, nordeste e, em destaque, o estado da Paraíba, e por fim, a importância de trabalhar as questões étnico-raciais no contexto da educação, ancorados aos dispositivos legais que possibilitam a discussão dessas temáticas no ambiente escolar, a exemplo da Lei 10. 639/03, como forma de colaborar para o fomento de estratégias de prevenção ao HIV/aids que contemplem as especificidades dos adolescentes e jovens pertencentes a cor negra. Para tanto, será realizado um diálogo com alguns teóricos que caminham nessa perspectiva: Silva (2017), Nascimento (2016), Verrangia e Silva (2010), Borges e Pinheiro (2017), entre outros. Os dados epidemiológicos apresentados ratificam a necessidade e o desafio na promoção de ações educativas com impacto positivo sobre a redução dos índices de HIV/aids na população de adolescentes e jovens, contudo, se faz necessário a visibilidade dos estudos sobre raça/cor como possibilidade para uma melhor compreensão das interações sociais e das vulnerabilidades que determinados grupos sociais estão inseridos, para obtenção de resultados satisfatórios no refreamento da transmissão do HIV.

CONDUTIVIDADE TÉRMICA X ALISAMENTO TÉRMICO CAPILAR: uma proposta de implementação da Lei Nº 10.639/2003 no Ensino de Física

Maria Kamylla e Silva Xavier de Almeida (SEE/PB)

Este trabalho consiste de uma reflexão acerca das etapas de planejamento, aplicação e avaliação de uma Intervenção Pedagógica destinada à discussão dos fundamentos e aplicações dos mecanismos de propagação do calor e, mais especificamente, do mecanismo de condução térmica à luz da educação para as relações étnicas raciais, numa turma de 2º ano de Ensino Médio de uma escola pública estadual no Sertão da Paraíba (EEEFM Nelson Batista Alves – Bernardino Batista – PB). A condução térmica é o processo de transferência que ocorre através de um meio material, apenas se as temperaturas forem diferentes em pelo menos dois pontos (o ponto P_1 numa posição x_1 e temperatura t_1 e o ponto P_2 numa posição x_2 e temperatura t_2 , sendo $t_2 < t_1$) do meio condutor. Essa diferença de temperatura impulsiona o fluxo de energia, sem transporte de matéria entre os dois pontos (Como os pontos estão muito próximos um do outro, a distância de separação, $\Delta x = x_2 - x_1$). Se considerarmos uma certa quantidade Q de energia, que leva um intervalo de tempo $\Delta \tau$ para atravessar uma superfície de área A perpendicular à direção de propagação da energia, podemos definir o fluxo de energia como a quantidade de energia que passa através da superfície perpendicular de área A por unidade de área e por unidade de tempo. Com o intuito de promover a institucionalização da Lei Nº 10.639/2003 no âmbito do Componente Curricular de Física na Educação Básica, abordamos exemplos de aplicações dos fundamentos da condutividade térmica dos materiais e seu emprego no processo de alisamento térmico capilar - uma técnica que vem se desenvolvendo desde o século XIX e reforçando o imaginário de um padrão de beleza ideal e hegemônico construído a partir de relações e poder e submissão que remetem às características do colonizador europeu. A Intervenção Pedagógica desenvolvida, leva a discussão para além da condutividade térmica dos diferentes materiais utilizados no processo de alisamento térmico ao longo do tempo. Com o aporte teórico-metodológico das ênfases curriculares em Ciência-Tecnologia-Sociedade-Ambiente, discute-se a mudança de configuração da estrutura capilar (mas especificamente da molécula de queratina) sob o efeito do calor, bem como o processo de desnaturação proteica dos fios – o preço a se pagar por um procedimento que está relacionado à negação da identidade negra, a imposição de um padrão de beleza europeu e, às desigualdades da sociedade pós-abolição que trouxeram experiências (e preconceitos) diferentes para mulheres negras e brancas. As etapas de planejamento, aplicação e avaliação dessa Intervenção Pedagógica estão fundamentadas de acordo com a literatura especializada, caracterizando-se como uma pesquisa de cunho qualitativo, adotando ora os procedimentos de uma pesquisa bibliográfica, ora os procedimentos de uma pesquisa-ação.

DIÁLOGOS ENTRE O ENSINO DE QUÍMICA E A JUREMA SAGRADA: possibilidades para a abordagem da história e cultura afro-indígena no ensino médio

Analice de Almeida Lima (UFRPE)

Neste estudo, buscamos promover estratégias que possibilitassem a sensibilização para atitudes antirracistas e contra a intolerância religiosa a partir de diálogos entre a Jurema Sagrada e o ensino de Química junto a Licenciandos em Química. Participaram da pesquisa 11 licenciandos da Universidade Federal Rural de Pernambuco que cursavam a disciplina Estágio Supervisionado Obrigatório IV. Foi elaborado um texto didático que articulou aspectos inerentes à Jurema Sagrada e ao ensino de Química; realizada uma discussão do texto junto aos licenciandos e proposta a realização de um planejamento de atividades por parte dos

licenciandos envolvendo a temática discutida. Na elaboração do texto, procedeu-se com uma revisão da literatura utilizando as palavras-chave: Jurema, Ensino de Ciências, Ensino de Química, selecionando seis produções que subsidiaram a construção do material. O texto contemplou aspectos inerentes à religiosidade da Jurema Sagrada e questões químicas e biológicas em relação à Jurema Preta (*Mimosa tenuiflora*). A elaboração do texto, no tocante à Jurema, permitiu um conhecimento acerca da religião afro-indígena que está presente em cerca de 70% dos terreiros da Região Metropolitana do Recife. Foi possível observar as características dessa expressão religiosa que difere dos primórdios devido à adaptação ao cenário urbano. Os 11 licenciandos se envolveram ativamente na discussão do texto elaborado. Cinco licenciandos participaram da etapa de planejamento de atividades relacionada ao tema. Os conteúdos químicos elencados por 4 dos licenciandos estavam relacionados à Química Orgânica explorando aspectos da N,N-dimetiltriptamina (DMT) nas atividades propostas. Observamos que três licenciandos propuseram atividades contemplando as questões referentes à Jurema Sagrada e o ensino de Química, de modo a propiciar um contexto do “conhecer” questões relativas à tradição religiosa, podendo ser mais um elemento para superação de preconceitos no tocante à Jurema e fomentar reflexões de como o racismo é determinante para a violência contra o povo de terreiro. A pesquisa nos trouxe oportunidades de um ensino de Química humanizado que tece diálogos com diferentes questões que permeiam o contexto social e cultural. Acreditamos que estudos nesse sentido, sejam subsídios para que junto com outras questões, seja possível superar a intolerância religiosa que está bastante atrelada ao racismo estrutural tão presente em nosso país e que violenta a humanidade de negras e negros diariamente.

ENSINO DE CIÊNCIAS E VIVÊNCIA NO SEMIÁRIDO: cruzando fronteiras disciplinares

Fredy Enrique González (UFRN)

Gustavo de Alencar Figueiredo (UFCG)

Neste trabalho procuramos refletir a forma como vem sendo desenvolvido o Ensino de Ciências Naturais no Semiárido Brasileiro na perspectiva de identificar como as práticas pedagógicas dos/as professores/as desse componente curricular no Ensino Fundamental negligenciam o diálogo com os saberes historicamente construídos pelos povos que vivem nessa região, não incorporando no currículo a importância da cultura popular da região Semiárida na formação de sujeitos críticos e autônomos. Neste sentido, buscamos analisar as limitações e os desafios que devem ser superados pela prática pedagógica desses/as professores/as, como também o currículo das escolas no Semiárido Brasileiro, para a consolidação de um Ensino de Ciências que congregue com a proposta de uma Educação Contextualizada e que esteja comprometido com as alternativas sustentáveis para convivência com essa região. Procuramos, também, refletir sobre as políticas de educação e desenvolvimento para o Semiárido Brasileiro tendo como fundamentação o que foi e está sendo feito para implementar essa proposta de Educação, demonstrando como ela pode desconstruir o discurso que historicamente construiu subjetividades acerca do Semiárido no cenário nacional, negando suas verdadeiras potencialidades e os saberes compartilhados ao longo de toda sua existência pelos povos que vivem por toda sua extensão. Discurso que se propagaram como verdades que se constituíram nas relações de poder-saber existente na sociedade. A contextualização e a transdisciplinaridade, foram os princípios pedagógicos tomados como uma das referências utilizadas às discussões acerca do currículo de ciências no Ensino Fundamental. Para o nosso caso, acreditamos que a teoria da complexidade de Edgar Morin se apresenta como importantes teorias para compreendermos o necessário fortalecimento de uma política de formação inicial e continuada de professores/as de Ciências que articule a inserção de uma educação contextualizada para o

Semiárido e que valorize a diversidade cultural existente nesse ambiente. Nossa análise sinaliza, também, para o desconhecimento e da Lei 10.639/2003, que orienta o saber-fazer docente no que concerne uma educação para as relações étnico-raciais, bem como verifica o tratamento descontextualizado dos conteúdos ensinados no componente curricular de Ciências Naturais, o que dificulta que os/as estudantes reflitam sobre o verdadeiro papel da Ciência em suas vidas, para que eles/as possam entendê-la como parte de uma cultura produzida por homens e mulheres, bem como a sua relevância na compreensão dos fenômenos naturais observados no mundo que os/as cercam.

ESPIRITUALIDADE NA SAÚDE MENTAL E REZAS: Cura e Artes Afroindígena

José Ernesto Rodrigues Sales (FCLA)

Maria Eliene Magalhães da Silva (Universidade Brasil)

O artigo trata de abordagens da experiência com a nossa espiritualidade e ancestralidades em quilombos e aldeias de Caucaia e Itapipoca com foco na Pretagogia, nossas vivências e com experiência de nossas africanidades através de embasamentos com artefatos, artes e rodas de conversas, entrevistas que foram abordados a cura através da experiência inovadoras com referências à saúde e utilizando as artes como processo metodológico, artístico, pretagogo. Sabemos que nos dias de hoje e com o racismo e ódio divulgado diretamente se faz necessário uso de espaços de luta e ensino para estimularmos possibilidades para identificação e pertencimento entre nossos alunos de forma amorosa e sensível. Sabemos da relevância a cerca desse assunto e com isso existem uma construção na afirmação de reflexões racistas acerca da cura e da arte, através das religiosidades indígenas e africanas e isso favorece as ideias colonizadoras, que contribui e dificulta para negação das relações étnica ancestrais que existem em todo Estado do Ceará e no Brasil. O presente trabalho fará relação as nossas experiências desde a Aldeia à Farinhada, na festa da Mandioca Com os Tremembés, além de referenciar trabalho com alunas do curso de Pedagogia da Universidade Brasil, Nace (Núcleo de Africanidades do Ceará). Com isso, vimos a necessidade de trabalhar e potencializar para isso à Educação diferenciada Indígena e Quilombola. Fundamentamos em FREIRE (1986); SILVA & Sales (2018); SILVA & Sales (2019); SILVA (2012); LINHARES (2012); OLINDA (2010); MATOS (2015), FREIRE (1986) (2015), (2016); PETIT (2015); BÂ (1982); CUNHA (2013); dentre outros. O objetivo deste artigo será mostrar a importância de conhecermos essas nossas heranças presentes no nosso modo de viver e em nós, raízes essas que ainda existem uma forte negação e a partir das nossas referencias familiares e nosso cotidiano frutífero em cultura afroindígena e que não percebemos, além de conhecermos um pouco mais as culturas, africana e indígenas e olharmos através disso com profundidade às nossas origens ancestrais de base africana e indígena, como medicina tradicional que vem das senhoras rezadeiras e curandeiras, focando essa demanda através das artes.

MULHERES NEGRAS NAS CIÊNCIAS NATURAIS: educação para as relações étnicas raciais no sertão paraibano a luz dos prismas da complexidade e da interseccionalidade

Maria Kamylla e Silva Xavier de Almeida (SEE/PB)

A representação da mulher negra no âmbito no Ensino das Ciências da Natureza na Educação Básica no contexto do Sertão paraibano, bem como a compreensão de sua atuação nos referidos Componentes Curriculares à luz da educação para as relações étnicas raciais, é o foco para o desenvolvimento de nossa tese de doutoramento. Trataremos relações étnicas raciais com grafia separada (sem hífen) por compreendermos o conceito de “raça” como produto da modernidade

e o conceito de etnia como produto da pós-modernidade. Objetivamos, também, trazer uma aproximação entre o Ensino de Ciências e a Lei Nº 10.639/2003, como abordagem potencial para enfrentamento do racismo, especialmente quando mulheres negras assumem a docência dos componentes curriculares da área. Haja vista que as identidades de raça e gênero não se constroem de forma isolada na sociedade, adotamos a interseccionalidade como conceito a ser desenvolvido no âmbito da educação para as relações étnicas raciais, recomendando, inclusive, alternativas para o ensino dos componentes curriculares da área levando em conta o tripé: ser mulher, negra e sertaneja. Num contexto social (local) – no qual a figura feminina sertaneja traz arraigado o estigma de “mulher-macho”, numa íntima relação com a figura das cangaceiras - ser mulher é, como em todo o mundo, carregar as marcas do sexismo, do machismo e, muitas vezes, da violência. Agregadas a essa definição temos ainda uma multiplicidade de questões: de ordem racial, de orientação sexual e ainda de pertencimento geográfico. Essa intersecção de opressões nos ajuda a compreender a construção das identidades femininas no sertão paraibano, com atenção para a questão racial. A presente proposta estrutura-se em quatro conceitos centrais: (i) as relações entre saber e poder na sociedade; (ii) a educação para as relações étnicas raciais no âmbito das Ciências Naturais; (iii) a mulher - numa perspectiva da complexidade e da interseccionalidade e; (iv) a violência simbólica sofrida pela mulher negra (ou não) na sociedade. Trata-se de uma pesquisa do tipo qualitativa, bibliográfica e de investigação narrativa. Tendo como instrumento de coleta entrevistas semiestruturadas, tomando como referência a Regional de Ensino de Cajazeiras – PB. De acordo com nosso levantamento preliminar, a instituição conta com 118 professores que atuam nas áreas das Ciências da Natureza, dentre estes, 60 são mulheres e 22 são autodeclaradas negras. Para análise dos dados seguiremos a proposta de análise de discurso numa perspectiva foucaultiana sobre os discursos e a constituição dos sujeitos por meio destes.

O GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL: um debate que precisa está presente no currículo/ensino de Ciências

Clemilson Cavalcanti da Silva (UFPB)
José Antonio Novaes da Silva (UFPB)

O presente trabalho concentrará seus esforços em refletir/questionar acerca da estrutura e a organização dos conteúdos propostos para o currículo/ensino de Ciências Naturais do Ensino Fundamental – Anos Finais. Para tanto, evidenciaremos algumas temáticas/conteúdos que deveriam estar presentes no citado componente curricular com o intuito de atender as exigências da Lei nº 10.639/2003, a qual propõe uma educação antirracista. Desse modo, trabalhamos com a abordagem qualitativa consubstanciada pela pesquisa bibliográfica. Assim sendo, pensando em contribuir para minimizar esses espaços existentes no currículo, especialmente, no de Ciências Naturais, elegemos para refletir nesse trabalho o genocídio da população negra como um conteúdo que deve estar no escopo curricular do citado componente, pois temos na atualidade um leque de informações em documentos oficiais, bem como, em pesquisas acadêmicas que possibilita-nos, através do processo de ensino-aprendizagem, desmistificar os motivos que levam a população negra brasileira a ser a mais penalizada no tocante a essa problemática social. Desse modo, ao inserir o genocídio da população negra brasileira como temática/conteúdo no componente curricular Ciências, estamos atendendo e confirmando o que preconiza a Lei nº 10.639/2003, o Parecer 03/2004 e a Resolução de 01/2004 do Conselho Nacional de Educação (CNE). Munido desse pensamento de reconstrução, é importante destacar que vários(as) autores(as) como Nascimento (2016), Verrangia e Silva (2010), Silva (2015), Silva (2017), Borges e Pinheiro (2017), entre outros(as); ao longo dos anos, vêm travando uma luta acadêmica, social e cultural para que esses dispositivos legais, que dá

sustentação a essa concepção de ensino, sejam ancorados no processo de ensino-aprendizagem em escolas públicas e privadas brasileiras, ao mesmo tempo, é importante destacar a veemência que o Movimento Social Negro exerce nessa construção. Nesse sentido, entendemos que esse dispositivo e seus desdobramentos, tanto no campo legislativo, quanto no campo acadêmico, tem ajudado na discussão de uma educação antirracista. Assim sendo, defendemos uma estrutura curricular para a Educação Básica, nomeadamente, a disciplina de Ciências Naturais, que privilegie conteúdos/temáticas com o viés antirracista e que assegure um discurso multiétnico e pluricultura. Enfim, apreendemos que trabalhar o genocídio da população negra no componente curricular Ciências Naturais atende a legislação vigente e promove uma educação antirracista como preconiza a legislação educacional vigente.

POPULAÇÃO NEGRA E EDUCAÇÃO (PROFISSIONAL) NO SÉCULO XX

Caliane Costa dos Santos da Conceição (SEE/BA)

Luzia Matos Mota (IFBA)

A escravidão marcou negativamente o trabalho no Brasil, a associação do trabalho como negatividade tem influência direta com esse processo histórico, sobretudo com relação ao trabalho manual, não só porque este tipo de trabalho pode exigir esforço físico demasiado, mas porque ele foi exercido por sujeitos considerados inferiores. Este trabalho problematiza as relações entre a Educação da População Negra- EPN e a Educação Profissional – EP no século XX, a partir da literatura. A EPN e a EP são temas marginalizados na historiografia da educação (tradicional), por isso este esforço epistemológico faz-se necessário no sentido de desvelar as conexões entre estes dois temas, que guardam relações históricas e ontológicas com o trabalho enquanto categoria conceitual e atividade humana. O trabalho no Brasil a partir da escravidão adquiriu conotações negativas, advindas de um mecanismo de exploração que marginalizava os sujeitos, colocando-os em condições sub-humanas. Este segmento ficou marginalizado socialmente e alijado de quaisquer direitos, principalmente do acesso à educação escolar, pela qual os movimentos sociais negros têm lutado historicamente. A partir da literatura historiográfica observou-se que, desde o século XX, a educação profissional foi uma das alternativas de acesso da população negra à escolarização, almejando se inserir na sociedade pós abolição. Primeiro porque a EPT se constituiu, inicialmente, numa modalidade de educação voltada para os mais pobres (numa perspectiva assistencialista) e segundo por estar associada a formação profissional, o que possibilitaria uma expectativa/mito da empregabilidade. Constatase a partir das análises construídas que o acesso à educação para a população negra tem sido negligenciado com outorga do Estado, que diante da discriminação herdada da escravidão e do racismo perpetuado pela sociedade, não buscou estratégias para reparar as desigualdades acabando por aprofundá-las. De modo que é possível perceber que a população negra é camada mais desprovida de bens materiais e do acesso aos direitos sociais, tornando-se o setor mais vulnerável da sociedade nesse período. Apesar dos diversos fatores que impulsionaram a exclusão de negras (os) dos processos educativos, foi possível verificar que, por meio da educação profissional uma parcela reduzida desse segmento pode ter acesso à escolarização.

PROTAGONISMO INFANTOJUVENIL FRENTE AO DIREITO A SAÚDE: O caso da doença falciforme

Bruna Tavares Pimentel (UFPB)

Mohana Ellen Brito Morais Cavalcante (UFPB)

Considerando as afirmações teóricas metodológicas dos Novos Estudos da Infância, em especial, a Antropologia e Sociologia da Infância, concentrando a análise teórica na experiência, vivência e significados da doença para dois acometidos pela doença falciforme. Trata-se de uma pesquisa pautada no relato de experiência, na qual analisamos e discutiremos a fala de uma criança e um adolescente no campo de pesquisa, mas precisamente no “VI Encontro de Pessoas com Doença Falciforme de Borborema” em 20 de novembro na cidade de Campina Grande-PB. Nossa proposta é discutir a participação desses sujeitos dentro do encontro, qual lugar eles ocupam e a (in)visibilidade da criança e do adolescente na discussão sobre uma doença da qual os acomete desde o início da vida. O trabalho tem como lócus de referência a concepção de Agências Infantis e Metodologias de pesquisa com Crianças presentes em obras dos autores William Corsaro (2011), Margareth Mead (1963), Florestan Fernandes (1979) e Manuel Jacinto Sarmiento (1997; 2004; 2005), além de trazer considerações de outros teóricos dos Novos Estudos da Infância que contribuem para esta discussão. A população negra é a mais atingida pela doença falciforme, se colocarmos as desigualdades existentes e as dificuldades enfrentadas nos serviços públicos, fica ainda mais evidente os problemas enfrentados. Mesmo tratando-se de uma doença genética, a doença falciforme tem atingido muitas pessoas, podendo levar a óbito ainda na infância, ela está incluída nas hemoglobinopatias, e é tida como uma das doenças genéticas mais comuns no Brasil. Engloba várias anemias hemolíticas hereditárias e é mais conhecida pela presença de hemoglobinas S no interior da hemácia, em nível mundial é a doença hereditária que mais prevalece. Tendo em vista, o número significativo de portadores de doenças genéticas, é de grande importância trabalhar a temática e mostrar como essas pessoas se mantêm na sociedade. A doença falciforme, além do risco de morte, caso não haja um diagnóstico precoce que seria ainda na infância, afeta a vida da criança em vários aspectos, além disso, por se tratar de uma doença genética, o tratamento auxilia na melhoria de qualidade de vida, mas não garante a cura.

RAÇA IMPORTA! SAÚDE, DOENÇA E CUIDADO DA FAMÍLIA EM UM ASSENTAMENTO LOCALIZADO NO CAMPO

Rosane Suellen de Oliveira (UFRPE)

Thaís Cecília dos Santos Brito (UPE)

Este trabalho foi elaborado no âmbito da Residência Multiprofissional em Saúde da Família com ênfase no Campo (RMSFC), coordenada pela Universidade de Pernambuco (UPE) em parceria com comunidades quilombolas, do município de Garanhuns e com o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no município de Caruaru. A partir da experiência como residente do referido programa foi identificada a urgência de analisar as expressões do racismo enquanto determinação do processo saúde-doença-cuidado de uma família negra que reside em um assentamento do município de Caruaru - Pernambuco. A escolha da família foi motivada pela complexidade e aproximação das demandas com a literatura que relaciona racismo e iniquidades em saúde: êxodo por violência, histórico de mortes por homicídio e encarceramentos, uso abusivo e frequente de álcool e outras drogas, sofrimento psíquico (insônia, ansiedade, automutilação e estresse), vulnerabilidade socioeconômica, exposição ao racismo institucional, relação de conflito e violência entre os membros das famílias e não reconhecimento da identidade racial. As estratégias de cuidado foram desenvolvidas a partir da articulação com a rede intersetorial, atendimentos individuais, abordagem familiar e atividades de educação em saúde desenvolvidas no território. A pesquisa foi qualitativa, com aporte da observação participante, tendo utilizado como instrumentos para a construção dos dados: Genograma familiar, anotações do caderno profissional, informações do Projeto Terapêutico Singular e dos relatórios mensais de atividades. O método de análise foi interpretativo, que

orientou a escolha de categorias de análise selecionadas a partir das experiências e da realidade da família, foram elas: racismo, saúde, famílias negras e violência. A Atenção Básica e a Saúde da Família são potentes instrumentos para promoção de territórios fortalecidos e comprometidos com a luta antirracista. A base territorial e longitudinal, a corresponsabilização do cuidado com as famílias e o estímulo à criação de vínculo possibilitam ao profissional incidir sobre questões não-biocentradas com o uso de baixa tecnologia, fortalecendo e construindo saúde de forma integral e preventiva, visto que a promoção da cidadania e o fortalecimento de identidades negras são estratégias de prevenção em saúde. A discussão sobre estrutura e organização familiar também deve ser problematizada no âmbito da Saúde da Família, é fundamental que as peculiaridades históricas-políticas-sociais das famílias negras tenham visibilidade para a gestão dos serviços e para a formação dos profissionais que atuam na Saúde da Família. Importante ressaltar também que a rede de saúde para a população negra precisa envolver organismos da justiça, além da rede socioassistencial e a educação.

RACISMO NA ESCOLA: uma questão de Saúde no Contexto da Educação Profissional e Tecnológica

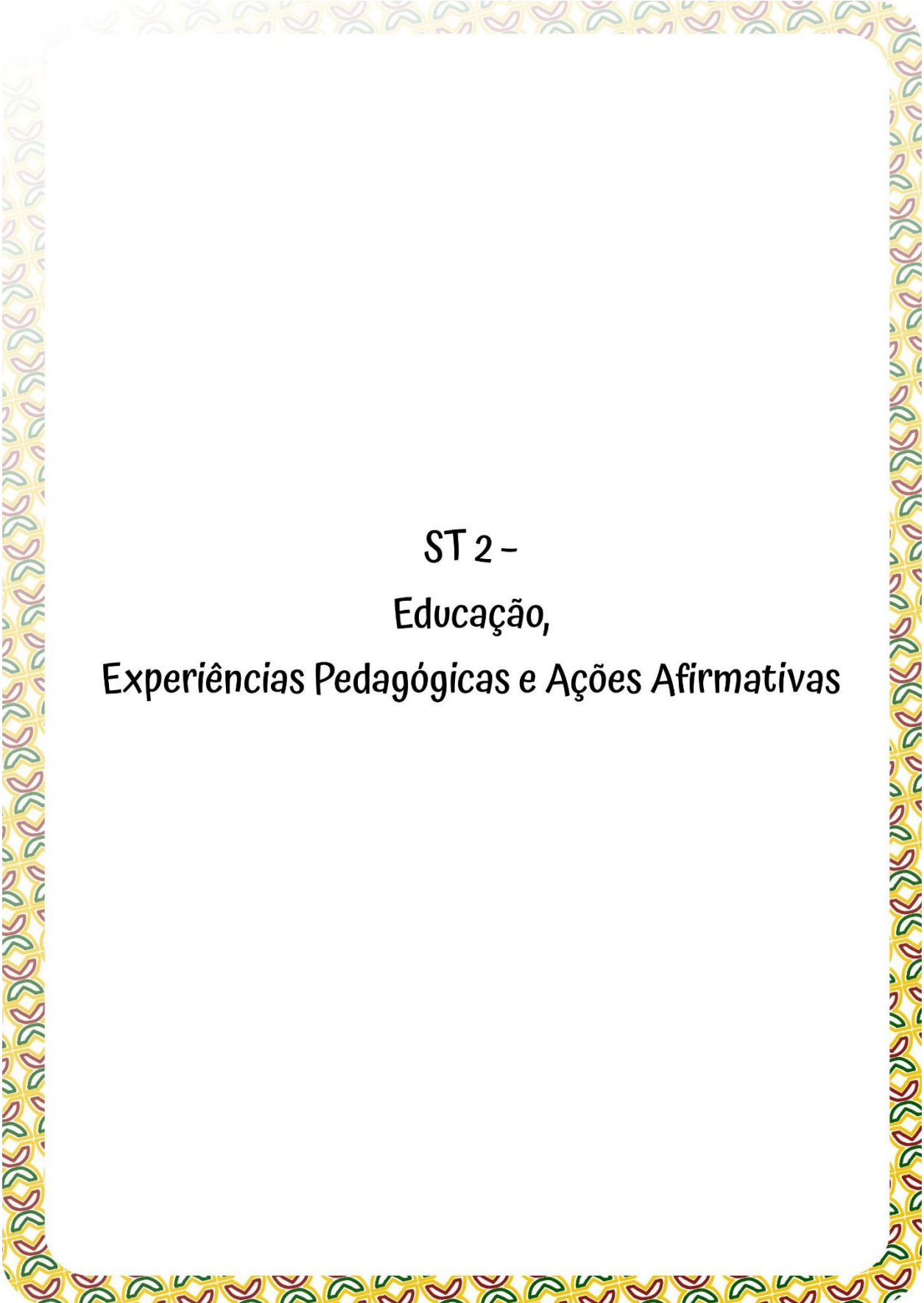
Bianca Barreto do Nascimento (SEDUC)
Luzia Matos Mota (IFBA)

Ainda que velado, o racismo e suas práticas estão, nitidamente, presentes no Brasil e no mundo, se manifestando por meio do preconceito ou discriminação, nos mais diversos ambientes, físicos e virtuais e, a escola não está livre dessas manifestações. Trata-se de uma problemática atual e corriqueira, que carece de constante discussão nos diversos setores da sociedade, mas principalmente, no âmbito educacional, que tem dentre seus objetivos promover uma convivência respeitosa com as diferenças, e que, no entanto, sem uma intervenção ativa, irá se perpetuar como mais um cenário da discriminação racial, acomodando-se diante das consequências que este traz à saúde física e mental. O presente trabalho visa investigar o que tem sido produzido acerca de como ocorrem as relações étnico-raciais na educação profissional e tecnológica, compreendendo racismo enquanto questão de saúde mental e física. A metodologia adotada está atrelada à abordagem qualitativa, utilizando-se do método de pesquisa bibliográfica, que proporcionou um aprendizado sobre o tema central da pesquisa, facilitando a identificação e a seleção dos métodos e técnicas a serem utilizados. Subsidiou a introdução e revisão da literatura na busca do conhecimento e base fundamental para o todo da pesquisa. Apesar de ser apenas um pré-requisito para a realização de todo o trabalho, é uma etapa fundamental antes da elaboração ou desenvolvimento desse estudo, apontando que grande parte dos escritos relacionados à temática, foram realizados na área da saúde – tanto emocional quanto psíquica. Diversos estudos seguem se debruçando nas análises sobre os impactos do racismo no estresse, na baixa autoestima, na depressão e na pressão arterial, o que constata a necessidade de avançar nesse debate, entretanto, os resultados apontam para a lacuna existente acerca Educação Profissional e Tecnológica, em termos de produção científica, reiterando que reconhecer a saúde como o conjunto de condições integrais e coletivas de existência, influenciado pelo contexto político, socioeconômico, cultural e ambiental, é o primeiro passo para reafirmar a necessidade dos estudos sobre o impacto do preconceito racial nas condições de saúde, o que reforça a necessidade de trabalhar a diversidade étnico-racial na Educação Profissional e Tecnológica visando diminuir os impactos do racismo na Saúde dos estudantes.

VERDE SAGRADO: os saberes do Terreiro Caxuté

Nelma Cristina Silva Barbosa de Mattos (IFBA)

Desde 2017, alguns projetos vêm se realizando no IF Baiano, Campus Valença, tendo uma comunidade tradicional negra (Kunzo Nkisi Caxuté Kitembo Mvilla Senzala Dendê - Terreiro Caxuté) como parceiro. São eles: Ver o verde sagrado: ilustração científica em uma comunidade tradicional do Baixo Sul da Bahia (pesquisa de iniciação científica); Imagens afirmativas: visualidades da cultura negra de um território tradicional do Baixo Sul e Traço afro: ilustração científica e saberes negros (ambos no âmbito da extensão). Todos têm como interseção a reflexão sobre a Educação para a igualdade racial, reconhecimento de diversidade epistêmica e criação visual. Fundado em 1994, o referido terreiro possui tradição religiosa bantu-indígena. É uma comunidade religiosa campesina, que vem desempenhando liderança entre as demais comunidades tradicionais no Baixo Sul da Bahia. Além de se tornar uma referência local de luta contra a intolerância religiosa, o Caxuté tem atuação política destacada pela defesa do legado africano e ameríndio no campo. Especialmente no que tange à sustentabilidade ambiental, o grupo vem sendo um dos articuladores de povos e comunidades tradicionais como os quilombolas, marisqueiras e pescadores da região. O Campus Valença oferta três cursos técnicos de nível médio, voltados para a sustentabilidade. São eles: Agropecuária, Agroecologia e Meio Ambiente. As atividades acadêmico-científicas realizadas com o Caxuté vêm colaborando com processos de desenvolvimento comunitário, além de envolver a produção de ilustrações botânicas e o registro de saberes e práticas agroecológicas a partir da cosmovisão afro-indígena presente na comunidade do Baixo Sul da Bahia. Tais trabalhos têm sido divulgados em meio acadêmico e científico. Entretanto, outras reflexões vêm sendo elaboradas a partir de estudos das ciências agrárias, com interface em outras áreas do conhecimento como as artes e as ciências humanas. Nesse contexto, a proposta de organização de material para a publicação é relevante para a sistematização das informações e divulgação da visão ecológica de grupos humanos da região em que está inserido o Campus Valença e foi contemplada em edital interno de extensão do IF Baiano em 2018. Ela inclui a sistematização coletiva de um conceito de agroecologia, elaborado por membros da comunidade de terreiro e do instituto, divulgados a partir de uma publicação a ser distribuída nos espaços culturais da região.



**ST 2 -
Educação,
Experiências Pedagógicas e Ações Afirmativas**

ST 2 – Educação, Experiências Pedagógicas e Ações Afirmativas

Coordenação: Waldecy Chagas (UEPB), Cristiane Nepomuceno (UEPB), Cláudio Orlando Nascimento (UFRB), Geranilde Costa e Silva (Unilab).

As ações dos movimentos negros de combate e enfrentamento do racismo no Brasil se confundem com a luta por educação, e cidadania, o que levou o Estado brasileiro a partir de 2000 a implementar as primeiras ações afirmativas em favor das populações negras. Nessa perspectiva, o propósito dessa Sessão Temática é reunir estudantes da educação básica e superior, professores/as, pesquisadores/as e militantes dos movimentos negros e sociais, cujos trabalhos de pesquisas concluídos ou em andamentos discutam sobre as experiências dos movimentos negros e sua interface com a educação das populações negras, ou sua inserção na educação como professor/a, as práticas pedagógicas desenvolvidas, ou as experiências no processo de implementação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar e na rede de ensino da educação básica, as linguagens recorrentes em sala de aula, os materiais didáticos utilizados, assim como as representações das pessoas negras e suas manifestações culturais nos livros didáticos. A trajetória escolar e acadêmica de estudantes negros cotistas e não cotistas, e as experiências de formação de professores/as quando o assunto é história e cultura afro-brasileira e africana.

O NEABI desabrocha em Acopiara – CE: relato de uma experiência de consolidação de um Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas no interior do Ceará

Alcione Alves da Silva (IFCE)

Jorge Roberto Pereira da Silva (IFCE)

O trabalho se configura como um relato de experiência sobre a consolidação do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus – Acopiara. Ressaltamos que o Campus tem pouco mais de um ano de existência e que a consolidação do NEABI se deu em outubro de 2018. Assim, duas professoras, um professor e um bibliotecário tomaram conhecimento da necessidade de implantação do Núcleo no Campus e, por não existirem pessoas vinculadas diretamente a pesquisas relacionadas a questões Étnico-raciais, resolveram assumir essa responsabilidade. Dessa forma, o Núcleo no Campus se consolidou com duas professoras, um professor, um bibliotecário e cinco alunas da Licenciatura em Ciências Biológicas. Após a consolidação foram organizados grupos de estudos, tomando como temática inicial de estudo as discussões que permeiam a Educação para as Relações Étnico-raciais a partir da leitura e discussão de textos (GOMES, 2012; FANON, 2008; FERREIRA & SILVA, 2015) em rodas de diálogos. Após esses momentos introdutórios de estudo as/os integrantes do NEABI resolveram realizar ações de sensibilização sobre as questões Étnico-raciais no Campus. A primeira delas foi a vivência do Dia da Consciência Negra com um momento de cine-debate com o filme “Vidas Cruzadas”. Esse momento foi vivenciado com a comunidade estudantil e gerou discussões pertinentes sobre o racismo presente nas ações cotidianas. Alunas e alunos do curso Técnico em Informática, Licenciatura em Ciências Biológicas e cursos de Formação Inicial e Continuada participaram da discussão. A segunda ação foi o 1º Encontro NEABI Campus Acopiara: Relações Étnico-raciais, Práticas Pedagógicas e Feminismo Negro que contou com mesas redondas e presença de participação da comunidade interna e externa ao Campus. Na atualidade o Núcleo se articula com o agendamento da continuidade dos estudos sobre as questões Étnico-raciais e da introdução de estudos sobre as questões Indígenas. Além disso, programa-se para visitar a Comunidade Quilombola de Serra do Evaristo – CE e com a organização do 2º Encontro do

NEABI. Agora já temos um total de 12 participantes no Núcleo e duas dessas pessoas pertencem a comunidade externa do Campus.

JUVENTUDE NEGRA: educação, ações afirmativas e perspectiva de futuro

Aline de Sousa Santos Almeida (UFMA)

Kelly dos Santos Araújo (UFMA)

O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa, em iniciação científica, na graduação, cujo objetivo é investigar a relação entre construção da identidade étnica, a política de cotas raciais e perspectivas para futuro entre jovens negros do ensino médio público no município de Grajaú-MA. Notadamente, deter-nos-emos neste texto aos discursos que são construídos acerca da educação da população negra, bem como as desigualdades e preconceitos sofridos pela mesma, e sua compreensão acerca da política de cotas raciais para ingresso ao ensino superior e a relação com suas perspectivas futuras. A metodologia utilizada para este estudo se pautou na perspectiva da pesquisa-ação, sendo utilizados os seguintes procedimentos: observação etnográfica, grupo focal e roteiro de entrevistas semiestruturada. Os sujeitos participantes da pesquisa foram dez estudantes de cada escola, sendo três escolas pesquisadas. Os grupos focais ocorreram durante os anos de 2017 e 2018, tendo sua realização quinzenal. A pesquisa fundamenta-se principalmente em: Alcântara (2015), Brasil (2003 e 2004), Carvalho (2016), Coelho (2014), Gomes (2007), Pinto (2014) e Viana (2015). Os resultados alcançados na pesquisa só foram possíveis mediante uma abordagem qualitativa, onde demonstrou-se no primeiro momento que as desigualdades e o preconceito contra a população negra ainda se fazem presentes. Principalmente no seu processo de construção histórico, social, cultural e de escolarização, onde durante muito anos tem sido campo de denúncias do movimento negro, apontado também por estudiosos que trabalham as relações raciais. No âmbito educacional, percebeu-se que o que faz com que o negro não conheça sua história e negue-a, é a falta de uma proposta de educação para as relações étnico-raciais. Se o jovem negro não tem referência cultural, ou ao menos escolar, ele nega sua identidade e todas as conquistas de inserção da população negra na sociedade brasileira em diferentes áreas, comprometendo o projeto de construção de um país democrático e com oportunidades para todos. Assim concluiu-se que a política de cotas, para uma melhor efetivação e compreensão por parte dos jovens, precisa se articular com uma educação para as relações étnico-raciais na educação básica, buscando a construção da afirmação da identidade negra. Esse processo servirá por promover novas perspectivas de futuro para a juventude negra.

A RAINHA AFRICANA AGONTIMÉ, MULHERES NEGRAS E AFROBRASILIDADES

Ana Lady da Silva (IFAL)

Pretendemos refletir, nesse trabalho, a respeito dos resultados da “IV Semana de Consciência Negra”, com a temática “Mulheres Negras e Afrobrasilidades: Literatura, Resistência e Liberdade Religiosa”, realizado no IFAL (Instituto Federal de Alagoas), campus Santana do Ipanema, sertão alagoano, em 2017. O projeto está amparado na Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que preconiza a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a temática da "História e Cultura Afro-Brasileira. A escola, por excelência, é um espaço de construção de conhecimentos e cidadania, tem como responsabilidade trabalhar a compreensão histórica do protagonismo do negro na sociedade brasileira. O projeto visou envolver os alunos do Ensino Médio Integrado e Subsequente do Curso Técnico em Agropecuária e Administração, por meio

de estudos, pesquisas e reflexões acerca da formação da cultura negra no Brasil. Nesse sentido, buscou-se promover nas gerações atuais, um olhar crítico e consciente da história do homem negro e da mulher negra, enquanto elementos constituintes da sociedade brasileira. Frente a tantas adversidades e submetidos ao julgo da escravidão, os negros e negras não apenas construíram as riquezas materiais da nação brasileira, entre lutas, mortes e resistências, como também ajudaram a moldar a identidade cultural do nosso país, fazendo-se presentes nas artes, na educação, na literatura, no cinema, na música, nos esportes, na gastronomia, na religiosidade e demais expressões culturais que integram nossa civilização. Utilizamos GONÇALVES (2006) como base literária para repensarmos a história do afrodescendente no Brasil a partir da perspectiva de uma personagem feminina negra e recuperarmos a narrativa da rainha africana Agontimé. MUNANGA (2005) para refletirmos sobre a importância da memória para o resgate histórico e valorização das diferenças. Por meio de atividades dentro e fora da sala de aula, como visitas a terreiros, comunidades de remanescentes quilombolas, debates, produções artísticas e literárias, apresentações culturais, oficinas, filmes, músicas e reflexões entre todos os envolvidos na comunidade escolar, pudemos despertar a consciência para a valorização das diferenças, do respeito mútuo, independentemente da etnia, da crença religiosa, e/ou da condição social.

O LUGAR DAS CRIANÇAS NEGRAS NA CARTOGRAFIA SOCIAL DAS SALAS DE AULA

Maria de Fátima Garcia (UFRN)
Ana Maria Pereira Aires (UFRN)

O estudo objetiva descrever e analisar as relações sociais de salas de aula dos Anos Iniciais do EF tendo como fundamento teórico os estudos pós-coloniais, Santos e Meneses (2010), Quijano (2010), Fanon (2008) Santos (2012). A sala de aula é um micro-cosmo e nela coabitam ideologias que substanciam as práticas de poder advindas do universo cultural no qual os agentes estão inseridos, reproduzindo-se sobre os corpos e mentes aquilo a que Quijano (2010) denomina de Colonialidade do Poder e Santos (2010) conceitualiza como Pensamento Abissal. Levando-se em consideração as multi-hierarquias que compõem o tecido social questiona-se: “Como se constitui a cartografia social da sala de aula?” e, desta, outras decorrentes: “Onde estão, como (se) silenciam e se relacionam os/as ocupantes nessa cartografia? Para onde converge o “Norte” de uma sala de aula? E o “Sul”? Existe um centro de poder que se reflete para as adjacências desses espaços físico e social? De que forma se organiza o trabalho pedagógico nas relações sociais entre centro e periferias na geografia de sala de aula? Quem/quais subalternizam e, quem/quais são os subalternizados? Nas salas de aula podem ser constatadas interseccionalidades das múltiplas e heterogêneas hierarquias (raça, gênero, sexual, sócio-econômica, intelectual)? “Como a universidade pode contribuir para que a escola tenha percepção das práticas de colonialidade e a elas se contraponha?”. O processo e os resultados devem visibilizar a cartografia da sala de aula e mostrar que esta ainda opera de forma subalternizadora relegando seus alunos, sobretudo negros/negras às periferias do espaço físico geográfico constituindo-se estes em lugares sociais habitados por aqueles que encontram-se distantes e invisíveis dos centros de poder e de conhecimento (as adjacências da sala de aula; a mesa da professora; o centro da sala). Explicitada a cartografia, o estudo passa à fase de reestruturação desse espaço social a partir da reflexão-na-ação. Metodologicamente, o estudo tem como abordagem a pesquisa qualitativa, descritiva num primeiro momento, e baliza-se pela pesquisa-ação enquanto procedimento de investigativo. Os sujeitos da pesquisa compõem-se, aproximadamente, de 160 alunos de ensino fundamental – correspondente a 4 turmas, em torno

de 40 alunos na faixa etária de 06 a 10 anos de escolas públicas municipais e pelo menos quatro professores, sendo um de cada turma.

ANCESTRALIDADE NA RODA: Capoeira e contação de história africana em ação interdisciplinar através da Pedagogia Griô

Ana Paula Romão de Souza Ferreira (UFPB)
 Maria de Lourdes Farias Lima (UFPB)

A presente comunicação tem por objetivo sintetizar resultados sobre a prática da Pedagogia Griô na Formação Inicial de estudantes de Pedagogia, Pedagogia do Campo e de Letras, possibilitada através do Programa de Licenciaturas (PROLICEN/UFPB) para atender a Escola Estadual de Ensino Fundamental Ana Higina, localizada no bairro do Róger, na cidade de João Pessoa-PB. A comunidade conta com uma parcela significativa de negros e pardos que sofre uma crescente onda de violência e extermínio da juventude negra. Convive com o estigma de ser o bairro do “antigo lixão” e sediar a Penitenciária Modelo, conhecida como Presídio do Roger, contexto, esse, que instigou as ações pedagógicas numa perspectiva antirracista. Impulsionada pela implementação da Lei 10.639 de 2003, e pela articulação com o Grupo de Capoeira Angola de Palmares, o PROLICEN Pedagogia Griô realizou atividades de extensão e pesquisa nos últimos três anos. Trabalhou-se com aportes teóricos da História Cultural, Sociologia, Antropologia e Educação, com circularidade interdisciplinar entre a educação, história, literatura e arte. A metodologia utilizada foi qualitativa e etnográfica, com um Grupo Focal de 13 participantes. Os estudantes em Formação Inicial (Formação Docente) estão desenvolvendo ações culturais com intervenção na educação básica levando oficinas de capoeira e contação de histórias. Seus relatos escritos, após sistemática etnográfica das atividades extensionistas demonstram uma maior compreensão e assimilação da temática africana e afro-brasileira, com impacto sobre a mudança na auto declaração de cor/pertencimento etnicorracial, diálogos com participantes do Movimento Negro, habilidades para organização de eventos, compilação em bancos de dados, elaboração de artigos e apresentação de trabalhos científicos na referida temática. Compreendemos que as ações articuladas entre as oficinas na educação básica e o Grupo Focal com estudantes das licenciaturas permitiram maior visibilidade da temática racial no currículo e no Projeto Pedagógico da Escola Ana Higina e inquietou a consciência de si, e o sentimento de pertença, na construção de uma identidade afro-brasileira entre os estudantes das licenciaturas tocados pela memória ancestral através da capoeira e da contação de histórias africanas.

A LEI 10.639/2003 E A CULTURA CORPORAL: desafios epistemológicos para o ensino da educação física

Anália de Jesus Moreira (UFRB)
 Maria Cecília de Paula Silva (UFBA)

O artigo reflete sobre a importância da Lei 10.639/2003 para o ensino da Educação Física, focalizando a implantação e difusão da lei nas escolas de Salvador, cidade com cerca de 80% por cento de população negra (IBGE, 2011). Apresenta o contraste da proposta epistemológica da Lei com a historiografia da Educação Física no Brasil sob as influências eurocêntricas na formação docente. A Educação brasileira experimenta momentos efervescentes com os debates sobre a lei 10.639/2003 que tornou obrigatório o ensino da cultura africana e afro-brasileira nas escolas básicas. A lei propõe outros olhares sobre o processo político-pedagógico, indicando um repensar das práxis bem como uma reviravolta histórica no currículo e na relação escola-

sociedade. Um dos grandes desafios recai sobre a proposta de problematizar as identidades numa perspectiva étnico-racial, implicando numa nova postura de valoração da ancestralidade e da cultura. Isto implica em revisões teóricas e epistemológicas divergentes e contra hegemônicas. Neste artigo destacamos algumas conclusões da pesquisa em curso no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia com a temática “A Cultura Corporal e a Lei 10.639/2003: uma breve reflexão sobre os impactos da lei no ensino da Educação Física em Salvador”. A pesquisa apoiada pelo grupo HCEL, História da Cultura Corporal, Educação, Sociedade e Lazer faz abordagem crítica de área com uma leitura sobre os impactos da lei no cotidiano dos professores e alunos de Educação Física e ainda a visão de coordenadores pedagógicos sobre a importância da área na difusão da lei 10.639/2003. A pesquisa foi feita na maior diáspora negra da América Latina com cerca de 80% de afro-descendentes (IBGE, 2011). Foram investigadas quatro escolas básicas, uma de cada rede: estadual, municipal, privada e federal. Importa para este trabalho localizar politicamente e economicamente a capital baiana. Dados coletados em 2005 pela CONDER, (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia), confirmam que a Região Metropolitana de Salvador é a mais desigual entre todas as regiões do país. Ao buscar compreender esta realidade nos deparamos com algumas perguntas: a educação colabora para manter a desigualdade ou, em outro ponto, promove condições de visibilidade para as diferentes culturas e identidades? E a escola historicamente influenciada por pensamentos e práticas etnocêntricas o que faz para problematizar e negociar estas questões? Este trabalho tenta desvelar tais questionamentos, compreender as tensões entre as propostas da Lei 10.639/2003 e a prática da Educação Física, focando o momento em que escola se vê obrigada a ensinar e aprender cultura afro-brasileira e africana.

NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS – CAMPUS FORTALEZA: Processo de reativação e ações afirmativas

Távila da Silva Rabelo (UFC)

Anna Erika Ferreira Lima (IFCE)

A promulgação da Lei 10.639/2003 (ampliada pela Lei 11.645/2008) tornou obrigatório a inclusão da temática história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo oficial da educação básica brasileira, para isto fizeram-se necessárias criar ações para que a lei se cumprisse. Tais ações, puderam ser viabilizadas pela organização de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs), que têm como objetivo, entre outros, pensar e repensar as relações étnico-raciais num contexto acadêmico com foco nas relações sociais além da perspectiva do ensino tradicional em sala de aula e da realização de atividades de pesquisa, extensão e ensino. Primando pela efetivação de tal legislação o Neabi-Campus Fortaleza, inicialmente criado em 2015, foi reativado e fortalecido durante o segundo semestre de 2018. O presente trabalho pretende contribuir com discussões que ajudem a comunidade acadêmica, aos povos indígenas e comunidades tradicionais envolvidas, à compreenderem a importância e necessidade da implementação efetiva da Lei 11.645/2008, que se constitui em um relevante instrumento de luta contra as desigualdades étnico-raciais existentes no Brasil. Nesse sentido, a formação da comunidade acadêmica pode ser viabilizada por Núcleos de Estudo Afro-Brasileiros e Indígenas nas instituições que os possuem, possibilitando discussões sobre a temática da história e cultura afro-brasileira e indígena sob uma dimensão política, ideológica e filosófica. Nesse contexto, a abordagem metodológica perpassou pelo desenvolvimento de oficinas de formação para bolsistas; além de reuniões e rodas de conversa de sensibilização sobre a pauta do NEABI com a comunidade acadêmica, gestão, técnicos-administrativos e alunos, bem como a realização de atividades no Campus Fortaleza tendo como pano de fundo a discussão

étnico-racial e temáticas de interesse dos grupos sociais atendidos, como Alimentação, Cultura e Meio Ambiente. Paralelamente a reativação o NEABI-Campus Fortaleza desenvolveu diversas ações, sempre na perspectiva do ensino, pesquisa e extensão. Durante o segundo semestre de 2018 foram ao todo 29 reuniões de planejamento; 9 atividades de formação; 11 atividades (palestras e mesas redondas); 2 participações em vídeos e entrevistas; 4 projetos de pesquisa, dos quais 3 ainda em andamento; 10 trabalhos apresentados; 7 trabalhos publicados; 6 produções técnicas (painéis, mapas, relatório e materiais didáticos); e 3 artigos publicados em jornais; 5 projetos; 7 eventos organizados; 14 ações (cursos, minicursos e oficinas); 8 visitas técnicas; 1 premiação na categoria projeto social; 4 trabalhos artísticos; 3 editais publicados; 21 participações em eventos; 10 participações em cursos, minicursos e oficinas; 7 produções artísticas, além de avaliação de projetos e trabalhos em eventos diversos.

REFLEXÕES SOBRE O CURRÍCULO: Ensino de História da África e dos Africanos nos anos Iniciais do Ensino Fundamental

Antonia Maria Almeida Alves (Conselho Municipal das Comunidades Negras/BA)

Eliane Fátima Boa Morte do Carmo (SME - Salvador/BA)

Como parte da pesquisa do doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, foi realizado o curso Ensino de História da África e dos Africanos nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O mesmo destinava-se a profissionais da Rede Municipal de Educação de Salvador, especificamente que atuassem nos anos iniciais, ou seja, de 1º ao 5º ano. O curso teve como objetivo buscar caminhos à serem percorridos na produção de pistas metodológicas para trabalhar a temática de História da África e dos africanos nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em atendimento à obrigatoriedade da temática étnico-racial estabelecida pela lei 10.639/03. A proposição do curso foi direcionada para a inserção da temática História da África e dos Africanos e as possíveis articulações com os componentes curriculares programados para aquele período letivo. O curso foi elaborado em três ciclos de oficinas. A primeira fase estava destinada as oficinas temáticas com carga horária de 56 horas, que tinha como objetivo discutir o conteúdo específico. A segunda fase com 32 horas, destinava-se a discutir metodologias de aplicação da temática em sala de aula e a terceira e última destinava-se a avaliação do curso com carga horária de 8 horas. O encerrando do curso deu-se com a realização de um seminário intitulado “Olhares Diversos sobre África” perfazendo um total de 100 horas. Da lei 10.639/03 foi escolhido o recorte de estudo da História da África e dos Africanos, pois se trata de um conteúdo quase inexistente em todos os níveis de ensino, e menos ainda nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Acreditávamos que neste nível de ensino fosse mais apropriado a introdução desta temática, pois o mesmo proporciona possibilidades de novas experimentações de conteúdos e atividades. Tendo as pedagogas que, ao enfatizam o letramento, podem inserir com mais facilidade este tema por terem oportunidades de uma maior flexibilização curricular. Ao final do curso foi notada que, embora haja oportunidade de inserção do tema é importante pensar alternativas curriculares para inserção da temática no cotidiano da escola evidenciado pela necessidade de aprofundar as discussões e reflexões sobre currículo.

INTERVENÇÃO "CONSTRUÇÃO": Contribuições para a educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Superior

Auxiliadora Maria Martins da Silva (UFPE)

Oluyiá França de Moraes (UNINASSAU)

Este trabalho de Intervenção artístico-cultural com o nome de “construção” foi uma proposição da designer e artista plástica Oluyiá França inserido no âmbito do Ensino Superior no Centro de Educação na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Para tanto, houve a orientação da professora doutora Auxiliadora Martins do GEPAR (Grupo de Estudos e Pesquisas em Autobiografias, Racismos e Antirracismos na Educação) onde foi idealizadora e é coordenadora - líder. A intenção é integrar, a partir de temas centrais às frentes de Moda, Artes e Africanidades e Afrodescendências, e relacioná-las com as frentes disciplinares da Educação Superior. Aqui trazemos o Centro de Educação - CE como uma grande cidade, seus corredores como ruas cheias, congestionadas e o Hall do CE, uma praça onde se para o tempo para reflexão, ação, intervenção. A arte contemporânea pode assumir a forma inter, multi, ou transdisciplinar. Temos, hoje, um sujeito globalizado e massificado, cheio de signos e contextos descentralizados dele próprio. É necessário assumir um contexto crítico e reflexivo. A ação "Construção" evoca temas como individualidade, apropriação cultural, sustentabilidade do indivíduo (remuneração) e do meio. Essa intervenção foi pensada na sua forma interativa e efetivada, nesta ocasião, no Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco para ajudar os/as estudantes das 19 licenciaturas diversas que ali circulam, cotidianamente, a ampliarem sua compreensão e visão de mundo acerca das relações de dominação e exploração advindas do processo de escravização criminoso dos povos africanos, tráfico transatlântico e as consequências dessas iniquidades como o racismo estruturante da sociedade brasileira e as profundas desigualdades que existem, na sociedade brasileira, entre negros e brancos, ricos e pobres. Dentro de uma metodologia de caráter fenomenológico com uma perspectiva de interação com os objetos, inserida dentro de uma ideia interdisciplinar, entendeu-se que estes acabaram gerando manifestações que se proliferaram na comunidade envolvida, compreendendo assim que o conhecimento produzido nessa intervenção promoveu inovação e geração de outras possíveis formas de se pensar o Design de Moda, Artes, Africanidades e Afrodescendências na educação, entre outras condições favoráveis para o crescimento sociocultural.

RESGATE DE JOGOS E BRINCADEIRAS AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS PARA A APLICAÇÃO DE PRÁTICAS DE DESCOLONIZAÇÃO DO ENSINO

Brena Raquel Gonzaga dos Santos (UNILAB)

Maria Eliene da Silva Campelo (UNILAB)

A brincadeira é importante para o desenvolvimento da psicomotricidade no ensino infantil, pois impulsiona a criança no mundo imaginário. Em todo período da educação infantil, a forma de introdução de novos saberes é feita através desta, sendo um recurso pedagógico importante para a promoção da aprendizagem. Contudo, este trabalho vem inserir os (as) licenciandos (as) do curso de Pedagogia no cotidiano das escolas da rede públicas de ensino, no maciço de Baturité - CE, relatando através das experiências vivenciadas pelos discentes da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) realizada em uma escola pública no município de Guaiuba - Ce, proporcionando-lhes o conhecimento sobre os espaços escolares, sua dinâmica e funcionamento relacional, estrutural e didático-pedagógico. O relato de experiências apresenta os resultados das ações desenvolvidas pelas/os bolsistas que compõem os dados iniciais de uma pesquisa em andamento. Dentre os objetivos do subprojeto PIBID- Pedagogia, destacamos propor a descolonização do pensamento, apresentando outras perspectivas epistemológicas do SER, do SABER e do FAZER. O objetivo de trabalhar a descolonização do currículo através da cultura africana e afro-brasileira, possibilita através dos jogos e brincadeiras perceber a presença africana no meio social. Nesta perspectiva, procuramos nos apoiar nos documentos do

Ministério da Educação como referencial curricular, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases na aplicação da lei 10.639/03 e 11.645/08, que torna obrigatória o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as repartições públicas e particulares. Nesse ínterim, percebemos que a desproporção de não tornar obrigatória na educação infantil geram dificuldades, pois aspectos como esses são essenciais para serem trabalhados, principalmente, num momento em que se começa a refletir sobre tudo o que se encontra em torno do espaço escolar. O método utilizado na pesquisa, implicou na elaboração de oficinas no qual consistia em a utilização do caminho sensorial como desenvolvimento das atividades, partindo de diálogos com as professoras e crianças através da pesquisa semiestruturada. Através deste estudo, os resultados se baseiam em trabalhar aspectos não vistos e que são de suma importância para o desenvolvimento das crianças de educação infantil, como o racismo, o respeito ao próximo e a valorização da ancestralidade de cada indivíduo. Portanto, o processo de resgatar jogos e brincadeiras africanas e afro-brasileiras no ambiente escolar, implicam em novas ações para atender as necessidades das crianças compreendendo esse processo como algo extremamente necessário.

EDUCAÇÃO INFANTIL NA LEI FEDERAL NO 10.639/03: o gato comeu?

Carla Santos Pinheiro (UNEB)

Este artigo tem como objetivo problematizar o lugar dos bebês, das crianças bem pequenas e das crianças pequenas na determinação da obrigatoriedade da Cultura e da História Afro-brasileira e Africana no currículo escolar pela Lei Federal no 10.639/03, que altera a Lei Federal no 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). A análise das categorias raça e primeira infância evidenciam uma representação duplamente estigmatizada marcada pela exclusão e pelo silenciamento das vozes das crianças negras e de suas singularidades subjetivas através de insistentes posturas subjetivas e objetivas de inferiorização e de incapacitação dos aspectos naturais e sociais destes sujeitos sócio/históricos/culturais. Os procedimentos metodológicos fundamentam-se em análise de arcabouço teórico especializado alicerçado em autores como Fúlvia Rosenberg (1996, 2012), Michel Abramowicz & Anete Vandebroek (2013) e Nilma Lino Gomes (2002 e 2003), de leis educacionais, de documentação do Ministério da Educação (MEC) e da própria experiência da autora como mulher negra e professora de Educação Infantil. Utiliza-se da perspectiva da construção social da cor ancorada pelo Quadrado Semiótico da Igualdade (BARROS, 2014) seguindo o percurso semiótico por meio do denominado “esquema positivo” para abordar sobre os atravessamentos histórico-sociais que refletem na construção e consciência da identidade étnico-racial dos sujeitos sociais da Educação Infantil. Para implementação de práticas pedagógicas promotoras da igualdade racial e da diversidade e para superação das representações cunhadas no conceito de desigualdade oriundas do processo escravista colonial que reflete na contemporaneidade sobre o lugar da primeira infância negra, o estudo traz considerações sobre estratégias de enfrentamento e resistência que perpassam pelas responsabilidades dos sistemas de ensino, das instituições de ensino, dos núcleos colegiados e grupos de estudos. Conclui que a não integração da creche e da pré-escola na redação da legislação que determina o cruzamento entre educação, história, cultura e relações étnico-raciais se caracteriza como indiferença aos sujeitos sociais pertencentes à primeira etapa da Educação Básica e reforça a invisibilidade de seus corpos e de sua percepção positiva na sociedade brasileira.

POLÍTICA EDUCACIONAL E DESIGUALDADE RACIAL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO RECIFE: os Limites da Ação Institucional

Carmem Dolores Alves (SME Recife/PE)

Este Artigo é resultado de um estudo centrado no processo de implementação da Política Pública Educacional do Recife voltada à Promoção da Igualdade Racial e aos limites institucionais vivenciados no espaço escolar, onde pontuamos os impasses e possibilidades na efetivação dessa Política, sob a perspectiva de refletir sobre a promoção de uma Educação antirracista. Desse modo, os termos racismo, discriminação e limite institucional permeiam o nosso texto, e constituem as categorias do estudo, que não pode prescindir de situar o contexto histórico de onde emergiu o objeto investigado, caracterizado pela expressiva repercussão do debate sobre as dificuldades de institucionalização da Lei 10.639/2003 nos Sistemas de Ensino, assim como nas Instituições Educacionais, em contraponto a um momento político mundial, de surgimento de novos paradigmas voltados à valorização da diversidade e reeducação das relações étnico-raciais e culturais, bem como o avanço do pensamento conservador que não considera essa problemática como prioridade da agenda governamental. Tomamos como parâmetro para análise dessa implementação as concepções institucionais do Estado, através do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História, Cultura Afro-brasileira e Africana (2011), e das escolas a partir das experiências vivenciadas no seu cotidiano escolar. Para desenvolvimento do nosso Estudo adotamos a Metodologia Qualitativa através dos seguintes procedimentos: estudo bibliográfico, análise documental e entrevistas semi-estruturadas. Os resultados obtidos sublinham a não institucionalização da Política de promoção da Igualdade Racial, em especial a Lei 10.639/2003 nas Escolas Municipais do Recife, ou seja, não há um reconhecimento da escola como colaboradora nesse processo. Pensar em uma escola como promotora da Igualdade Racial é reconhecer, também, seu antagônico papel de reprodutora das desigualdades, reforçando o racismo e a discriminação racial. O que se evidencia através dos conteúdos de muitos livros didáticos, filmes, entre outras formas de expressão linguística, que apresentam o modelo europeu como padrão ideal de beleza, em detrimento do perfil estético dos colonizados, índios e negros. Acrescenta-se, ainda, as dificuldades nas vivências em função de práticas racistas institucionalizadas, conflitos (intolerância religiosa, resistência dos educadores em abordar a temática, embates com a comunidade) e contradições entre as práticas gerencialista e democrática para a diversidade.

O COMPORTAMENTO RACISTA NAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS À LUZ DA TEORIA DE FRANTZ FANON

Carolina Maria Costa Bernardo (UFC)

Como atividade de pesquisa e de avaliação da componente curricular Psicologia da Educação, do Desenvolvimento e da Aprendizagem II (Psicologia Africana), do curso de Pedagogia, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB, na qual sou professora há quatro semestre, as/os estudantes realizaram mais de 30 entrevistas com pessoas (brancas) da região do Maciço de Baturité, com idades entre 40 e 60 anos, a fim de investigar a relação desta com pessoas negras. A atividade avaliativa buscou, então, investigar e compreender o racismo brasileiro manifestado dentro das relações étnicorraciais na região do Maciço de Baturité, à luz da teoria de Frantz Fanon (2008) identificando nas narrativas episódicas das pessoas entrevistadas os comportamentos que elucidam as principais categorias teóricas do autor citado, como por exemplo, os complexos de superioridade e inferioridade, o duplo narcisismo, a negrofobia, dentre outras. Tratou-se de identificar, analisar e compreender como uma amostra das pessoas da cidade narram comportamentos e hábitos racistas naturalizados com brincadeiras, gosto, ou até mesmo “nada de mais”. Essa proposta

investigativa qualitativa partiu da seguinte questão: como se manifesta e se revela o comportamento social racista dentro das relações étnico-raciais na região em torno da UNILAB? Os resultados parciais que serão apresentados no evento emergem da análise de conteúdo de 18 entrevistas escolhidas, dentre as realizadas, em que o absurdo da violência racista se manifesta em narrativas genuínas “de pessoas do bem”, como da entrevistada número 2: Já presenciei vários conflitos entre a pessoa negra e branca, uma delas era na minha escola, tinha uma criança negra, na época existia um óleo chamado Pajeú, a gente lhe chamava de ei negra do Pajeú, ela sofria bullying demais e reação dela sempre com essas pessoas era de desprezo, ficava sempre na dela, nem podia defender, porque era muito criança fazendo ao mesmo coisa com ela. Uma outra experiência também que eu vivi, foi da minha neta e a sua prima brincando, e lá tinha uma boneca negra, nenhuma delas queria brincar com ela, perguntei para a minha neta porque, ela falou porque a boneca é feia e preta, perguntei se mãe dela é feia, falou que não, falei então, mas a sua mãe tem a mesma cor com a boneca e ela falou que não a mãe dela queimou no sol, mas é branca. Assim, reconhecer as psicopatologias que decorrem do racismo e identificar as responsabilidades daqueles que são racistas sem perceber, sem consciência é o exercício feito no curso de Pedagogia que tem ajudado futuros professores a reconhecer no racismo do Outro, suas atitudes e comportamentos semelhantes, e assim construções teórico-práticas na área para uma pedagogia antirracista, decolonial e descolonizadora.

EDUCAÇÃO E INTERCULTURALIDADE: As mulheres negras e a produção da cultura de matriz Africana no CARIRI Cearense

Cicera Nunes (URCA)

Na presente proposta propomo-nos a dialogar com a trajetória sócio histórica das mulheres negras produtoras de cultura de atriz africana no Cariri cearense. Partimos de estudos anteriores (NUNES, 2010; CUNHA Jr., 2011) que apontam presença significativa da população negra no Estado do Ceará, ao tempo que identificamos que existe uma lacuna no trabalho com as africanidades e afrodescendências no sistema educacional que reflete negativamente no combate ao racismo e nos processos de construção identitária. No Cariri cearense, podemos notar essa presença no patrimônio histórico-cultural material e imaterial das principais cidades da região: na organização de quilombos, na construção arquitetônica das cidades, nas manifestações religiosas, nas diversas práticas culturais, como o reisado, o coco, as congadas, na religiosidade, na luta antirracista, dentre outras. Nos espaços de produção cultural, as mulheres são figuras centrais sendo as principais responsáveis pelo processo de transferência da tradição que é pensada, (re) elaborada, (re) significada no contexto caririense. Historicamente são as mulheres negras as guardiãs da tradição, responsáveis pela ressignificação do legado ancestral, pela preservação do simbólico. O objetivo deste trabalho é investigar qual a concepção que as mulheres negras possuem sobre o seu papel de transmissoras das práticas simbólicas de matriz africana no Cariri cearense e como esse conhecimento pode colaborar na construção de uma educação intercultural. No desenvolvimento deste trabalho utilizamo-nos das narrativas (auto) biográficas, pois pretende-se conhecer as experiências vividas por mulheres e entender como se dão os processos de transmissão desse legado. Com isso, a pesquisa reconhece o protagonismo da mulher negra, suas estratégias de transmissão do legado afrodescendente local, por meio da história de vida. Com base nas entrevistas iniciadas com três das mulheres – uma rezadeira, uma dançadeira de coco e uma parteira - percebe-se que apesar de pertencerem a práticas culturais distintas, essas mulheres possuem uma contribuição significativa, para o repasse e preservação desse conhecimento ancestral.

Esperamos que o trabalho ofereça reflexões para o campo da formação de educadores e orientações para reformulações curriculares pautadas numa educação intercultural.

OS ENCANTOS DA CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Cláudia Vicente da Silva (UFPE)

Irene Késsia das Mercês do Nascimento (UFPE)

Este relato de experiência tem como objetivo apresentar os resultados obtidos através da realização do projeto: "Conhecendo os encantos da cultura Africana e Afro-Brasileira." O mesmo foi desenvolvido durante o mês dedicado à Consciência Negra, numa creche da rede municipal de Olinda-PE. Sabendo da importância da Educação infantil na fase de descobertas de uma criança, além de sua importância para a socialização e formação de identidades, a metodologia aplicada teve como norte estimular os alunos a compreenderem, respeitando suas proporções, sobre: raça, cor e etnia. Sendo assim, com base no que tange a Lei 10.639/03, em seu artigo primeiro, que fala da obrigatoriedade do ensino e da história dos africanos e afro-brasileiros, os objetivos propostos foram alcançados, uma vez que, inicialmente, as crianças foram levadas a conhecer se reconhecendo na cultura supracitada, de maneira lúdica através da literatura, música, confecção de brinquedos e confecção de cartazes. A culminância desta atividade foi realizada durante uma feira de conhecimento realizada pela creche, que contou com a participação de diversas pessoas da comunidade escolar, inclusive familiares dos envolvidos. Ainda em tempo, a promoção da referida atividade propiciou também a efetiva interação dos atores sociais como prevê o Projeto Político Pedagógico. Juntando estas duas dimensões, partimos da premissa de que é necessário que a Educação Básica contemple a questão étnico-racial, em razão de que esta trata da diversidade étnica e cultural de nosso país. Sendo a escola um espaço importante na luta antirracista, foram buscados, através das relações sociais que este espaço possibilita, outras perspectivas que constituíram grande valor no âmbito de elaboração da atividade, uma vez que foram percebidas outras percepções dos alunos do que é ser negro e da contribuição do africano no processo da diáspora. Para isso, a utilização da literatura no processo de letramento e o uso da leitura e escrita foi fundamental para sua utilização social. Depois de se familiarizar com o tema, houve num segundo momento maior experiência para desenvolver a prática atrelada a sua própria vivência, ou seja, a prática pedagógica em consonância com a de cultural.

ROTA DOS BAOBÁS: vivências de um passeio afrocentrado

Cláudia Vicente da Silva (UFPE)

Maria da Conceicao dos Reis (UFPE)

Esse texto tem por objetivo apresentar o relato de experiência produzido pelo passeio cultural intitulado: Rota dos Baobás, organizado pelo Laboratório de Educação das Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal de Pernambuco-LABERER/UFPE. A experiência fez parte das atividades de desenvolvimento do Projeto: Janeiro Cultural do Laberer, realizado no mês de janeiro do ano de 2019 na cidade de Recife/Pernambuco. A ideia central desta atividade foi aproximar e trazer para o centro dos debates do Laberer, de maneira lúdica e interativa, a presença negra através dos baobás que crescem na cidade do Recife/PE numa perspectiva afrocentrada. O fato de utilizar o espaço em que o indivíduo está inserido, possibilita mais que conhecimentos, integra-os e envolve-os noutras cosmovisões. A Teoria da Afrocentricidade enfatiza a importância de revisão historiográfica para quebra de paradigmas, no que toca à

invisibilidade, no caso, afro-brasileira no processo de contagem e recontagem de sua própria história, seja no continente ou na diáspora. A atividade teve a participação dos membros do Laboratório de Educação das Relações Étnico-Raciais, com crianças de nosso convívio: filhos, filhas e netas, de professores e professoras, negros e negras e de militantes de movimentos sociais. A experiência constituiu-se como uma agenda de ações em prol de uma educação antirracista, visando suprir a necessidade de apresentar novas formas de construção de saberes e apropriação pedagógica dos espaços urbanos ao nosso redor. A partir da participação na Rota dos Baobás foi possível conhecer um pouco da história de pessoas que se doaram na defesa e no estudo dessas árvores em Recife que carrega em si a história de resistência do povo africano e que possui uma história, também de resistência, em espaços da diáspora, como Pernambuco. No que tange a educação das relações étnico-raciais a articulação entre teoria e prática encontrou oportunamente espaço para contribuir com a formação pedagógica e humana dos envolvidos. Neste sentido, a interface entre a expectativa e o que foi vivido resultou num espaço profundo de reflexões sobre essa relação prática e a aplicabilidade de teoria. E isto será facilmente identificado na descrição do que foi observado na experiência.

A NAÇÃO XAMBÁ, SEUS PROCESSOS PEDAGÓGICOS E O FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE NEGRA

Daniele Maria Soares de Carvalho (Colégio Reino Mágico)
Cristiane Inácio Souza (UPE)

O presente estudo é fruto das primeiras reflexões oriundas de uma pesquisa que procurou correlacionar Educação e Religiosidade Afro-brasileira, coordenada pela Professora Denise Maria Botelho, a partir do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Raça, Gênero e Sexualidades Audre Lorde (GEPERGES Audre Lorde), e propõe uma discussão sobre os processos pedagógicos desenvolvidos com os/as jovens do Terreiro Ilê Axé Oyá Meguê, da Nação Xambá - localizada na cidade de Olinda-PE - problematizando como estas ações pedagógicas, desenvolvidas pelos mais variados agentes, corroboram com a construção de saberes, fortalecendo a identidade negra dos/das jovens. Sentimos a necessidade de fomentar tal pesquisa pois, nota-se que ainda há uma tentativa de se anular as identidades, culturas e epistemologias que se distanciem de uma perspectiva eurocêntrica e hegemônica. Constantemente vemos atos criminosos e de racismo religioso contra as/os adeptos/as do candomblé decorrentes, entre outros aspectos, do conservadorismo e fundamentalismo religioso que não permitem outras concepções teórico-filosóficas, que não as próprias. Em contraponto, terreiros são ambientes de acolhimento onde se dá o fortalecimento da identidade religiosa, cultural e ancestral negra. Compreendendo o Terreiro da Nação Xambá como um espaço não formal de educação, desenvolvemos nossa análise alicerçados no campo da Educação não formal, que ao longo dos anos destaca a relevância em compreendermos como a Educação se desenvolve nos mais variados espaços que compõem nossa sociedade. Sob o enfoque da pesquisa qualitativa, tivemos na observação não participante e na entrevista semiestruturada os instrumentos para coleta de dados que, por sua vez, foram estudados a partir da Análise do Discurso. Nosso estudo toma por referencial teórico as pesquisas de Botelho (2010); Cavalleiro (2015); Ferreira e Medeiros (2012); Gohn (2014); Hampâté Bâ (2010); Maingueneau (2015); Minayo (1994); Nascimento (2012); Orlandi (1999); entre outros/as pesquisadores/as, que nos fornecem relevantes concepções para melhor analisarmos os processos pedagógicos da Nação Xambá para a construção da identidade negra das/os jovens, assim como para a formação cidadã.

A PROPOSTA DE EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL, AS METODOLOGIAS E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE CAMPINA GRANDE-PB – RELATANDO EXPERIÊNCIAS ESTUDADAS

Cristiane Maria Nepomuceno (UEPB)

Com a institucionalização da Lei 10.639/03 instaurou-se uma gradual e significativa reformulação na educação brasileira. Uma série de leis, diretrizes e orientações foram instituídas objetivando implementar as diversas mudanças que precisam ser promovidas, da construção de um novo currículo voltado à valorização da história e a cultura dos povos africanos e dos/as afro-brasileiros/as às práticas pedagógicas. Este artigo objetiva apresentar algumas experiências pedagógicas centradas na implementação do projeto de educação étnico-racial no contexto do Ensino Fundamental I obtidos a partir de uma pesquisa (vinculada a dois programas de fomento à pesquisa de iniciação científica: PIBIC e PROPESQ/UEPB) que tomou como recorte empírico as escolas da rede municipal de ensino de Campina Grande-PB. A problemática da pesquisa estava voltada a investigar as dificuldades que estavam sendo enfrentadas para a implementação da proposta educacional e, ao mesmo tempo, observar as mudanças que estavam ocorrendo nas metodologias e práticas pedagógicas de que modo estavam inserindo os novos conteúdos e o material didático utilizado. Para coletar os dados na pesquisa de campo, as técnicas utilizadas foram as de observação, questionário (com questões estruturadas e semi-estruturadas), entrevistas (livre ou dirigida. A observação foi a primeira técnica utilizada não só por ser a mais interativa, mas principalmente por ser a que melhor permitiria as nossas pesquisadoras estabelecerem uma relação de maior proximidade que tornando mais fácil extrair as variáveis, produzir os protocolos e os instrumentos de coleta de dados. As perguntas que orientaram as pesquisadoras durante as entrevistas seguiram o plano relacionado aos objetivos estabelecidos. Também foi planejado um protocolo (guia) de observação como método de registrar as anotações de campo de caráter descritivo e reflexivo. As técnicas de registro foram as mais diversas: gravações, fotografias, filmagens, diário de campo, anotações em protocolo de observação, formulários e outras possibilidades de registros gráficos. Dessa pesquisa resultaram vários trabalhos de conclusão de curso cujas sínteses serão apresentadas na sequência do artigo. Em linhas gerais, constatamos que muitos são os desafios que apontam para a efetiva implementação da lei na escola, pois sua aplicação ainda é incipiente, isto porque a escola ainda percebe seus sujeitos como iguais sem notabilizar suas diferenças, e muitas vezes esmaece sua origem étnica, cultural e identitária, e isto incide, no que se refere a negros/as, na forma e no modo como os saberes históricos e culturais africano e afro-brasileiro, mas também chama atenção para o direito social à educação, a que tem direito meninos/as e jovens negros/as, sobretudo, quando este direito notabilizar o pertencimento étnico destes educandos/as, apontando para sua inclusão social e cultural.

O TRABALHO INTERDISCIPLINAR NA EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS: relato de experiência de um projeto de extensão na cidade de Jaguaribe - CE

Cristiane Sousa da Silva (IFCE)

Raquel Campos Nepomuceno de Oliveira (IFCE)

Neste trabalho busca-se relatar a experiência de um projeto de extensão de combate ao racismo em escolas públicas do município de Jaguaribe-CE. Para que fosse possível realizar o trabalho, foi necessário o engajamento de vários atores em diferentes etapas. Propõe-se aqui delinear o caminho percorrido, de forma a valorizar a interdisciplinaridade como alternativa singular para a educação das relações étnico raciais em escolas de ensino infantil e fundamental I. O projeto

intitulado “Caminhos para a desconstrução do racismo em escolas públicas de Jaguaribe” foi desenvolvido nas seguintes etapas: planejamento, seleção de bolsistas, capacitação da equipe e execução das atividades. Contou com a participação de servidores das equipes docente e técnica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - campus Jaguaribe. O objetivo principal da atividade de extensão foi o de valorização do conhecimento sobre relações étnico raciais e da identidade negra, e nesse intuito foram traçadas estratégias diferentes de acordo com o público-alvo. A equipe de elaboração foi coordenada por docente da área de Educação Física e composta por Assistente Social, Historiador e Psicóloga, caracterizando-se o trabalho como interdisciplinar, na medida em que contribuíram em diálogo constante profissionais de diferentes áreas. Após a elaboração do projeto, a equipe se dedicou à seleção de bolsistas na instituição. Estes seriam posteriormente responsáveis pela execução das atividades nas escolas previamente escolhidas junto à Secretaria de Educação do município. A avaliação dos quesitos estabelecidos na seleção foi feita com a contribuição de toda a equipe, de modo a garantir múltiplos olhares também sobre as características dos entrevistados. As atividades desenvolvidas foram: na escola de ensino infantil, com crianças de 4 e 5 anos, contação de histórias com conteúdo de valorização da identidade negra; na escola de Ensino Fundamental I, com crianças de 7 a 9 anos, a reprodução de oficinas centradas em elementos da cultura africana e afrobrasileira. Apesar da dificuldade quanto aos recursos e da resistência inicial por parte de uma docente da escola de ensino fundamental, ao longo da execução do projeto fomos reavaliando estratégias coletivamente, de modo a buscar alternativas que nos aproximassem das escolas, como empregar materiais recicláveis disponíveis na instituição e envolver a professora que apresentou resistência nas atividades das oficinas. Desse modo foi possível notar que variados olhares geraram novas possibilidades ante os desafios ao longo do percurso, pelo que considera-se a interdisciplinaridade como alternativa efetiva para o sucesso do projeto.

MENINAS NEGRAS PROTAGONISTAS: A Educação Para a Promoção da Igualdade de Gênero na Perspectiva Étnico-Racial - O Papel da Formação Docente

Débora Kelly Pereira de Araújo (Prefeitura de São Sebastião de Lagoa de Roça/PB)

RESUMO: Desde a infância as meninas são vitimadas pelos mais diversos tipos de práticas discriminatórias, preconceituosas e inferiorizantes. E no caso das meninas negras, esse quadro de agressões e negações de direitos, ainda pode-se acrescentar o racismo e outras práticas preconceituosas diretamente relacionadas às suas pertencas étnicas, afrodescendentes orientadas por um conjunto de regras sociais e um padrão cultural que continua preso à concepção de que negras e negros são inferiores. Desse modo, o presente estudo trata-se de um projeto de pesquisa do programa de Pós-graduação em Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Nossa proposta de pesquisa tem como objetivo investigar o papel da formação docente na educação para a promoção da igualdade de gênero na perspectiva étnico-racial, a partir da compreensão que a adoção de uma prática pedagógica adequada possibilita a construção das identidades de meninas negras protagonistas. Compreendemos que a escola quando produtora de uma educação crítica e reflexiva poderá contribuir para as desconstruções de práticas e pensamentos discriminatórios, e a reconstrução de conceitos e atitudes que promovam a construção de indivíduos críticos e participativos, livres de preconceitos e de estereótipos. Contribuindo assim, na busca e construção de uma sociedade onde todos podem viver suas singularidades gozando dos mesmos direitos e oportunidades. Com isso, a escola precisa está aberta a discussão de diversidade desde a educação infantil não como um conteúdo, mas de forma interdisciplinar, e não apenas a discussão, mas a sua reestruturação e reformulação curricular. Adotando assim, um currículo multicultural que

garante um espaço onde todas as formas de ser são reconhecidas, como afirma Candau 2002 p.53, a proposta de uma educação com base multicultural nasce a partir do reconhecimento da diversidade de experiências que modelam as relações e a sociedade. O projeto trata-se de uma pesquisa-ação, e adota a modalidade de pesquisa-ensino que torna o/a professor/a, um/uma pesquisador/a permitindo ao/a mesmo/a encontrar respostas que contribuam para a construção de um conhecimento ajustado a sua realidade, de modo que com os resultados obtidos possam (re)adequar a sua prática pedagógica viabilizando o aperfeiçoamento profissional. Para tanto, tomaremos como aporte teórico as contribuições de Kátia Patrício Benevides (2009), Paulo Freire (2005), Guacira Lopes Louro (1997), Zanelli (2002) entre outros/as. Por fim, compreendemos que uma educação crítica e eficaz é aquela que produz além de conhecimento, propicie a construção de valores como respeito, empatia e fraternidade entre os sujeitos.

NEABI-UFS: contextos, desafios e possibilidades

Edinéia Tavares Lopes (UFS)
Maria Batista Lima (UFS)

Criado no Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) em 13/05/1986, o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) nasce no contexto da ampliação de criação de núcleos com objetivos de desenvolver discussões e ações sobre as questões étnico-raciais nos espaços universitários. Inicialmente composto por docentes dos departamentos de História, Antropologia, Serviço Social e Letras, comprometidos com a questão racial negra, teve como primeira coordenadora a Profa. Maria Nely Santos, do Departamento de História. Atualmente tem em sua composição docentes de quatro dos cinco campi da UFS, vinculados a diferentes departamentos, tais como: Educação, Saúde, Química, Filosofia, Letras, Sociologia, Antropologia, Museologia, História, além de representantes estudantis e da comunidade externa, especialmente dos Movimentos Sociais Negros. A partir de 2017 incorpora às suas ações as questões indígenas, assumindo a denominação Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas NEABI-UFS. Podemos sintetizar os objetivos em: propor, fomentar e realizar, no âmbito da UFS, ações de Ensino, Pesquisa e Extensão voltadas às demandas da população negra e dos povos indígenas brasileiros. Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo relatar e refletir sobre algumas ações desenvolvidas pelo NEABI ao longo desses 33 anos de trajetória, bem como sobre os desafios e possibilidades atuais. Dentre as ações podemos destacar: laudos antropológicos para comunidades quilombolas, coordenação do processo de criação, implantação e acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas da UFS, eventos de extensão, cursos de formação, Projeto Equidade na Pós-Graduação, orientações de graduação e pós-graduações, realizações de pesquisas e representações em órgãos colegiados da sociedade civil. Como desafio apontamos insipiência de conhecimentos e comprometimento em relação as temáticas étnico-raciais por uma parcela significativa dos profissionais do Ensino Superior. Como possibilidades elencamos a ampliação da equipe, em sua diversidade de área do conhecimento e de segmentos representativos, tais como: docentes, técnicos e discentes. Além disso, destaca-se a articulação com os movimentos sociais negros, indígenas e de direitos humanos, dentre outros.

DANÇA AFRO NA ESCOLA: desafios para uma educação descolonizadora e antirracista

Eginaldo Ferreira França (UFSB)

A proposta que aqui se apresenta tem como ponto de partida o estudo de caso da transmissão do saber pela Dança Afro Contemporânea do Projeto Encantarte vislumbrando a formalização

do seu método como alternativa para a prática da Lei 10.639/03 trazendo reflexão sobre os estudos das relações étnico-raciais e os desafios para a descolonização dos currículos. O Encantarte é uma organização social sem fins lucrativos que atua com ações de promoção da Igualdade Racial, sendo a arte e a educação os principais alicerces para sua atuação na periferia de Itabuna-BA. Ao identificar nesse processo o método conhecido na dança contemporânea como ressignificação do movimento, através das expressões corporais, refletimos também, acerca da necessidade de aprimorar os métodos para aplicação da Lei 10.639/03 promovendo um diálogo epistêmico com expressões populares da cultura negra e identificamos a relevância desta pesquisa nos efeitos causados pelo combate a exclusão social vivida por jovens negros, ao tempo em que esta arte vislumbra fortalecer as lutas contra os preconceitos e toda forma de discriminação racial.

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: Um Estudo Sobre Os Impactos da Lei Nº 10.639/03 no Ambiente Escolar

Eliane Correia do Nascimento (FATIN)

Nanicleison José da Silva (EREM Painelas)

A história da educação brasileira traz em seu bojo indicador o histórico bem diferenciado que provoca marcas nos sujeitos que, por mais de três séculos, viveram à margem do processo educacional formal deste país. Na verdade, as diferenciações nos indicadores da escolarização de brancos e negros são persistentemente distinguíveis e são demonstradas em importantes estudos balizados em indicadores oficiais que demonstram tais assimetrias. Para entender a complexidade do tema abordado, faz-se necessário entender que no Brasil, historicamente, não há como negar as relações assimétricas de poder travadas entre as diferentes matrizes culturais e raciais. Nossa sociedade possui uma imensa diversidade étnica e cultural, no entanto, se vivencia um sistema excludente, que considera as identidades diferenciadas, as práticas sociais, políticas e culturais de diferentes grupos étnico-raciais, alimentando conseqüentemente as desigualdades sociais. O objetivo deste artigo é compreender as concepções de professores e estudantes de uma escola da rede Estadual de ensino de Pernambuco sobre o papel da história e cultura afro-brasileira e africana e a implementação da Lei 10.639/03 como instrumento de combate ao preconceito étnico-racial na escola. Para tanto, utilizamos como referencial teórico os estudos de Gomes (2005), Munanga (2005), (Gonçalves & Silva, 2004), Orlandi (1999), e outros autores que com seus escritos corroboraram com o desdobramento da pesquisa. No concernente, ao processo investigativo seguiu-se com entrevista aos professores do ensino médio, aplicação de questionário aos estudantes na faixa etária entre 16 e 19 anos e foi utilizada a metodologia quali-quantitativa (6 professores e 100 estudantes). A compreensão sobre a temática se justifica pela necessidade de desconstruir socialmente o preconceito e a discriminação racial que sofre a população negra. A escola tem um papel fundamental no processo de construção e reconstrução dos valores sociais, por isso os resultados da pesquisa sobre a questão racial no contexto escolar, já que o sistema de ensino brasileiro se baseia numa visão eurocêntrica, monocultora, discriminatória de caráter racista e excludente. Tudo isso corrobora os mecanismos de exclusão tendo a escola dificuldade de cumprir o seu verdadeiro papel, que é a formação humana, educar, socializar e formar cidadãos comprometidos com a transformação social.

(RE) EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS, MARCO REGULATÓRIO E CATEGORIAS CHAVES: uma reflexão a partir da docência na Educação Básica e no Ensino Superior

Elizama Pereira Messias (UFPE)

O questionamento do pensamento moderno, em sua noção essencializante de identidade, assim como de ciência, vem se construindo historicamente a partir das obras de diversos autores, neste contexto as identidades ou identificações em curso (Santos, 1994) assumem centralidade na arena política, trazendo para o centro do debate identidades historicamente silenciadas. Assim, vemos a emergência de várias lutas em torno de identidades coletivas (Scherer-Warren, 2006) tais como as levadas a cabo pelas populações negras e indígenas, pelas mulheres, pela comunidade LGBT, pelas juventudes, etc. Neste cenário os Movimentos Negros emergem como protagonistas da luta na qual a questão educacional ganha centralidade. No entanto, é importante destacar que estas lutas não são recentes, do mesmo modo é importante dizer que ao longo da história houve diferentes maneiras de materializá-la. Rocha e Silva (2013), recupera esta trajetória pontuando desde ações isoladas, às ações coletivas aos longo dos anos, resultando, dentre outras coisas na aprovação da lei 10.639/03. incluindo nos currículos de toda a educação básica a história da África e dos afro-brasileiros e suas contribuições para a formação, política, social, econômica e cultural do povo brasileiro. Isto traz para o centro do debate, o papel da escola na construção das identidades étnico-raciais, nos fazendo refletir sobre os rituais, os textos, os discursos e conhecimentos que circulam dentro deste espaço. De que forma estes “novos atores”, conhecimentos e identidades tem sido incorporados ou não dentro do espaço escolar? Este texto busca realizar estas reflexões a partir da revisão dos principais conceitos sensibilizantes que perfazem este campo de discussão e do marco regulatório da Educação das Relações Étnico-raciais. Assim como através da minha experiência como docente da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino da Cidade do Recife, entre os anos de 2003 a 2006, e posteriormente como professora substituta da UFPE, onde lecionei a disciplina eletiva Educação das Relações Étnico-Raciais entre os anos de 2013 e 2015. Assim entre memórias, conceitos, planos de ensino, projetos pedagógicos, depoimentos e produção dos estudantes revisito a minha prática e o processo de construção da minha identidade enquanto mulher negra, professora e formadora de professores/as, refletindo sobre as incertezas, certezas, desafios e possibilidades de um fazer pedagógico preocupado com a equidade étnico-racial e o reconhecimento efetivo da população negra no Brasil. Os resultados parciais, desta pesquisa ainda em andamento, revelam a necessidade da construção de conhecimentos que se conectem com uma prática antirracista, esta construção a partir de um processo dialógico geram impactos tanto nos discentes como nos docentes que fortalecem identidades e sentem a necessidade de se engajar na luta antirracista.

MOVIMENTO NEGRO E ESCOLAS COMUNITÁRIAS: memórias e caminhos de uma educação antirracista

Euclides Ferreira da Costa (PEJALBA)

Maria Lucia Gomes dos Prazeres (UNICAP)

O artigo foi escrito com o propósito de apresentar caminhos traçados pelo Movimento Negro e Escolas Comunitárias na construção de uma educação antirracista. Para cumprir esse propósito foram analisadas entrevistas, de três militantes/educadores que apresentaram em suas narrativas, memórias resguardadas sobre formas de repasse de elementos da visão de mundo africano, utilizados como conteúdo básico nas práticas pedagógicas desenvolvidas. A história oral foi utilizada como princípio metodológico e a história de vida como gênero adotado para captação de informações e fundamentação das narrativas, Meihy (2011). Definiu-se quatro referências teóricas básicas: Luz (2013) trata das tradições africanas no Brasil, valores e linguagens, considerando que cada indivíduo configura-se como um lugar, um território, ao mesmo tempo

singular e social, sempre investido do desejo ancestral de continuidade da espécie, princípio que materializa os valores civilizatórios da oralidade em diálogo com a memória, que favorecem a transcrição do discurso implícito e subjacente às vivências; Santana (2005) trata da forma de educar as crianças, a partir da necessidade do cuidar, do acolher, do respeitar seu ambiente de aprendizagem e isso implica no respeito à sua cultura, corporeidade, estética, religiosidade, onde também precisa ser considerado o princípio da solidariedade que está presente na história de resistência e sobrevivência do povo negro. Histórias que expressam valores civilizatórios da ludicidade e da musicalidade presentes no viver africanamente, que em algumas situações são tratados nos contos, histórias e mitos africanos; MNU (1988) documento escrito nos dez anos da entidade, que apresenta um dos objetivos basilares do movimento ‘oportunizar a população negra e oprimida o direito a participar democraticamente em todas as instâncias culturais, educativas, sociais, políticas e do mundo do trabalho, utilizando as expressões artísticas como estratégias de enfrentamento ao racismo e a todas as formas de discriminação’, dando objetividade a direção a ser seguida em consonância com os valores civilizatórios da circularidade e da cooperação; AEEC(1985) documento/registro da Formação de Educadores/as de Escolas Comunitárias, onde foram trabalhados os princípios civilizatórios da memória em diálogo com a oralidade e a circularidade, elemento de ligação entre educação antirracista e os conhecimentos vivenciados pelos entrevistados. A partir dessa base orientadora, concluímos que: a militância política dos integrantes do Movimento Negro está, predominantemente, relacionada à educação antirracista, com foco nos princípios civilizatórios africanos.

SENTIDOS DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS ENCONTRADOS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORAS (ES) INTEGRANTES DO GRUPO GEPERGES- AUDRE LORDE

Eunice Pereira da Silva (UFPE)

Janssen Felipe da Silva (UFPE)

A presente pesquisa é proveniente do trabalho de conclusão de curso, que tem continuidade junto ao Programa Mestrado em Educação Contemporânea sediado na Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste. O estudo tem como objetivo compreender como as práticas pedagógicas desenvolvidas por professoras(es) integrantes do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Gênero, Raça e Sexualidades - Geperges Audre Lorde contribuem para o enfrentamento do racismo no espaço escolar. Para tanto, filiamo-nos a abordagem dos Estudos Pós-Coloniais a partir dos conceitos de Colonialismo/Colonização, Colonialidade e os seus eixos: Poder, Saber e Ser (QUIJANO, 2000, 2005; MIGNOLO, 2005; GROSFUGUEL 2007; WALSH 2006, 2008, 2014) que emergem das lutas dos movimentos sociais. A referente abordagem tem as culturas silenciadas como objeto de estudo, analisando os enfrentamentos político e epistêmicos frente às Heranças Coloniais que violaram/violam e negaram/negam as diferenças dos povos, sejam elas físicas, epistêmicas, culturais ou geográficas. O trabalho foi realizado utilizando-se da análise de conteúdo via análise temática (BARDIN, 2004; VALLA, 1999). Para coleta de dados realizamos observação participante no Grupo Geperges Audre Lorde e aplicamos questionários e entrevistas aos professores(as) integrantes do Grupo investigado. As análises dos dados indicaram que as práticas desenvolvidas pelas(os) professoras(es) integrantes do Grupo Geperges Audre Lorde contribuem para o enfrentamento do racismo no espaço escolar orientados pelas bases políticas e epistemológicas socializadas durante os processos formativos no respectivo Grupo. Nesse sentido, percebemos a partir do presente estudo, que, apesar dos avanços legislativos e sociais, ainda se manifesta uma forte lacuna na formação docente que se expressa na prática pedagógica. Espaços formativos como

o Grupo Geperges Audre Lorde se apresentam como um lugar possível para o conhecimento das marcas coloniais em nossa sociedade e, conseqüentemente, no espaço escolar. Compreendemos também que o olhar das(os) professoras(es) orientados pelos seus diferentes saberes contribuem para o enriquecimento de suas práticas pedagógicas.

GIRA CONTOS CONTADORES DE HISTÓRIAS: vivências de performatividade negra em sessões de contação de histórias por uma educação anti-racista e implementação da lei 10.639/03 (11.645/08) no ambiente escolar

Fernanda Mara Ferreira Santos (UNB)

Este trabalho visa apresentar as experiências performativas da atriz, arte-educadora e ativista negra Fernanda Ferreira em dois projetos de Extensão/Formação docente no enfrentamento ao racismo e ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena promovidos pela ONG Bamidelê no ano de 2017 e pela instituição de ensino superior UEPB no ano de 2018. Nosso objetivo é relatar algumas das principais vivências junto à professores(as) e alunos(as) da rede pública de ensino fundamental na Grande João Pessoa e região ao utilizarmos contos da oralidade e literatura escrita de temática Negra/Afro-brasileira enquanto recurso pedagógico para inserção de elementos estéticos culturais de matriz Afro-indígena no ambiente escolar visando o cumprimento da lei 10.639/03. O grupo Gira Contos Contadores de Histórias foi idealizado por Fernanda Ferreira em 2011 e enquanto iniciativa artística e educacional de combate ao racismo, possui repertório de histórias e atividades pedagógicas que foram apresentadas e adaptadas pela integrante para a realização de oficinas formativas nos projetos “IYÉ DÚDÚ – Um conto por uma educação anti-racista” e “Saberes e fazeres afro-brasileiros e indígenas na sala de aula” durante o módulo de contação de histórias. Interessa-nos, portanto, discorrer sobre o processo criativo dos elementos performativos e narrativas utilizados pelo grupo para suscitar o debate e a superação do racismo no ambiente escolar, assim como também destacar a significativa produção intelectual afro-brasileira no campo da educação na cidade de João Pessoa. Para este trabalho utilizamos como ponto de partida para nossos relatos os registros fotográficos das apresentações, oficinas, encontros, bem como os depoimentos e entrevistas dos docentes e discentes participantes. As contribuições e impressões de outros colaboradores sobre as sessões de histórias e atividades formativas realizadas ao longo dos projetos também servem de fonte de registro para o nosso trabalho. Neste sentido, entendemos ser de grande importância refletir sobre as experiências educacionais adquiridas enquanto desencadeadoras de ações pedagógicas anti-racistas em favor do ensino de História e Cultural Afro-brasileira e indígena.

EDUCAÇÃO AFRO-BRASILEIRA: Uma Pedagogia de Consciência e de Empoderamento Negro à Vista da Literatura em Uma Escola Quilombola

Francineide Francisca do Nascimento Azevêdo (Prefeitura de Goiana/PE)

A verdadeira consciência negra passa também pelo empoderamento coletivo do negro, onde o mesmo muitas vezes é discriminado até por indivíduos da mesma etnia; o que infelizmente é comum, pois, constantemente a raça negra é apresentada como algo ruim. É evidente que ninguém tem apreço em se associar com o que lhe é posto como algo ruim, inferior, desagradável, etc. Frente as dezenas de expressões racistas proliferadas por séculos como: cabelo ruim é cabelo de negro, negro é sinônimo de escravo, trabalho braçal/árido é trabalho de negro e outras expressões do tipo; fica nítido o motivo de muitos negros negarem sua cor, sua raça e sua ancestralidade afro. Para uma real consciência negra deve ser oferecido o

conhecimento autêntico dos ancestrais africanos, cuja identidade está além do conceito da cor da pele preta, mas; na observância de traços históricos, cultural e social oriundos da etnia afro, implicando sempre a diversidade na interação com o outro. A proposta se deu pela impressão que se tem ao analisar algumas ações numa escola quilombola; ações que vão desde a desvalorização e rejeição da autoafirmação da raça negra e o discurso do branqueamento pelos próprios quilombolas ao racismo institucional e o despreparo do docente no ensino obrigatório da história afro-brasileira. Dado o estado amorfo de identidade negra nessa instituição de ensino; foi apresentado uma proposta de consciência afro-brasileira mais politizada e voltada à valorização cultural afro-brasileira, apoiada na Lei de nº 10.639/2003 da LDB que rege a Educação no Brasil, nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Brasil (:1999), no Programa de Combate ao Racismo Institucional e em especialistas da área de educação como: Freire (:1981), (:1987), Perrenoud (:2001) e Rodrigues (:2003). É necessário construir uma educação formada numa consciência negra crítica, de formação protagonista, para que se construa uma vida plena em sociedade, possibilitando uma participação ativa da vida em comunidade, qual o artigo XXVII da Declaração Universal dos Direitos Humanos (:1948). Na pretensão do empoderamento negro e do aumento da estima, apresentamos aos alunos a literatura de Solano Trindade, (1908-1974); por se tratar de um poeta de poesia assumidamente negra. E finalmente, por acreditar que a literatura é uma importante ferramenta artística e quem qualquer representação é mostrada como porta que encaminha a sociedade para uma melhor compreensão do mundo; almejamos com isso formação cidadã mais compreensiva e que valoriza as diversidades e, entre tantas diversidades a étnica afro-brasileira.

PRETAGOGIA NA PEDAGOGIA DO TERREIRO ESCOLA CAXUTÉ

Francisco Cruz do Nascimento (UFSB)

A oralidade é o centro transmissor da ancestralidade como processo pedagógico, a pluralidade religiosa opera a partir das identidades dos sujeitos e a escola ganha a dimensão de práticas sagradas nas vivências do Terreiro, que definem o uso de metodologias dialógicas, como as Pretagogias, Pedagogingas e Pedagogiras, dentro da Própria Pedagogia de Terreiro aplicada por Mãe Bárbara da Cajaíba, a Matriarca do Terreiro Caxuté, Mametu Kafurengá. As Pretagogias são pedagogias dos povos pretos, citada pela Doutora em Ciências da Educação, Sandra Haydée Petit, no livro Pretagogia, publicado em 2015 pela Ed UECE, onde considera as contribuições dos povos africanos para a garantia de aplicação da Lei 10.639/03. As Pretagogias nos ensinam a importância de reivindicar direitos, reconhecer a nossa ancestralidade como patrimônio sagrado da imaterialidade, definir nas nossas práticas o respeito permanente a natureza, cultivar os nossos caboclos e encantados, reverenciar as Nkisis, as nossas matas, preservar as nossas águas e compreender a importância das nossas maiongas e sacuruopembas. As Giras de Saberes são os nossos encontros intergeracionais, que nos permitem as trocas, partilhas e aprendizagens significativas com uso de materiais pedagógicos encontrados na natureza, essa é a organização do ensino não formal, precedido pela oralidade Bantu/índigena, onde a convivência gera o respeito às ideias, ideais, pensamentos e aos diversos conhecimentos, seja da criança, do jovem ou do idoso. Entrelaçar gerações pela oralidade é definir trajetórias complementares de vidas, esse é o grande mote do Nzo Caxuté, localizado no Distrito da Cajaíba, município de Valença – BA, regido por Nlemba e Kitembu. O povo preto de Terreiro precisa falar, porque muitas ações afirmativas são construídas nas comunidades tradicionais e nos movimentos sociais, portanto, precisam dialogar com a academia e contribuir no reconhecimento de uma Episteme Afro-índigena, ampliar as nossas escrituras regidas por Nzambi Ampungu, afinal não desejamos ser apenas objetos de pesquisas, precisamos protagonizar as transformações sociais, através de políticas públicas para a educação. Esse resumo é a descrição do trabalho de pesquisa

A Pedagogia de Terreiro na Luta por Direitos, do Professor da Educação Básica, Francisco Cruz do Nascimento, Taata Kabondu Magonleji, para a conclusão do Mestrado Profissional em Ensino e Relações Étnico-raciais, PPGER da UFSB, orientado pela Professora, Doutora Ana Cristina Galo Peixoto e tem como produto final o vídeo-documentário com o mesmo título da pesquisa.

TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS ESCOLARES DE ESTUDANTES NEGROS/AS COTISTAS DA UNILAB: discriminação racial, identidades, currículo e práticas pedagógicas

Francisco Érick de Oliveira (UFPB)

Abordarei, aqui, algumas temáticas e problemas da minha pesquisa de Mestrado, realizada entre 2017 e 2019, no Mestrado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), tencionando questões referentes ao preconceito e à discriminação racial na escola e as experiências de formação identitária, atentando para as ausências de mediação pedagógica e de gestão quanto às formas de racismo, em suas diversas faces interconectas, e caminhos possíveis para práticas antirracistas. A pesquisa buscou reconstruir as disposições sociais de seis estudantes negros/as cotistas dos cursos de graduação da UNILAB - CE, oriundos/as das camadas populares (família pouco escolarizada; trabalhos e ocupações manuais e/ou informais; e renda familiar entre um e dois salários mínimos), afim de compreender como e em quais espaços foram socializadas condições de longevidade escolar, considerando-se toda uma bibliografia sociológica que projeta nas camadas populares menores possibilidades de escolarização duradoura em função da posse insuficiente de capitais culturais, econômicos e sociais. A interlocução com os/as agentes se deu via questionário semiestruturado e entrevistas individuais e em profundidade. Elaboro este recorte problemático com o objetivo de, a partir das trajetórias e narrativas (auto)biográficas dos/as estudantes, primeiro, visualizarmos em que circunstâncias (entre as coisas ditas e não ditas) os preconceitos, discriminações raciais e relações de mestiçagem e branqueamento proliferam e como enfrentá-las na base curricular, na gestão escolar e nas práticas pedagógicas; segundo, para reiterarmos a necessidade da formação docente continuada, atualizada e crítica em vistas do amadurecimento e aprofundamento das questões étnico-raciais na educação. Dentre os cenários de socialização de disposições de longevidade escolar, encontrei um conjunto de articulações familiares (com maior protagonismo das mães) que racionalizam a vida no lar e em torno dele em função das lógicas, rotinas e benefícios da vida escolar; ambientes extraescolares que facilitaram a experiência com valores minimamente coerentes com os da instituição escolar; e programas e projetos públicos de educação integral e reserva de vagas por critérios de renda e autodeclaração étnico-racial. Apesar destas combinações de espaços, experiências e sujeitos, os preconceitos e discriminações (individuais-institucionais-estruturais) mantiveram-se como barreira na dinâmica das identidades negras, seja pela mestiçagem, o branqueamento ou a ausência de conteúdos da história e cultura africana e afro-brasileira. É importante que se dialogue sobre isso, correlacionando que somente a posse de capitais (numa perspectiva de condições de classe e camada social) não garante o tráfego bem-sucedido dos indivíduos no campo da educação, visto que os marcadores étnicos e/ou raciais são potentes e potencializadores, principalmente, no contexto brasileiro.

DIVERSIDADE CULTURAL E SOCIAL: práticas leitoras que desconstroem o preconceito e a discriminação no ambiente escolar

Hely Cantalice Neto (Prefeitura de Caucaia/CE)

A educação direcionada à diversidade exige dos educadores um grande desafio atual que é de estarem atentos às diferenças sociais e étnico-raciais que perpassam o espaço escolar causando desconfortos e constrangimentos. É no meio escolar que encontra-se uma grande variedade étnica, cultural, e socioeconômica. No entanto, a forma como este espaço social é organizado dificulta que as diferenças presentes no cotidiano escolar sejam respeitadas e valorizadas enquanto diversidades. No que concerne a essa problemática, a luta de grupos organizados, dentre eles o movimento negro, sempre demandou e reivindica políticas públicas que venham a apoiar grupos socialmente discriminados e excluídos. Em resposta a algumas reivindicações, surgiu a lei federal 10.639/2003. Essa instituiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no ensino fundamental e médio. Nesse interim, esta pesquisa considera a escola como um espaço de diálogo onde professores e alunos devem desmistificar preconceitos e construir ações positivas em relação às diferenças. Teoricamente, fundamentamo-nos em estudos sobre a diversidade étnico racial: Cavalleiro (2006), Cunha Jr (2008, 2010) Gomes (2006), Guimarães (2004, 2008), Munanga (2005 e 2006), Ramos-Lopes (2010 a 2015), dentre outros. A pesquisa é de base qualitativa (MOITA-LOPES, 1996), perscrutando o viés da pesquisa ação, em seu caráter intervencionista (THIOLLENT, 2008). O foco da análise compreende na posição discursiva de alunos da educação básica, quando nas práticas efetivas de sala de aula. Realizamos atividades com filmes e depoimentos, os quais foram explorados por meio de rodas de conversas, entrevistas semiestruturadas, produções de textos verbais escritos e de desenhos. Estes oportunizaram aos discentes momentos de ressignificação sobre práticas discriminatórias que se cristalizam na escola e na sociedade, subjugando as inúmeras competências e contribuições do povo negro para a história deste país. O corpus analisado é compreendido nos resultados de trabalhos de alunos advindos também de oficinas propostas no contexto escolar. Este artigo é um recorte da dissertação de mestrado intitulada: Diversidade étnico-racial e a (re) construção de ações afirmativas em aulas de leitura produzida a partir dos discursos e produções dos sujeitos da pesquisa.

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO MUNICÍPIO DE ALCÂNTARA – MARANHÃO

Herli de Sousa Carvalho (UFMA)

Para vislumbrarmos a temática “Educação Escolar Quilombola no Município de Alcântara – Maranhão” vamos compreender seu processo de construção em escolas narradas por crianças quilombolas. Nossa história educacional nega o direito de participação das pessoas que usufruem de bens culturais pelo viés da educação escolar em fatos que se agravam em uma postura discriminatória com os saberes circunscritos em territórios de população negra. Recordando que o Decreto nº. 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, relata que as escolas públicas não admitiam escravos nos bancos escolares, e aos adultos negros somente havia a previsão de instrução se houvesse professores à disposição. Todavia, o Decreto nº. 7.031-A, de 06 de setembro de 1878 oportunizara o estudo aos negros no turno noturno, isto após a criação de estratégias para acesso restrito. No entanto, mais de cem anos depois, a Constituição Federal da República do Brasil (1988) cria condições legais para o exercício da cidadania e da dignidade humana, com esta atitude deseja eliminar as desigualdades e afirmar os direitos fundamentais da população negra. Anos mais tarde (2003) a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR promovendo alterações positivas na realidade vivenciada pela população negra nos séculos de preconceitos legados pelo sentimento de inferioridade fortemente disseminado pelas ideologias dominantes. Igualmente, a legislação que aborda a História e Cultura Afro-Brasileira como obrigatória veio alterar a LDB nº 9.394/1996. Neste sentido, auxiliam nesta legalidade o Parecer do CNE através do Conselho

Pleno - CP nº 3, e a Resolução CNE/CP nº 1, ambas de 2004 estabelecendo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Neste intuito, a efetivação da Lei nº 10.639/2003 e a Resolução nº 8/2012 assegura em suas Diretrizes o currículo como instrumento de construção de identidades étnicas através de lutas e conquistas significativas. Fundamentamos em Cruz e Soares et al, (2010); Arruti (2010); Soares (2010); Brasil (2012); Carvalho (2016); dentre outras. Portanto, a Educação Escolar Quilombola contribui no fortalecimento dos espaços educativos das Comunidades Quilombolas ao materializarem práticas interdisciplinares e contextualizadas com a vida, e, consequentes políticas de ações afirmativas direcionadas aos quilombolas.

FORMAÇÃO DOCENTE E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: estudo da arte

Jussara Santana de Araujo (UNEB)

Iris Verena Santos de Oliveira (UNEB)

Este artigo apresenta o estado da arte sobre das produções acadêmicas que tratam de educação antirracista relacionada ao debate a respeito da formação docente. O objetivo foi analisar a produção acadêmica sobre educação e relações étnico-raciais entre os anos de 2003 a 2018 por meio da análise das teses e dissertações produzidas em alguns programas de pós-graduação em Educação, tendo em vista a legislação que reformula a perspectiva de história do Brasil nos currículos da Educação Básica, a partir da lei 10.639/03, que institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e Afro-Brasileira na educação básica no Brasil. O levantamento considerou teses, dissertações e artigos, disponíveis nos repositórios da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), SCIELO (Biblioteca Eletrônica Científica Online) e UNEB (Universidade do Estado da Bahia) sendo delimitadas três categorias de pesquisa: Formação de Professor, Relações Étnico-raciais e Educação Antirracista. Que possibilitasse fazer um parâmetro ao que se propunha o direcionamento deste estudo, se referindo, em sua maioria à normatividade da Lei 10.639/2003 e sua implementação como ponto de partida para abordar os contornos de desigualdade através da conjuntura educacional. Para tanto, dois aspectos estão presentes na pesquisa no campo das discussões do nosso estudo: a emergência do debate da diversidade étnico-racial na educação e as representações sociais dos profissionais de educação quando estas fomentam a permanência da exclusão, discriminação e preconceito dentro da prática educativa pedagógica. Após o estabelecimento de filtros para a pesquisa e a organização dos dados, destacamos cinco produções acadêmicas de cada repositório que possibilitam analisar o uso dos conceitos diversidade e diferença no debate sobre questões étnico-raciais e formação docente no Brasil. Este levantamento possibilitou a análise sobre o espaço destinado à formação para as relações étnico-raciais e para o trato com a diferença na pós-graduação, assim como identificar os desafios relacionados à implementação da lei no espaço escolar, exercício que evidencia as dificuldades e reforça a importância da formação inicial e contínua de professores no trato da diferença.

INTELECTUALIDADE NEGRA EM ESCREVIVÊNCIAS DOCENTES

Iris Verena Santos de Oliveira (UNEB)

O texto foi organizado como uma narrativa de negociações cotidianas que compõem a minha trajetória como professora negra, atuando no ensino superior, a partir de experiências de formação inicial de graduandos e da formação em exercício de professores da educação básica em movimentos de pesquisa e extensão. Apresento o Grupo de Experiências (GE) como

proposta metodológica, ao tempo em que a narrativa institui e rasura o meu lugar de fala como intelectual negra, contaminada pelo processo de construção dos cenários formativos propostos. Traço os caminhos de pesquisa escolhidos, diante do horizonte de possibilidades postas para equipe de pesquisadoras, marcando os esburacamentos nos lugares comumente atribuídos a condição de orientadora, orientanda e professora. O texto apresenta sensações, alegrias e frustrações vivenciadas coletivamente num processo de formação em que, estamos todas na roda, a partir de situações que me tocam na prática da extensão e da pesquisa acadêmica, pela construção de pontes que ligam universidade, movimentos sociais e escolas quilombolas. Avalio como essa experiência me toca e altera como professora negra, de uma instituição de ensino superior pública, inventando com estudantes que compõe a equipe, formas de contaminar a metodologia da pesquisa, com questões relacionadas a nossa pertença, marcando a importância da representatividade e responsabilidade ética no jogo acadêmico. A conexão construída pelo coletivo com quem tenho produzido conhecimento não reivindica o lugar da intelectualidade desconectada de nossas experiências. As atividades são marcadas pelas trajetórias dos envolvidos. As nossas escrituras e as dos professores foram assumidas de forma mais intensa no decorrer do projeto. (EVARISTO, 2017a/2017b/2014/2003). Ao tempo em que marco as subjetividades de minha pertença como mulher negra no desenvolvimento do projeto, me incomoda o tratamento dado por vezes a essa condição de negritude. Reconheço que a adjetivação ao nomear define e limita, por isso o texto pontua rastros de fabricação do discurso e condições de possibilidade da constituição da experiência de si, rasurando a intelectualidade negra reivindicada, como indicativo de que outros caminhos para sua constituição, integram o horizonte de possibilidades. (BUTLER, 2017)

A PERCEPÇÃO DO SAGRADO COMO FORMA DE RESISTÊNCIA AFRO-INDÍGENA, NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E PROFESSORAS DE HISTÓRIA DOS ANOS FINAIS

Jair Gomes de Santana (SME Recife/PE)

Marlen Cristina Mendes Leandro (Prefeitura do Recife/PE)

Essa comunicação oral resultou da nossa experiência na formação continuada (do 6º ao 9º ano) da Rede Municipal do Recife. Foi discutido o sagrado e propusemos aos professores/as uma reflexão sobre como este tema é trabalhado na sala de aula. Os objetivos da formação: conceituar o sagrado a partir de Mircea Eliade; percebê-lo como uma categoria de análise da vida social de grupos humanos; instrumentalizar os professores/as para fortalecer o debate do respeito à diversidade religiosa. De acordo com Correia (2014), as culturas Afro-indígenas criaram um sistema religioso recheado de mitos que servem como alicerce para as suas estruturas sociais e para desenvolver uma relação mais harmoniosa com o meio ambiente. Nesse contexto, o/a docente precisa trabalhar o conceito de mito, como uma história sagrada, para afastar a concepção do senso comum, que o vê como uma mentira. Esta nova percepção do mito levará os/as educandos/as a ter uma nova relação com as religiões de matriz indígena e africana, entendendo a sua importância cultural e a sua inserção no complexo cultural brasileiro; pois a religiosidade afro-indígena sofre uma invisibilidade no ambiente escolar, por isso, é necessário trazer a discussão do valor dessas culturas, para que essa compreensão embase o respeito à diversidade religiosa. O sagrado na sala de aula é um tema que causa um desconforto para alguns professores/as, mas é um tema que precisa estar presente nas discussões para o cumprimento das Leis 10.639/03 e 11.645/08. É a partir dele que podemos entender as primeiras sociedades humanas, bem como o homo religiosus do tempo presente. Outra questão norteadora do debate foi: quais são as estratégias pedagógicas que professores/as de história utilizam para debater com seus estudantes as questões que envolvem o sagrado? Importante também é

destacar o pluralismo da sociedade brasileira, na concepção de Berger (2017, p.20), “[...]é uma situação social na qual pessoas de diferentes etnias, cosmovisões e moralidades vivem juntas pacificamente e interagem amigavelmente”. Foi possível contribuir sobre a percepção do sagrado na reflexão realizada. Os/As docentes compreenderam que trabalhar o sagrado na perspectiva da resistência afro-indígena é uma possibilidade de contemplar alguns objetivos para desenvolver uma educação para as relações étnico-raciais que valorizem a diversidade e inclusão.

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO: uma análise dos critérios de avaliação do PNLD antes e pós promulgação da Lei de nº 10.639/03

Jefferson Pereira da Silva (UFRN)

A Lei de nº 10.639, de nove de janeiro de 2003 (e alterada pela Lei de nº 11.645, de dez de março de 2008) determinou a obrigatoriedade do estudo da história e cultura da África e dos afro-brasileiros em todas as instituições de ensino do território nacional, tanto nas instituições públicas quanto nas instituições privadas. Alcançada por intermédio da luta dos movimentos, com destaque para o Movimento Negro, sobretudo no último quartel do século XX, tal medida se trata de uma política pública com viés antirracista cujo um dos objetivos centrais diz respeito à superação de uma educação historicamente pautada a partir de uma visão de mundo eurocêntrica e que não dá o devido espaço aos grupos tidos como marginalizados, nesse caso, a população negra. Por ser o responsável pela avaliação, compra e distribuição dos livros didáticos – e em determinados momentos também dos paradidáticos –, que são utilizados em toda a rede básica de ensino pública do país, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é o principal alvo das críticas e sugestões que são levantados com relação à representação que é feita do negro no material que é utilizado em sala de aula. Partindo de tal contexto, o presente trabalho objetiva analisar como o PNLD (a partir de seus respectivos editais de licitação) tem estruturado os critérios de avaliação para com o ensino das relações étnico-raciais, em especial, a história e cultura da África e dos afro-brasileiros, dentro do recorte temporal que vai de 2001 a 2010. Desse modo, tal trabalho consegue abarcar momentos que são anteriores, bem como dos que se localizam em período posterior a promulgação da referida lei de 2003, permitindo com que se observem, sobretudo, as mudanças e permanências dessa estruturação dos critérios de avaliação dentro do corpo documental. Para a sistematização dos dados coletados ao longo da documentação, utilizamos da análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin, o que nos permitiu a realização de análise tanto quantitativas, quanto qualitativas das fontes de estudo. Em síntese, os resultados alcançados apontaram que o PNLD buscou complexizar o trato para com as questões que envolvem os princípios e direitos relacionados aos estudos da história e cultura da África e dos afro-brasileiros e, conseqüentemente, com a tentativa de contribuir com a formação cidadã antirracista no Brasil principalmente com a qualificação dos conceitos utilizados, bem como a indicação direta da legislação específica referente a uma educação antirracista no país que foi sendo feita.

A UESPI E O DEBATE SOBRE AS AÇÕES AFIRMATIVAS

Jose da Cruz Bispo de Miranda (UESPI)

O artigo tem o objetivo de analisar as concepções de ações afirmativas, os programas implementados no Ensino Superior no Estado do Piauí e as perspectivas dessas ações no século XXI a partir das diretrizes dos Direitos Humanos para conjecturar as possibilidades de permanência, de superação e de fracasso dessas políticas no atual quadro do Estado brasileiro,

notadamente o Piauí. Partimos da hipótese que as ações afirmativas, especialmente as cotas para negros e negras no Ensino Superior sofrem críticas de segmentos conservadores e progressistas e, nesse contexto são impactadas negativamente, ao mesmo tempo que nesse contexto essas políticas podem ser afetadas com intervenções que podem alterar as características atuais dos seus beneficiários. O novo contexto pode incluir/excluir novos grupos, alterar o número de vagas reservadas, e mesmo a política pode ser afetada em sua existência enquanto programa de inclusão de populações excluídas historicamente das várias esferas da vida política, econômica e cultural do país. Este trabalho tem como pano de fundo as ações implementadas pela Universidade Estadual nos 10 anos de ações afirmativas no Ensino Superior, especialmente nas reservas de vagas para cotas sociais e para negros e negras, ao mesmo tempo em que analisa o desenvolvimento dessa política nas instituições universitárias brasileiras. A pesquisa é bibliográfica e documental, especialmente nas legislações federal, estaduais e das universidades. As instituições federais, apesar de iniciarem as cotas em momento posterior à UESPI, propiciam 50% das vagas para escola pública e negros/negras. Neste contexto vale interrogar o motivo pelo qual não se expande as vagas para cotas raciais que se mantém em 30%, desde 2008. Além desse debate destaca-se que novos sujeitos sociais se legitimam no cenário dos direitos humano e pautam suas lutas por acesso no ensino superior. A concluir podemos afirmar que as ações afirmativas especialmente a dos negros/negras serão alvos ações que objetivarão a redução dos direitos, ao mesmo tempo em que novos grupos reivindicarão a inclusão no ensino superior pelas ações afirmativas e, o processo de reclassificação identitária habilita às cotas sujeitos antes excluídos do direito.

EDUCAÇÃO MATEMÁTICA AFROCENTRADA NA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES

José Ivanildo Felisberto de Carvalho (UFPE)

Este estudo tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre os desafios e possibilidades de abordagem dos saberes matemáticos na perspectiva da Educação Afrocentrada. Pretendemos vislumbrar alternativas para a desconstrução de uma visão que põe o conhecimento científico unicamente como uma construção eurocêntrica. Como método, desenvolvemos uma oficina formativa com três grupos diferentes constituídos por professores e futuros professores que ensinam matemática no estado de Pernambuco no ano de 2018. As oficinas foram construídas para em um primeiro momento levantar dados concernentes às concepções dos professores sobre a história da matemática e posteriormente, vivenciar um jogo de origem africana – o Igbaita do povo Igbo da Nigéria, que foi adaptado como recurso didático para o fortalecimento de vínculos de identidade africana. Os participantes foram questionados sobre quais seriam para eles os grandes heróis da matemática presentes na sala de aula e a concepção sobre o propósito do ensino da matemática na Educação Básica. Os dados, constituídos pelo registro das discussões, apontaram que os mesmos ainda apresentam uma lacuna com relação aos conhecimentos sobre o legado africano matemático; no discurso dos professores identificamos exemplos que fortalecem a noção errônea de que, por exemplo, os saberes matemáticos foram constituídos por alguns poucos europeus como Pitágoras e Tales de Mileto. Não há referências dos professores participantes à matemática originada e desenvolvida na África. Há algumas citações com respeito às pirâmides do Egito, entretanto sem uma sólida relação com os povos ou pessoas que contribuíram com a sistematização dos referidos saberes. Neste sentido, acreditamos que uma abordagem fidedigna e idônea dos saberes matemáticos nas salas de aula deve considerar o legado matemático africano. Salientamos, por exemplo, que o modo ocidental de contar não é o único e diferentes povos e civilizações desenvolveram métodos particulares de resolver os problemas matemáticos, até hoje utilizados por diferentes povos. A matemática

pitagórica, a teoria de Tales de Mileto, o idealismo platônico têm suas raízes nas cosmogonias e na ciência africana. Há uma carência na formação dos professores de matemática o que os faz em muitas situações acreditar que a África não tem nada haver com a matemática desconhecendo a história da matemática que deveria ser abordada desde a sua formação inicial. A Educação Matemática Afrocentrada certamente possibilita processos de ensino e aprendizagem da matemática coerente com a nossa realidade brasileira, reverberando para a constituição de espaços democráticos e cidadãos mais conscientes com respeito às questões sobre identidade negra e racismo.

DESENVOLVIMENTO HUMANO, AÇÕES AFIRMATIVAS E POLÍTICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR EM PERNAMBUCO

Jose Nilton de Almeida (UFRPE)

Esta pesquisa procurou investigar o ingresso de jovens estudantes de baixa renda oriundos de escolas públicas, autodeclarados negros ou indígenas por meio de políticas educacionais sob o princípio das políticas de ação afirmativa no contexto de Nordeste, sem desconsiderar as experiências em curso nas universidades públicas brasileiras existentes em outras regiões. Estes estudos têm a intenção de acompanhar as mudanças nos perfis dos estudantes universitários, nas demandas acadêmicas, sociais e culturais em diferentes dimensões da vida cotidiana universitária (ensino, pesquisa e extensão), por isso julgamos importante conjugar esforços no sentido de inventariar, à maneira de uma grande cartografia, informações e pesquisas pertinentes sobre estes jovens ingressantes a partir dessas novas modelagens de acesso ao ensino superior, particularmente expressados pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) e pela lei número 17.711/12 (lei de Cotas), que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. A pesquisa procurou, ainda, em sua perspectiva metodológica, dimensionar aspectos associados ao desenvolvimento humano, às políticas de ação afirmativa e às políticas de democratização no ensino superior em Pernambuco, e, para tanto, considerou duas etapas distintas, mas complementares: i) realização de um balanço das pesquisas acadêmicas no âmbito da graduação e pós-graduação que abordem a experiência das ações afirmativas em cursos ofertados em instituições públicas; ii) mapeamento de experiências institucionais como as sistematizações e estruturas desenvolvidas a partir de políticas de fluxo de informações, de base de dados, além de desenvolvimento pesquisas científicas articuladas com ensino e extensão no âmbito das universidades públicas federais. Outros resultados esperados com o desenvolvimento destes estudos fórum os seguintes: promover maior visibilidade do conjunto de experiências institucionais, e dar um lugar de relevo às narrativas dos sujeitos destas políticas e igualmente com suas demandas, suas trajetórias de vida e seus itinerários em contextos educativos, em particular aqueles realizados a partir da educação formal.

ENEGRECENDO O CURRÍCULO ESCOLAR: uma abordagem decolonizadora

Karolyne Oliveira Gomes (UNILAB)

Paulo Jorge Morreira Pereira (UNILAB)

Diante de uma constante construção social que nega a existência e/ou a contribuição da população negra para a formação identitária do povo brasileiro, é primordial que docentes trabalhem com abordagens histórico-pedagógicas, com a finalidade de desconstruir estereótipos impostos a pessoas negras, nas quais são rotuladas e subjugadas. No Brasil, tem-se notado crescentes índices de casos de racismo em espaços escolares, evidenciando a necessidade de

propostas interventivas com o intuito de constituir um novo imaginário brasileiro. Diante disso, este trabalho possui como objetivo apresentar uma experiência vivenciada em uma escola de rede pública, que se localiza em Aracape-CE, produzida no decorrer do Programa de Iniciação à Docência (PIBID) de Pedagogia, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) em consonância com a implementação da Lei 10.639/03. Para isso, foi apresentado contos africanos produzidos por escritores negros, com o propósito de decolonizar o currículo escolar, averiguando as principais transformações no meio o qual foi inserido essas histórias. Uma vez que se trata de alunos da Educação Infantil, é vital o rompimento de um discurso racista e de pretensa supremacia branca, uma vez que serão eles a constituir a população do futuro, um currículo não racista é necessário. Possuindo como princípios a superação da violência, da discriminação e da opressão centrados a população negra, a decolonização do currículo é um aporte teórico e pedagógico potencializador na desconstrução do discurso dominante. Por meio dessas histórias, se coloca em evidência personagens que são excluídos e/ou rotulados como maus para, ao invés disso, lesionar a proliferação dessa definição já estabelecida, trazendo contos encenados. Às histórias, por serem algo que rompem com padrões dominantes, geraram inquietações e curiosidades nas crianças, pois muitas só tiveram o primeiro contato com temáticas africanas naquele momento. Assim, foi perceptível que para além de gerar agitação, provocou desconforto, pois mexeu com a visão ocidentalizada e quebrou continuidades que vem sendo impostas, tanto nos alunos como nos docentes. Partindo disso, é imprescindível salientar que por mais que estejamos dando avanços, no que se refere a implementação de uma decolonização curricular, são passos ainda bastante ínfimos diante de uma construção colonizadora e racista de séculos. Um grande obstáculo para avanços maiores se encontra na proliferação, através de mídias sociais e digitais, principalmente, de modelos padronizados pela classe dominante, e, é justamente nisso que se encontra a legitimidade desse trabalho, pois trabalhamos na direção contrária a essa determinação.

PROJETO LÁPIS DE COR - CICLO DE DIÁLOGOS SOBRE RACISMO NA INFÂNCIA

Laila Thaíse Batista de Oliveira (Prefeitura de Aracaju/SE)

Maíra Ielena Cerqueira Nascimento (UFS)

O Projeto Lápis de Cor - Ciclo de Diálogos sobre Racismo na Infância, proposto pela Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social de Aracaju (SEMFAS) em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), se propôs a promover um espaço de diálogo com as crianças sobre como o racismo se apresenta no cotidiano. Dessa maneira, foi desenvolvido um projeto em consonância com a Lei 10.639/03, cuja finalidade era detectar de que modo o racismo prejudica a construção da subjetividade e identidade da população infantil negra (UNICEF, 2010), impactando significativamente, portanto, na aprendizagem desses escolares (DIOGO, 2013). Assim sendo, o projeto teve como público-alvo os alunos de 5º Ano do Ensino Fundamental, ou seja, estudantes que têm entre 10 e 11 anos de idade. Logo, ao longo do biênio 2017/2018, o projeto Lápis de Cor foi desenvolvido em todas as unidades de ensino que dispõe de turmas do 5º Ano do Ensino Fundamental – 44, ao total. A metodologia do Lápis de Cor consiste em roda de conversa introdutória sobre o que é racismo e como ele se expressa no cotidiano das crianças. Esse diálogo dá ensejo à apresentação do filme documentário “Lápis de Cor” (2014), dirigido por Larissa Santos (Movimento de Cinema Negro Tela Preta). A película questiona, a partir do chamado “lápis cor da pele”, as representações do negro no universo infantil, e, conseqüentemente, como o padrão de beleza eurocêntrico vigente afeta a autoestima das crianças. A seguir, aplica-se uma dinâmica em grupo com os estudantes, de maneira e estabelecer combinados antirracistas de convivência escolar. Por fim, elas devem produzir

desenhos de si mesmas, exaltando seus traços, suas cores, suas habilidades. Em suma, é importante ressaltar que o Projeto Lápis de Cor cumpriu o seu objetivo de fornecer bases à elaboração de um diagnóstico acerca dos impactos do racismo sobre as crianças matriculadas na rede municipal de ensino de Aracaju. Nesse contexto, dentre os principais efeitos da discriminação racial à qual as crianças negras se veem submetidas, destacamos autoimagem negativa, baixo rendimento escolar, distorção idade/série. Enfim, é importante destacar que o Lápis de Cor não se encerra por si só. Ele representou tão somente o início de uma série de ações já em discussão com organizações do movimento negro sergipano, calcadas em quatro eixos: formação de profissionais da educação; fruição de bens culturais africanos e afrobrasileiros; reconhecimento e fortalecimento da identidade e enfrentamento ao racismo.

“TODOS SABEM COMO SE TRATAM OS PRETOS”: ação educativa em um espaço educativo “quase branco”

Marcos Ferreira Gonçalves (UNEB)

A educação antirracista no contexto do ensino médio, quando ocorre, tem sido colocada em prática de diversos modos e em diferentes disciplinas, sendo a disciplina História uma delas e é possível que este componente da grade curricular tenha a responsabilidade maior em relação as demais. Se sabe também que ensinar e discutir conceitos como: identidade negra, etnia, etnocentrismo e outros sugeridos por Nilma Lino Gomes (2005) pode ser a um primeiro passo para o debate sobre relações raciais no Brasil, marcadamente entre discentes do ensino médio, por vezes distantes destas terminologias. Observa-se também que desde a aprovação da lei 10.639 de 2003, como sentenciou Lázaro Ramos em sua obra *Na minha pele* (2017), um fio de esperança surgiu e é sabido que mudanças consideráveis têm ocorrido e podem, a médio e longo prazo, apresentar resultados notáveis. Sabemos também que inúmeras ações de políticas de reparação foram implementadas na última década. Esta comunicação se insere neste contexto das novas diretrizes norteadoras da Educação Básica na sociedade brasileira, entendendo sua singular importância e percebendo que a aula de História não se restringe em ensinar conteúdos sobre o homem no tempo, como nos ensinou Bloch. Neste sentido, o ensino da História pode e deve conscientizar os indivíduos sobre suas identidades, produzindo autorreflexões sobre os condicionantes produzidos historicamente, que resultaram na vulnerabilização da parcela majoritária de nossa sociedade. O projeto denominado *Sou Negro, sou resistência*, desenvolvido em 2018 por monitores do subprojeto do PIBID de História do Campus XVIII da Universidade do Estado da Bahia, amalgamou arte e compreensão histórica em diferentes ações, com resultados que produziram avanços na compreensão dos processos históricos constrangedores operantes no Brasil e em mudanças na autoestima e na percepção dos sujeitos envolvidos nessa intervenção pedagógica. Desta forma, a ação educativa aqui exposta objetivou, sobretudo, que os discentes do primeiro ano do ensino médio de uma escola pública da cidade de Eunápolis - Bahia se percebessem enquanto cidadãos negros e apreendessem criticamente sua real situação no contexto social brasileiro. Em suma, esta ação educativa foi um “fio de esperança” como escreveu Ramos e partimos do entendimento que “todos sabem como se tratam os pretos” como fora notabilizado pelos poetas baianos na década de 1990.

A QUESTÃO NEGRA NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: DESAFIOS E AVANÇOS

Margareth Maria de Melo (UEPB)

O livro didático (LD) enquanto instrumento de aprendizagem sobre os saberes históricos escolares, tem motivado não apenas a construção formativa dos educandos, mas permite ler a sociedade pelos conhecimentos que nele são elencados. A visão das populações negras no livro didático vem modificando no percurso do tempo, da condição de escravizado à busca de afirmação cultural de suas práticas sociais, história e cultura, a visão de negros/as foi se modificando. Problematizar o livro didático a partir da questão negra é fundamental para compreender as mutações sociais e educacionais e nelas o lugar do povo negro. Este artigo parte de uma experiência de pesquisa com a temática negra na escola a partir da vivência de projeto de pesquisa de Iniciação Científica. Desde 2011 desenvolvemos pesquisas sobre a questão negra na rede municipal de Campina Grande para compreender como a lei 10.639/2003 está sendo implementada nas escolas públicas e como o livro didático (LD) representa o povo negro. Este artigo tem como objetivo investigar como o povo negro é abordado, nas temáticas, conteúdos e imagens dos livros de história dos anos iniciais do ensino fundamental. Tomamos como referencial teórico os documentos oficiais e o posicionamento de autores tais como: Albuquerque e Fraga Filho (2006), D'Adesky (2009) Munanga (2008), Gomes (2006) e Silva (2012). O caminho percorrido foi o da pesquisa documental como referência e a análise de conteúdo como metodologia para tratamento dos dados. Os instrumentos pesquisados foram livros didáticos dos anos iniciais do ensino fundamental, (2º, 3º, 4º e 5º anos). A proposta iniciou com LD avulsos, a partir de análises comparativas, depois trabalhamos com coleções de história. Especificamente, buscamos identificar quais as diferenciações de posicionamentos e representações sobre este povo, para que pudéssemos desenvolver a crítica as ausências que apareciam nos textos pesquisados. Detectamos que a escravidão é o que mais se destaca nos textos e quase não aparece o processo de resistência. A partir das análises realizadas nas coleções compreendemos o quanto torna-se necessário problematizar os conteúdos, imagens e temáticas e como estes são abordados, pois na maioria das vezes, percebemos que a docente tem apenas este material como referência de ensino e estudo e a maneira como ele irá abordar o povo negro, pode contribuir para visões depreciativas deste segmento étnico-racial, logo a questão negra no livro didático precisa ser melhor trabalhada para evitar equívocos históricos e ausências sociais e culturais.

À SOMBRA DESTE DENDEZEIRO: conversas descontraídas e inquietantes sobre gênero e raça no IFBAIANO

Maria Asenate Conceição Franco (IFBAIANO)

Na contramão da reprodução social baseada nos moldes da economia neoliberal, a partir dos anos 1990, este trabalho teórico excerto do planejamento do Serviço Social 2019, campus Governador Mangabeira- BA, propõe (re) olhar e contextualizar o espaço sócio- ocupacional da profissão e sua relação discentes para além das etapas seletivas de programas assistenciais estudantis. Nesta saída de 'limites' institucionais para ressignificar o fazer profissional, alargando horizontes e provoando encontros informais, na área externa do campus, 'embaixo' de árvores, para dialogicidade inquietantes sobre raça e gênero, guarda-chuva, dos desdobramentos como: identidade de gênero, preconceito racial, materialização do racismo em seus cotidianos, identidade racial; ancestralidade e religiosidade, padrão estético de beleza feminina. O primeiro encontro foi embaixo do dendezeiro: 10 estudantes, 07 do sexo masculino e 03, feminino, entre 18 e 22 anos, curso: Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, 3º módulo, modalidade subsequente, cor: preta e parda, raça: negra, identidade de gênero, afirmaram serem heterossexuais; residentes em zonas rurais e centros de cidades do Recôncavo Baiano. Etapas metodológicas baseiam-se na identificação de estudantes, "sem aulas", convite para participação da conversa informal, permissão gravação das conversas, apresentações pessoais

e franqueado o poder de fala, pontos de vista respeitados e problematizados à luz epistemológica na perspectiva de gênero e do feminismo negro. A proposição, embrionária, desta atividade sociopolítica sistemática, descredencia ilusão do sujeito- suposto- saber, crítica da feminista negra Lélia Gonzalez (1988), ao alertar para o feminismo hegemônico, que nós, mulheres negras devemos falar na primeira pessoa, embora sejamos, ainda, minoria nos espaços sociais de fala e poder; jovens também cabem no guarda-chuva dos segmentos sociais, minoritário. O grupo trouxe impressões cotidianas: gênero, remete à questão do identificar-se como mulher ou homem, escolhas para viver a sexualidade; ancestralidade ocupa o não lugar no debate, sua invisibilidade no meio midiático, é registado por um dos jovens desse grupo que defende a visibilidade desta temática; ancestralidade remete a pessoas antepassadas. Dizer que racismo não existe, é falácia, carece de discussão porque “o mundo é racista”, socialmente, racismo é velado. Cargos de poder em instituições públicas e nos meios de comunicação midiáticos, a pessoa negra não é destaque. É aceitável atitudes violentas cometidas pela supremacia hegemônica branca. Pessoa negra é vitimizada. Há contingente de pessoas negras socialmente, invisíveis, mas são destaques para sempre, a exemplo de Obama e jogadores de futebol. Não “coadjuvantes”, mas protagonistas, sujeitos e sujeitas de suas histórias.

EDUCAÇÃO DA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA FORMAÇÃO DOCENTE: um estudo das produções acadêmicas (2004 a 2018)

Maria Batista Lima (UFS)

Tiago de Jesus Souza (UFS)

As relações sociais brasileiras têm sido marcadas, ao longo da história, pela assimetria das desigualdades, sendo um dos dispositivos dessas desigualdades o pertencimento étnico-racial negro, visibilizado no contexto brasileiro pelos repertórios fenotípicos relacionados à ancestralidade africana negra. Essas desigualdades têm sido alimentadas pelo racismo, que inferioriza a população negra e seus repertórios socioculturais, constituídos a partir das histórias e culturas africanas e afro-brasileiras no contexto da Educação das Relações Étnico-raciais. Assim, esse trabalho tem como objetiva apresentar uma análise das produções acadêmicas acerca das relações étnico-raciais na formação docente na perspectiva da Educação das Relações Étnico-raciais (ERER) no período 2004-2018. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, bibliográfico na perspectiva caracterizada como Meta-análise. Como fonte dessas produções acadêmicas foi definida a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD/CAPES). O trabalho é um recorte de um projeto mais amplo, que investiga o lugar da ERER em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas brasileiras. Os resultados iniciais apontam para uma recente ampliação de produções acerca dessa temática, ainda que bastante limitada no que se refere à formação docente inicial. Os avanços são frutos da luta antirracista, que se materializam em dispositivos como: as Leis 10.639/2003, 11.645/2008, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCN/ERER)/Res. 01/2004 do Conselho Nacional de Educação), o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana (de 2010), a criação de cotas nas IES e a consequente ampliação da representatividade, ainda que reduzida, da presença de pessoas negras na universidade como estudantes e como docentes atuando em ensino, pesquisa e extensão. Esses fatores também contribuem, em contexto de tensionamento, para a problematização acerca do papel das IES no cumprimento das leis aqui referidas, portanto também na formação inicial e continuada docente para a ERER, campo de responsabilidade dessas IES.

O COTIDIANO ESCOLAR EM CONTEXTOS DE DIFERENTES ETNIAS

Maria da Anunciação Conceição Silva (USP)

Esta é uma pesquisa qualitativa desenvolvida em um país da África Equatorial, Guiné- Bissau, contemplando quatro cidades: (Bissau, assim como numa cidade do leste do país (Bafatá), uma cidade do sul (Buba) e uma cidade do norte (São Domingos). O estudo envolveu, quarenta e cinco escolas (gestores (as), professores (as), coordenadores (as), pessoal de apoio pedagógico). Com objetivo de analisar o contexto educacional e as práticas educativas desenvolvidas em escolas guinenses de diferentes etnias com alunos da educação básica. Os objetivos específicos foram: analisar a formação dos professores em exercício e suas relações no cotidiano das escolas. Descrever a relação professor aluno no contexto das escolas; mapear como as ideologias das diferentes etnias aparecem nos currículos das escolas identificando os aspectos restritivos e positivos. Foram utilizados três instrumentos de pesquisa: Questionário semiestruturado, Grupo focal e observação. Os resultados do estudo ilustra um cenário de urgente intervenção, através da articulação política pedagógica que conceda aos discentes possibilidades efetivas de ingressar nas series subsequentes. O Cenário da escola e as práticas revelam faces de uma problemática que vem sendo silenciada pelas famílias, quer seja por desconhecem seus direitos ou por auto culpar-se pelas severas dificuldades econômicas em ter uma criança com deficiência e não ter condições econômicas para manter os filhos na escola e de igual modo, contribuir para que o legado das etnias locais sejam mantidos respeitando a transformações do mundo contemporâneo ciente das necessidades fundamentais que garanta uma vida digna e cidadã aos discente e aos docentes. É fato que a relação professora aluno tem impacto direto na forma como os sujeitos da aprendizagem constroem a percepção de si, e dos seus sentimentos, estabelecendo relações afetivas que podem fortalecer ou dificultar a aprendizagem e o desenvolvimento psicossocial. O ato de aprender é uma estratégia de poder e transgressão a dominação que pode reverter às desigualdades assimétricas presentes nesses espaços educativos. A diversidade étnica, religiosa, econômica e social, na Guiné Bissau - a população fala mais de 20 dialetos diferentes, além do crioulo, uma língua resultante do contato das línguas africanas com o português - faz deste um país singular e de profundas desigualdades. A pobreza se apresenta em diferentes níveis e nos diferentes sujeitos, o que imprime de forma incontestável fragilidades e ausência e atuação do Estado na vida da população e, de forma mais severa, na educação. Por isso, a transformação dos espaços educativos é uma responsabilidade a ser compartilhada por todos, isso envolve fatores internos e externos a educação.

A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: uma discussão necessária na formação continuada de professores e professoras de História dos anos finais

Maria de Fátima Oliveira Batista (SME Recife/PE)

Marlen Cristina Mendes Leandro

A presente comunicação oral consiste em abordar o processo de formação continuada das (os) professoras (es) de História da Rede Pública de Ensino do Recife, realizado mensalmente durante o ano letivo de 2018, com a participação de professores(as) dos Anos Finais do Ensino Fundamental. Tendo como objetivo geral promover com o corpo docente uma análise crítica e reflexiva acerca da contribuição dos movimentos sociais negros e indígenas na perspectiva de uma contraposição acerca da concepção de uma história única. Para isso, refletimos sobre algumas questões que foram levantadas durante os encontros: O que podemos pensar e implementar enquanto ações promotoras para a igualdade racial em sala de aula? Quais são os recursos pedagógicos existentes no ambiente escolar que promovam a educação das relações

étnico-raciais? E como afirma Tardif (2002): “Devemos admitir que a prática dos (as) professores/as é um espaço de produção de saberes específicos oriundos dessa mesma prática”. Sendo assim refletir sobre esta prática foi uma das ações que realizamos tomando como base a análise dos mecanismos históricos de mobilizações para a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, a fim de vivenciar junto com professores (as) práticas de ensino que favorecessem o direito de aprendizagem dos (as) estudantes quanto à compreensão das identidades como construções históricas. Contemplar a imersão dos (as) professores (as) no histórico de luta dos povos indígenas e afro-brasileiros foi uma das ações realizadas para compreender que as narrativas, como construção social e histórica precisam fazer parte do cotidiano de nossas escolas. Para que professores (as) refletissem sobre a não existência de uma história única, e vivenciassem ações para uma educação antirracista, foi pensado e colocado em prática ações pedagógicas que contemplaram as histórias que fazem parte de nossas memórias e construção de nossas identidades, contribuindo de maneira positiva para a prática de professoras/es de história. Os relatos das (os) professoras/es participantes foram significativos: “um passo importante foi dado para que esses momentos de aprendizagem significativos e inclusivos durante o processo de formação continuada da RMER, refletissem diretamente no cotidiano das escolas”.(Relato de uma professora, 2018). Assim acreditamos que a educação para as relações étnico-raciais se faz necessária na formação continuada de professores/as de História dos Anos Finais, as experiências relatadas nos encontros constataram o quanto é relevante o debate da temática étnico-racial dentro das escolas.

MULHER NEGRA E ENSINO SUPERIOR EM PARNAÍBA (PI): caminhos trilhados na formação e ascensão profissional

Maria do Rosário de Fátima Vieira da Silva (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PIAU)

Com a finalidade de evidenciar a história da mulher negra que por muito tempo esteve ausente das pesquisas científicas em Parnaíba (PI), o presente estudo teve como objetivo geral investigar o processo de inserção da mulher negra na docência superior em Parnaíba-PI. Especificamente, objetivou conhecer a trajetória de formação de mulheres negras que atuam na universidade pública; analisar as limitações e possibilidades vivenciadas por essas mulheres no processo de inserção da docência superior; identificar as incertezas, expectativas e sentimentos das partícipes em relação à profissão. A abordagem da pesquisa foi de natureza qualitativa de cunho narrativo e teve como instrumento de produção dos dados o memorial de vida e formação elaborado por quatro professoras negras que atuavam como docentes na Universidade Federal do Piauí e Universidade Estadual do Piauí, ambos os Campi na cidade de Parnaíba. Os resultados do estudo apontam dificuldades enfrentadas por estas mulheres para conseguirem exercer a profissão docente no ensino superior, espaço privilegiado, onde tiveram que provar sua competência e desconstruir a crença da suposta incapacidade intelectual da mulher negra. Diagnosticou-se também que mesmo ascendendo profissionalmente essas mulheres não ficaram imunes às atitudes de preconceito e discriminação que incidem desde a seleção para seu ingresso na docência superior até a desconfiança de suas capacidades intelectuais para realizarem tal atividade. Foi consensual em seus depoimentos que as situações de preconceito, racismo e discriminação vivenciadas por elas, na maioria das vezes, ocorreram de forma velada, mascarada ou através de posturas hostis, reforçando a ideológica teoria do mito da democracia racial que afirma não existir racismo no Brasil. Isso se torna um fulcro para manter as desigualdades raciais. Durante a pesquisa dialogamos com autores como: Cunha Junior (2005), Carneiro (2003), Gomes (1995), Jaccoud e Beghin (2002), Teixeira (2003, 2006), Paixão (2010), Henriques (2001), Louro (1997), Silva (2012), Hasenbalg (1979), Hasenbalg e Silva

(1988), Pastore (2000), Ribeiro (1995), Bourdieu (2007), Santos (2007), entre outros importantes referencias teóricos.

ENTRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E COTIDIANO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Maria José da Silva (Instituto Anjinho)

Este artigo é fruto da pesquisa desenvolvida no mestrado em Educação, concluído no ano de 2015, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDuc) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. A dissertação envolveu um trabalho com narrativas e se desenvolveu no campo dos estudos da educação para as relações étnico-raciais. Os primeiros esforços se deram na tentativa de compreender aspectos do racismo brasileiro impregnados nos cotidianos escolares, na educação e nos processos de subjetivação. Para isso, encontrei com cinco professoras que lecionam em escolas da Baixada Fluminense com a intenção de que elas oferecessem pistas de como as discussões e aplicações da Lei 10.639/03, sobre o ensino da História e Cultura Afro – Brasileira e Africana, vem se dando nas escolas onde atuam. No entanto, os encontros trouxeram muitas inquietações. Uma delas foi perceber que essa pesquisa não daria um passo sequer sem a minha presença dentro dela, como mulher, professora e negra. A pesquisa, então, tratou das implicações dos encontros entre as minhas dificuldades e com as dificuldades de outras professoras com a problemática da negação e do silenciamento do racismo. Só foi possível dar corpo a esta narrativa assumindo riscos e reivindicando o ensaio como linguagem da experiência, a exemplo de Larrosa (2002), escolhendo-o como a retórica nesta caminhada, aos passos de Certeau (1998). Autores como Gomes (2005) e Munanga (2005) me ajudaram a pensar que a questão racial brasileira tem suas sutilezas e é uma tarefa de puxar vários fios, pois se liga a um terreno muito delicado: as nossas representações e os nossos valores sobre o negro na sociedade. E que mexer com certas imagens é o grande desafio da educação como estratégia na luta contra o racismo. O maior esforço desta pesquisa se vincula, assim, a um dos maiores esforços que o campo das relações étnico-raciais enfrenta: romper com os acordos de silenciamentos. É importante, pois, que se fale do racismo, de como ele se encarna nas nossas vidas, tecendo redes com experiências de diversos sujeitos que nos mostrem o racismo em suas diversas faces, dando passos para combatê-lo pela raiz.

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO DO NORDESTE E A EMERGÊNCIA DO CAMPO INTERDISCIPLINAR DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

Moisés de Melo Santana (UFRPE)

O presente trabalho propõe realizar uma reflexão, por intermédio da produção acadêmica dos programas de pós-graduação em Educação do Nordeste, sobre a criação do campo interdisciplinar da Educação para as Relações Étnico-Raciais no Brasil. A produção acadêmica sobre as relações entre a Educação e as Relações Étnico-Raciais no Brasil cresceu e colocou novos desafios à pedagogia crítica. Ele resultou de diversificado processo histórico, tem interfaces com diferentes aspectos, o mais significativo é o da dimensão estruturante do racismo nas relações sociais e educacionais. Partimos do pressuposto de que há um processo em curso de constituição desse campo de conhecimento na educação brasileira. O nascimento desse campo não está circunscrito, apenas, ao processo de produção acadêmica na pós-graduação. Concebemos que esse campo tem sido construído numa complexa intersecção entre os movimentos sociais, acadêmicos, políticos e culturais negros, os Núcleos de Estudos Afro-

Brasileiros e os processos de produção acadêmica na pós-graduação. Este trabalho, em parte, referenciou-se em dados e estudos desenvolvidos pelo grupo interinstitucional de pesquisa, que realizou uma ampla investigação sobre o estado da arte em Educação e Relações Étnico-Raciais no Brasil. O trabalho organizou suas análises a partir da noção de configurações nodais, que envolve aspectos históricos, políticos, culturais, étnico-raciais e educacionais. No entanto, no nosso entendimento, a produção acadêmica na pós-graduação sobre as experiências desenvolvidas tanto nos espaços escolares quanto nas organizações culturais ligadas aos movimentos sociais negros aponta para a necessidade do estabelecimento de novos estudos que tratem da estruturação e organização sistemática desse campo de conhecimento. Podemos constatar que a ampliação e complexificação da produção acadêmica sobre Educação para as Relações Étnico-Raciais é parte de um processo mais amplo de criação e desenvolvimento de referenciais pedagógicos numa perspectiva decolonial. Há um conjunto significativo de produção acadêmica e de experiências que necessitam ser lidas, não apenas para mapear temas e questões de pesquisa, mas para serem postas num fluxo que contribua para estabelecer as bases ontológicas, epistemológicas e metodológicas da Educação para as Relações Étnico-Raciais, enquanto um campo plural, diverso, mas que comunga de pilares comuns, que apontem para uma perspectiva formativa, antirracista, antissexista, antipatriarcalista e sustentável ambientalmente.

TEIAS QUE TECEM A (RE)EXISTÊNCIA: Trajetórias de Professoras Doutoradas Negras da Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab/Ceará)

Mona Lisa da Silva (UNILAB)
Regilene Alves Vieira (UFC)

Conceição Evaristo, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez e Djamilia Ribeiro, entre outras, deslocam a categoria raça como eixo central de suas reflexões sobre a desigualdade que afeta diretamente o povo negro, de forma mais específica, a mulher negra, mantendo historicamente sua condição subalterna. Nesse sentido, as feministas negras usam de suas experiências e escrevivências, termo cunhado por Conceição Evaristo, para denunciar questões que afetam negras e negros. Importante destacar que, são experiências que não estão no âmbito individual, mas coletivo, visto que a sociedade brasileira é estruturalmente racista e sexista. Desse modo, o trabalho busca refletir sobre a trajetória acadêmica, bem como as experiências que marcaram essa trajetória, de professoras doutoras negras da Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), localizada no interior do Estado do Ceará. Importante pontuar, foi a primeira universidade do Brasil a ter uma mulher negra, Nilma Lino Gomes como reitora. Refletir sobre essa trajetória é também pensar como elas traduzem essas experiências, individuais/coletivas que são atravessadas pela questão racial e de gênero, em suas escritas, seus projetos de pesquisas, projetos de extensão, cursos de formações, palestras, rodas de conversas, grupos de estudos, sendo capaz de contribuir na potencialização de mudanças nas relações de poder dentro do espaço acadêmico marcado pela colonialidade do poder e saber que tende a excluir o povo negro do espaço de pensamento/intelectualidade como bem salientou Grada Kilomba (2016) “Não é que nós não temos falado, mas as nossas vozes - graças ao racismo como sistema - temos sido sistematicamente desqualificadxs pelo que a academia entende como conhecimento válido”, isso porque a universidade não é um espaço neutro e “As estruturas de validação do conhecimento, que definem o que é conhecimento "verdadeiro" e "válido" é controlado por acadêmicos brancos (...) que declaram suas perspectivas como pressupostos universais e objetivos” (KILOMBA, 2016). Para dar conta dessa pesquisa utilizaremos uma metodologia de cunho qualitativo a partir de entrevistas semi-estruturada analisada por meio de uma lente antropológica.

NEGRAS, PROFESSORAS E COTISTAS: saberes construídos na luta pelo exercício da docência

Priscila Nunes Pereira (UFRGS)

No ano de 2003, Porto Alegre, foi a primeira capital do Brasil a implementar políticas afirmativas, através da reserva de vagas em concursos públicos para provimento de seu quadro funcional instituída pela Lei Complementar Municipal nº 494/03 (LCM 494/03). As primeiras nomeações deste concurso aconteceram em 2005. Ocorre que, em 2006, após mais de um ano de atuação em escolas da rede, 9 professoras e 1 professor, tiveram suas nomeações questionadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE/RS), que entrou com ação judicial, negando os atos de admissão dessas/e professoras/or e considerando a política de cotas inconstitucional. A partir de então, um grupo de professoras negras cotistas iniciou um processo de mobilização para a manutenção das suas nomeações e da política de cotas nos concursos municipais. Esse é o mosaico que compõe a análise das narrativas de 6 professoras negras cotistas com quem dividi o processo de investigação da dissertação de mestrado em Educação concluída no ano de 2018 no PPGEDU da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, cujas considerações parciais apresento neste trabalho. Assim, os objetivos do presente trabalho é (re) conhecer e apresentar as estratégias elaboradas por estas professoras para a manutenção das suas nomeações e da política de cotas no município, observando quais foram as posturas institucionais da administração municipal e do TCE/RS naquele momento e também inferir sobre as aprendizagens elaboradas pelas professoras cotistas entrevistadas a partir de uma situação de impedimento. Essas estratégias são compreendidas como saberes próprios construídos na organização coletiva, fundamentadas na categoria de Movimento Negro Educador (GOMES, 2017), já que, ao tornarem público o debate da política de cotas em um contexto onde as políticas de ações afirmativas ainda estavam começando a serem implementadas nas universidades brasileiras, o grupo de 6 professoras propiciou uma inovação educacional ao colocarem a discussão das cotas raciais como uma questão social, política, acadêmica e jurídica, que reverberou alguns anos depois no debate para a implementação da política de cotas no vestibular da UFRGS no ano de 2008.

UM OLHAR DECOLONIAL E INTERCULTURAL NO NOVO CURRÍCULO DE SERGIPE

Robson Anselmo Santos (SEE/SE)

A decolonização do currículo escolar brasileiro é uma demanda que se intensifica nos dias atuais. Essa pauta reconhece que desde os Pioneiros da Educação Nova, os sucessivos programas e projetos para redução do analfabetismo, ampliação da população estudantil e aumento da capilaridade das redes de ensino, o eurocentrismo foi a régua e o compasso da arquitetura curricular. O encontro das três raças é o mito fundador da nação brasileira, que esculpida nos valores civilizatórios desses povos, não se reconhece como produto da interculturalidade. Neste momento a política pública de educação passa por mudanças que impactarão por muitos anos. Estamos sob a égide do novo Plano Nacional de Educação e da Base Nacional Comum Curricular que são os pilares do Novo Currículo de Sergipe. O presente trabalho, objetiva identificar em que base o Novo Currículo de Sergipe dialoga com a interculturalidade, percebendo e problematizando as alterações propostas na produção e socialização dos conhecimentos, surgidos no contexto do diálogo intercultural. Avaliar o Novo Currículo de Sergipe sob a lente da interculturalidade é trazer para o campo da educação a pauta

identitária, postulada há muito tempo pelos movimentos sociais, com destaque, o movimento negro. Em um de seus poemas, Ferreira Gullar diz “Uma parte de mim é todo mundo”. É esse todo mundo que ao longo dos tempos se manteve distante da educação. Visto que ele foi representado pela cosmovisão eurocêntrica, liberal, masculina, hétero, urbana e judaico-cristã. O entendimento de interculturalidade que conduz essa reflexão parte do reconhecimento de que as sociedades, com destaque, a brasileira, é um mosaico de encontro de culturas, de valores, de modos de fazer e de reconhecer, em que as diferenças não se impõem como elementos de apartação das pessoas e coletividades, de discriminação, de desigualdade. A interculturalidade derroga as barreiras hierárquicas que se edificaram nas sociedades multiculturais. Já a decolonização curricular, dialoga com a leitura crítica sobre a forma de produção e circulação do conhecimento e do saber na modernidade dirigida em sentido único, em que a produção científica da Europa torna-se expressão do conhecimento total da humanidade. Nas considerações finais demonstraremos que o Novo Currículo de Sergipe, estando tecido no tear da interculturalidade, restabelece a conexão entre escola e povo, educação e sociedade.

AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA ESCOLA: um breve relato de experiência na formação de professores

Rosângela Ribeiro da Silva (UNILAB)

O presente resumo parte de uma experiência que vivenciamos em duas escolas situadas no Maciço de Baturité, nas cidades de Acarape e Guaiuba, Ceará, na vigência do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência – Pibid, ainda em curso. Desde a construção do nosso subprojeto do curso de Pedagogia submetido ao Programa, registramos nosso entendimento da necessidade de contribuir com o debate com os docentes em estágio inicial e em exercício, sobre as formas de silenciamento escolar (Cavalleiro, 1998), bem como com “a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações da discriminação” social (Munanga, 2005), destacando as categorias raça, classe e gênero, primando pela discussão da inclusão e sucesso escolar dos/as alunos/as (Penin, 2013), a partir das Leis 10.639/03 e 11.645/08. Em uma das escolas, o impacto da nossa presença, não somente pelo fato de irmos a campo para observar a prática docente, constatamos que o grupo de bolsistas, de maioria de Guiné-Bissau e Cabo Verde, uma estudante quilombola, e uma coordenadora preta, a indiferença e resistência de algumas professoras na abertura para a participação dos mesmos em suas salas de aula. Um fato que nos chamou a atenção foi a indisponibilidade de seus planos de aula para que os/as bolsistas pudessem acompanhar e traçar estratégias de cooperação com os/as professores/as. O grupo de profissionais nesse nível da educação básica é formado por mulheres, e tem sido relevante sua participação nas temáticas desenvolvidas na semana pedagógica, início desse ano de 2019. O relato de dores sofridas durante a infância e adolescência nas escolas pelo racismo pelas professoras, a rejeição enfrentada com a discriminação pela cor, pela fibra do cabelo, pelos traços de pessoa negra; as formas que encontraram para a busca da superação; o fato de ter encontrado na educação um espaço para tornarem-se visíveis socialmente, foram algumas das discussões que nos provocou o entusiasmo e a abertura para falarmos bem mais sobre isso adiante. Na outra escola, a expressão de surpresa das professoras sobre as referidas Leis, que afirmaram perplexas a ignorância diante dessa temática, tanto na formação de professores durante sua graduação e especialização, quanto na escola e formação continuada. Perguntamos: a quem interessa o silenciamento e indiferença diante de leis tão caras para a superação do racismo? Por que não se debate sobre o racismo e a discriminação de crianças negras e indígenas, diante da constante evasão escolar ao lado do discurso de enfrentamento da permanência dos alunos na escola? Essa experiência nos provoca a pensar e repensar sobre os passos que, ainda,

precisamos dar para uma educação antirracista e antissexista do tamanho que a superação do racismo e da diferença de gênero exige.

REFLEXÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO NEABI NA AUTOIDENTIFICAÇÃO E PERTENCIMENTO RACIAL DE DISCENTES DO IF BAIANO, CAMPUS VALENÇA

Scyla Pinto Costa Pimenta (IFBAIANO)

A diversidade étnico-racial, marca da sociedade brasileira, pode ser vista como um aspecto positivo da nossa composição popular e cultural, mas também ser colocada de forma negativa e expressa em forma de desigualdade social. Elias e Scotson (2000) observam que as noções de pertencimento e exclusão são instituídas através de manobras de poder que marginalizam pelo mau uso de imagem coletiva do outro. O pertencimento, visto como um valor, gera coesão interna ao grupo que dita um estilo de vida e valores que são reconhecidos e reproduzidos como um conjunto de normas e tradições vistas como as melhores. Os sinais de pertença ao grupo conferem poder e distinção, enquanto os sinais de exclusão atribuem estigmas de despossuidores de valor. O preconceito e a inferiorização em relação ao negro aparecem em vários contextos sociais e se expressam de forma notável na escola, espaço sociocultural que deveria ser palco do fortalecimento das identidades, como afirma Gomes, “Na escola, não só aprendemos a reproduzir as representações negativas sobre o cabelo crespo e o corpo negro; podemos também aprender a superá-las” (2007, 247). Neste contexto, é extremamente difícil ao jovem negro pertencente a grupos mais populares e com menos renda econômica assumir sua identidade racial. Este diálogo, vinculado ao NEABI, busca através de um recorte temporal investigar a trajetória da autoidentificação e pertencimento de discentes, no quesito percepção positiva da identidade negra, durante os três anos que frequentam o ensino médio no IF BAIANO, campus Valença. A reflexão sobre o tema foi levantada ao perceber que no ato da matrícula boa parte dos calouros preferiam se autoidentificar como brancos, mesmo quando vistos socialmente como negros. Na investigação percebemos uma mudança positiva na autoidentificação e autorrepresentação no decorrer dos três anos no Instituto, demonstrando que a vivência no campus, espaço que busca acolher as diferenças e dissolver preconceitos raciais, assim como a busca da aplicação das leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, vem fortalecendo a autopercepção racial pela mudança de estereótipos sociais e raciais. O objetivo geral da pesquisa foi analisar os elementos orientadores de autoidentificação apresentados pelos discentes como importantes na sua construção de identidade racial. O levantamento dos dados foi realizado por Letícia Estefane Lima Vieira e Brenda Duarte dos Santos, ambas discentes do 3º ano do curso médio técnico em Agropecuária do Instituto e integrantes do NEABI, e foi apoiado pelo Coordenador da Secretaria, Natanael Costa da Silva. Dessa forma o NEABI assume a sua posição na luta contra o racismo institucional e fomenta dados para repensar e aprimorar as relações raciais no âmbito escolar.

MENINAS NEGRAS E BONECAS PRETAS: descobertas, encontros e possibilidades formativas no curso de Pedagogia

Sheila Gomes de Melo (UEPB)

Reconhecendo que os efeitos do racismo e do preconceito, vivenciados ao longo da vida social das crianças negras, estão também presentes no espaço escolar e que docentes nem sempre têm atitudes propositivas quando se deparam com situações de discriminação racial, urge uma formação docente que contemple em seu currículo as abordagens voltadas para a Educação das relações étnico-raciais. Neste contexto, a formação deve propor a superação do discurso que

enaltece a longa tradição europeísta, na qual outras culturas (negra e indígena, por exemplo) são subalternizadas e responsáveis pela sua própria exclusão socioeconômica, cultural e sociopolítica, afim de que os futuros profissionais da Educação, que irão lidar com crianças e jovens nas escolas, possam conhecer mais profundamente essas temáticas. Para a discussão teórica, tomamos como base as ideias de Lopes (2005), Munanga (2005), Cavalleiro (2000), entre outros(as). O artigo é o relato de uma proposta pedagógica, a partir de uma Sequência Didática, desenvolvida na disciplina de “Educação de Afrodescendentes”, em uma turma do curso de Pedagogia, na Universidade Estadual da Paraíba-campus III-Guarabira. As atividades buscaram oportunizar aos/as futuros(as) docentes um espaço de discussão das relações étnico-raciais, para que os(as) mesmos(as) compreendessem os estereótipos atribuídos as bonecas negras e como estão relacionados a autoestima das crianças negras, especialmente das meninas negras. Também que pudessem ressignificar o papel da Escola e do(a) professor(a) na luta por uma Educação Antirracista, diante de uma sociedade na qual as crianças negras não se sentem representadas nas bonecas, e, sobretudo, que vislumbrassem o uso de recursos didáticos pedagógicos na construção de estratégias que podem ser desenvolvidas nas escolas para atenderem o que prevê a lei 10.639/03(BRASIL, 2003). As atividades da Sequência Didática foram divididas em três momentos: iniciamos com a leitura e as reflexões do Cordel “A boneca preta de Juju”, da autora Jarid Arraes, depois fizemos a leitura de imagem e a produção textual a partir do clipe “Falsa Abolição”, da dupla de rap Tarja Preta e, concluímos com os depoimentos e apresentações cênicas utilizando as bonecas negras artesanais, confeccionadas em tecido. A partir da compreensão de que os estereótipos negativos atribuídos as bonecas negras não contribuem com a autoestima das crianças negras, surgiram discussões sobre a ausência destes brinquedos e como a Escola poderia propor atividades para desconstruir alguns estereótipos construídos sobre os afrodescendentes e garantir que a representatividade negra esteja presente no contexto educacional, como por exemplo, trabalhar com as bonecas negras.

EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: uma perspectiva afirmativa na sala de aula

Simone Joaquim Cavalcante (UFPB)

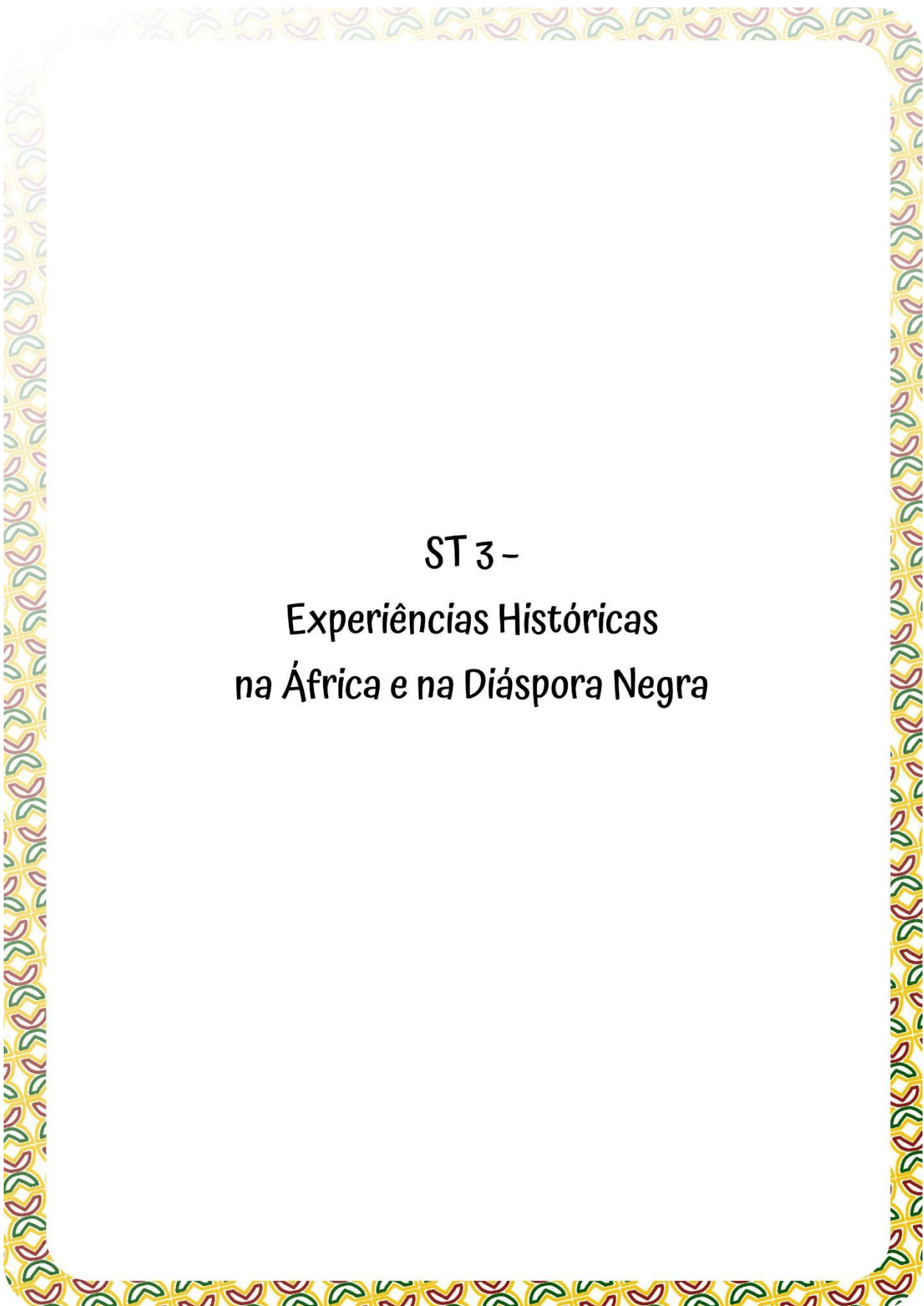
O presente trabalho tem como objetivo apresentar as experiências e práticas pedagógicas desenvolvidas no Curso de Pedagogia Afirmativa: Educação, Cultura e História na Perspectiva Afro-Brasileira, voltado para formação de professoras e professores, realizado na Faculdade de Goiana, Pernambuco (FFPG/PE). O curso foi uma iniciativa da Djumbay, organização não governamental fundada em 1995, estabelecendo parceria com a FFPG/PE, cuja formação foi ofertada com base na lei 10.639/2003, que determinou a obrigatoriedade do ensino de história e da cultura afro-brasileira e africana na rede de ensino da educação básica em todo país. Considera-se que foi o primeiro curso de formação de professoras e professores no âmbito das ações afirmativas criado no Brasil, balizado na Pedagogia com abordagem interdisciplinar e multidisciplinar. As práticas pedagógicas de caráter afirmativo apresentadas neste trabalho foram aplicadas durante a realização da disciplina História, Cultura e a Questão Negra no Brasil: a temática afro-brasileira na sala de aula, com intuito de promover a capacitação desses profissionais para implementação da referida lei, assim como elaborar estratégias pedagógicas de valorização da população negra afro-diaspórica e brasileira. As estratégias pedagógicas desenvolvidas em sala de aula foram caracterizadas por leituras compartilhadas dos textos, projeção de filmes relacionados ao tema em tela, pesquisa e produções textuais sobre representações das mulheres negras e suas manifestações culturais ao longo da vida, dando ênfase a importância dessas mulheres e seu papel na sociedade local, nacional e internacional. Por último foi utilizado um questionário base de caráter avaliativo, para expressar e identificar

como as/os estudantes perceberam: desafios, perspectivas e resultados do processo de formação sobre as ações afirmativas em favor das populações negras, os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, as linguagens recorrentes em sala de aula, os materiais didáticos utilizados, bem como as representações das pessoas negras e suas manifestações culturais nos livros didáticos. Os resultados foram obtidos através das respostas do questionário, socialização das experiências e prática docente.

SABERES E FAZERES AFRO-BRASILEIROS NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES/AS E A CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Waldeci Ferreira Chagas (UEPB)

O nosso objetivo neste trabalho é analisar as ações/atividades desenvolvidas pelos ministrantes do projeto de extensão: “Saberes e Fazer Afro-brasileiros na Sala de Aula”; projeto executado por docentes da UEPB, Campus Guarabira e destinado aos profissionais da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Professora Antônia do Socorro Silva Machado; instituição localizada na comunidade Quilombola de Paratibe, na cidade de João Pessoa. Analisamos os fazeres das oficinas de contação de histórias e teatro, visto as atividades desenvolvidas em ambas oficinas terem se pautado numa prática construída coletivamente e que envolveu elementos da comunidade, e assim se aproximaram da educação escolar quilombola. Para tanto, recorreremos a observação das atividades desenvolvidas em cada oficina, assim como ao relatório final do projeto de extensão, e percebemos que a educação escolar quilombola é um processo em construção, visto sua efetivação não depender apenas da formação de professores/as, e de acesso ao material didático, mais depende, sobretudo, do modo como cada professor/a se relaciona com a história e cultura afro-brasileira e africana. Transportar para a sala de aula os conteúdos discutidos na formação, sobretudo, no que diz respeito às metodologias é processo desafiador, porque incide sobre a cultura escolar e a prática dos professores/as; essas têm que mudar, mas primeiro é preciso que o/a professor/a mude seu olhar com relação às pessoas negras e suas práticas culturais. Desta feita, a implementação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar só ocorrerá se houver mudança de paradigma do/a professor/ no modo como ele enxerga, se comunica e interage com o mundo, as pessoas e as culturas. Isso porque a educação étnico-racial não começa e termina na escola, ela se inicia na comunidade, continua na escola e segue rumo à comunidade numa via de mão dupla. Isso quer dizer que estudantes e professores/as se mantêm em constante processo de construção de si e do currículo, visto as culturas e os sujeitos são dinâmicos. Não basta implementar conteúdos, mas é indispensável que haja mudança de comportamentos com relação as pessoas negras e suas culturas, de modo que sejam respeitadas e valorizadas e isso não é algo que se aplica na escola num semestre ou ano letivo, mas se mantém permanentemente.



ST 3 -
Experiências Históricas
na África e na Diáspora Negra

ST 3 – Experiências Históricas na África e na Diáspora Negra

Coordenação: Mojana Vargas (UFPB), Surya Pombo (UFPB), Daniel Afonso da Silva (UFPB), Gustavo Acioli (UFRPE), Joceneide Cunha (Uneb).

A ST 3 estimula reflexão multidisciplinar sobre aspectos da diáspora africana na modernidade e na contemporaneidade. Seu objeto recai sobre experiências históricas, educacionais e políticas no “Atlântico Negro” do Oitocentos aos dias atuais. Sua abordagem reconhece rupturas e permanências na dinâmica dessas experiências e enfatiza a interiorização de efeitos multidimensionais de fenômenos e conceitos como globalização, industrialização e desindustrialização, crescimento e desenvolvimento econômico, colonização e descolonização, escravidão, cultura, identidade, racismo, etnocentrismo, nacionalismo, hibridismo, multiculturalismo na recomposição dessas histórias e memórias vivas e vividas. Seu interesse objetiva, portanto, e sobretudo, a ampliação do estudo e da compreensão da globalidade da cultura negra valorando suas lutas, experiências, memórias e vivências.



IDENTIDADES NEGRAS NO CAMPESINATO BRASILEIRO

Moisés de Melo Santana (UFRPE)
Rosane Suellen de Oliveira (UFRPE)

Esta pesquisa busca compreender os processos de formação das identidades negras no campesinato brasileiro na contemporaneidade, partindo da percepção da questão racial enquanto fator estruturante para perceber as relações sociais no campo, que são permeadas pelo histórico de desigualdades e concentração de poder político, econômico, social e cultural. Estas desigualdades operam com a solidificação de uma hierarquia étnico-racial que permite a produção de privilégios, para uma elite minoritária agrária branca, e de opressões, para os povos tradicionais e comunidades rurais de maioria negra no país que, segundo dados do Censo Agropecuário 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 52,82% é de produtores(as) rurais negros(as). Esta pesquisa surge influenciada pelo trabalho de mestrado em andamento, que se propõe a compreender os processos de formação das identidades negras do campo a partir da história de vida de Luíza Cavalcante, mulher negra agricultora que vive e produz no Sítio Ágatha, localizado no assentamento Chico Mendes I, em Tracunhaém – PE. Luíza dedica sua militância à defesa do reconhecimento das práticas históricas dos povos negros no campesinato. Desse modo, a pesquisa que aqui se insere objetiva, a partir de um breve estudo bibliográfico, questionar a produção acadêmica e as práticas dos movimentos sociais do campo no que diz respeito à compreensão da tradição negra no campesinato brasileiro. Partimos da hipótese de que há uma percepção hegemônica que desconsidera as expressões e a presença negra nas realidades rurais quando se tratam do campesinato, não reconhecendo as dimensões dos povos negros no campo e suas contribuições históricas para a produção agrícola, presentes desde o período colonial. É fundamental considerar a multiplicidade das experiências do povo negro, reconhecendo a importância da organização das comunidades quilombolas para o fortalecimento das identidades negras, mas, compreendendo que a população negra também se organiza em outros contextos no campo, visto que tais identidades não são homogêneas, mas plurais e diversificadas, assim como suas estratégias de luta e organização. Quando nos remetemos ao lugar social da população negra campesina, a modernização agrícola se mostra como uma ferramenta da colonialidade moderna que atinge diretamente as vivências de mulheres e homens negros(as) em suas culturas, tradições, religiosidades específicas, e,

portanto, na formação de suas identidades. Estamos sugerindo que os processos de constituição das identidades negras campesinas possuem potencial questionador do atual modelo de desenvolvimento para o campo representado pelo agronegócio e intensificado pelos processos de globalização econômica, social e cultural.

NOTÍCIAS DE HOMENS E MULHERES AFRICANOS NAS VILAS DE PORTO SEGURO E BELMONTE - PROVÍNCIA DA BAHIA (1832-1888)

Joceneide Cunha dos Santos (UNEB)

Na atualidade existem dois grupos afro-culturais em Belmonte, um deles é denominado de Africanos composto por homens e as Nagôs composto em sua maioria por mulheres. Esses nomes marcam e rememoram uma vivência africana nas terras das antigas Vilas do Sul da Província da Bahia. Vilas que eram caracterizadas por extração de madeiras, pescas, cultivo de mandioca e fabricação da sua farinha, fazendas de coco e a Vila de Belmonte possuía um comércio fluvial através do Jequitinhonha com a Província de Minas Gerais, dentre outras atividades. Nesta pesquisa pretendo apontar notícias dos homens e mulheres africanos livres, libertos e escravizados que viviam nessas duas Vilas, seus arranjos familiares, atividades econômicas e citar algumas das nações desses africanos. No marco temporal dessa pesquisa temos a extinção do tráfico, leis abolicionistas e abolição, ressaltando que após extinção do tráfico foram enviados inúmeros africanos livres para a realização de obras no Jequitinhonha (REIS, 2007). Para isso, utilizaremos inventários post-mortem, Relatórios de Presidente da Província, correspondência de juízes e da Câmara. Buscaremos os indícios, os pequenos fragmentos desses africanos na documentação. (GINSBURG, 1989) As informações obtidas serão cruzadas e somadas. Algumas notícias que podemos apontar é que os africanos eram minoria entre a população escravizada e possivelmente entre os libertos. No entanto, em 1832, na Vila de Porto Seguro, Simão Vaz de Valasuela e Souza possuía uma pequena Torre de Babel nas suas posses, pois entre os seus escravizados havia africanos de nação nagôs, angolas, congo, calabar e camarão. O que indicia uma posse recém-formada. Bem como boa parte desses africanos tinha rede de solidariedade e afeto com homens e mulheres crioulas. Torquato dos Santos, nagô, vivia com a crioula Efigênia de Tal e possivelmente vivia de um pequeno comércio. Leopoldina, africana, falecida em 1885 conseguiu acumular na sua vida duas arcas, algumas roupas e uma casa de taipa no final da rua da Praia da Vila de Porto Seguro. Sobre o ofício exercido por Leopoldina não temos notícias, no entanto, é possível afirmar que ela tinha crédito com homens livres o que denota que ela possivelmente tinha uma atividade laboral que possibilitasse pagar as dívidas adquiridas. Por fim, esses africanos reconstruíram suas vidas e suas culturas dentro das possibilidades que existiam nessas Vilas.

OS DJÉLIS E GRIOTS DA ÁFRICA OCIDENTAL: a trajetória de toumani kouyaté

Monica do Nascimento Pessoa (SEAD)

A tradição oral, formada por histórias e memórias compartilhadas pelos djélis, conecta o passado e o presente das populações das regiões da África Ocidental, a partir de contos históricos, discursos políticos, cantos, cosmogonias, ritos iniciáticos, genealogias e performances que existem e resistem entrelaçadas aos patrimônios culturais e aos jogos políticos da memória, revisitadas e traduzidas em práticas sociais contemporâneas. Objetiva-se nesta comunicação, com base na trajetória do djéli Toumani Kouyaté, sobretudo com foco em Mali e Burkina Faso, analisar os papéis dos djélis e compreender as concepções e representações da tradição oral, percebendo como eles surgem e se constituem na

contemporaneidade, bem como demonstrar os impactos de suas performances nos diversos trânsitos culturais nas formas de contar e renovar as histórias dentro e fora da área cultural mandinga. Com abordagens interdisciplinares, partindo dos estudos das tradições orais e da literatura africana, intenta-se estabelecer reflexões para interpretar o universo das culturas orais, mensurando os novos arranjos culturais de Toumani Kouyaté na diáspora africana. Ademais, alicerçada no campo dos estudos africanos, esta pesquisa se aproxima a análises ancoradas nos estudos pós-coloniais buscando protagonizar com a trajetória de Toumani Kouyaté uma voz de autoridade capaz de refletir sobre a realidade do djéli pós-colonial e de seu lugar no mundo, apreendendo novas formas de conceber as memórias coletivas e individuais no seio das sociedades de culturas orais mandingas. Toumani Kouyaté é um djéli da casta nyamakala, um mestre da palavra nascido em Burkina Faso, na África Ocidental. A palavra kouyaté significa “existe um segredo entre nós” e, na língua bamanã, representa um segredo que vem de um passado remoto e que explica o poder da palavra e o valor histórico, social e cultural dos djélis nas sociedades mandingas a partir de suas narrativas, genealogias e contos históricos. Em julho de 2017, em um encontro na França, na cidade de Saint-Nazaire, Toumani Kouyaté contou-me a sua trajetória de vida e como ele a construiu a partir de um patrimônio familiar e de heranças de seu grupo cultural, os mandingas. E mais: contou como ele interage com o mundo contemporâneo nos jogos políticos da memória e das novas vivências em contextos fora da África, como na França e no Brasil. Interessa-me nas performances de Toumani Kouyaté, enquanto historiadora do campo da História do Tempo Presente e dos estudos da diáspora africana, analisar como ele utiliza e acomoda as tradições orais em seus trânsitos culturais – estes como deslocamentos culturais que acontecem pela memória de um corpo de tradições que ele adapta nas suas diásporas, que o orientam a inovações das tradições orais no tempo presente, constantemente metamorfoseadas por suas experiências performáticas.

POR UMA VISÃO DECOLONIAL DOS LOCAIS HISTÓRICOS DA GUINÉ-BISSAU:
uma reflexão sobre as estátuas presentes na praça do império e baluarte de Cacheu

Nivaldo Plantão Biaguê (UNILAB)

O presente trabalho analisa os significados que os guineenses atribuem as esculturas de Maria da Fonte e Teixeira Pinto situadas nas Praças de império e Baluarte de Cacheu na Guiné-Bissau, desde uma perspectiva decolonial dos locais estratégicos e históricos com representações simbólicas neles situados. Sustendo a partir disso, uma necessidade de trazer para discussão e análise, a forma como essas representações identitárias são interpretadas pelas populações residentes a redores ou visitantes destas localidades. Isto é, esta ideia nutre-se através do interesse que se tem em compreender o papel de intermediação e consumo emblemático que essas esculturas exercem a partir do contexto histórico-político que lhes são característicos. É importante frisar que a República da Guiné-Bissau cuja capital é Bissau, situa-se na costa da África Ocidental, faz fronteira com o Senegal ao Norte, e com a República da Guiné Conacri a Este e Sul. Ela compreende um território de 36.125km², com uma população total de 2 016 476 e seu relevo é essencialmente plano. É um país tal como muitos outros, de colônias portuguesa que sofreu pressão colonial, e que se reconfigurou a partir disto quase em todas as dimensões: social, política, econômica, cultura, jurídica, etc. Perante ao exposto, faz-se necessário indagar e debruçar sobre resquícios das lógicas coloniais com base em suas representações materiais ou concretas. A escolha das estátuas supracitados se brota justamente por esta razão. Primeiro porque esses lugares são historicamente consagrados históricos; Segundo é porque as duas figuras representadas em estátuas ambas são portuguesas. Salienta-se que, apesar das esculturas se apresentarem transversais no que tange seu consumo ou interpretação, interessa-nos essencialmente arquear o nosso diagnóstico aos aspetos simbólica-identitários. Diante disso,

adota-se para realização deste ofício, o procedimento metodológico da ordem qualitativa, tendo como principal pendor de construção de dados, a realização de entrevistas do carácter semi-estruturado com os estudantes guineenses da UNILAB-CE. A efetivação desta pesquisa implicará ou poderá vir a ser um veículo estratégico do ponto de vista acadêmico para emergência e instauração de novos olhares do que seria estátuas no contexto em que as duas supramencionadas foram colocadas.

RACISMO E O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL: importância da formação para as ações do Conselho Municipal das Comunidades Negras de Salvador

Antonia Maria Almeida Alves (Conselho Municipal das Comunidades Negras/BA)
Eliane Fátima Boa Morte do Carmo (SME - Salvador/BA)

Em 2018 o Conselho das Comunidades Negras implementou um curso de fortalecimento para os conselheiros/as que consistiu em um projeto de formação com carga horária de 120 horas das quais 56 foram dedicadas à temática étnico racial envolvendo: sistemas de cotas, intolerância, combate ao racismo institucional e legislação de promoção da igualdade racial, que tinha como objetivo principal capacitá-los para as suas funções de forma mais qualificada, porém consideramos que o aprendizado não se restringiu apenas a qualificação, mas também constitui um amplo benefício, que se estenderá na atuação das atividades associativas e comunitárias, portanto não encerrado apenas no processo representativo. No total da carga horária estabelecida 24 horas foram dedicadas a discussão da temática étnico-racial. Dessa forma o trabalho a ser apresentado é constituído de um relato de experiência de duas oficinas, com os integrantes do curso, destinado aos conselheiros titulares, suplentes e ao público interessado nas questões étnico-raciais. As oficinas ministradas uma sobre o racismo e a outra sobre o mito da democracia racial, cada uma com duração de 12 horas trataram das temáticas e possibilitaram aos participantes novos olhares sobre os efeitos concretos do racismo nas práticas sociais, seus novos significados, sua repercussão nos diferentes espaços da sociedade soteropolitana. As discussões sobre racismo e o mito da democracia racial, e o entendimento de conceitos básicos tais como racismo, discriminação e preconceito, são fundamentais para o entendimento das relações de poder, e tem uma importância orgânica para o conhecimento e compreensão das particularidades de um racismo considerado “cordial”, racismo este que mascara suas diferentes faces em grande parte opressoras, as quais utilizam o mito da democracia racial como estratégia política, com o objetivo de minimizar as diferentes formas de exclusão social perpetradas às populações negras no Brasil. Por entendermos que o fortalecimento das ações do CMCN da cidade do Salvador, requer o conhecimento e interpretação dos mecanismos políticos, sociais e institucionais que pregam uma “igualdade” profundamente marcada por diferenças e contradições, as quais precisam ser identificadas para que as pessoas estejam instrumentalizadas, e possam elaborar estratégias de enfrentamento. É central a necessidade de fortalecimento conceitual nesta temática específica para o CMCN na cidade de Salvador, onde 82% da população é negra. Ao final da realização das oficinas verificamos através das avaliações a necessidade de aprofundamento da temática o que ficou patente nas solicitações pelos participantes de outros encontros que propiciem novos debates e ampliação das leituras e discussões.

TENDO REQUERIDO A SUA ALFORRIA POR INDENIZAÇÃO: A trajetória do escravizado Claudino e a Cultura Política Escravista

Lucian Souza da Silva (SMJP/PB e UFPE)

O trabalho escravo foi constituinte da sociedade brasileira em seus múltiplos aspectos (econômico, social, cultural e político). No aspecto econômico, a mão de obra escravizada foi largamente utilizada em toda extensão do território nos períodos colonial e imperial, com intensidades diferentes e especificidades regionais dadas as proporções continentais do Brasil. Dentro desse cenário, a província da Parahyba do Norte sempre teve um baixo percentual de pessoas escravizadas, em relação à população livre. O ápice dessa população foi atingido entre o final do século XVIII e o início do século XIX, com pouco mais de 20 % do total da população. O presente artigo objetiva analisar a ação de liberdade de Claudino, um escravizado da Cidade da Parahyba, que recorreu à justiça para requerer sua liberdade, em fins do século XIX. Sua atuação é entendida, como reflexo das lutas e resistências das pessoas escravizadas em busca de sua liberdade, ao longo de todo o período de vigência da escravidão no Brasil, mas que se acentuaram através dos mecanismos legais abertos pela Lei Rio Branco de nº 2040 de 28 de setembro de 1871, mais conhecida como “Lei do Ventre Livre”. A Ação de Liberdade, como dispositivo jurídico estava expresso no texto da legislação em seu artigo 7º, que dizia: “Nas causas em favor da liberdade: § 1º O processo será sumário; § 2º Haverá apelações ex officio quando as decisões forem contrárias a liberdade”. Deste modo, os documentos resultantes de tais embates judiciais revelam as percepções que os escravizados possuíam de seus contextos. Das múltiplas formas de resistência dos escravizados que é possível identificar através das fontes, a sua atuação nos tribunais é algo característico dos últimos anos de existência da escravidão, embora o ato de recorrer aos tribunais não seja algo exclusivo deste período. Este artigo insere-se nas recentes pesquisas da História Social da Escravidão, que tem buscado entender os escravizados enquanto sujeitos multifacetados e capazes de resistir e negociar os conflitos que o sistema escravista os impunha. Neste sentido, as contribuições do historiador marxista inglês E. P. Thompson, em especial seu conceito de experiência, tem sido importante para pensar as trajetórias de vida dos escravizados no Brasil. Temos entendido a Cultura Política Escravista, como enraizamento da escravidão, que por sua vez, moldou atitudes, crenças, práticas sociais, ideias, posicionamentos políticos, manifestando-se como um fenômeno de indivíduos específicos e também enquanto grupo social. A Cultura Política Escravista foi responsável por prolongar a escravidão o quanto foi possível, fazendo do Brasil o último país independente a abolir a escravidão.

UM BALANÇO DAS EXPERIÊNCIAS DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NO ÂMBITO MUNICIPAL

Carlos Augusto Sant'Anna Guimarães (Fundação Joaquim Nabuco)

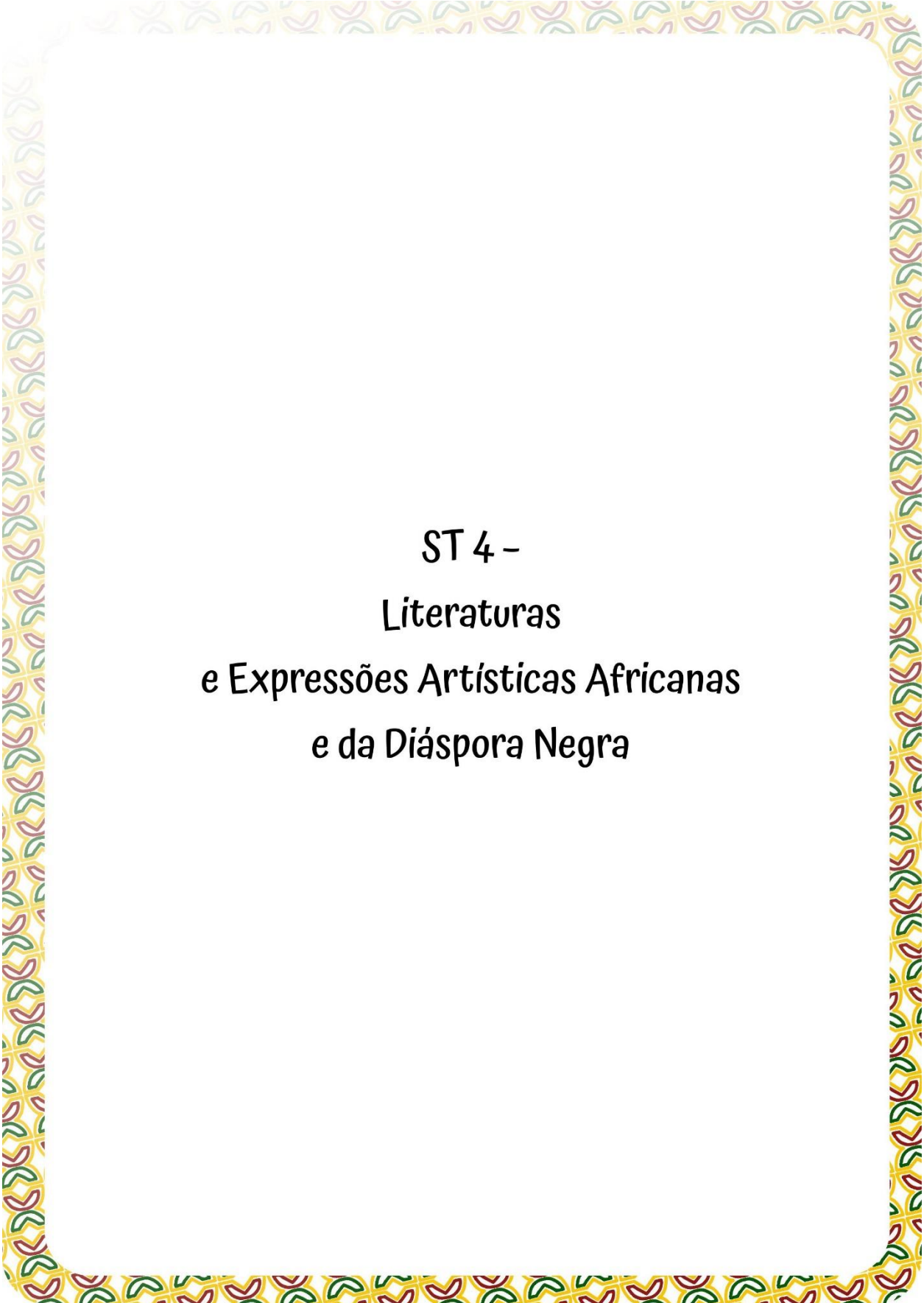
No federalismo brasileiro, o Município é reconhecido como um ente federativo que, ao lado da União, Estados e Distrito Federal, goza de autonomia política, administrativa e financeira. Este federalismo de tipo trino torna mais complexa a formação da agenda governamental com reflexos sobre a elaboração e implementação de políticas públicas de abrangência nacional. Sem embargo, por outro lado, amplia as possibilidades de experimentação em termos de políticas e programas pelos distintos níveis de governos subnacionais. A partir de 1995, iniciou-se uma inflexão na política racial brasileira. A Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida foi um vetor que projetou o tema do racismo na agenda governamental. Desde então, houve diversas iniciativas governamentais de promoção da igualdade racial nos três níveis de governo. Neste trabalho, analiso experiências de implantação da Política de Igualdade Racial em unidades subnacionais (Municípios) em perspectiva histórico-comparada (1995-2015). Em um esforço de realizar um balanço da literatura existente sobre o tema, apresento e discuto estudos de casos de diferentes regiões do Brasil. A literatura especializada sublinha que a estrutura federativa exerce constrangimentos institucionais sobre

as políticas públicas desde a formação da agenda à sua implementação. A recente Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial talvez seja a mais complexa inovação institucional no Estado brasileiro. Sem um legado institucional de políticas prévias, a criação da Secretaria Especial de Promoção de Políticas da Igualdade Racial (SEPPIR) e a formulação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial efetivaram-se diante de um vazio institucional. Para enfrentar este vácuo institucional, os gestores da igualdade racial incentivam Estados e Municípios a criarem estruturas administrativas similares à SEPPIR. Refletindo outros estudos, assevero que as instituições federativas importam na produção do resultado das políticas. Todavia, outros fatores são igualmente importantes, argumento que existência ou não de um legado institucional também afeta a elaboração e implementação de uma política pública. O estudo conclui que além da construção institucional desses novos órgãos, foi preciso romper barreiras políticas e quebrar estereótipos racistas para ser reconhecido como um interlocutor autorizado e qualificado. A pesquisa conclui que os resultados da política ficaram aquém do esperado. Outro achado da pesquisa é que a intensidade e amplitude da implementação da Política de Promoção da Igualdade Racial no âmbito local dependem do contexto social e político no qual as organizações do Movimento Negro estejam inseridas. A variação dos resultados no nível municipal está associada positivamente ao poder de agência dos atores e organizações do Movimento Negro junto ao poder local.

UM RETRATO SOBRE O ENCARCERAMENTO NO PÓS-ABOLIÇÃO

Flávio Santos do Nascimento (UFF)

Os dados atuais sobre a população carcerária no Brasil são impressionantes tanto pelo aspecto quantitativo quanto pelo qualitativo. Para se ter ideia, o Brasil possui a quarta maior população carcerária do mundo. E enquanto os países que estão à sua frente nesse ranking registram uma tendência de diminuição, o Brasil tem uma tendência de franca expansão de sua população de presos. A Rússia, por exemplo, mesmo tendo a terceira maior população encarcerada do mundo, registrou uma taxa de decréscimo de 24%, ao passo que o Brasil registrou um aumento de 33%, considerando-se os anos entre 2008 a 2013. Mas são os aspectos qualitativos, aqueles que põem em perspectiva análises sobre o perfil, ou melhor, os perfis da população carcerária brasileira, com o prevaletimento desproporcional de pessoas negras e de baixa escolaridade, que melhor informam sobre as distorções institucionais, estruturais e sociais do Estado brasileiro. Para dar perspectiva sobre o processo histórico que antecede essa situação atual, proponho neste artigo uma reflexão sobre o encarceramento no pós-abolição. Tomarei como amostra o estudo de caso da Cadeia Pública de Aracaju, Sergipe, no ano de 1896. A abolição no Brasil (e em todas as áreas atlânticas, como tem sido demonstrado) envolveu disputas em torno do futuro das relações de trabalho, da extensão dos direitos políticos dos libertos e descendentes de africanos e, paralelamente, do papel dos modelos racistas nas novas estratégias de controle e dominação. É nesse sentido que o sistema prisional (compreendido como uma instituição que também reflete e as dinâmicas socioculturais da sociedade que lhe é exterior), e o encarceramento podem ser vistos como motes para a compreensão dos desdobramentos do processo de transição da sociedade imperial escravista do final do século XIX para a sociedade republicana do pós-abolição que começava a tomar forma. A principal fonte utilizada para a construção da análise a que este artigo se propõe será o Livro de Relação de Presos. A partir dos pressupostos metodológicos elencados por E. P. Thompson, no que ele chamou de “Lógica Histórica”, buscarei compreender os significados sociais informados pelo retrato dos dados sobre o perfil da população daquela Cadeia Pública de Aracaju em 1896.



ST 4 -
Literaturas
e Expressões Artísticas Africanas
e da Diáspora Negra

ST 4 – Literaturas e Expressões Artísticas Africanas e da Diáspora Negra

Coordenação: Ana Marinho (UFPB), Danielle Luna (UFPB) Cristina Matos (UFPB), Alcione C. Alves (UFPI).

Esta Sessão Temática/ST tem como proposta promover o debate entre pesquisadore (a)s de diferentes áreas que investigam a literatura, bem como variadas Expressões Artísticas no território africano e na diáspora negra. O objetivo principal é o aprofundamento de discussões sobre a produção de autoras e autores africanos e afro-diaspóricos de diferentes gêneros literários, e outras expressões artísticas, com vistas a uma compreensão de contextos históricos e a sua influência na sociedade, assim como do protagonismo do povo negro-africano e na diáspora. Além disso, esta ST propõe o compartilhamento de pesquisas e experiências didáticas que se utilizam de expressões artístico-culturais, em suas diferentes linguagens, narrativas e de forma multidisciplinar, em estudos, na educação, pois a concebemos como organização da resistência política da população negra.



“OS FIOS DE RECONTOS”: Histórias de Vida e Formação de Jovens Negras

Iansmin de Oliveira Gonçalves (UFRB)

Rita de Cassia Dias Pereira de Jesus (UFBA)

Este trabalho apresenta os resultados da pesquisa sobre Histórias de Vida e Formação, e suas interseções com as questões de raça e gênero, através das memórias, biografias e narrativas de jovens negras, estudantes da educação básica, em escolas públicas do Recôncavo da Bahia. Através dos relatos pessoais, coletivizados nas Rodas de Saberes e Formação (RFS), permitem e proporcionam às estudantes questionar-se, reconhecer-se, afirmar-se acerca das identidades coletivas e individuais (Jesus, 2010, p. 320). O objetivo geral desta pesquisa é produzir um livro paradidático de “contos formativos”, elaborados a partir do entrecimento das histórias de vida e biografias individuais, sobre as temáticas de raça, gênero, juventude e identidade étnicorracial. O livro, produto apresentado como resultado do Mestrado em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas (CAHL/UFRB) se destinará aos anos finais da educação básica. Como estratégia para a produção das narrativas de vida foi utilizada as RSF- Rodas de Saberes e Formação uma “metodologia de ação” que consiste em uma tecnologia socioeducativa que proporciona a reflexão coletiva e horizontalizada sobre questões de temas elencados, em encontros gravados e sistematizados, respeitando o sigilo das identidades das participantes. Deste modo, os “contos formativos” constituem-se da elaboração de narrativas recriadas, reinterpretadas, baseadas em fatos reais, que estimulem a reflexão, a apropriação e a releitura de fatos vivenciados por jovens mulheres negras, que permitirão debater temas como racismo, discriminação, violência, sexualidades, políticas afirmativas, e acesso à educação. As histórias de vida apresentam pontos de similaridade, entre as experiências de constituição da identidade de gênero-raça-sexualidade de mulheres negras, estudantes de escola pública, oriundas de famílias de baixa renda, de famílias monoparentais, e/ou com pais com baixa escolaridade. Reconhecendo estes percursos, e ao identificá-los como um traço característico das participantes da pesquisa, ao conjugar estes aspectos, contados e recontados por cada uma delas, utilizo os contos que mesclam várias histórias de vida e formação, (re)elaborando nestes contos, histórias positivadas de superação e vitória, protagonismo, companheirismo, e emancipação dessas meninas-mulheres, como mecanismo de (trans)formação, para servir a outras histórias de luta, e de conquistas, ainda em potencial, para outras jovens que com elas se identifiquem.

Ao focar a perspectiva da história de vida como um conjunto de ações sociais, o livro, *Os Fios dos Recontos*, em sua construção e resultados, tenta contribuir também na formação dos/as profissionais de educação, como possibilidade de aplicação para a Educação das Relações Étnicorraciais na Educação básica.

A PRESENÇA DE CINEASTAS NEGRAS NAS MOSTRAS DE CINEMA PRODUZIDAS PELA COLETIVA MALVA DE BELO HORIZONTE - MG.

Letícia Souza Ribeiro da Costa (UFMG)

Este artigo analisa a presença de cineastas negras nas mostras de cinema realizadas pela Coletiva Malva de Belo Horizonte - MG. A total ausência de mulheres negras enquanto diretoras de filmes longa metragem de grande bilheteria é marcada pela pesquisa da UERJ “A Cara do Cinema Nacional”: gênero e cor dos atores, diretores e roteiristas dos filmes brasileiros (2002-2012) (CANDIDO; et al, 2014), no entanto a presença de diretoras mulheres negras brasileiras é marcada em festivais de cinema alternativos tanto nacionalmente, quanto internacionalmente. Teóricas do feminismo negro e do cinema, como Carneiro (2002), hooks (2015, 2017), Ribeiro (2017), Werneck (2009), Gonçalves e Martins (2016) e Oliveira (2017) tem apontado como a história e a história do cinema apresentam processos de silenciamento social, cultural, político e acadêmico que afetam em especial, as mulheres negras brasileiras, causando grandes empecilhos na constituição de suas trajetórias nas mais diversas áreas da sociedade. A ausência de mulheres negras na função de direção de filme, está diretamente ligada às relações de poder (gênero, raça e classe social), apontam para persistência de um racismo estrutural de nossa sociedade. Dessa forma, buscamos identificar como se dá a participação de mulheres negras cineastas nas mostras de cinema realizado em um coletivo de cinema de Belo Horizonte, que realiza mostras com a prerrogativa de que os filmes exibidos tenham sido dirigidos por pelo menos uma mulher. E destacamos a questão: Em uma mostra de cinema direcionada à diretoras mulheres, como se dá a participação das cineastas negras? Portanto, nesta análise foi identificado quantos filmes foram exibidos, quantos haviam mulheres negras na direção, se os filmes eram curtas, médias ou longa metragens, se houve debate e se houve presença de mulheres negras nos debates, buscando-se identificar para além da presença de cineastas negras, a qualidade destas presenças. Este artigo é um resultado parcial da pesquisa em andamento “Trajetórias de cineastas negras brasileiras”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, realizado através de bolsa de pesquisa da CAPES.

CARNAVAL COMO RESISTÊNCIA: Maria, Mahins, Marielles, Malês! Reconstruindo a história do Samba através do Lindu à Mangueira.

Bruna Tavares Pimentel (UFPB)

Raphaella Ferreira Mendes (UFCG)

O artigo tem como objetivo desenvolver uma linha histórica entre a manifestação da dança/canção do Lindu, de raízes em rituais africanos que envolvia os batuques dos negros, e sua manifestação inicial era por meio da dança, uma junção entre os aspectos africanos e europeus até o advento do samba e posteriormente as escolas de samba. A simbologia que envolve o ritmo do Lindu ajuda a pensarmos a identidade do povo negro e da mulher, assim como também os aspectos de resistência, mais tarde presente no samba, e sua vinculação com as manifestações populares. Pontuando as relações sociais e raciais que envolvem essa manifestação artística, simbólica e cultural. Que, sobretudo, inicia-se com a relação da mulher

e do negro na sociedade escravocrata permeando a construção histórica desse movimento, que desenvolve na sociedade brasileira em grandes centros urbanos como o Rio de Janeiro. Nesse meio nasce à “casa das Tias” que seria áreas dedicadas as festividades ligadas a cultura do candomblé, envolvendo a musicalidade do Lundu e nesse contexto proporcionou a circulação de vários músicos populares. Sendo assim, buscamos analisar a raiz negra do samba até seu suposto “embranquecimento” a partir das escolas de samba com o surgimento do sambódromo. Existe uma tendência, impulsionada pela comunidade acadêmica, na construção da imagem do popular, principalmente, as manifestações populares, deveria passa por tendências “puralistas” e imutáveis. Dessa forma, desenvolvendo uma pesquisa bibliográfica de cunho exploratório, usando a literatura para realizar um debate sobre o samba em sua origem e na contemporaneidade, tendo como base a escola de samba Estação Primeira de Mangueira que em 2019 abordou o enredo “História pra Ninar Gente Grande”, recuperando a história de luta do povo negro no samba, com homenagens a grandes homens e mulheres negras que foram invisibilizados e brutalmente retirados da história. Por fim, o debate a homenagem feita à Marielle Franco, mulher negra, lésbica, política e defensora dos direitos humanos, que se tornou símbolo de luta e resistência mundialmente, feita pela escola. Ou seja, na contemporaneidade o samba ainda é usado como forma de resistência e expõem suas críticas, homenagens, tradição e cultura anualmente nos maiores sambódromos do país, localizados nas cidades Rio de Janeiro e São Paulo, no período carnavalesco.

CONTOS E CAUSOS MITUAÇUENSES

Ana Cristina Marinho Lúcio (UFPB)

Flaviana Ferreira de Oliveira (UFPB)

Esta comunicação tem como proposta apresentar relatos de experiências ocorridos no Projeto Contos e Causos Mituaçuenses, trabalho este desenvolvido na Escola Ovídio Tavares de Moraes na Comunidade Quilombola de Mituaçu - Conde - PB. O projeto surgiu como complemento de carga horária na disciplina de língua portuguesa lecionada na EJA (Educação de Jovens e Adultos). As investigações ocorreram nos anos de 2017 e 2018 quando foram feitas entrevistas a algumas famílias da comunidade, famílias estas que prezavam pela continuidade da tradição na contação de histórias em seu núcleo familiar. Os narradores e narradoras sentiram-se felizes em serem colaboradores nessa compilação de contos pertencentes ao seu povo. A Comunidade de Mituaçu é permeada pela diversidade religiosa, na qual, existem: católicos, evangélicos e pessoas de religião afrodescendente, no entanto, é interessante perceber que a religiosidade não os separa quando há projetos a serem desenvolvidos entre eles. O período dedicado às investigações dos Contos e Causos nos anos de 2017/2018 me permitiram perceber que independente da religião a que pertençam, a harmonia é uma chave entre os moradores deste remanescente quilombola. De acordo com Santos (2011), a religião originária foi o Catolicismo, contudo, Santos (2011) citando uma entrevistada em seu trabalho, afirma que antes, os terços e rezas aconteciam nas casas, não haviam terreiros, entretanto, a diversidade de sabedorias sempre existiu. Nos dias de entrevistas, dois alunos me acompanhavam para realização desse projeto, respectivamente, Ciclo III e IV. Como metodologia utilizada, foram feitas filmagens e gravações das contações por meio de celular e câmera fotográfica e, na semana seguinte, eram feitas as transcrições na escola. Após transcrição, as narrativas eram levadas à sala de aula e compartilhadas com a comunidade escolar para discussão daqueles causos existentes em seu habitat. Ao relatar os contos e levá-los à discussão na sala de aula, o que mais me chamava atenção era o fato de muitos alunos não desejarem interagir sobre a riqueza cultural existente nesses contos, no entanto, bastava um dentre eles se pronunciar que a discussão se acalorava. Assim como Lúcio (2008), ao desenvolver esse trabalho, privilegiei a diversidade de

pensamento, primando assim pelo respeito e contribuição oferecidos por cada um dos narradores e narradoras presentes neste projeto.

DIÁLOGOS COM "ENTRE O FOGO E O VENTO"

Gina da Silva Guimarães (AESA)

O texto sintetiza e analisa ideias de Edílson Fernandes de Souza (1998), contidas em sua tese de doutorado “Entre o Fogo e o Vento: as práticas de Batuques e o controle das emoções”. Apresenta e desenvolve alguns conceitos da teoria configuracional de Nobeit Elias ao ter como objeto de estudo as proibições sofridas pela população negra (escravos e pretos livres) ao realizarem atividades lúdicas de caráter religioso – os Batuques-, por ocasião do desenvolvimento de nossa sociedade. Souza também elabora uma reflexão acerca de se fazer pesquisa e de como o pesquisador pode se utilizar de diferentes fontes, com destaque para as dificuldades encontradas nesta sua pesquisa, uma vez que estas fontes foram além das tradicionais fontes documentais históricas. A luz da sociologia configuracional – de processos civilizadores – o autor buscou demonstrar a abundância de material empírico, ainda sem tratamento, podemos chamá-los de ‘documentos outsiders’, vistos como sem importância em determinado momento das pesquisas históricas. Deste contexto realizamos um diálogo, uma breve reflexão buscando articular a tese e a teoria dos processos civilizadores junto à educação e ao seu caráter de socialização assim como a alguns princípios da abordagem da Afrocentricidade. Compreendemos que estar dentro de uma determinada configuração social necessariamente é estar em processos de socialização, ou seja, em processos de formação educativa, de formação do habitus social, assim como, compreendemos que o estudo aqui apresentado, na perspectiva da sociologia configuracional, de longa data, é também um estudo afrocentrado, não numa perspectiva separatista – eurocêntrica x afrocêntrica, mas sim, a partir da sensibilidade e trabalho teórico-prático do autor do estudo, que, já em sua introdução faz um esforço de localizar no tempo e espaço seu objeto de estudo, ou seja, os Batuques da cidade do Rio de Janeiro do século XIX, com um novo modelo teórico, em que este modelo traz em si a perspectiva de longa data chegando à localidade da África-negra, ou subsahariana. Outro aspecto que podemos destacar do estudo foi o de fazer os Batuques emergirem como objetos de estudo ao longo do processo de formação social do Brasil.

DISPUTAS E EXPANSÕES: o “afro-brasileiro” enquanto conceito nas artes visuais entre as décadas de 1980 e 1990

Luiz Gustavo Alencar de Mendonça (UNESP)

A produção artística negra brasileira e sua historiografia da arte, estão (e estiveram) moduladas dentro de dinâmicas sociais onde essa produção artística vem sendo pouco valorizada ao longo da história da arte brasileira, na qual por muito tempo, a produção intelectual sobre a temática foi escassa e negligenciada se comparadas a movimentos e estilos estéticos hegemonicamente brancos. Apenas muito recentemente, nos anos 1980, é que espaços como museus, galerias e instituições culturais, vêm sendo conquistados e consolidados mais abertamente, ainda que de maneira bastante incipiente. Dessa forma, esse trabalho buscará, na medida em que lhe seja possível, fazer parte desse movimento de reconfiguração dos eixos hegemônicos na história da arte brasileira, propondo uma reflexão sobre as noções da categoria “afro-brasileiro”, por meio de uma investigação sobre possíveis deslocamentos e/ou expansões do conceito durante a década de 1990. Tomando a noção do “afro-brasileiro” no campo específico das artes visuais como uma categoria em constante mudança, modificando-se de acordo com seus locutores e o

tempo em que são proferidos, percebemos a ausência de um consenso sobre sua conceituação ainda hoje. No entanto, analisando a produção artística negra do século XX no Brasil, é possível notar, de modo geral, a forte influência estética que as religiosidades afrodescendentes, bem como o caráter estético dito “popular”, exerceram sobre essa produção, que parece ganhar outros contornos na década de 1990 e na virada do século XXI. Sendo assim, a partir dos catálogos “A Mão Afro-Brasileira: Significado da Contribuição Artística e Histórica” (1988) e “Arte Afro-brasileira” (2000) – que compõe a Mostra do Redescobrimento –, duas das exposições fundamentais para se discutir e entender as mobilizações em torno do conceito de “afro-brasileiro” entre os anos finais da década de 80 do século passado e o princípio dos anos 2000, o trabalho se detém na investigação analítica de aspectos que as publicações dessas exposições levantam, e busca perceber o que elas apresentam como “afro-brasileiro” e as possíveis continuidades, rupturas e/ou dilatações pelas quais o conceito passou nesse recorte temporal.

DOLORES E CAROLINA: vivências ultrajadas, memórias persistentes

Vanessa Ribeiro Teixeira (UFRJ)

Nas linhas de O livro do por vir, lemos com Blanchot que “escrever um diário íntimo é colocar-se momentaneamente sob a proteção dos dias comuns, colocar a escrita sob essa proteção, e é também proteger-se da escrita.” Apesar de seu olhar estar voltado para o escritor que se refugia na escrita diarística para escapar ao lugar extraordinário da escrita poética, a frase inquieta-nos singularmente ao refletirmos sobre a escrita diarística num sentido diametralmente oposto. Falamos de uma escrita que não protege o escritor sob o manto “harmonioso” dos dias comuns, mas resguarda o indivíduo da tragédia desses mesmos dias. Seja no diário criado ficcionalmente, como acontece com as linhas escritas por Dolores, personagem revelada no conto “Fragmentos de um diário”, do escritor moçambicano Ungulani Ba Ka Khosa, seja no diário íntimo de Carolina Maria de Jesus, cujas linhas dispersas deram origem a Quarto de despejo, escrever um diário parece ser o último recurso para garantir a existência num mundo que trata essas mulheres, “as oprimidas do oprimido”, como lixo. A escrita diarística de Dolores ocupa um lugar singular em meio ao percurso literário de Ungulani Ba Ka Khosa. Embora tenha sido publicado, “na íntegra”, no livro de contos intitulado Orgia dos loucos (1990), seus fragmentos, como ecos de uma voz que não se consegue calar, ressurgem em obras posteriores, especificamente, em No reino dos abutres (2002) e Entre memórias silenciadas (2013). As memórias de Dolores – melhor, os seus fragmentos – tornam-se memórias de todo um grupo, quando dela se lembram nas mesas dos bares de Maputo. As dores plurais grafadas no seu nome, “Dolores”, fazem com que a proposta de um diário íntimo questione os seus limites e fronteiras para denunciar um cotidiano cruel. Caminhando por essa senda, que se abre entre a escrita de si e a crítica veemente da humanidade pequena e da “política caseira”, um outro diário, dessa vez, “à brasileira”, coloca o dedo em riste contra a face de um quotidiano de misérias e desumanidades. Quarto de despejo: diário de uma favelada, o primeiro diário publicado por Carolina Maria de Jesus, em 1960, nasce como um diário íntimo, mas é transformado em best-seller da literatura nacional. Essa obra é marcada por um processo de produção diferente ao do diário de Dolores. Enquanto “Fragmentos de um diário” nasce como escrita ficcional, Quarto de despejo desloca-se – ou é deslocado – de sua natureza confessional e autobiográfica para a existência ficcional.

GÊNESE NEGRA: reelaboração da presença do negro no passado, presente e futuro em A mulher de Aleduma (1985) de Aline França

Daniela dos Santos Damasceno (UNEB)

Apesar dos avanços acerca da discussão da participação do negro nos diversos sistemas da sociedade, ainda há muitas trilhas a percorrer. A literatura pode servir como uma das trilhas, de diversas vozes, inclusive de autores e autoras preocupados com as questões étnico-raciais-culturais. Muitos negros ou negras que, direta ou indiretamente, refundam imaginários e personagens. A literatura, no caso em sua especificidade de autoria negra, pode propiciar a (re) apropriação de um território cultural, sendo possível reverter valores, criar personagens dando-lhe características, espaço/tempo a partir de uma ótica particular. Assim, o texto literário, enquanto construção de sentido pode nos possibilitar repensar representações sociais, redimensionar nosso olhar sobre o espaço social e questionar imagens, na medida em que atualizam signos-lembranças que inserem o corpo negro numa cultura específica, desmitificando, por exemplo, estereótipos e mitos sobre o negro e seu espaço, reproduzidos por sua vez nas diversas mídias e também na literatura. Uma dessas vozes é a voz de Aline França, escritora negra baiana. Os seus textos ficcionais residem em um protagonismo feminino (frequente), negro e baiano. Nessa pesquisa, propomos analisar o romance *A mulher de Aleduma* (1985), mais especificamente investigar os modos de reelaboração da presença do negro no passado, presente e futuro, a partir dos conceitos: afrofuturismo e afrocentrismo. A partir desse contexto, buscamos respostas para as seguintes questões: Como os negros são apresentados e representados no romance? Enquanto indivíduo negro, como é possível se vê a partir do texto levando em conta fatores históricos, culturais e ideológicos perpetrados pela sociedade? De que forma os seus escritos podem avultar reflexões acerca das tradições e culturas negras? Por conseguinte, como a análise das suas obras enquanto textos literários podem ressignificar e contribuir com a formação identitária e afirmação étnico/racial? Com relação ao percurso metodológico, realizamos na primeira etapa pesquisa bibliográfica, mas a proposta de pesquisa se concentrou na análise do romance *A mulher de Aleduma* (1985). Portanto, a obra citada, em si, constitui o cenário da pesquisa, pois é por esse suporte que o pesquisador tem acesso às possibilidades de interlocução e interpretação. Ademais, Aline França enquanto escritora negra baiana, e os personagens negros da narrativa, e os diferentes espaços e imagens presentes na obra constituem-se como os principais sujeitos da pesquisa.

INTERTEXTUALIDADE ENTRE SOBREVIVENDO NO INFERNO DOS RACIONAIS MC'S E QUARTO DE DESPEJO: Diário de uma favelada de Carolina Maria de Jesus

Nilson Macêdo Mendes Junior (UFPI)

O presente trabalho tem como objeto de estudo uma categoria presente em diversos textos negros espalhados pelas Américas: a intertextualidade, presente em autores como Toni Morrison, Jamaica Kincaid, Patrick Chamoiseau, Nicolas Guillen, Aimé Césaire, Conceição Evaristo, Elio Ferreira, dentre outros. As narrativas escravas contribuem com o modelo para estruturar os textos e narrativas modernas dos negros, com o intuito de criar uma estética negra e de contraponto ao eurocentrismo do Cânone Ocidental. Como afirma Henri Louis Gates Jr. (2002), as narrativas de escravidão são um grito comunal dos negros, mais do que falar de um só relato, elas reverberam as vozes de todos os negros. O corpus escolhido para demonstrar esse caráter de intertextualidade é o disco, que depois se tornaria livro no ano de 2018, *Sobrevivendo no inferno* de 1997 do grupo de Rap Racionais Mc's da cidade de São Paulo e os escritos recheados de escrivência da escritora Carolina Maria de Jesus e seu *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960). A pesquisa tem como objetivos descrever a intertextualidade entre as duas obras citadas acima, donde se pode considerar a primeira forma de escrita como uma reescritura da segunda, e investigar de que forma as narrativas são reconstruídas pelos rastros resíduos das culturas atávicas trazidas pelos africanos na Diáspora negra e seus relatos orais de exclusão social, e como elas são reelaboradas em novas culturas compósitas e novos relatos

de exclusão no continente americano, outra meta é classificar de que forma a intertextualidade é representada nas narrativas negras modernas. A metodologia a ser utilizada é o da pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica na área dos estudos pós-coloniais e culturais negros. Pode-se inferir a priori que as temáticas da fome, pobreza, falta de acesso a educação, violência, crime, drogas e prostituição são bastante presentes nos textos de escritores da Diáspora negra, e como elas são temas recorrentes tanto no livro de Carolina de Jesus quanto no disco dos Racionais MC's.

JINSABA: ilustração científica do verde sagrado de um terreiro de candomblé no Baixo Sul da Bahia

Nelma Cristina Silva Barbosa de Mattos (IFBAIANO)

A comunicação trata da pesquisa intitulada JINSABA: ilustração científica do verde sagrado de um terreiro de candomblé no Baixo Sul da Bahia, desenvolvida no IF Baiano. Aprovada em edital interno de iniciação científica júnior, em 2018, a investigação está em andamento e se inspira em ações de pesquisa e extensão, anteriores, focadas em arte-educação e relações étnico-raciais. Pretendemos estimular a curiosidade científica e artística dos alunos de ensino médio integrado aos cursos de Agroecologia e Agropecuária através da produção de ilustrações científicas de alguns dos principais vegetais presentes no território e na vida cotidiana de uma comunidade negra tradicional, o Terreiro Caxuté. Através da realização de ilustrações com diversas técnicas artísticas (aquarela, pastel, lápis, etc) das jinsaba, palavra que significa folhas sagradas, percebemos que a sustentabilidade é o eixo de desenvolvimento comunitário de um território negro tradicional. O uso de plantas não é restrito à produção vegetal. Elas também integram o complexo sistema de valores culturais afro-brasileiros, personificados em estruturas comunitárias como a religião e as práticas de cura. O Caxuté é um terreiro situado na zona rural de Valença, é de tradição bantu-indígena e destaca-se na região pela articulação política contra a intolerância religiosa e pela agroecologia. Temos realizado pesquisa bibliográfica, eletrônica, iconográfica e documental sobre os temas da cultura afro-brasileira, quilombo, candomblé, flora do bioma Mata Atlântica da região de Valença, desenho botânico, desenho, e pintura artística. Utilizamos diferentes técnicas de ilustração e representação gráfica, visando compará-las, analisando a plasticidade e qualidade científica e estética do trabalho. A documentação de algumas espécies da flora, presentes no cotidiano comunitário, deverá compor uma coleção de cartões postais, que terá ao todo mil exemplares distribuídos entre as escolas do lugar e a biblioteca do campus Valença. Esperamos que o contato com a visão agroecológica da comunidade de terreiro favoreça uma imagem afirmativa das diferenças, e a percepção das implicações étnico-raciais na organização social do território e na produção de saberes científicos.

L'ARBRE D'OUBLIER, DE PAULO NAZARETH E "VOZES-MULHERES", DE CONCEIÇÃO EVARISTO: performance, poesia, memória e mediação crítica

Rinah de Araújo Souto (UFPB)

No texto “Literatura Comparada: definição e função”, Henry H. H. Remak aponta que os estudos de literatura comparada envolvem não apenas a comparação entre literaturas, mas entre literatura e “...outras esferas de expressão humana” (REMAK, 1994, p. 175). Com base nessa perspectiva, esta proposta de comunicação visa, em um primeiro momento, apresentar alguns dos diálogos possíveis entre a obra *L'Arbre d'Oublier*, do artista visual mineiro Paulo Nazareth (2013) e o poema “Vozes-mulheres”, da escritora mineira Conceição Evaristo (1990). O vídeo

faz referência ao ritual da Árvore do Esquecimento. O artista dá 437 voltas - no sentido anti-horário - em torno de um baobá em Ouidah - Benim, onde existiu um dos maiores portos de tráfico negreiro do continente africano. Antes de embarcar, mulheres e homens, negras e negros escravizados eram obrigados a dar voltas ao redor da árvore, pois acreditava-se que assim perderiam a memória do passado, de suas origens. A ação performática de Nazareth é considerada uma tentativa poética de rebobinar a história e assim recuperar as memórias apagadas/borradas pelo discurso hegemônico. Já no referido poema de Conceição Evaristo são convocadas as vozes de mulheres negras, que reverberam e convergem para a (re)construção da memória. Tanto o vídeo quanto o poema trazem memória e ancestralidade como fios condutores e esses serão dois aspectos em foco. Posteriormente, compartilharei uma proposta de mediação de leitura pautada na noção de experiência, de Jorge Larrosa Bondía (2002) e no entendimento da mediação como um trabalho na contradição, na esteira de Carmen Mörsch (2011), a fim de atingir os objetivos principais dessa proposta, que são: contribuir para a ampliação do debate acerca das estratégias de mediação de leitura; refletir sobre as relações entre a literatura e outras artes; promover o diálogo entre poesia e performance; atentar para o viés pós-colonial das obras em causa.

MACHADO DE ASSIS E A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES ESCRAVIZADAS

Paulo Sérgio de Proença (UNILAB)

Que a mulher (principalmente a negra) é vítima da violência física e simbólica, hoje, no Brasil, não se discute, sobretudo porque aumentam de forma assustadora casos desse tipo registrados nos órgãos policiais. Ocorre que esse fenômeno já é antigo; data dos princípios da hegemonia patriarcal. No período da escravidão essa violência se acentua, por ser o escravismo violento por princípio e vitimar sempre a parte mais frágil. No âmbito da literatura, poucos foram os autores que reconheceram e denunciaram o fenômeno e o escritor Machado de Assis é acusado de omissão em relação à escravidão. Contudo, ele escreve peças incisivas que denunciam a violência desse sistema, sobretudo contra mulheres. É isto que a comunicação procura examinar: Machado foi, de fato, omissivo? Averiguar, expandir e apurar fatos relativos a essa temática deve ser tarefa permanente de pesquisadores – negros e brancos – que se ocupam das ciências humanas, principalmente. Serão analisados o poema “Sabina”, os contos “Mariana”, “O caso da vara” e “Pai contra mãe”, “Virginius” e duas crônicas, uma de 1864 e outra de 1877, que põem em cena mulheres escravizadas sendo vítimas de violência desumana e consentida. O princípio teórico será fornecido pela noção de dialogismo (Bakhtin), desdobrado nos conceitos de intertextualidade e interdiscursividade; também serão buscados na tradição crítica os princípios e as motivações que apoiam a avaliação que afirma Machado ter sido omissivo quanto à escravidão; outras ciências e disciplinas linguísticas e literárias também serão evocadas quando necessário e conveniente. A metodologia a ser utilizada é, principalmente, a pesquisa bibliográfica, que fornecerá os dados para análise; serão comparados dados colhidos, nas peças indicadas, para a atestação da realidade de violência a que as mulheres eram expostas no período retratado nesses escritos. Resultados preliminares indicam que Machado não foi omissivo; ele denuncia a violência do sistema escravista, indicando que as mulheres escravizadas, sempre assediadas, foram vítimas preferenciais e indefesas; apesar disso, algumas assumiram com coragem o desafio de resistir, ainda que isso representasse a morte. O escritor carioca não esqueceu seus irmãos negros nem suas irmãs negras.

MULHER, TRABALHO E EMANCIPAÇÃO: a constituição dos estudos de gênero nas páginas das revistas estudos moçambicanos da independência ao multipartidarismo

Laissa Sobral Santos Martins (UNILAB)

Durante a guerra de libertação conduzida pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) desde 1965, as mulheres foram mobilizadas para um conjunto de tarefas, muitas vezes na retaguarda, na logística ou nos serviços de educação e saúde, mas também como militares, e mesmo dirigentes. Ainda que a emancipação feminina constar explicitamente do programa nacionalista, o qual considerava a submissão das mulheres um efeito da opressão colonial e da “tradição” de cariz “obscurantista”, no pós-independência verificou-se um movimento por parte do partido-Estado para circunscrever a margem de liberdade individual implicada na noção de “emancipação feminina”, associando certas demandas ao liberalismo pequeno-burguês e a influências nefastas do capitalismo, especialmente no contexto urbano. Tendo o controle sobre a força de trabalho, de modo a permitir a retomada da produção econômica nacional, se constituído como um dos principais desafios do novo regime, a participação feminina no mercado laboral ganhou proeminência no planejamento governamental e nos debates acadêmicos. Assim, promoveu-se a representação da “mulher emancipada” como coadjuvante em relação à direção das tarefas revolucionárias, e, mais ainda, a circunscrição à família de seus papéis sociais aceitáveis, como companheira e mãe, produtora e reprodutora referendada pela ideologia revolucionária. Com a passagem ao multipartidarismo, em 1992, a defesa da “tradição” (e suas implicações sobre os papéis sociais aceitáveis para as mulheres) tornou-se programa político com a transformação da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) em partido – ao mesmo tempo se consolidava um campo de estudos de gênero. Este projeto interroga os debates sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho em Moçambique, da independência ao multipartidarismo, buscando articulá-los aos sentidos da emancipação feminina e à construção social de uma agenda emancipatória por parte das mulheres moçambicanas. O Objetivo geral do projeto é: Investigar as relações entre os temas da emancipação feminina, do mundo do trabalho e da atuação do Estado no pós-independência em Moçambique, da independência a meados da década de 2000, buscando traçar as condições sociopolíticas em meio às quais se constituiu um campo de estudos de gênero, por meio dos artigos publicados na Revista Estudos Moçambicanos.

NA TESSITURA DE PARIS METEQUE, A DENÚNCIA DA MARGINALIDADE E DA INVISIBILIDADE DOS "CONDENADOS DA TERRA"

Maria Angélica de Oliveira (UFCG)

Segundo Butler (2017: p. 18), “quando o ‘eu’ busca fazer um relato de si mesmo, pode começar consigo, mas descobrirá que esse ‘si mesmo’ já está implicado numa temporalidade social que excede suas próprias capacidades de narração”. Assim acontece no rap Paris métèque, do autor-rapper-compositor e intérprete franco-ruandês Gaël Faye. Em sua ode de amor, esse autor-diaspórico personifica a cidade luz, onde desembarcou em 1995 para fugir do genocídio de Ruanda. O rap faz parte do álbum *Rythmes et botanique*”, lançado em 14 de abril de 2017. Ao falar de seu desembarque e da condição de vida nas ruas cruéis Paris, o sujeito-autor é implicado numa temporalidade social, começa consigo, mas ultrapassa os limites do ‘si mesmo’ e denuncia a invisibilidade de outros ‘condenados da terra’ que também ali desembarcaram. Na tessitura de Paris métèque, Gaël Faye desvela uma “cidade mestiça” que é “construída” também pelo protagonismo do povo negro-africano, mas que se nega a reconhecer sua mestiçagem. Segundo o autor, Paris não tem “braços” para realmente acolher aqueles que desembarcam em suas ruas cruéis. Ela os ignora, negligencia-os, coloca-os à sombra. Isso posto, nosso trabalho apresenta-se como uma proposta de leitura discursiva da letra do rap Paris métèque e de seu clip de lançamento. Por leitura discursiva, compreendemos o ato de ler o texto associado

necessariamente à história, às relações de poder e às vontades de verdade constitutivas da sociedade. Tomada como processo sócio-histórico-cultural e político, a leitura é um instrumento que nos habilita a compreender o mundo e o nosso fazer no mundo. A partir dessa perspectiva de leitura, objetivamos identificar e analisar como nessa escrita de si o sujeito autor revela o Outro e desnuda as relações de poder, de saber e de verdade nesse contexto histórico de marginalidade e de invisibilidade. A análise do rap e de seu vídeo clip, primeiramente, foi produzida como recurso didático numa aula da disciplina Cultura Francesa, para alunos do curso de licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Língua Francesa da UFCG. A disciplina apresenta como ementa: Estudos concernentes aos aspectos culturais da França, bem como de outros países de língua francesa, do mundo francófono, e as suas características sócio-histórico-culturais, objetivando propiciar ao/a futuro/a professor/a de língua-cultura um espaço para discussão e aprendizagem de conteúdos culturais, buscando sempre o respeito mútuo a partir do conhecimento da cultura do outro. Essa proposta de leitura, de forma geral, embasa-se nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso, e, especificamente, em estudos anteriormente realizados por: Appiah (1997); Baccega (2013); Bauman (2012); Braudel (2013); Butler (2017) Fanon (2005); Foucault (2010); Hall (2016); Munanga (2009), dentre outros.

NOME COMO IMAGEM: a representação da moçambicanidade em o último voo do flamingo

Rita de Cássia Sena Carvalho (SME Itaguaçu da Bahia/BA)

O presente trabalho traz reflexão sobre a representação da identidade moçambicana por meio de uma abordagem que se efetivará com a nomeação dos personagens que trazem à tona os conflitos gerados pela cultura do dominador e apontam o caminho a ser percorrido: a valorização dos costumes africanos, não no sentido de garantir o centramento, ideia pautada na concepção do sujeito do iluminismo, mas na necessidade de retorno às origens, para assim “inventar” a própria identidade. O moçambicano Mia Couto utiliza sua literatura como arma de resistência para um imaginário em forma de rasura da língua que recebeu como herança do colonizador europeu. Assim, a literatura africana por meio da nomeação dos personagens da obra *O último voo do flamingo* traz representações significativas para retratar a invenção da identidade de seu povo, possibilitando o entendimento de uma ideia de moçambicanidade. A nomenclatura de um sujeito identifica quem ele é e o que traz de sua história, das memórias, da cultura, sendo que a carga contida nos nomes dos personagens das duas obras esclarece comportamentos, características e conflitos, inserindo-os em um contexto que os referencia. Em Mia Couto, a imagem remete a narrações possíveis de serem decodificadas, enquanto linguagem simbólica, a partir da construção das personagens e de suas respectivas trajetórias dentro da narrativa, dos seus atributos na efabulação, sendo potencializada nos nomes que carregam, captando e exibindo sentidos. O nome, para alguns africanos, é uma dessas armas em favor da manutenção da ancestralidade e de valores relacionados à identidade deste povo. Por isso, o trabalho relaciona o nome dos personagens à sua personalidade para a compreensão do processo de invenção de uma ideia de moçambicanidade, além de discutir as características mais expressivas de suas individualidades, também auxiliando na representação de uma coletividade. Serão utilizados nesta discussão a obra de Stuart Hall, *Cultura e representação* (2016), para fundamentar sobre a representação da moçambicanidade, além de *A identidade cultural na pós modernidade* que postulará também sobre questões identitárias e culturais; Fonseca & Cury (2008), Leite (2009) são críticas da literatura coutiana, além de Guérios(1973) que traz considerações importantes sobre a nomeação nesta discussão, dentre outros que embasarão essa produção textual.

O OLHAR FIRMINIANO, DA ESCRIVIVÊNCIA OITOCENTISTA AO EPISTEMICÍDIO CENTENÁRIO

Sunshine Cristina de Castro Reis Santos (UFMA)

Proponho um exame das interligações da escrita oitocentista com a escrita atual, com uma análise comparativa literária, entre as obras de Maria Firmina dos Reis *A Escrava* (1889) e Conceição Evaristo *Vozes-Mulheres* (2007) chegando à conclusão que o legado afro feminino é ofuscado pelos cânones masculinos historicamente, atitude perpetuada na contemporaneidade, segundo (Carneiro, 2005) uma configuração de epistemicídio. Uma das formas mais eficaz de prevalecer à supremacia branca e eurocêntrica é anular as referências, produto fundamental para uma construção de uma identidade étnica, gerando uma alienação aliada ao discurso dos colonizadores, que fortalecem a estruturação da segregação social. A busca pelo embraquecimento sempre será uma alternativa, quando um mesmo for modelo civilizatório e de intelectualidade. Qual lugar comum entre uma maranhense (1822) e uma mineira (1976)? Em busca do reconhecimento de onde o passado e presente se imbrica no eu - escrito das autoras que alinham suas inquietações e literariedades, em um processo lírico político. Observaremos suas trajetórias, as correlações de descendência presente em suas memórias, tendo como objetivo mostrar as semelhanças das suas formações discursivas enquanto mulheres negras que ousaram se apoderar das palavras para fazer ecoa sua voz-lugar na primeira pessoa, como sujeito enunciado, que segundo (SILVESTRE, 2016) “Não se encontra apenas nas linhas, mas também e, principalmente, nas entrelinhas é revelado” A voz de Maria Firmina que denuncia a barbárie da maternidade transferida, a mercantilização humana e a dor da impossibilidade do ventre livre, que ecoa em Conceição Evaristo que recolher o silenciamento ancestral, e faz ressoar em processo matrilinearidade emancipadora para além dos signos literários. Uma ancestralidade costurada por atos políticos, que fazem do passado presente, uma linha de desarticulação da dominação vigente, personificada na ausência de memória da barbárie escravocrata e na estruturação do apartheid social. Na projeção de desenvolvimento de uma nação permeia a inclusão e a exclusão, ambas subordinadas à conjuntura dominante, a desigualdade que nos assola não é fruto de um acaso como se propaga na história unilateral, as violências simbólicas antecedem todo o processo de desumanização. A negação da história de um povo é uma desconfiguração nacional, sem autenticidade seremos sempre experimento de realidade alheia, uma brasilidade em busca de exportação, uma mente colonizada com síndrome de Estocolmo. A vida e a obra das autoras comprovam a opressão é encontra-se na transversalidade de gênero, etnia e classe em uma espécie de biográfica comum, pois perpassa o trânsito entre um reconhecimento conveniente ao silenciamento articulado.

PALAVRAS NEGRAS IMPORTAM: um experimento cênico da negritude na cena cultural paraibana

Agata Christie Rodrigues Lima da Silva (PRIMA/PB)
Fernanda Mara Ferreira Santos (UNB)

Este trabalho visa debater sobre o processo de constituição e afirmação identitária racial no percurso de formação e produção intelectual das artistas Fernanda Ferreira e Agata Christie no campo das artes. A partir da noção de “Drama Negro” existente em Abdias, da ideia de assunção do Ser Negro - ‘Niger Sum’ de Guerreiro Ramos, Da Diáspora – identidades e mediações Culturais de Stuart Hall, e Imagens do Brasil na música erudita brasileira do século XX: Reflexões conceituais sobre identidades culturais brasileiras de Potiguara Curione Menezes, interessa-nos expor a relação conflituosa de nossa trajetória enquanto intelectuais negras em

meio a ideologia da branquitude na qual os estudos sobre o Teatro brasileiro e a Música Erudita estão teoricamente fundamentados. O experimento cênico *Palavras Negras Importam* constitui um bom exemplo deste conflito. Nesta proposta apresentamos algumas impressões sobre o processo criativo do referido trabalho e sua reverberação nas próprias autoras. Sua temática gira em torno de uma discussão que levanta o questionamento sobre o peso da vida escolar, e consequentemente, acadêmica na vida do indivíduo negro. A performance traz questões geradas pelo silenciamento, desfavorecimento, e ainda, pela exploração que persiste entre nós. A referida obra criada e roteirizada por Fernanda Ferreira faz uma crítica ao mito da democracia racial, encontrado nas principais literaturas descritivas da escravidão do negro no Brasil. Evoca diversos escritores negros que, como sugere o título do espetáculo, devem ter espaço e não merecem ser silenciados. Diante disso, a atriz utiliza poemas autorais tomando como referência a literatura negra brasileira. Para compor esta discussão existe o som como cena. A partir disso, a utilização das sonoridades do violoncelo de Agata Christie, age em parceria, saindo do papel suplementar para trazer a sensação de dramaticidade. Aqui este instrumento é colocado como um paradoxo. Em suas origens este, é um recurso trazido pela colonização, fazendo um papel muitas vezes agressivo dentro da performance, o que contrapõe as belezas de seu som. Neste sentido, *Palavras Negras Importam* tem como objetivo trazer a mensagem simbólica da representatividade através do som e da cena. A partir disso, discute os descontentamentos e desigualdades herdadas dos primeiros negros destituídos de sua cultura e história, arrastados pelas correntes para dentro da nação brasileira.



**ST 5 -
Feminismos Negros,
Religiões de Matriz Africana e Movimentos Sociais**

ST 5 – Feminismos Negros, Religiões de Matriz Africana e Movimentos Sociais

Coordenação: Ofélia Barros (UEPB-Campina Grande), Terlúcia Silva (Bamidelê-OMN-PB) e Tatiana Reis (UEMA).

A ST Feminismos Negros, Religião de Matriz Africana e Movimentos Sociais, tem por objetivo reunir pesquisadoras/es e ativistas para discutir e refletir acerca das diferentes contribuições do pensamento das mulheres negras no contexto da diáspora negra. No exercício de situar as experiências e vivências das mulheres negras na diáspora negra contra o racismo patriarcal heteronormativo e para pensar sobre nossos feminismos negros desde o Sul a partir de uma perspectiva decolonial, incorporando conhecimentos produzidos desde as margens e reivindicando a interseccionalidade de gênero, raça, classe e sexualidade para anunciar outro modo de construir conhecimento em oposição à modernidade colonial, convidamos a todxs a participar do Simpósio.



"TECENDO NEGRAS LIBERDADES": experiências e vivências do coletivo de mulheres negras no contexto prisional

Franciane da Silva Santos Oliveira (UECE)
Iara Vanessa Fraga de Santana (UFPE)

A presente pesquisa tece caminhos trilhado pelo coletivo de mulheres negras do Instituto Negra do Ceará, dentro do Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa (IPFDAMC) e fora dele, desde 2015 até a atualidade. A Inegra é uma organização social de mulheres negras que objetiva promover os valores étnicos, políticos, sociais e culturais das populações negras, com prioridade à mulheres negras, atuando em uma perspectiva anti-racista e feminista. Tem por objetivo trazer a luz as andanças da Inegra, enquanto o único coletivo feminista atuante com mulheres em situação de privação de liberdade. Essas vivências vêm ancorada nos últimos quatro anos que a Inegra tem atuado junto com as mulheres que foram capturadas pelo sistema de (in) justiça brasileiro, mais precisamente aquelas que se encontram em privação de liberdade, em cumprimento de penas alternativas ou de alternativas penais. Abordando através da educação popular feminista negra, dentro do presídio feminino, aportes acerca de temáticas acerca do racismo, direitos humanos, sistema de justiça, lesbianidade, relações étnico-raciais, negritude, afetividade, gênero, patriarcado, filtragem racial, entre outra, tendo como base epistemológica saberes e fazeres afrodiáspóricos, e problematizando o cotidiano daquelas mulheres. Para visibilizar e encontrar os entrecruzamentos das opressões raciais, patriarcais e de classe vividas por elas, que também eram vividas por nós. As temáticas étnico-raciais, relações de gênero e patriarcais e as contradições do modo de vida capitalista estavam presentes nos nossos encontros. Além das músicas, tambores, capoeiras, danças e poesias. Estamos já no terceiro projeto realizado no presídio feminino, junto com a sociedade civil e algumas parcerias. Estamos executando desde 2018 é o projeto: “Tecendo Negras Liberdades”, que se finda em novembro de 2019. Ele é mais ousado, porque ele se estende às regiões metropolitanas do Ceará. Mobiliza a sociedade para denunciar e ampliar o debate sobre o racismo, sexismo, justiça restaurativa e desencarceramento. Realizará momentos formativos com três segmentos diferenciados: mulheres encarceradas, e as que cumprem medidas cautelares e a sociedade civil.

“SEU CABELO, QUE LINDO! POSSO TOCAR?”: Coletivo Madalena Anastácia como Movimento Feminista Negro Educador

Rachel Nascimento da Rocha (CEFET/RJ)

O referido texto é fruto das análises do trabalho que desenvolvo desde 2015, com o Coletivo Madalena Anastácia (grupo de mulheres negras artistas, praticantes de Teatro das Oprimidas) e das pesquisas que realizo desde 2017 voltadas à relação entre Educação antirracista e antipatriarcal e Teatro das Oprimidas no contexto do Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-Raciais (CEFET/RJ). Gênero, raça e classe são eixos de opressão que se inter cruzam, analisados por mulheres negras em seus trabalhos de referência. Dentre muitos outros, os temas do silenciamento, trauma e resistência estão presentes em suas abordagens. Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Grada Kilomba, bell hooks, Audre Lorde, Angela Davis são alguns dos nomes que nos apresentam olhares para a interseccionalidade através da subalternização, lutas e conquistas das mulheres negras. Nos trazem pensamentos de fronteira que extrapolam as análises que refletem apenas sob um eixo de exclusão. O Coletivo Madalena Anastácia referencia-se em Anastácia, mulher negra africana, escravizada, e a metáfora e materialidade do seu sofrimento através da máscara de tortura que lhe foi imposta, buscamos afirmar posição e lugar de resistência da mulher negra na sociedade brasileira. Já que, “Se a máscara de flandres colocada no rosto de Anastácia calou a sua voz, foi justamente pela interdição de sua fala que o mito se ergueu e segue se erguendo, ao longo do tempo” (EVARISTO, 2017, UFMG). É pela interdição da fala de Anastácia, pela reflexão sobre os modos de interdição da nossa fala, que construímos caminhos coletivos para “estilhaçar a máscara do silêncio” (EVARISTO, 2017, Carta Capital). A possibilidade de estar em coletivos que garantam a especificidade do tema tratado alimenta a compreensão das questões sociais, faz desenvolver as aprendizagens sobre a diversidade do grupo específico, complexidade das opressões que lhe subalternizam e propicia a criação de alianças e ações concretas. Ao mesmo tempo, “também queremos que esses problemas sejam vistos como questões que impactam [toda] a sociedade, para as quais, vários grupos precisam atuar simultaneamente no sentido de sua superação” (SANTOS, 2018, p.15). Como Movimento Feminista Negro Educador (conceito que vem sendo desenvolvido a partir de GOMES, 2017), entendemos que racismo, machismo e demais problemáticas sociais são relacionais e interdependem de diferentes atores sociais. Temos construído estratégias decoloniais de educação antirracista e antipatriarcal em diversas frentes, através do Teatro das Oprimidas."

A COR ME ATRAVESSA: reflexões sobre inteseccionalidade e emancipação na perspectiva das mulheres negras

Karolyny Alves Teixeira de Souza (Coletivo Independente de Mulheres Multiartistas Águas de Cacimba)

Este trabalho parte de reflexões acerca da sociabilidade das pessoas negras, em especial sobre as mulheres negras. Busco aqui refletir sobre um aspecto que tem me atravessado na escrita e na vivência: a interseccionalidade entre raça, gênero e classe. A escrita que aqui compartilho é um recorte da monografia que defendi para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social na UFRN, que aqui referencio, mas que não irei aprofundar. Nessas linhas pretendo articular raça, gênero e classe levando em consideração o processo de formação da sociedade brasileira, e a percepção das particularidades da construção de uma identidade nacional forjada no mito das três raças. Observando que o contexto social da diáspora no Brasil, coloca para a vida das pessoas negras dificuldades históricas de sobrevivência e de ascensão social. Considero que ser

negro no Brasil é passar por um processo de ressignificação de sua própria história. É buscar romper com todos os estigmas postos pela sociedade, numa desconstrução interior, para se reconstruir com o seu povo. Nessa perspectiva, diálogo com grandes intelectuais negras: Ângela Davis, Bell Hooks, Luiza Bairros e Sueli Carneiro, buscando fundamento para a compreensão da emancipação e da liberdade, evidenciando que mulheres negras falando sobre suas perspectivas de vida e de luta, não parte de uma questão de querer impor uma verdade sobre as teorias feministas. Mas sim da compreensão da necessidade de falarmos por nós e fazer reconhecer que existem particularidades em nossas vidas, que não podem ser compreendidas a partir de um olhar que enxerga a mulher como um modelo universal. E ainda na percepção de que o feminismo negro é fundado na experiência de vida das mulheres negras e como considera as contribuições para nossa formação para além da academia, mas especialmente, levando em consideração a vivência diária dessas mulheres. Desse modo, busco pensar a emancipação e a liberdade para as pessoas negras, como uma garantia de melhores condições de vida e acesso a direitos, e ainda discutir a negritude e a emancipação do povo preto, não como algo bom apenas para os negros, mas também para que as pessoas não negras possam entender que as pessoas negras têm história além da escravidão contada pela visão do colonizador. Portanto, pensar a emancipação humana é descolonizar o pensamento, é levar a dimensão da consciência a compreensão histórica de nossas particularidades.

A MULHER NEGRA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO: uma análise interseccional

Gabriela Siqueira Cavalcante (SENAC SP)

A violência de gênero atinge mulheres de todas as classes sociais, raças e orientações sexuais, entretanto de acordo com dados do IPEA (2013), a maior parte das vítimas de feminicídio é mulher, negra e pobre. A inauguração da primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher em 1985 foi a primeira resposta efetiva do estado à questão da violência de gênero. Quase uma década depois, em 1994, o Brasil ratifica a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, se comprometendo a enfrentar com seriedade a questão de gênero no Brasil. Outro marco importante foi a sanção da Lei 11.340/06 que ficou conhecida como Lei Maria da Penha. Diante desses marcos regulatórios, a sociedade passou a contar com Políticas Públicas que reconhecem a violência de gênero e se comprometem a coibi-la. Diante disso, se mostra urgente analisar como são compreendidas, nas Políticas Públicas de combate à violência de gênero, as particularidades das mulheres negras, buscando dialogar com o feminismo negro interseccional e suas figuras de referências, dentre elas: bell hooks, Patricia Collins, Kimberlé Crewnshar, Carla Akotirene. Contextualizando o Estado como arena de disputa pela sociedade e as Políticas Públicas como respostas estatais para demandas da população. Apesar desse tipo de violência atingir mulheres de todas as raças, orientações sexuais e classes sociais, há um agravamento quando se trata de mulher negra porque esse sujeito coletivo é oprimido pelo patriarcado – por ser mulher – e pelo racismo – por ser negra. Diante disso, o movimento de mulheres negras vem se mobilizando, participando de Fóruns e Conselhos, para alargar o conceito de violência contra a mulher, trazendo a contribuição da interseccionalidade, e pressionando o Estado a formular novas respostas às velhas questões, buscando racializar o debate feminista brasileiro. Isto posto, o estudo utilizou como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental para refletir sobre a mulher negra e as Políticas Públicas de combate a violência de gênero, se fundamentando em autoras feministas negras que cunharam a noção de interseccionalidade no mundo e tem como objetivo geral analisar de forma interseccional de que forma as demandas particulares da mulher negra estão postas nas normativas estatais de combate a violência de gênero. O trabalho um recorte da

pesquisa desenvolvida no Mestrado no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais - PPGCS/UFRN.

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER TEM COR: mulheres negras, sistema de justiça e racismo institucional

Bruna Stéfanni Soares de Araújo (UESPI)

As mulheres negras fazem parte de um contingente fundamental para a sociedade brasileira há cinco séculos. Como grupo social específico em defesa de seus interesses ou como parte do amplo contingente negro ou geral que luta por justiça social e inclusão social, sua atuação pode ser vista desde o regime escravocrata até hoje. Ainda que violentamente invisibilizadas – pois atuam num contexto de racismo e sexismo – colocam a disposição da sociedade séculos de lutas e de pensamento a serviço da ação transformadora (WERNECK, 2010, p.3). A presente proposta de pesquisa pretende refletir entre as grandes taxas de violência doméstica e feminicídios sofridos pelas mulheres negras no Brasil nos últimos anos sob uma perspectiva criminológica relacionada ao feminismo negro e afrolatinoamericano para compreender essa problemática e traçar reflexões para o seu enfrentamento. Segundo coleta de dados do Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher – de 2015: 58,86% das mulheres vítimas de violência doméstica são negras, e representam 68,8% das mulheres mortas por agressão de acordo com o Diagnóstico dos Homicídios no Brasil (Ministério da Justiça/2015), tendo duas vezes mais chances de serem assassinadas que as brancas. A taxa de homicídios por agressão é de 7,2/100 mil entre negras (Ministério da Justiça/2015) e de 2003 a 2013, 10 anos de vigência da Lei Maria da Penha, os homicídios de negras aumentaram 54,2%, segundo o Mapa da Violência (Flacso, OPAS-OMS, ONU Mulheres, SPM/2015). A partir destes dados podemos induzir que mulheres negras são as principais vítimas da violência doméstica no Brasil. Dessa forma, apontamos que é necessário que o Estado e Sistema de Justiça possa se preocupar em analisar a situação das Mulheres Negras em relação à violência doméstica e feminicídios guiada sob a ótica do Feminismo Negro e Estudos Anti-racistas (GONZÁLES, 1988; CARNEIRO, 2001; RIBEIRO, 2015) bem como a partir da pesquisa atualizada com informações e estudos que produza diagnósticos sobre os principais problemas que as impactam a fim de propor um debate institucional sobre esse problema, bem como sobre Política Criminal nesse assunto. Tais dados baseados em médias nacionais e demonstram fortes indicativos de que as pesquisas e investigação sobre a violência contra mulher e as políticas públicas derivadas desse diagnóstico da realidade precisam romper com a invisibilidade das mulheres, reconhecer sua diversidade, e executar ações que enfrentem as desigualdades causadas pela raça e gênero.

AÇÕES DE FEMINISTAS NEGRAS JOVENS: AFRICAJU, uma experiência para afirmar o legado afro-brasileiro

Ana Dindara Rocha Novaes (Bamidelê:OMN/PB)

Com a realização de eventos, atividades e encontros, tendo como perspectiva uma visão negra, reafirmamos que vidas negras importam e procuramos ressignificar o olhar da sociedade sobre a importância desses sujeitos sociais, que, em geral, tem suas existências ceifadas pela ação do racismo estrutural, que se mantém a partir, por exemplo, da ideia da existência de uma democracia racial existente no Brasil, o que gera muitas vezes, a segregação espacial e social de pessoa negras. E nesse entendimento de corpo, espaço e identidades negras precisam ganhar espaço de fala, enfrentar a espacialização desigual existentes nas cidades. Para enfrentar este contexto, de opressão, falta de valorização da fala e racismo, algumas negras jovens construíram

uma atividade político-cultural para dialogar e difundir outras narrativas junto à comunidade de Aracaju/SE. Esta experiência foi denominada AFRICAJU e sua realização ocorreu no ano de 2017. Com esta comunicação oral, temos o propósito de apresentar o referido projeto, variadas atividades realizadas que tiveram com base diferentes linguagens e os relatos das impressões obtidas através do público alvo. Importa destacar, por fim, que o AFRICAJU traz consigo a intenção de criar sinergia entre afro-empresendedores, artistas locais e figuras ilustres de diversos âmbitos sociais, aproximando administração pública. Além de ser um espaço agradável e de suma importância para toda a população sergipana que buscou compreender-se e conscientizar-se acerca de questões históricas, culturais e sociais da trajetória do povo negro no Brasil. Buscando a construção de um espaço para nós/negras/os, um espaço de irmandade, fazendo alusão ao som da fala que deve ser expressada, ouvida e que jamais silenciada, para perpetuar o legado do povo africano em terras sergipanas. Por fim, buscamos também desenvolver a percepção da necessidade de se ter ações políticas para construção de consciência para além do 20 de novembro, durante todos os meses do ano, é o momento de refletir sobre as relações sociais, afirmar nossas pautas políticas como jovens negras e também da população afro-brasileira. Ainda mencionamos que o AFRICAJU buscou a experiência sensorial junto com a materialidade para mostrar a civilização, cultura, indivíduo, materialidade e nossa memória. A ideia foi levar essa construção de sinergia para o público e que ele pudesse captar todas informações que estávamos oferecendo e a partir disso a sua construção e fortalecimento de um ser negra/o na sociedade sergipana, mesmo e diante de todas as dificuldades e complexidades que o nosso dia a dia vai evidenciando e inferiorizando a pele negra, celebrando nossa ancestralidade africana.

AS IMAGENS DA MULHER NEGRA NO LUGAR TRABALHO NOS LIVROS DIDÁTICOS DO TERRITÓRIO CAMPESINO DO BRASIL E DA COLÔMBIA

Denise Maria Botelho (UFRPE)

Camila Ferreira da Silva (SME Santa Cruz do Capibaribe/PE)

Este trabalho apresenta resultados, parciais, de uma pesquisa que teve enquanto objetivo compreender as marcas da Memória Hegemônica e da Entre Memória nas imagens da Mulher Negra no lugar trabalho nos Livros Didáticos de Território Campesino do Brasil e da Colômbia. Filiamo-nos as Abordagens Teóricas do Feminismo Negro Latino-Americano e dos Estudos Pós-Coloniais essas abordagens realizam um deslocamento heterotópico, constituído enquanto uma ação contínua para as margens, no qual a referência advém dos modos de ser, de pensar e produzir conhecimentos dos sujeitos silenciados e subalternizados, historicamente, e em especial a Mulher Negra Campesina. Logo, esse diálogo nos permite uma aproximação em relação as formas não só de subjugação, mas de enfrentamento da Mulher Negra frente as amarras raciais e euro-hétero-normativas, evidenciando a beleza que reside na diferença colonial. Ademais, adotamos como procedimentos metodológicos a pesquisa documental e a Análise de Conteúdo via Análise Temática, atrelada aos procedimentos da Antropologia Visual. No que se refere aos resultados da pesquisa o Lugar Trabalho pode ser identificado em dois espaços: Formal e Informal. No primeiro, as imagens da Mulher Negra apresentam um elemento em comum: a racialização do trabalho, considerando que os vínculos empregatícios em que é representada exigem baixo nível de escolarização e remuneração salarial. Portanto, embora a Mulher Negra ocupe os espaços de Trabalho Formal a pele racializada e o gênero inferiorizado determina as áreas que lhes são “permitidas” ocupar, por exemplo: atendente, cuidadora de idoso, dentre outros. Na segunda, as imagens são perpassadas pelo racismo/sexismo epistêmico e pelo patriarcado que tecem signos em torno da Mulher Negra enquanto sujeita inferior, não epistêmica e tutelada. No racismo-sexismo epistêmico ao ser

retratada, exercendo funções que se reduzem ao trabalho manual é retratado a imagem de uma Mulher Negra pouco escolarizada em contraposição a mulher branca e o homem branco retratados, majoritariamente, em funções que exigem um alto nível de escolarização e remuneração. No tocante ao patriarcado, a figura Feminina Negra é, majoritariamente, associada à figura masculina, bem como exercendo funções que se aproximam das atividades desenvolvidas no lar. Diante disso, entendemos que o Lugar Trabalho é atravessado pela interseccionalidade de opressões demarcando não só a relações de poder, mas determinando as condições em que a Mulher Negra é representada, ou seja, na base da pirâmide social enquanto sujeito mais explorado e submisso.

AS IYABÀS NO FAZER POLÍTICO E PEDAGÓGICO: Turbantes para além da Estética

Graça Elenice dos Santos Braga (UFRPE)
 Maria José dos Santos (PUC SP)

O referido trabalho surgiu com objetivo de compreender o papel político e pedagógico da estética negra, através do uso do turbante na construção identitária das mulheres negras. A pesquisa está centrada no curso realizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Raça, Gênero e Sexualidades Audre Lorde (GEPERGES Audre Lorde) da Universidade Federal Rural de Pernambuco. A realização do curso levou a perceber nas colocações das integrantes, como o uso do turbante podem ampliar sentidos e significados, em seu fazer pedagógico. A pesquisa partiu das contribuições críticas de Gomes (1996), Botelho (2012), Santos (2014) as autoras argumentam que as mulheres negras e suas trajetórias contribuíram na construção de nosso país e tiveram que descobrir várias formas de manter sua cultura, religiosidade e histórias. Deste modo buscaram encontrar - se no uso do turbante e do torço, fazendo deste um dos elementos de sua prática religiosa, manutenção de sua identidade e ao mesmo tempo ser um instrumento de intervenção política e pedagógica. Observou-se no decorrer do curso que a cultura das mulheres negras de religiões de matrizes africanas tem sua gênese na tradição oral. Portanto, o estudo teve como base teórica a metodologia da história oral, por reconhecer a oralidade, não só como meio de comunicação, mas como uma forma de guardar a sabedoria dos antepassados e contribuir junto a outras gerações. Diante do exposto, contata-se que o turbante ressignifica o processo de intervenção das mulheres negras como estratégias de resistência ao racismo e impõe uma nova postura no contexto educacional.

AS MARCAS DA MEMÓRIA HEGEMÔNICA E VÍVIDA NAS IMAGENS DA MULHER NEGRA NO LUGAR CULTURA NOS LIVROS DIDÁTICOS DO TERRITÓRIO CAMPESINO

Camila Ferreira da Silva (SME Santa Cruz do Capibaribe/PE)
 Janssen Felipe da Silva (UFPE)

Este trabalho apresenta resultados, parciais, de uma pesquisa de Mestrado, tendo continuidade no Doutorado, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco. Para tanto, temos enquanto objetivo compreender as marcas da memória hegemônica e da memória vívida nas imagens da mulher negra no lugar cultura nos livros didáticos do território campesino do Brasil e da Colômbia. Adotamos enquanto Abordagens Teórica o Feminismo Negro Latino-Americano e os Estudos Pós-Coloniais esse diálogo tem como intuito no auxiliar político e epistemologicamente na compreensão das formas de silenciamento/subalternização e enfrentamento da mulher negra frente as amarras raciais e euro-hétero-normativas. Nessa direção, o movimento de

resistência/enfrentamento da mulher negra ocasiona um deslocamento heterotópico que escorre em direção as margens, evidenciando outros modos de ser, de pensar e de produzir conhecimento dissociados cânone ocidental. Adotamos como procedimentos metodológicos a pesquisa documental e a análise de conteúdo via análise temática, atrelada aos procedimentos da antropologia visual. No que diz respeito aos resultados da pesquisa, no lugar cultura, identificamos nos livros didáticos em questão duas perspectivas distintas, a saber: arte e folclore. No lugar cultura enquanto arte há uma demarcação de registros visuais que advêm e/ou se aproximam das produções eurocêntricas. Já o lugar cultura enquanto folclore é delimitado pelo registro de produções artísticas que se distanciam dos postulados coloniais/modernos. Essa dualidade, arte e folclore, está ancorado nas heranças coloniais que tendem a silenciar, subjugar e, por vezes, ocultar as produções culturais da exterioridade colonial que não se filia aos moldes eurocêntricos, pois retratam expressões culturais que advêm dos modos de ser, de pensar e de elaborar conhecimento de mulheres e homens que foram/são racializados. Logo, o corpo feminino negro, conjuntamente com as suas produções culturais passam a ocupar os espaços periféricos da produção artística. Diante disso, entendemos que o lugar cultura é atravessado pela geo-corpo política do conhecimento que reside nas imagens da mulher negra, determinando não só a relações de poder, mas dentro de que condições a mulher negra é representada, no lugar cultura, isto é, na base da pirâmide social enquanto sujeito mais explorado e submisso.

DA RED DE ANANSE AO ILÉ OGGÚN E YEMAYÁ: política, pesquisa e espiritualidade afro em Bogotá, Colômbia

Luis Meza Alvarez (UFRJ)

Nessa comunicação procuro apresentar parte de uma experiência de envolvimento de mulheres negras nas lutas antirracismo em variados espaços de ação social (escola, movimento social afro-colombiano, sindicato docente, escola e universidade, entre outros) como um processo criativo e permanente de relações, organizações e projetos de luta a partir da experiência racial, social e como mulheres que conectam pessoas, associações, movimentos sociais e instituições, com base num investimento na pesquisa, auto-formação e na incidência nos espaços de atuação como lugares de luta. A Red de Ananse é uma organização sediada em Bogotá (capital da Colômbia) que se define como sendo uma associação de docentes pesquisadoras que realiza ações para combater o racismo e a discriminação racial nas escolas. Essas atividades, consideradas por elas como sendo políticas, encontram na prática religiosa/espiritual afro-colombiana e afro-cubana uma referência ética, de poder e de resistência negra/afro. O Ilé Oggún e Yemayá é uma nova tessitura de relações construída a partir de integrantes de Rede de Ananse ao redor do culto aos orichas, égguns e outras forças sobrenaturais com as que quatro religiões afro-cubanas tratam (Espiritismo Cruzado, Palo Monte, Regla de Ocha/Santería e Regla de Ifá). Como mostrarei, a pesar dos eixos articuladores diferenciados, as lógicas de relação e de trabalho existentes entre a Red e o Ilé, há uma relação fluída entre os dois coletivos. Assim, as trajetórias das fundadoras da Red e do Ilé são centrais para mostrar como os grandes temas de análise –luta racismo, política, relações de gênero, cultura, militância entre outros, têm uma dimensão existencial, não sendo abstrações de militantes nem de cientistas sociais, mas estando na ordem do vivido. E é justamente essa experiência que lhes permite fazer a constante conexão entre os temas, construir reflexões, conceitos e projetos para a ação coletiva, enfatizando sempre um posto de vista situado enquanto mulheres negras muito singulares numa cidade como Bogotá, cidade a partir da qual construiu-se historicamente a maioria das imagens sobre a nação em termos étnico-raciais, se legisla e se governa para as regiões e, em particular, lá é definida pelo MEN a política educativa, assim como os conteúdos dos livros de texto que

são utilizados em escolas e colégios colombianos. Os estereótipos resultantes dessa centralidade do saber foram e continuam a ser aplicados às províncias, regiões e periferias tanto da capital quanto do restante do país.

EXPERIÊNCIAS INTERSECCIONAIS DE RAÇA E GÊNERO NO CONTEXTO ESCOLAR SERGIPANO

Laila Thaíse Batista de Oliveira (Prefeitura de Aracaju/SE)
Maíra Ielena Cerqueira Nascimento (UFS)

O presente trabalho apresenta resultados parciais do “Projeto Benguela: Histórias de meninas negras”, realizado em três escolas. A iniciativa é uma parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal (SEMED) da Família e da Assistência Social (SEMFAS) da Prefeitura Municipal de Aracaju, desenvolvido nas Escolas Municipais de Aracaju, nas turmas de 8º ano. Elaborado em alusão ao 25 de julho – Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha e Dia Nacional da Mulher Negra, esse último que homenageia a guerreira quilombola Teresa de Benguela. O Projeto que traz para a centralidade as questões raciais, de classe, gênero e sexualidade na vida de adolescentes da rede pública, tem como principal objetivo incentivar as meninas a narrarem suas vivências e experiências, e de que forma o racismo, o machismo e outras formas de opressão estão presentes no seu cotidiano, e assim trabalhar coletivamente o fortalecimento da identidade, auto-estima e olhar crítico da realidade em que estão inseridas/os. As atividades também englobaram os meninos, mesmo que com o foco na vivência das meninas negras, entendendo que a reflexão e superação das opressões só se darão através do envolvimento e engajamento de todos, prezando pela interseccionalidade nas discussões. A metodologia utilizada é dividida em três fases: a primeira consiste na roda de conversa e exibição de filmes, a segunda em pesquisa e produção textual e terceira na elaboração e finalização de fanzines. Para a construção do Projeto foram utilizados referenciais teóricos do Feminismo Negro brasileiro, discutido por Sueli Carneiro, Luíza Bairros, Matilde Ribeiro e Lélia Gonzales, que traziam a leitura de como a raça, a classe e o gênero estavam imbricados quando se tratava do lugar social da mulher negra no Brasil, e como isso refletia nos indicadores sociais e nas diversas esferas da sociedade, como o mercado de trabalho, as representações midiáticas e a violência nos espaços públicos e privados. À luz do conceito “escrivência”, termo alcunhado por Conceição Evaristo, retoma a importância de trazer as vivências das mulheres negras através da escrita, onde a experiência individual reflete a coletiva. Por fim, considera-se que o “Projeto Benguela: Histórias de meninas negras” é uma experiência que pode vir a trazer possibilidades para a aplicação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas redes públicas e particulares de educação, do ensino fundamental até o ensino médio.

FEMINISMO NEGRO: um debate fundamentado na interseccionalidade entre raça, classe e a categoria mulher

Kíssia Wendy Silva de Sousa (UFPB)

Partimos do pressuposto de que as mulheres negras ocupam um espaço de subordinação dentro da dinâmica social, o qual fora forjado pela existência de uma sociedade erigida sob a lógica racista, patriarcal e sexista, em que podemos observar que vários fatores operam negativamente nas formas de produção e de reprodução material de suas vidas, em função da interseccionalidade dos elementos: raça, classe, e as relações sociais que se estabelecem em torno da categoria e da figura da mulher, frutos de uma construção social que ultrapassam os

fatores de ordem natural. Convém mencionar, que toda essa construção social que age como propagadora da opressão/exploração das mulheres negras, tem por finalidade fazer perpetuar a supremacia branca e masculina, além dos privilégios de uma classe social que se mantém ao explorar e desapropriar outra. Nesta medida, o presente trabalho tem por objetivo trazer uma abordagem crítica acerca do debate do feminismo negro, de forma a destacar a indissociabilidade entre os elementos raça, classe e a categoria mulher, como também sublinhar a importância da luta das feministas negras como uma forma de negação e enfrentamento a toda essa realidade de secundarização de pautas, de invisibilidade, de superexploração, de opressão e violências de diversas ordens. Para tanto, utilizaremos a pesquisa bibliográfica para aprofundar o debate, com base numa análise crítica da realidade. Ademais, consideramos que ao longo da história, as mulheres negras têm protagonizado processos significativos de luta e resistência frente aos desafios impostos pelo racismo e pelo sexismo que agem de forma conjunta e articulada, colocando esta parcela da população no mais intensificado nível de opressão. Portanto, trazer essa discussão para o centro do debate revela-se na condição de compromisso político capaz de valorizar os esforços das mulheres negras que trouxeram contribuições de grande significado pelo seu legado de luta, além de buscar enfatizar a importância da construção, da reatualização ou mesmo continuação do enfrentamento protagonizado pelas mulheres negras que lutaram no passado, aquelas que lutam hoje e também as negras lutadoras do futuro, até que se tenha superado o racismo e se alcance a emancipação feminina.

MARCHA DAS MULHERES NEGRAS, ANCESTRALIDADE E RESISTÊNCIA

Isabella Marques de Oliveira (UFRPE)

Rejane Maria Pereira da Silva (Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes/PE)

O Movimento de Mulheres Negras do Brasil, que emergiu no final da década de 70, no bojo da luta feminista, devido às angústias e insatisfações das feministas negras, que não eram vistas a partir de sua especificidade. O modo restrito ao olhar eurocêntrico e universalizante da figura da mulher impossibilitava as feministas de reconhecerem as diferenças e desigualdades presentes no vasto universo feminino. Este artigo se propõe a analisar ancestralidade e resistência na marcha das mulheres negras. Mulheres negras que, chamaram uma marcha, contra o racismo, à violência e pelo bem viver na luta pela resistência e protagonismo. Através de entrevistas com militantes e ativistas negras, ligadas as matrizes afro-brasileiras, bem como o levantamento de fontes documentais. O estudo tem o compromisso de demonstrar a força política de resistência e ancestralidade das mulheres negras no Estado Brasileiro que se uniram para protagonizar uma marcha específica de mulheres na luta por direitos sociais e políticos que por muito foi invisibilizada. Com o aporte teórico de Sueli Carneiro, Lúcia Xavier, Jurema Werneck, Matilde Ribeiro, Suzan Besse, Betânia Ávila e Daniela Tavares visou-se compreender quais processos subjazem a constituição desse novo sujeito coletivo, seus dilemas e redes de solidariedade com outros movimentos sociais, o lugar das hierarquias de gênero e raça em suas reivindicações, além do seu processo de institucionalização/burocratização, sua articulação com o Estado brasileiro. Buscou-se, também, apresentar que, na historicidade teórica e metodológica, em relação às mulheres negras, ainda há uma lacuna a considerar. Com isso, constatou-se nacional e internacionalmente, que a marcha das mulheres negras promoveu a afirmação dessas mulheres como sujeitos políticos através do rompimento do silêncio, exigindo do Estado brasileiro o reconhecimento do enfrentamento ao racismo dialogando, também, com a sociedade. É na resistência que nós, mulheres negras, nos encontramos, na certeza de uma sociedade solidária e fraterna, reafirmando o processo de irmandade e

pertencimento contribuindo assim, com o processo de democratização no campo do enfrentamento do racismo e de políticas.

MEU CORPO NÃO NASCEU PARA A SENZALA! AS MULHERES NEGRAS CONTINUAM A GRITAR NO 08 DE MARÇO

Rosa Maria Marques (Prefeitura do Recife/PE)

Este artigo versa como as mulheres negras se posicionam, pensam estratégias para serem pautadas e visibilizadas na construção e realização do 08 de março na cidade do Recife/PE. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU) o dia Internacional da Mulher, o 8 M é comemorado desde o início do século XX. Adentramos no século XXI e o Movimento Feminista ainda não se deu conta que as mulheres não são todas iguais, e as políticas públicas, grito de guerra nas passeatas, não podem ser universais, e que muitas ainda precisam reconhecer que possui privilégios por serem brancas. É sabido que o Movimento Feminista traz questões importantes, tais como: políticas que propõem mudanças sociais, culturais, econômicas, e que os direitos sejam iguais para mulheres e homens, enfim. As questões raciais, étnicas, orientação sexual, classe “também fazem parte”, entretanto, as mulheres negras, lésbicas, periféricas, da religião de matriz africana por exemplo, se não estiverem presentes na construção dessas pautas como o 08 de março, elas serão apenas citadas, mas suas especificidades não será prioridade, tampouco visibilizadas. O racismo e suas mutações cotidianas são indícios da presença de uma falsa Democracia Racial, de um passado-presente pautado em ideologias torturantes para a população negra, tidas como verdades, que contribuíram para dois mundos paralelos: dos brancos vistos como supremo, e o outro de negros não humanos. O primeiro não cabe pensar sobre seus privilégios, seja qual gênero e orientação sexual se apresentar ao mundo. Nos parece que não há mudanças sociais que retirem dos mesmos sua altivez! Ao segundo coube uma “subserviência” e “insignificância de sua existência” que pulula o imaginário social da vida de muitos negros e negras no Brasil. Para as mulheres negras a desobediência, recriação, ressignificação de seus corpos e mentes lhe traz até o momento um cansaço interminável diante do racismo e machismo que as acompanha, por não serem reconhecidas como humanas, apenas mulheres negras, que foram criadas para servir e que devem ser citadas quando convém. A partir da metodologia de Pesquisa-ação (THIOLLENT,2002) de cunho qualitativo, realizamos observações participativas para compreender como as mulheres negras pensam suas estratégias para serem pautadas e visibilizadas no 08 M, foi a partir de observação participante entre os anos de 2016-2019 nas reuniões preparatórias, e em reuniões da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco. Sendo assim, em tempos de dismantling de direitos, da onda do ódio e práticas racista, lesbotransfóbica, da misoginia, do aumento do feminicídio, e do discurso: Ninguém Solta a Mão de Ninguém! De que mãos estamos falando? Quem vem segurando as mãos das mulheres negras desde período da escravização? Será preciso que as mulheres negras tenham que estar em grupos maiores para que suas pautas políticas sejam pautadas? Até quando elas precisam reafirmar que seus corpos não nasceram para a senzala?

MULHERES DE TERREIRO E SAÚDE - O acesso de mulheres de Terreiro aos serviços públicos de saúde

Elisabete Vitorino Vieira (SEDH)

Gracila Graciema de Medeiros (UFPB)

INTRODUÇÃO: O presente trabalho tem por objetivo apresentar os estudos preliminares realizados no curso de especialização em Saúde Pública sobre o acesso de mulheres de terreiro

aos serviços públicos e se esses serviços públicos de saúde estão preparados para compreender, lidar e abordar no cuidado em saúde a relação com o sagrado ancestral na prática do cuidado em saúde das interlocutoras. **OBJETIVO:** Analisar o processo de cuidado em saúde de mulheres de terreiro, compreendendo o trajeto realizado por mulheres no processo de cuidado em saúde dos serviços público de saúde aos terreiros. **PROBLEMÁTICA:** A problemática apresentada decorre da compreensão do terreiro, como espaço de construção de cuidado em saúde, considerando que o espaço religioso é também espaço de produção de saúde e que esse aspecto permeia o cotidiano das adeptas. **METODOLOGIA:** A pesquisa aqui apresentada é do tipo quali-quantitativa, a metodologia utilizada fez uso de um levantamento bibliográfico assim como o uso de questionário semiestruturado de entrevista. Os critérios de inclusão foram ser adepta de religiões de matriz africana com o mínimo de 6 meses de relação com o terreiro e ter idade mínima de 18 anos. **DISCUSSÃO:** A pesquisa objetiva-se entrevistar 10 mulheres adeptas das religiões de matriz africana, sendo esse estudo preliminar os dados apresentados correspondem a foram entrevistadas, até o momento, 05 (cinco) mulheres adeptas de religiões de matriz africana, sendo quatro das interlocutoras abians, uma é cargo, a partir das informações coletadas relatos algumas das premissas apresentadas são reforçadas, tais como a do que é papel dos terreiros como espaço de produção de saúde, como também as dificuldades encontradas por essas mulheres no acesso aos serviços públicos de saúde no que concerne a compreender a relação do terreiro como espaço de cuidado em saúde. **CONSIDERAÇÕES:** A princípio, a análise aqui proposta foi considera que as vivências religiosas têm contribuído para a construção da produção de saúde e como os serviços públicos de saúde não abordam a relação com o sagrado ancestral no processo de saúde/doença das interlocutoras. Nesse sentido compreende-se que o processo de saúde/doença das mulheres adeptas de religiões de matriz africana compreende o seu cotidiano, que é permeado pelas vivências religiosas.

O DISCURSO FEMININO NO YLÊ AXÉ ALAKETU AJUNSUN ZITIZAN - TERREIRO CONGO DE OURO – NAZARÉ: entre a oralidade e a escrita

Henrique Antunes Cunha Junior (UFC)
Marilene Santos (SEE/BA)

Nazaré, cidade histórica, localiza-se no Recôncavo Baiano, na Região Econômica Sul, junto à Baía de Todos os Santos, possui 253,780 km², população de 28.451 (IBGE/Nazaré, 2018). Cortada ao meio pelo Rio Jaguaripe. Há 239 km de Salvador pelas rodovias BR-101 e BA-324, acesso a 60 Km pela BA-001, pela Ilha de Itaparica, até Bom Despacho, travessia da Baía de Todos os Santos via Sistema Ferry-Boat, até à Capital. Naquela encontra-se o referido terreiro, sob título que homenageia o Orixá Abaluaiê, dono da cabeça do Sr. Roque Congo de Ouro, seu fundador, reconhecido na Federação Nacional do Culto Afro-Brasileiro em 1977, nº 965, Salvador – BA. Situado no Bairro Muritiba, na Rua Juerana de Cima, com 38 residências, viela limitada pelos assentos Sagrados. Moradores unidos por laços de sangue, afetivos e/ou religiosos, formando uma comunidade-terreiro. O estudo caminha com o objetivo de conhecer e compreender o discurso da mulher negra a partir de um contexto religioso - o candomblé, no qual a sua representatividade é substancial, mediante observação do cotidiano, de suas vivências, de tudo e todos que o cercam, visando formar alicerce para discursões, inferências e reflexões sobre as adeptas da religião e terreiro citados, erguido por um ancestral masculino, hoje sob liderança feminina, bem como, adquirir embasamento teórico metodológico e empírico para possíveis intervenções sociais e políticas em prol destas, fomentar discursões na família, no exercício pedagógico profissional, numa perspectiva de potencializar participações e contribuições significativas na construção de políticas públicas que promovam mais visibilidade e melhoria de vida dessas mulheres, que antes de tudo são filhas, mães, vós, bisa,

trabalhadoras, criadeiras, conselheiras, intelectuais, chefes de família, esposas e mais, o principal recorte, mulheres de axé que habitam o espaço-terreiro, no qual as relações familiares estão mergulhadas na Energia do Sagrado. Um estudo analítico-interpretativo das vozes que emanam de dentro do dito terreiro por meio de diferentes linguagens verbais: oral e escrita e não verbais: demais expressões não linguísticas. Referenciado nas concepções teórico-metodológicas dos Estudos Pós-Coloniais, que valorizam as experiências históricas e culturais das populações subalternizadas e edificam o aparato crítico-interpretativo das narrativas e interpretações hegemônicas. Concentra-se ainda nos conceitos de metodologia de pesquisa afrodescendente, preconizados por Henrique Cunha Júnior, 2008 – pesquisador e pesquisado são sujeitos da pesquisa, o primeiro ao falar do outro, fala de si, com investigação mediante à observação participante e estudo sócio histórico - um delineamento da representação social das mesmas e sistematização da consciência histórica da Comunidade Terreiro Congo de Ouro, liderado pela Yalorixá Mãe Nilza de Iansã, herdeira de Roque Congo de Ouro de Obaluaiê.

O PROTAGONISMO DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU NA MICRORREGIÃO DE IMPERATRIZ - MA

Veríssima Dilma Nunes Clímaco (FEST)

A representatividade social das mulheres quebradeiras de coco babaçu no século XXI, especificamente na microrregião de Imperatriz, revela seu protagonismo. Elas são força de trabalho, nas lutas por dignidade, direito à terra e a qualidade de vida vislumbrando um jeito de ser sintonizado com o respeito à natureza, às tradições sociais e culturais. Em meados dos anos 1980 do século XX, são identificadas pela literatura como “quebradeiras de coco babaçu”, e criam representatividade junto a organizações que lutam pela defesa da terra e do trabalho coletivo, a partir da prática extrativista, onde reinventam a vida, fortalecem-se socialmente, junto as palmeiras de babaçu respeitando seus ciclos, sem devastar e prejudicar o ambiente, adentrando em mutirão nos babaçuais localizados em terras alheias, com ou sem o consentimento do dono para catar o babaçu e retirar dele os subprodutos como: a castanha, o azeite, a farinha de mesocarpo e a casca, utilizados para alimentação e comercialização. Objetiva-se, portanto, discorrer sobre o protagonismo das mulheres quebradeiras de coco babaçu na microrregião de Imperatriz, pontuando quem são elas, por meio da descrição de singularidades do seu modo de viver, e de suas identidades, seu envolvimento com o Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu – MQCB, espaço de empoderamento identitário, resistência, referência e destacando as interferências causadas na atividade extrativista do babaçu dessa microrregião pelo latifúndio e a implantação de empresas que alteram a geografia do lugar impactando no modo de viver dessas mulheres e suas famílias. Neste cenário, entre as mulheres quebradeiras de coco, os latifundiários e as empresas, é frequente a incidência de conflitos sociais e ambientais, as mulheres lutam pela liberdade de catar o coco por meio da atividade extrativista, os latifundiários que não permitem essas mulheres entrarem em suas terras, e por vezes derrubam as palmeiras para plantarem eucaliptos e venderem para as empresas de papel e celulose da região, e as empresas que compram o coco para utiliza-lo por inteiro nas guzeiras como carvão, e ainda se infiltram no cotidiano dessas mulheres oferecendo sub empregos, ou inserção em projetos sociais mediatistas para criarem uma imagem social de inclusão e participação, quando se sabe que a intenção é silenciosamente se apoderar de todos os recursos naturais de seu interesse presentes nessa microrregião.

OS FEMINISMOS NEGROS NARRADOS NO YOUTUBE

Maria Luzitana Conceição dos Santos (UFPB)

Este estudo busca analisar as narrativas e significados atribuídos de vídeos publicados na plataforma YouTube sobre o ativismo de mulheres negras com a finalidade de argumentar sobre a educação crítica das imagens, ampliando a compreensão das visualidades contemporâneas. A investigação caminha no atual cenário ultraliberal brasileiro. Norteia o caminho teórico da investigação o paradigma da Complexidade, Representação Política, a Educação Crítica das Imagens na perspectiva dos Estudos Culturais e a pluralidade do feminismo negro feminismo negro desde o Sul a partir de uma perspectiva decolonial. Referência no enfrentamento de estruturas de poder como o racismo, sexismo, divisão de classe e heterossexismo, além de propor uma descolonização na educação, Lélia González embasa produção acadêmica e militância como principais alvos de questionamento e denúncia à universalidade da categoria mulher, construída no interior do movimento feminista e, por outro lado, o machismo, o sexismo, relações de classes e as desigualdades de gênero presentes no movimento negro. Enquanto procedimento metodológico sublinhou o estudo interseccionalidades com base em Kimberlé Crenshaw e Lélia González. Foram selecionados 05 vídeos produzidos por usuários não ligados à indústria do entretenimento, entre os mais assistidos entre o período de 07 e 28 de outubro de 2018, intervalo entre o primeiro e segundo turno da campanha eleitoral de 2018. As principais categorias que nortearam a análise foram: Corpo e Comportamento, Sexo e Sexualidade, Violências Contra a Mulher, Cidadania, Políticas Públicas, recursos de narrativa e características de edição. Os vídeos foram exibidos com ativistas paraibanas do Movimento de Mulheres Negras na Paraíba. Os resultados apontam a existência de mecanismos que restringem não só a presença de mulheres negras na política, como também as formas que tal presença assume; discussões sobre diferentes formas de violência e necessidade de estudos sobre as pedagogias culturais. Entre as características mais evidentes, está o fato de que as narrativas têm como substrato a representações políticas na perspectiva do feminismo negro. Quanto ao formato, as narrativas ainda se realizam como evento contínuo e, por vezes, com interferência de recursos de edição.

PEDAGÓGIAS ENEGRECEDORAS A PARTIR DO FEMINISMO DE LÉLIA GONZALEZ – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Rakell Rays dos Anjos Alves (Colégio Novo Mundo)

Ao olharmos para os nomes que compõem as principais listagens no cânone educacional brasileiro, dificilmente encontraremos muitas mulheres, ainda mais, negras, periféricas e militantes. Contudo, ao refinarmos nosso olhar podemos identificar entre tantas, ainda invisibilizadas, Lélia Gonzalez. Esta, que foi empregada doméstica, intelectual, professora universitária, ativista negra e feminista, se tornou uma das figuras centrais na reformulação teórica e prática do movimento social negro contemporâneo. Indo além, reivindicou mudanças que perpassariam as epistemologias e os métodos, (re)produzidos e aplicados nas academias, e necessárias para combater as desigualdades raciais e socioculturais que assolam nosso país. Gonzalez foi uma “intelectual diaspórica”, com intensas trocas ao longo do chamado Atlântico Negro, e com seu ativismo presente em toda à América. Convivia com o cotidiano das lutas do movimento negro, movimento de mulheres, passeatas, aulas e seminários na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde chefiou o departamento de Sociologia e Política. Sua obstinação por concepções epistêmicas que refletissem as nossas complexidades internas e externas contribuíram para o desenvolvimento da categoria político-cultural de “Amefricanidade”, assim como do “Pretoquês”, formas de confrontar paradigmas dominantes que anulam os elementos negros que não se encaixam nos moldes estabelecidos. O contato com os escritos dessa intelectual, no Grupo de Estudos sobre Feminismos Negros: Marielle Franco, e a prática pedagógica na sala de aula nos provocou uma inquietação interna. Qual seria o

impacto e as contribuições dos conceitos e métodos propostos por Gonzalez adaptados aos discentes do ensino fundamental? Como utilizá-la para contribuir com o desenvolvimento de competências e habilidades exigidas pela BNCC, junto a implementação da Lei nº10.639/03? Quais as estratégias metodológicas a serem utilizadas com o intuito de sensibilizar um público adverso da realidade do ensino público? Para possibilitar a efetivação dessa proposta traçamos por objetivo principal: analisar criticamente as temáticas históricas estudadas identificando os sujeitos proeminentes e os invisibilizados. Debruçamos-nos nas análises dos textos de Gonzalez, guiados pelas propostas de ensino transgressoras de bell hooks, Angela Davis, Peter Burke, Paulo Freire, Libâneo e Frantz Fanon. Ao longo dessa proposta pedagógica, compreendemos que os resultados obtidos contribuem para além da implementação da Lei 10.639, ou mesmo a simples intenção de difundir as contribuições da intelectual analisada. Os avanços pedagógicos, físicos e espirituais dos discentes representam uma luz nos caminhos dos Ensinos Transgressores e carregados de Pedagogias de Esperanças. Percebemos que para além da Pele, as Máscaras podem vir a refletir as insubmissas almas reprimidas.

PENSANDO RAÇA, GÊNERO, CLASSE E SEXUALIDADES SOB A ÓTICA DE AUDRE LORDE

Cláudia Ferreira Alexandre Gomes (UFPB)
Eunice Pereira da Silva (UFPE)

O presente artigo, apresenta análises sistematizadas a partir da obra literária de Audre Lorde. Escritora americana de descendência caribenha, poeta, ensaísta, conferencista, professora de literatura, feminista lésbica e ativista na luta pelos direitos humanos. Descrevia a si mesma como Negra, Lésbica, Feminista, Guerreira e Mãe. Em seus ensaios, discutiu racismo, feminismos, sobretudo o feminismo negro, questões quanto a classe e sexualidades. Um dos seus textos centrais está intitulado como “Sister outsider, Age, race, class e sex: women redefining differences” (“Irmã intrusa, idade, raça, classe e sexo: mulheres redefinindo diferenças” - sem tradução para o português) de 1984, na qual Audre desenvolve sistematizações sobre a teoria da interseccionalidade. Ao analisar as diferenças entre mulheres estadunidenses negras e brancas, Lorde expõe a necessidade de pensar nas divisões de gênero de forma interseccional a outras categorias de exclusão, visando responder a variáveis específicas como gênero, classe, geração, sexualidades e raça, pois para Lorde, as bases do feminismo clássico foram construídas sobre as ruínas de uma supremacia racial da qual ainda não terminamos de nos desprender. O pensamento de Audre Lorde continua reverberando aos dias atuais, despertando-nos para uma discussão crítica a respeito das questões de raça, gênero e sexualidades. Diante do exposto, esta pesquisa tem como objetivo discutir as categorias raça, gênero, classe e sexualidades a partir do livro *La hermana, la extranjera*, versão espanhola de *Sister Outsider*. Trata-se de uma pesquisa teórica, de abordagem qualitativa, de caráter explicativo. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica utilizando as contribuições da referida autora às categorias em questão. A pesquisa parte da análise de construções históricas, culturais e sociais acerca das referidas categorias. Os resultados indicam que a análise da literatura de mulheres negras requer afeto para que seja vista com todas suas complexidades interseccionais, reconhecendo suas diferenças e seus papéis na luta conjunta pela sobrevivência, indicando que não são as diferenças que nos separam, o que nos separam são as ausências de reconhecimento das diferenças.

QUEM CONTA A HISTÓRIA É QUEM DÁ O TOM OU NARRATIVAS SOBRE AS BONECAS ABAYOMI: ancestralidade e resistência das mulheres negras ou romantização da escravidão?

Maria Cristina do Nascimento (Rede de Mulheres Negras de Pernambuco)

Este artigo pretende refletir sobre o lugar das bonecas Abayomi nas discussões sobre resistência das mulheres negras e a luta antirracista. Nele buscarei dialogar com algumas abordagens que vêm sendo dada na narrativa sobre as mesmas em tutoriais encontrados no Youtube, repetidas em processos educativos e o lugar negado da voz da artesã, arte-educadora e bonequeira negra Lena Martins, criadora dessa boneca preta, sem cola e sem costura, que questiona a ausência de bonecas negras nas prateleiras das lojas, como faceta do racismo estrutural, que nos apresenta a ludicidade como parte de nossas memórias ancestrais e o protagonismo de uma mulher negra como criadora dessa metodologia afrocentrada, no sentido dado por Asante, que assinala pontes para o re/encantamento do ser brincante, num continuum de teias de memórias e histórias de vidas. As bonecas têm presença marcante em manifestações culturais e religiosas do povo negro (as Ushabts no Egito, a Calunga do maracatu, por exemplo) e a historiografia nos mostra que, muito antes de serem brinquedos para as crianças, as bonecas faziam e fazem parte de ritualísticas religiosas (SOUZA, 2009). Venho utilizando a feitura dessas bonecas no meu ativismo feminista antirracista, aqui pensado como estratégias artísticas que interseccionam opressões e visibilizam lutas coletivas contra o patriarcado, tanto em intervenções no movimento de mulheres negras e misto, quanto em formações com profissionais da educação pública e privada. As oficinas de Abayomi têm se constituído caminhos para dialogar sobre a cosmo-percepção-mundo africana e afro-brasileira, que tem a circularidade de saberes, memória, musicalidade, ancestralidade, religiosidade e ludicidade, como partes de um todo, bem como o papel das mulheres negras e do feminismo negro interseccional como questionador do sexismo, dentro do movimento negro misto, e do racismo no movimento feminista. A boneca é materialização do lúdico na vida de mulheres negras e desse poder criativo que é ancestral, Lena Martins define sua criação como “Uma bandeira poética. Para ela, a Abayomi é a maneira de interferir de uma forma que faz parte do imaginário lúdico” (GELEDÉS, 2014), dessa forma, nos aponta o quanto mulheres em movimento fortalecem outras mulheres. Ouso trazer algumas questões, que considero necessárias e importantes para esse diálogo: Por que nessas narrativas, por vezes romantizadas, sobre a origem da Abayomi ocorre uma invisibilidade do processo de criação (anos 80, organização do movimento de mulheres negras) e de sua criadora? É possível criar uma história de afetividade e compromisso ético, presentes na feitura dessas bonecas, sem apagamento da contemporaneidade ancorada na ancestralidade?

TORNAR-SE MULHER DE TERREIRO – Estudos sobre o processo de adesão as religiões de matrizes-africanas

Elisabete Vitorino Vieira (SEDH)
Gracila Graciema de Medeiros (UFPB)

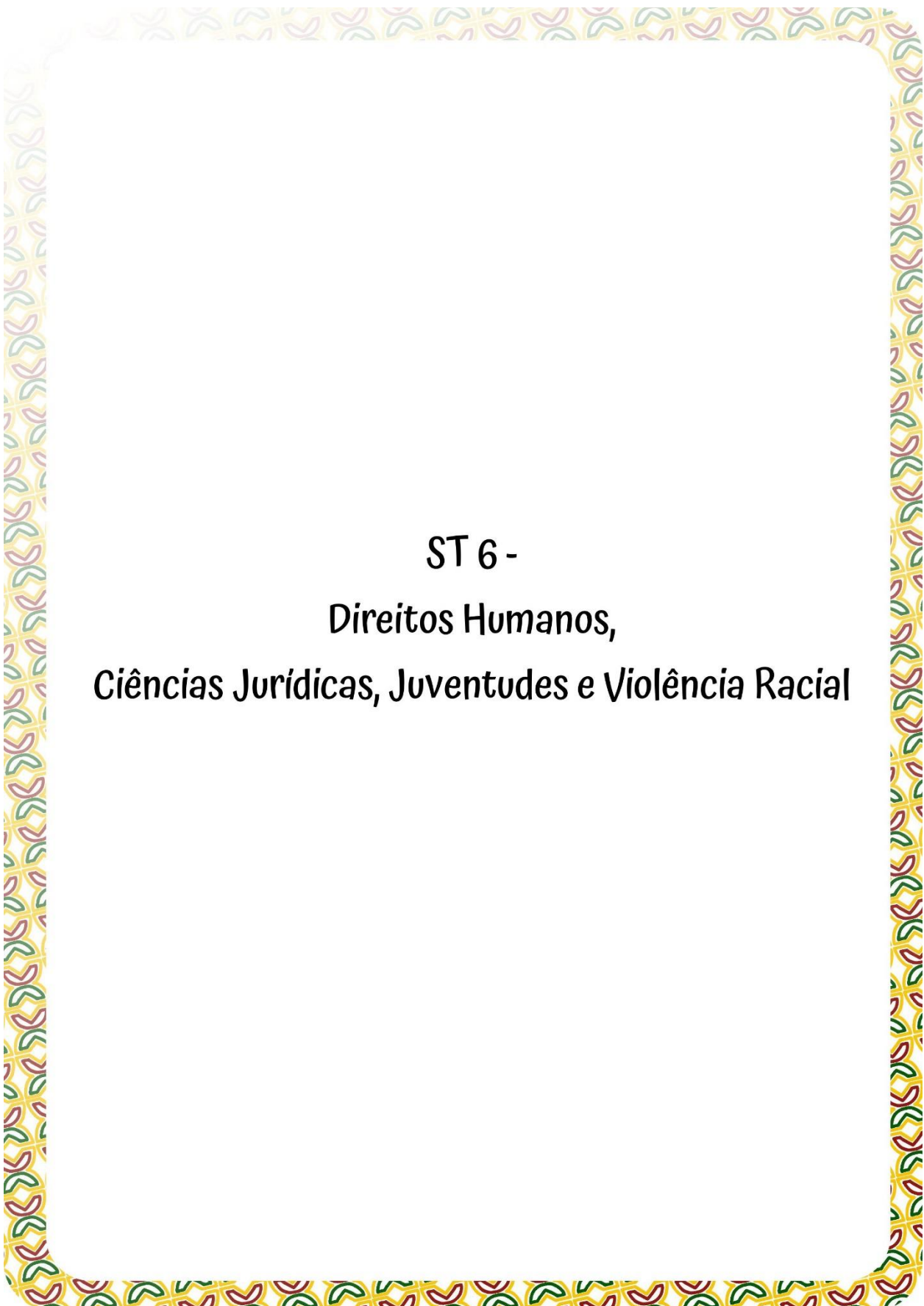
INTRODUÇÃO: O presente trabalho tem por objetivo apresentar os estudos sobre o processo de adesão ao terreiro, processo de identificação e associação a perfis pré-estabelecidos pela comunidade religiosa de como deve ser ou parecer filhas e filhos de determinado orixá. Aceitação ou não da família biológica, em que momento a escolha religiosa torna-se pública. **OBJETIVO:** Investigar a construção da identidade das adeptas do Candomblé, compreendendo o trajeto realizado por mulheres no processo de vivência, até o processo de reconhecimento enquanto uma mulher de terreiro. **PROBLEMATICA:** A problemática apresentada decorre da compreensão do terreiro, como espaço de construção de identidades, visto que esse espaço religioso tem funções e atribuições específicas para homens e mulheres, contribuindo ou não para a adesão e permanência das mulheres aos terreiros. **METODOLOGIA:** A pesquisa aqui

apresentada é do tipo qualitativa, a metodologia utilizada fez uso de um levantamento bibliográfico assim como o uso da História Oral por meio de entrevistas semiestruturadas para dar voz a interlocutoras, bem como coletar dados empíricos e registrar a vivência delas. **DISCUSSÃO:** Foram entrevistadas 05 (cinco) mulheres adeptas do Candomblé, membros de terreiros localizados no município de João Pessoa, sendo duas das interlocutoras abians, uma yawô e duas são cargos, a partir dos relatos das interlocutoras algumas das premissas apresentadas são reforçadas, tais como a predominância do que é papel de homens e mulheres nos terreiros, como também as dificuldades encontradas por essas mulheres no seu processo de adesão e permanência. Diante do exposto pelas interlocutoras, é possível perceber uma forma de identificação e acolhida entre pares, um processo muito mais forte entre as abians, que partilham suas descobertas. Mas que também pode ser observado em outros níveis hierárquicos, com menor intensidade. **CONSIDERAÇÕES:** O intuito, portanto, foi compreender como as vivências religiosas têm contribuído para construção da identidade do que é ser mulher de terreiro, como ressignificam seu cotidiano, como o cotidiano foi ressignificado a partir das vivências no terreiro e a partir de qual momento se compreenderam ou compreendem como mulher de terreiro.

VIDA E RESISTÊNCIA DAS MULHERES NEGRAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Kíssia Wendy Silva de Sousa (UFPB)

Este trabalho destaca elementos teóricos e metodológicos que fundamentam um tema pouco pesquisado na academia, que é a condição da mulher negra no Brasil, do ponto de vista de sua participação nas esferas produtivas e reprodutivas do mundo do trabalho. Pretende-se abordar as contradições e particularidades históricas, econômicas, políticas e sociais da exploração e opressão da mulher negra na condição de trabalhadora nos marcos da sociedade brasileira que foi constituída nos alicerces do racismo e do patriarcado, dando ênfase a importância da luta das mulheres negras, sobretudo as feministas, como forma de resistência frente aos desmandos do racismo e dos ditames do modo capitalista de produção. Esta afirmação parte da constatação de que a interseccionalidade entre as dimensões de raça, classe e gênero sempre esteve à margem das produções teóricas de diversas áreas do conhecimento, aparecendo de forma parca e residual, o que revela uma contradição diante da materialidade da luta de classes, do racismo e da exploração das mulheres na sociedade brasileira. E esta realidade não se resume às relações interpessoais, mas apresenta-se como estruturante das relações sociais assimétricas e desiguais entre negros e brancos, homens e mulheres, ricos e pobres. Deste modo, o objetivo do referido trabalho consiste em fomentar a reflexão acerca das particularidades da condição de vida e de reprodução da parcela negra e feminina da sociedade brasileira, forjada na subjugação por intermédio da ação destruidora do racismo e do patriarcado que se apresentam como elementos basilares na formação social e histórica desta nação. E não só isso, intentamos contribuir com a promoção da visibilidade da resistência histórica das mulheres negras, uma vez que entendemos ser importante e necessário que o nosso legado de luta seja resgatado, conhecido e levado em consideração no meio acadêmico, além de ocupar um espaço relevante também no imaginário social, negando assim, toda marginalidade a que foi e é submetida a população negra, especialmente as mulheres negras. Destarte, esta discussão mostra-se relevante em consequência da atual conjuntura política do Brasil, em que podemos observar inúmeros retrocessos para a classe trabalhadora, sobretudo a parcela negra e feminina que, historicamente, já vêm ocupando os espaços mais desprivilegiados e sem prestígio dentro da hierarquia existente em meio a sociedade.



ST 6 -
Direitos Humanos,
Ciências Jurídicas, Juventudes e Violência Racial

ST 6 - Direitos Humanos, Ciências Jurídicas, Juventudes e Violência Racial

Coordenação: Danilo Santos (UFPB), Noaldo Meireles (FUNDAC/PB), Eduardo Fernandes (UFPB), Jadiele Berto (FOJUNE), Isis Conceição (Unilab).

A referida ST tem o objetivo de receber trabalhos oriundos de pesquisas, que se proponha analisar o fenômeno da violência racial, do crime contra a humanidade, do abuso continuado dos direitos humanos da população negra, ou seja, o processo histórico que tem gerado a morte social e física dos indivíduos negros/as, proporcionando, altos índices de homicídios dessa população, principalmente de sua juventude, no Brasil pós-abolição. Que busca identificar e caracterizar as várias facetas desse fenômeno. Que problematize o papel das ciências jurídicas para o desenvolvimento e para o combate de tal fenômeno. Que apresente o protagonismo do movimento social negro de denúncia e de combate ao fenômeno de violência racial no decorrer dos dois últimos séculos na sociedade brasileira.



"EU JÁ MORRI TANTAS ANTES DE VOCÊ ME ENCHER DE BALA": reflexões sobre as juventudes negras e violências

Jadiele Cristina Berto da Silva (UFPB)

O cenário da maioria dos/as jovens negro/as no Brasil tem origens históricas do passado escravista assinalado pela exploração humana e econômica, cujos os mecanismos de dominação resultaram no apagamento histórico e marginalização do povo negro. Historicamente, as ditas minorias sofrem com o processo de produção social que determina o lugar e a função desses sujeitos na sociedade. Aos negros, pobres, indígenas, mulheres, entre outros grupos sociais, são impostas representações convenientes para fixá-los identidades subversivas. A violência está vinculada ao sistema que estrutura as relações sociais, o fenômeno consiste em uma das grandes preocupações da população em todo o mundo, comportando ainda a extensão social e política. A violência é marcada pela variabilidade, ou seja, possui uma dinâmica sujeita ao momento histórico, por isso pode se apresentar de diferentes formas de um momento para o outro, ou até mesmo semelhantes, dependendo do objetivo para a qual é empregada. O trabalho em pauta busca apresentar a relação das juventudes negras com as violências, considerando os eixos de poder classe social, gênero e espaço, que implicam na diferença e/ou diversidade nas relações sociais. Partirmos do debate das condições de vida dos/as jovens negros/as no espaço urbano brasileiro, e a posteriori apresentamos os dados estatísticos sobre as violações dos direitos humanos que corroboram as situações vulnerabilidades vivenciadas pelos sujeitos em questão. Para abordar a categoria juventude(s) e as diversidades identidades que a compreendem, bem como geografia e justiça social, é indispensável a perspectiva interdisciplinar, por isso dialogamos com Gomes (2002, 2018), Munanga (1994, 1996, 2003, Hasbaert (2002, 2007), Lefèbvre (1991), Harvey (2008), entre outros. Neste movimento, o artigo foi ancorado fundamentalmente em dados qualitativos, na revisão de bibliografias e pesquisa documental. As juventudes negras estão mais expostas às expressões da violência e as suas manifestações, seja racial ou urbana. A trajetória de exclusão configura-se como dificuldade à sobrevivência, onde o controle da vida e da morte regido pelo acesso desigual à direitos difusos. Existe um projeto de morte para a população negra que compreende desde a humilhação, intolerância, desgaste e sofrimento ao controle de corpos e a morte literal, isto é, um plano simbólico e material de extermínio legitimado pelo Estado genocida.

NA CONTENDA DAS EXPERIÊNCIAS AFRO-PEDAGÓGICAS: o desenvolvimento do Projeto Cidadãos do Mundo: trajetórias históricas vidas em trajetórias

Thiago Brandão da Silva (SEE/PB)

Esta comunicação tem por objetivo apresentar o desenvolvimento de uma experiência pedagógica ocorrida, no ano de 2018, em uma escola da rede estadual de ensino, na cidade de João Pessoa, enquanto uma possibilidade de ação pedagógica para os estudos afro-pedagógicos, além de propor a inserção de material didático no processo de implementação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana ao currículo escolar; além de contribuir para a educação das relações étnico-raciais. O referido projeto pedagógico teve enquanto público alvo educandos privados de liberdade matriculados na socioeducação distribuídos em ciclos de acompanhamento na modalidade EJA. O projeto partiu da seguinte problemática: o parco reconhecimento de experiências históricas negras na História; e as ambiguidades de interpretações quando possível entender que a mestiçagem no Brasil se opera por meio de uma imposição ideológica. Por conseguinte, a apresentação de experiências de vidas negras em contextos históricos diversos e a análise de trajetórias de vidas no intercruzamento de questões pertinentes ao mundo da dispora negra: abolição da escravidão, apartheid e as lutas por direitos civis, a resistência da cultura negra no território marginalizado; formaram o arcabouço temático do projeto desenvolvido cujo objetivo foi refletir sobre a história, língua, cultura, além da situação social a que a população negra em tempo e tempos resistiu/resisti. Utilizando o aporte metodológico da história cultural, a micro história, bem como a perspectiva social dos “vistos de baixo” tivemos por objetivo ampliar e divulgar a compreensão sobre a participação de trajetórias negras em diáspora na construção social, política e cultural do lado de cá do atlântico. A utilização de biografias foi o caminho didático adotado para o “historiar” de vidas e contextos. Mais que um simples gênero da literatura ele possibilita a ampliação e compreensão do conhecimento histórico, sobretudo, das experiências negras. Igualmente, são as linguagens musicais (interpretação de letras); visuais (apresentação de adinkas) que carregam no trânsito da cultura, a identidade negra, e que contribuíram para a apreensão de manifestações culturais e do conhecimento/pertencimento étnico. A proposta foi desenvolvida durante três bimestres, nas aulas de História. Para melhor ilustrar a presente experiência e seus limites e desafios iremos utilizar relatório final.

O CASO DA JURISTA VALÉRIA DOS SANTOS: Notas da percepção política dos estereótipos no arquétipo colonial/moderno do poder judiciário brasileiro

Paulo Henrique Ferreira de Freitas (UNILAB)

Este artigo resulta-se de elaboração textual e análise antropológica sob demanda da realização das componentes curriculares em: “estudos decoloniais e pós-coloniais” e “política, poder e estados nacionais e transnacionais” ministrados pela Profa. Dra. Vera Regina Rodrigues e pelo Prof. Dr. Segone N’Dangalila Cossa, respectivamente, no curso de Antropologia da UNILAB, onde a partir das inquietações levantadas trazemos questões inerentes às percepções que destinam-se da ideia de Teoria Viva teorizada por Mariza Peirano (2010), ou mesmo sob o suporte da elaboração epistemológica de várias Intelectuais Negras como, Grada Kilomba, Carla Akotirene, Djamila Ribeiro, bell hooks, Luiza Bairros etc. A proposta aqui é esmiuçar as complexidades presentes “NA CENA” em que a advogada Valéria dos Santos foi algemada durante seu período legal de trabalho, em uma Vara Cível em Duque de Caxias no Rio de Janeiro, e seus possíveis desdobramentos. Uma advogada mulher e negra, que foi algemada e portanto, a única advogada ‘impedida’ de obter acesso ao seu direito pleno ao trabalho, bem

como a proibição do uso da fala, onde a liberdade de questionar medidas legais e transitórias são inerentes ao exercício da advocacia. Este artigo aborda através de estudo de caso etnográfico at home (PEIRANO, 2006), as características das estruturas coloniais/modernas (BALLESTRIN, 2017) do poder judiciário brasileiro e levanta questionamentos sobre os "espaços de conflitos" que tornam-se expostos à processos de reivindicações anti-hegemônicas, por meio de epistemologias políticas de raça e gênero (BHABHA 1992; SPIVAK, 2014). Conseqüentemente esta análise propõe - se a questionar 4 temas que nos trazem abordagens relevantes as questões das políticas raciais no Brasil, onde por meio, 1) dos “interstícios ou aqui espaços de conflitos” discutimos os circuitos dos capitais econômicos, epistemológicos, simbólicos e culturais que tornam-se evidentes na cena, 2) sob a crítica pós colonial do "não lugar" (BHABHA, 1992; KILOMBA, 2017) que vem sido produzida discutimos o que é / qual é o lugar de negra/o, 3) a evidenciação da contestação pública das práticas de racismo e sexismo a partir da ideia de interseccionalidade e como sua prática pública e política (AKOTIRENE, 2018), e que por fim nos leva a, 4) levantarmos questões sobre as possibilidades de agenciamentos e movimentos contra hegemônicos que se encontram internos a esses espaços de conflitos, e como a transmissibilidade da denúncia gera uma construção de demandas efetivas de políticas de reparação que engrossam e fecham os debates aqui produzidos.

O MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL (MNUCDR) NA REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC) SOB A ESPIONAGEM DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI), 1981

Sandra Regina Barbosa da Silva Souza (UNEB)

O presente trabalho buscará compreender a militância do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) e expor a atuação de vigilância perpetrada pela ditadura militar durante 33ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada em Salvador, no ano de 1981. Traremos algumas das disputas, entendimentos e afirmações do movimento negro naquele contexto a partir das participações de intelectuais negros (Abdias do Nascimento, Lelia Gonzalez, entre outros), bem como a cobertura da imprensa jornalística acerca dos temas raciais discutidos no evento. O esforço tem por premissa compreender os anseios de grupos, instituições, centros de estudos e intelectuais negros à época e a natureza da recepção da ditadura às demandas apresentadas, presentes em relatório sobre a reunião da SBPC, direcionado ao Sistema Nacional de Informações (SNI). Em síntese, pretendemos conhecer, por intermédio de informações advindas das palestras e simpósios, entrevistas na imprensa e documentos oficiais da ditadura, quais os questionamentos levantados por aquela militância e as conseqüentes ações de resistência. Como se entendia a “democracia racial” e a “ordem e progresso” tão defendido pelo regime? Como se pensava o papel da mulher negra? Qual entendimento de cultura negra? Quais as palavras de ordem? Por outro lado, quais as posições da “comunidade de informação e segurança” sobre os temas em tela? Sabe-se que as críticas do MNUCDR recebiam uma atenção especial dos órgãos governamentais, classificado pela Doutrina de Segurança Nacional como um “fator adverso” e percebiam os Movimentos Negros como “antagonismo”, por tentarem instaurar discórdias na sociedade o que levaria a incitação de ódio ou racismo no país. Além das fontes do acervo do SNI, dialogaremos com a bibliografia que contempla o pensamento dos intelectuais negros apontados na pesquisa, do feminismo negro em interseccionalidade de gênero, raça e classe, mais a historiografia da ditadura militar, do MNU, e os relatórios da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro e São Paulo. A pesquisa pretende contribuir com uma lacuna na produção historiográfica sobre a ditadura militar brasileira (1964-1985), colocando a questão racial e o papel do negro nas lutas

de resistência em defesa da democracia em evidência, e ao mesmo tempo denunciando o racismo estrutural vigente.

O RACISMO NO IMAGINÁRIO JUDICIAL: como a definição de racismo é construída e mobilizada pela justiça em seus julgamentos

Andréa Franco Lima e Silva (UFPB)

A Justiça é uma instituição relevante na organização da sociedade moderna ocidental e através das decisões judiciais prescrevem-se normas morais de comportamento, bem como se afirma um estatuto da verdade sendo construído pelo Estado. As relações raciais brasileiras deveriam encontrar na Justiça uma esfera de normatização, composição, interpretação e solução de conflitos. Contudo, não é isso o que se percebe, e a justiça tem se tornado um locus de perpetuação das práticas de opressão racial no Brasil. O negro costuma ser invisível para a justiça, a não ser que ele configure como réu, especialmente nas ações penais. Como se comporta a justiça quando ele é o autor da ação? A determinação do racismo como crime é uma antiga demanda dos movimentos negros que se concretizou através da promulgação da Constituição Federal de 1988. Contudo, as poucas condenações que envolvem esse crime e que costumam nos causar indignação quando são assunto nos noticiários nos deixam com algumas questões em aberto: quais os conflitos raciais chegam à Justiça? Quais seriam as narrativas mobilizadas nesses processos? Quais fundamentos, além da lei, podem estar presentes nas sentenças? Na tentativa de responder tais questionamentos, buscamos investigar as sentenças proferidas por um tribunal nos processos que envolviam conflitos raciais. Apresentamos, desse modo, uma análise das decisões do Tribunal de Justiça de Minas Gerais sobre as ações propostas a partir de conflitos que tiveram como ponto central atos imputados como prática de racismo, discriminação ou preconceito de raça ou cor, a fim de compreender que tipos de conflitos envolvendo raça ou cor são julgados pelo tribunal e quais as estratégias discursivas empregadas pelos réus, autores e pelos juízes na composição do conflito. Através da presente pesquisa pretendemos compreender o que significa o termo “racismo” no imaginário da Justiça, e desvendar quais (ou se) interpretações e mitos sobre as relações raciais as fundamentam. Aprofundar nos processos argumentativos e de atribuição de sentido que acabam por orientar as decisões de juízes e tribunais relacionadas ao crime de racismo nos permite identificar como esse conceito, bem como outros conceitos relacionados a raça/cor, são apresentados, construídos e utilizados para interpretar os casos que chegam aos Tribunais.

POLÍTICAS PÚBLICAS: em defesa da vida da juventude

Bruno Vieira dos Santos (UFMG)

É de conhecimento de estudiosos/as e de movimentos sociais negros de que existe um fenômeno de extermínio da juventude no Brasil, alcunhado devidamente de “genocídio da juventude negra”. Em países da América Latina, como México e Colômbia, o termo utilizado é “juvenicídio”, e percebo que existem interseções nas quais podemos dizer que o juvenicídio no Brasil se dá na juventude negra. Uma juventude que não é “marginal”, mas que foi marginalizada, desumanizada e que continua sendo exterminada pelo racismo presente nas nossas instituições, nos nossos modos de fazer política, nas nossas formas de atuação civil. Seu extermínio não se encontra apenas no campo objetivo (da morte física), mas também na morte simbólica de seus valores, crenças e histórias - o que podemos chamar de Epistemicídio, a morte simbólica que precede o tiro. No Brasil, tem existido projetos e políticas públicas que tentam lidar com o fenômeno da mortalidade de forma a contingenciar as mortes, mas a fragilidade de

tais políticas faz com que nos perguntemos como é possível construir ações e políticas que atuem frontalmente pela defesa da vida dos/as jovens. Uma dessas fragilidades é a sua fragmentação: ora se pensa no âmbito da Assistência Social, ora na Cultura, ora na Educação, mas é um viés único, sem articulação interdisciplinar. Não é possível pensarmos em projetos e programas nos quais o jovem frequenta uma oficina lúdica de duas horas, mas retorna à sua casa e vive as demais 22 horas de vulnerabilidade. Ou um curso que não vai garantir a empregabilidade do jovem depois que ele terminar a atividade. Ou mesmo a segurança pública somente pelo viés policial, de uma polícia que conhece o contexto social onde atua, mas reproduz as violências porque representa o Estado, que é racista. O racismo estrutural e estruturante das relações sociais brasileiras faz com que as políticas públicas de juventude não deem conta de perceber o “homo sacer” juvenil, parodiando Giorgio Agamben. Este é um jovem que se encontra excluído e vulnerabilizado da vida social, de maneira ampla. Postas tais dificuldades e desafios, questiono: é possível pensar políticas públicas de juventude - construídas não apenas pelo Estado, mas sinergia e com participação dos/as jovens - de maneira a enfrentar os processos de racismo estrutural presentes nas nossas instituições? Como as políticas direcionadas aos jovens devem atuar em defesa da vida da juventude? Melhor dizendo: podemos pensar em políticas públicas de juventude que sejam antirracistas desde a sua concepção? Face ao atual contexto social e político, acredito na urgência de tal debate.

POR UMA EPISTEMOLOGIA POLÍTICA DO ESTUDO DA RESPONSABILIZAÇÃO A POLÍCIA QUE MATA: um olhar a partir do direito

Poliana Da Silva Ferreira (FGV SP)

Este trabalho apresenta os resultados parciais de uma pesquisa que busca compreender como o Estado responsabiliza a polícia que mata, nas três esferas do direito – penal, cível e administrativa. A revisão de literatura e as estratégias de aproximação ao campo revelaram um silenciamento quase absoluto a respeito dos processos de construção do objeto e dos artifícios que são mobilizados para acessar os dados, por quem tem produzido conhecimento sobre o tema em âmbito acadêmico. Assim, esse texto apresenta uma reflexão do impacto que a ausência de explicitação sobre quem escreve acerca dos mecanismos jurídicos de responsabilização da polícia que mata, – tem sobre a própria produção de conhecimento. Do ponto de vista metodológico, parte-se da revisão de literatura dos estudos produzidos no Brasil entre os anos de 1978 a 2018, inscritos no Direito e nas Ciências Sociais, e os achados de uma pesquisa que se desenvolve em âmbito de mestrado, para dialogar com os estudos produzidos por Linda Alcoff (2011), filósofa panamenha que se dedica aos problemas epistemológicos para a produção de conhecimento emancipatório. Nesse contexto, o conceito de epistemologia política emerge como uma definição fundamental e um instrumento de leitura para pensarmos a maneira segundo a qual juristas e pesquisadores escrevem sobre a letalidade policial e seu tratamento através do sistema de justiça. Para Linda Alcoff (2016), a epistemologia política explicaria o relacionamento entre política e formas de produzir conhecimento, pois essa poderia esclarecer “como algumas condições contextuais são consideradas relevantes para a questão da justificação, enquanto outras condições contextuais são consideradas completamente irrelevantes” (ALCOFF, 2016, p. 134). A referida autora tem sinalizado a necessidade de um projeto decolonial e reconstrutivista na produção de conhecimento, o que passaria pela valorização do conceito de identidade e da “localização dos sujeitos de conhecimento” (ALCOFF, 2016, p. 134). Portanto, uma explicitação dos sujeitos que estudam o tema – da letalidade policial e da sua responsabilização estatal –, de sua identidade racial e de gênero, e dos mecanismos que produzem autoridade e presunção de credibilidade desses estudos seriam fatores fundamentais para compreensão do objeto e das maneiras de acessá-lo. Neste sentido,

este trabalho busca identificar como a letalidade policial e seu tratamento jurídico apareceram na literatura, quais as “identidades” dos produtores de conhecimento sobre este tema e como estes são (des)valorizados, mencionados ou silenciados, em âmbito acadêmico e/ou no contexto institucional de sua prática profissional.

RACIALIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA: discursos declarados e não declarados como expressão do genocídio antinegro no Brasil

Bruna Stéfanni Soares de Araújo (UESPI)

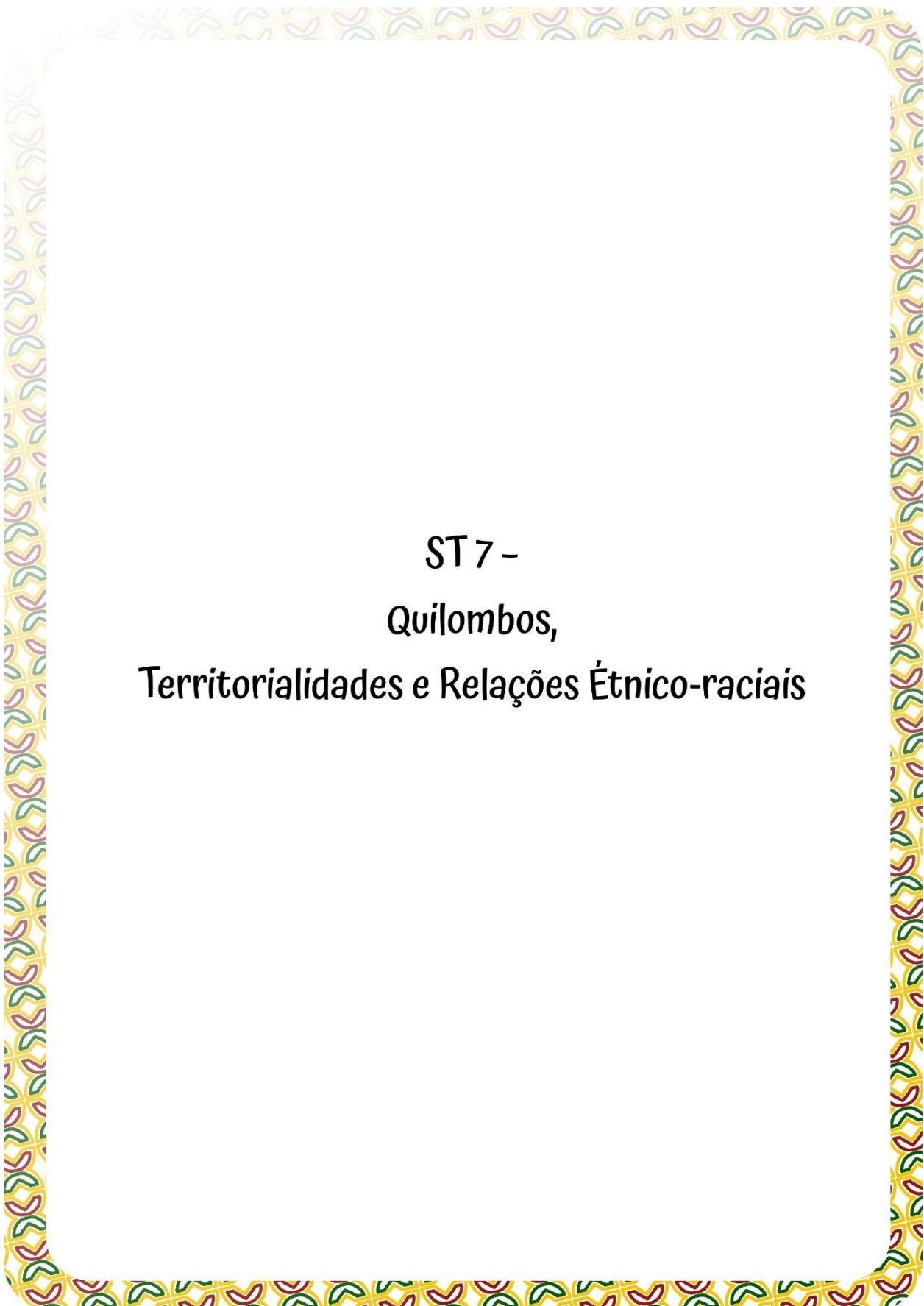
A palavra de ordem “Segurança Pública” emerge popular e diariamente como campo de disputa em termos de políticas públicas nos diversos espaços sociais, mídias e meios de comunicação dos mais variados, além de também estar na centralidade dos diversos discursos e programas políticos governamentais. Destarte, o confronto de concepções sobre tal questão, e como resultado dela, há implantação do modelo baseado na militarização, restrição de direitos e letalidade, frutos da lógica do combate ao inimigo, como se fosse o único projeto possível para a promoção do que se entende por segurança pública. Mas o que percebe-se é que o inimigo não apresenta-se como um ser abstrato, neutro e disforme, de acordo com o Mapa da Violência 2017, pessoas negras representam 71% dos homicídios no país, esse número refere-se a pessoas executadas em conflitos violentos entre civis, bem como os que são mortos nas ações das polícias no país, grande parte dessas mortes são de homens, jovens, moradores de regiões tidas como periféricas e com baixa escolaridade, questiona-se portanto, como as ações e omissões do Estado em termos de políticas públicas e atuação, planejadas e geridas, estão implicadas em números elevados como esses. Na presente discussão, queremos debater sobre como a lógica do inimigo e o atual modelo de segurança pública praticado pelo Estado brasileiro, são executados a partir de processos totalmente racializados e que acabam reforçando o projeto genocida histórico brasileiro para com as populações negras (NASCIMENTO, 1978). Para desenvolver a referida ideia, trazemos as contribuições de Sueli Carneiro (2005), que a partir do desenvolvimento do conceito de biopolítica de Michel Foucault, abordará como a noção de dispositivo de racialidade/biopoder dá conta de um duplo processo: a produção social e cultural da eleição e subordinação racial e dos processos de produção de vitalismo e morte informados pela filiação racial. Assim pergunta-se; como a lógica do "Outro como Não-Ser como fundamento do Ser" (CARNEIRO, 2005) está presente no discurso do combate ao inimigo como concepção de Segurança Pública brasileira? Para desenvolver o atual trabalho, serão abordados números e informações extraídas de fontes e órgãos oficiais do Estado, que permitem ter uma dimensão geral e mais ampliada do problema tratado na presente proposta bem como, propõe-se uma análise dos discursos presentes na população, políticos e mídia.

VIOLÊNCIA RACIAL EM FANON E FREUD

Lassana Danfá (UFPE)

O presente trabalho objetiva estudar a violência e/ou a “contraviolência” em Fanon, a partir da obra “os condenados da terra”, focando principalmente no capítulo “da violência”. E a violência em Freud, através dos escritos: “futuro de uma ilusão e mal estar da civilização”; “por que a guerra?” e “Reflexões para os tempos de guerra e morte”. O estudo vai trazer os pontos em comuns e incomuns abordados pelos dois autores, visando elucidar o modo como o nascimento da civilização ocidente-euro-cristã foi marcada pela violência contra os povos não ocidentais, principalmente os africanos. O texto será dividido em quatro partes. Na primeira parte, serão apresentados as nações da agressividade e violência em Psicanálise e a violência pedagógica

em Bourdieux. Na segunda parte do texto, será abordada o modo como a violência atravessou o nascimento da civilização euro-cristã, sob três principais eixos: primeiro, o domínio da natureza e exploração dos recursos naturais, que por conseguinte, provocou pilhagem aos povos não europeus, visando sustentar o mercado burguês. Segundo, a criação de vínculos harmoniosos entre os “irmãos” europeus ao mesmo tempo em que causaram desarmonia além Europa. E terceiro, em nome da moral cristã, os outros não europeus, tido como pagãos, foram brutalizados e domesticados. Na terceira parte do texto, será discutida a violência na sociedade escravocrata e colonial. E no último momento do texto, algumas críticas e incompreensões da violência em Fanon, principalmente aquelas feitas pela teórica Hannah Arendt e, as defesas da obra fanoniana pelos pensadores Achille Mbembe e Jean Sartre. Ao Falar de Fanon estamos tratando de um pensador com amplo debate sobre questões relacionadas ao racismo, sexismo, libertação do jugo colonial, temáticas que são fundamentais para princípios da dignidade humana. O que torna a obra dele um verdadeiro humanismo revolucionário. Contudo, as incompreensões e as más vontades de alguns críticos o “profeta de uma violenta Revolução do Terceiro Mundo”, “o prisioneiro do ódio” o “apóstolo da violência”. Conclui-se a partir de Frantz Fanon, Achille Mbembe, Jean Paul Sartre e Sigmund Freud, que a “contraviolência” e/ou a violência do subjugado contra o subjugador, é também uma forma de subjetivação e não apenas uma forma instintiva ou evolutiva da busca de sobrevivência da espécie.



**ST 7 -
Quilombos,
Territorialidades e Relações Étnico-raciais**

ST 7 – Quilombos, Territorialidades e Relações Étnico-raciais

Coordenação: Ana Cristina Silva Daxenberger (UFPB), Rosivaldo Sá Sobrinho (UFPB), Ariosvalber Oliveira (Coordenador Pedagógico Escola Integral/CG-PB) e Cláudio Melo (UEPI), Zezito de Araújo (UFAL).

Ao assumirmos a responsabilidade pela organização dessa Sessão Temática, objetivamos a construção de um espaço para refletirmos sobre diferentes questões relacionadas ao reconhecimento e a demarcação dos territórios das comunidades negras e quilombolas. A Sessão Temática Quilombos, Territorialidade e Relações Étnicoraciais se propõe ao debate sobre o acesso à terra, seus desafios e perspectivas, tanto para a obtenção quanto aqueles que se apresentam após a sua conquista. A partir desse tema buscamos debater novas e velhas questões sociais, culturais, ambientais, econômicas, em sua diversidade de interpretações. Não estabelecendo limites para o debate, contamos com a colaboração dos vossos trabalhos no sentido de podermos constituir um espaço para o diálogo e o intercâmbio de saberes, profícuos ao fomento de novos objetos para estudos e trabalhos junto às comunidades quilombolas.



(RE) EXISTÊNCIA DE LIDERANÇA QUILOMBOLA FEMININA/ FEMINISTA: enfrentamento à violência de gênero

Maria Asenate Conceição Franco (IFBAIANO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano) "

Há nove anos, inquieto-me com a problemática da mulher, sobretudo, da mulher negra responsável, sem figura paterna, pela sobrevivência familiar. Seguir e visibilizei a mulher trabalhadora rural com acesso restrito a rede de enfrentamento à violência de gênero; A partir do (re) encontro com minha ancestralidade, filha de Oya Pada. O viés feminista propõe ações de enfrentamento da dominação e exploração da mulher pelo homem nos moldes patriarcais. A população afrodescendente brasileira, em especial as mulheres, tem enfrentado implicações cotidianas determinadas por causas históricas, a exemplo regime escravista. Essas implicações obstam o caminhar para uma sociedade antirracista e antissexista. Nesta assertiva, este trabalho teórico busca analisar e contextualizar o processo político de articulações e estratégias de liderança feminina-feminista da Comunidade quilombola Dom?! João-Bahia, para o enfrentamento das expressões da violência de gênero e raça materializadas nas relações sociais cotidianas. Invisibilidade e silenciamento sobre histórias de vida de mulheres ancestrais, nos permite, resistir ao racismo e sexismo e, denunciar esse apagamento. Ao seguir passos de minhas mais velhas, debruço-me a compreender, através da técnica de história de vida, a materialização das violências de gênero e raça expressa no cotidiano de Zeferina, mulher líder da comunidade quilombola Dão João na Bahia, Bacharela em Humanidades pela UNILAB, campus dos Malês. Atualmente cursa 2º semestre de Ciências Sociais na mesma Universidade. Pertencer ao sexo feminino e ser “marcada” por traços de sua descendência negra, expõe essa categoria, exponencialmente, às expressões da opressão de gênero materializada pelas multifaces da violência acometida em nome do sexismo, racismo e desigualdade de classe social. E, embora os primórdios dessas manifestações brutais remeta a análise a partir do Século XVI, com o estupro colonial contra mulheres negras e indígenas, pesquisas oficiais desde 2013, têm visibilizado que feminicídio tem cor e raça. E, em meio ao afã de movimentos sociais antirracistas e antissexistas torna-se, inexorável, a emergência polifônica, que mulher negra fale na primeira pessoa verbal, ao invés de permanecer como sujeito- suposto- saber.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: Um olhar antropológico em construção

Givanilton de Araújo Barbosa (UFPB)

O artigo busca apresentar resultados preliminares e ampliar a pesquisa no que coadunam a Educação do Campo, as Relações Étnico-Raciais e Antropologia que podem envolver os diversos aspectos e contribuições socioculturais, políticos e econômicos que caracterizam a formação da Cultura da população brasileira em especial às populações camponesas, quilombola e indígena. Nesta perspectiva, partindo de um olhar antropológico, a pesquisa foi iniciada no ano de 2016 por via de projeto de extensão universitária em escola do campo de um reassentamento de atingidos por barragem no agreste paraibano. A pesquisa em curso objetiva aprofundar o estudo vinculado ao grupo de atingidos por barragem, estimular o contato dialógico com realidades socioculturais do interior do Estado da Paraíba, introduzir o tema e o emprego de métodos e técnicas de abordagem à pesquisa antropológica. Metodologicamente, a pesquisa prevê a continuidade de trabalhos já iniciados, do exercício antropológico de análise de condições de reassentados e coordenada para exercitar métodos e técnicas de Antropologia para o levantamento de bibliografias, pesquisa de campo, elaboração de dados empíricos, registros fotográficos e sistematização dos dados coletados. O olhar antropológico aqui difundido considera o campo como espaço de vida, Educação, lugar de trabalho e renda, lazer, produção de culturas, sociabilidades e relações de poder levando em conta as novas alternativas sustentáveis à reprodução social das populações camponesas imbricadas à qualidade de vida e Bem-Estar Social. Ao reconhecer que a Educação do Campo pode contemplar de forma enriquecedora os estudos de Relações Étnico-Raciais historicamente estabelecidos, dessa maneira, podendo interagir nos estudos empíricos e acadêmicos fazendo com que haja a inserção de populações estudadas vindo a somar na reflexão crítica, valorização de ancestralidades e reivindicar direitos diante de instituições tendo como princípio norteador a alteridade. Por fim, a pesquisa Antropológica busca a oportunidade de formação e qualificação para a pesquisa social coadunando com a produção acadêmica de Educação do Campo e as Relações Étnico-Raciais e o contato com realidades socioculturais camponesas paraibanas.

A RELAÇÃO DE SABERES E O CONHECIMENTO SOBRE OS USOS ALIMENTARES DOS VEGETAIS LOCAIS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PEDRA BRANCA, NA BAHIA

Cláudio Lisboa da Silva (Prefeitura Municipal de Taperoá/BA)

O referido trabalho se constitui como um estudo da dinâmica de sistematização de saberes e informações relacionados à diversidade de vegetais com potencial uso alimentar e das possibilidades apresentadas como possibilidade de ampliação da diversidade alimentar, a partir do uso dos recursos vegetais locais (com foco nas plantas alimentícias não convencionais – PANC) na Comunidade Quilombola de Pedra Branca do Riacho do Ouro, situada no município de Taperoá, no Território de Identidade do Baixo Sul da Bahia. Este trabalho apresenta a consideração que a construção de uma perspectiva de diversificação da base alimentar se relaciona com uma série de desafios, tais como: a ampliação do acesso a informações sobre o potencial uso alimentar de uma diversidade de plantas; incentivo ao consumo e mobilização para a produção comercial de plantas alimentícias não convencionais, com fins para ampliação da oferta nutricional e diversificação da dieta. O estudo traz elementos que reforçam a compreensão de que a forma como se relaciona com os recursos naturais é fundamental para a percepção de caminhos possíveis no estabelecimento de uma agricultura mais alinhada com

os interesses e as necessidades comunitárias e de produção, bem como a preocupação com a preservação ou conservação dos recursos vegetais, reforçada por aspectos da memória referentes ao uso destes, e que passou a evidenciar uma efetiva articulação de saberes na base da construção do saber e do fazer. Ao longo da pesquisa ficou destacada a compreensão de que o conhecimento e as suas formas de construção, de certa maneira, dialogam com a percepção que cada modo de vida estabelece no âmbito das relações com os recursos, e que a troca de saberes e experiências subsidiam a classificação dos recursos vegetais locais, com geração de reflexos na cultura e nos hábitos alimentares locais. O trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa etnográfica, tendo como base a observação-participante no acompanhamento do cotidiano da Comunidade de Pedra Branca, na qual foram realizadas conversas informais com colaboradores locais e famílias, participações em atividades comunitárias, reuniões formais com a Associação da Comunidade.

ALTO DO TORORÓ EM DISPUTA: conflitos causados por entes públicos em um quilombo urbano de Salvador-BA

Jenair Alves da Silva (UFRN)

João Paulo dos Santos Diogo (Coletivo de Assessoria Cirandas)

O Alto do Tororó é uma comunidade tradicional que encontra-se na cidade de Salvador - Bahia, no território do Subúrbio Ferroviário, no Bairro de São Tomé de Paripe. Residem no quilombo, segundo o censo comunitário realizado pelas lideranças locais em 2010, o número de 126 núcleos familiares, que somam um total de 426 habitantes. Dentre as comunidades tradicionais da Região Metropolitana de Salvador, o Alto do Tororó destaca-se por ser um dos poucos territórios tradicionais quilombola, pesqueiro, extrativista e de terreiro, o que torna seu reconhecimento fundamental para preservação histórico-cultural do município. O presente trabalho objetiva analisar os efeitos que a morosidade no processo de titulação tem sobre a comunidade e os impactos que esta situação pode causar no modo de vida desta população. Para o desenvolvimento deste estudo foi tomado como caminho metodológico a análise das narrativas das lideranças comunitárias disponíveis em vídeos, documentários, documentos públicos e matérias jornalísticas sobre o quilombo, além da revisão bibliográfica a partir de literatura científica buscada nas bases de dados on-line/portais de pesquisa como SciELO, LILACS-BIREME e nos Repositórios das Universidade Federal da Bahia e da Universidade Estadual da Bahia. Para limitar a busca nestas plataformas os descritores utilizados foram: Quilombo Alto do Tororó, conflito, titulação, Marinha e Incra. Além destes documentos foram coletadas informações em sites dos órgãos do Governo Federal Brasileiro (Fundação Palmares, INCRA, Ministério da Defesa e Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR). Na perspectiva de dar conta de apresentar a complexidade da temática, o artigo faz uma narrativa histórica sobre o quilombo do Alto do Tororó, relatando os embates da comunidade com a Marinha do Brasil e outras agências do poder público federal. O trabalho também propõe visibilizar o processo de luta pela titulação do território, assim como expõe os marcos legais internacional e brasileiro que versam sobre as questões de povos e comunidades tradicionais. A partir da investigação realizada, foi possível identificar que os processos de negação de direitos e violência institucional sofridos pela comunidade vêm se desdobrando em uma fragilização dos códigos identitários e modos de vida. Ainda assim, destaca-se um forte processo comunitário de organização e resistência frente a todos os desafios institucionais, burocráticos e de sobrevivência.

CONFLITOS E CONSENSOS: A Educação Escolar Quilombola nas Escolas Quilombolas e “Dita Quilombola” da Secretaria Municipal da Educação de Salvador (localidades de Bananeira, Porto do Cavalo e Praia Grande em Ilha de Maré)

Noliene Silva de Oliveira (SMED Salvador/BA)

A proposta deste trabalho é trazer à tona as impressões do estudo, ainda em andamento, sobre a construção histórica da representação das escolas quilombolas e “dita quilombola” para a comunidade de professores que atuam nas escolas pertencentes ao quadro Secretaria Municipal da Educação de Salvador inseridas na categoria quilombola, localizadas nas localidades de Bananeira, Porto do Cavalo e Praia Grande, em Ilha de Maré/Salvador-Bahia. Atualmente as reivindicações identitárias no Brasil encontra um espaço ainda muito permeado por fossilizações estereotipadas e estigmatizadas, embora tenhamos nas últimas décadas diversos trabalhos acadêmicos de historiadores, filósofos e antropólogos que vão de encontro a tais perspectivas, que se debruçaram sobre as representações, identidades e histórias das sociedades africanas e afro-brasileiras. As representações das escolas como quilombolas ou “dita quilombola” (sinalizo como “dita quilombola” porque não é quilombola, mas tem o reconhecimento da comunidade e da própria Smed por atender a necessidade da Educação Escolar Quilombola – EEQ, além de possuir parte do território certificado como quilombola) ainda reverberam no senso comum, gerando essencializações das práticas, esfacelamento da dinâmica da política educacional, das experiências individuais e coletivas, costumes e história local. É fundamental problematizar as práticas da EEQ, que mais que uma obrigatoriedade retirou do lugar de comodidade os professores/as, por diversos motivos dentre eles não terem formação para a discussão da temática étnico-racial e/ou quilombola; por não compreenderem a necessidade e importância desta obrigatoriedade; por não acreditarem na existência das diferenças raciais no Brasil; por não compreensão as especificidades que o currículo, a partir de suas dimensões identitárias e participação comunitária, potencializará nestas comunidades; por não acreditarem nesta modalidade de ensino. Desta forma, apresentam-se questões de fundamental importância para a consolidação da política educacional nestas localidades partindo das suas singularidades que já se iniciam por serem quilombolas insulares, cuja “maritimidade” incide em diferentes tempos e ritmos de aprendizagem. Neste sentido, a história destas unidades escolares dispõe de múltiplas dimensões, narrativas e possibilidades diversas conforme a análise do contexto histórico sob o viés econômico, social, político, cultural e humano. Entretanto, por encontra-se em processo de transição as demandas para a afirmação passa pela superação de estranhamento, preconceitos e estereótipos ainda muito existentes.

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: um olhar através dos estudos pós-coloniais

Maria Iveni de Lima de Lima Silva (UFPE)

Este artigo é fruto de uma pesquisa de Mestrado, em andamento, desenvolvida na Universidade Federal de Pernambuco-UFPE/CAA, referente a discussão sobre Prática Docente em escolas localizadas em territórios quilombolas. Neste trabalho buscamos: compreender como a Educação Escolar Quilombola é ressaltada nas políticas educacionais específicas para os povos quilombolas. Nossos objetivos específicos são: a) identificar e caracterizar quais as políticas educacionais que apresentam a discussão sobre educação escolar quilombola; e b) analisar como a discussão sobre educação escolar quilombola está presente nas políticas educacionais na contribuição por uma educação específica e diferenciada. Neste diálogo utilizamos os estudos Pós-coloniais como lente teórica-metodológica (QUIJANO, 2000, 2005; MIGNOLO,

2005; GROSFUGUEL, 2007), pois esta nos possibilita fortalecer nossa desobediência à lógica eurocêntrica, refletir e questionar o lugar que é posto na história e na sociedade sobre os povos negros, dentre eles os povos quilombolas, e como os processos da lógica eurocêntrica marcam a trajetória destes tidos como subalternos e do próprio contexto brasileiro. Em conjunto com a abordagem dos Estudos Pós-Coloniais dialogamos também com as discussões das Relações Étnico-Raciais, pois são estudos que valorizam os saberes daqueles que historicamente foram silenciados, reconhecendo-os como produtores de conhecimentos e de saberes válidos para a humanidade e no desenvolvimento desta. Para tanto, utilizamos a pesquisa documental que são as políticas educacionais que regem o sistema educacional brasileiro no que concerne à Educação Escolar Quilombola. Para o tratamento dos dados utilizamos Análise de Conteúdo via Análise Temática (BARDIN, 1977; VALA, 1999), a partir de três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material e; 3) tratamento e inferências. As análises nos apontam que apesar das lutas e reivindicações dos movimentos negros, o processo de implementação da modalidade Educação Escolar Quilombola ainda é lento, sendo apresentado compreensões mais detalhada, sobre esta modalidade apenas em 2012 com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Compreendemos que as políticas educacionais que contemplam a discussão sobre quilombolas, direto ou indiretamente, se configuram como possibilidades na garantia de uma educação anti-racista.

O “PRETO” COMO METÁFORA DE LUTA EM CATUCÁ: quando da necessidade de (r) existir para além das crônicas da escravidão

Antônio Pereira Tavares Neto (Secretaria de Educação de PE)

Buscamos, através desta proposta dissertar sobre a Comunidade de Catucá, uma das comunidades rurais localizada acerca de 17 km da cidade de Timbaúba/PE, Zona da Mata Norte do Estado, cuja mesma carrega em seu imaginário social e simbólico vestígios do período da escravidão (século VIII e XIX). Acerca das questões de interesse, queremos dialogar sobre a memória histórica do lugar, seus costumes, tradições, linguagem, etc., sobretudo, por entender que há uma perda, com o passar dos anos, dessa identidade e historicidade em meu povo. Para isso, é pertinente buscar respostas para uma problematização pertinente: Qual é o impacto para a formação da consciência de uma nação (comunidade) acerca da questão do negro e do branco num país marcado pela divisão racial, aonde o modo de ser e estar no mundo é organizado pelo controle de um grupo sobre a vida de forma plena e total de um outro grupo? Trata-se de uma reflexão sobre a vida, a memória e o resgate da identidade da minha gente em particular; preciso dizer aquilo que não lhes foi dito por algumas gerações. Antecipo, aqui, minha pretensão maior: gerar conhecimento no afã de lega-los a brasilidade de nossos ancestrais e de nós mesmos. Para mais, suscitar o resgate da brasilidade, do sentimento de pertença do meu povo consigo mesmos, pois há um vácuo no tempo que precisa ser “concertado”. O negro do lugar (Catucá) precisa entender e reconhecer o seu lugar de fala. Quer dizer, é preciso estabelecer conexões as quais permita-se aludir o papel e o caminho dessa voz marcada pela negação da identidade: se eu sei de onde venho, logo saberei para onde vou, mas se não sei de onde venho, qualquer lugar serve. Isso é um ponto, dentre outros, a serem discutidos e refletidos a posteriori. A presença desses afro-descendentes na comunidade, é assegurada historicamente pelo fato de que há um local chamado de “Mata-Nego”, onde os negros eram mortos e torturados pelos capatazes e feitores de fazendas vizinhas. Era um lugar de “desova” de negros por assim dizer. Esse fato histórico levanta a hipótese de que os primeiros membros dessa comunidade realmente foram negros oriundos do fim do período escravista, visto os vestígios materiais encontrados onde supostamente foram torturados e mortos em seguida.

O BABALORIXÁ IVO DE XAMBÁ E SEU TERREIRO INCRUSTADO NO QUILOMBO DO PORTÃO DO GELO: Toda uma Vida Dedicada a Guardar um Rica Memória e História Africana e Afrodescendente no Brasil

Auxiliadora Maria Martins da Silva (UFPE)
Oluyiá França de Morais (UNINASSAU)

O presente estudo tem por objetivo contar e recontar a história de vida do Babalorixá Ivo de Xambá e de sua luta por manter vivo o único terreiro de tradição Xambá, localizado no Quilombo do Portão do Gelo em Olinda – Pernambuco, herdado da sua mãe que faleceu vítima das investidas ligadas às perseguições, dos poderes estatais, a todos aqueles e aquelas que, na década de 30, professavam religiões de matriz africana. A história e a memória de luta por perpetuar uma tradição advinda do país africano do Senegal, seus saberes, sabores, odores, oralidades e práticas cotidianas foi levantada através de entrevistas biográficas realizadas com Ivo de Xambá, sua família de sangue e de santo, tendo como aporte a abordagem teórico – metodológica da Autobiografia (JOSSO, 2010 e APPIAH, 2012). Com os dados coletados e analisados foi possível pensarmos acerca das diversas teses ligadas ao reconhecimento e a demarcação dos Territórios de Maioria Afrodescendente (CUNHA, 2009), desafios enfrentados e possibilidades futuras. A riqueza dos achados nos possibilitou a mediação da escrita de um livro para adultos e um livro para crianças com o título: Ivo de Xambá Sobre Ele Mesmo: Uma autobiografia escrita sob a proteção das águas dos rios de OXUM e a produção do vídeo – documentário: Ivo de Xambá e seu Terreiro: Memória e História do Quilombo do Portão do Gelo. Esse trabalho se constitui no resultado do desenvolvimento do projeto de extensão intitulado: Ivo de Xambá e seu Terreiro: Memória e História do Quilombo do Portão do Gelo, primeiro quilombo urbano do Nordeste e terceiro quilombo urbano do Brasil. Foram realizadas visitas de estudantes integrantes do GEPAR-Grupo de Estudos e Pesquisas em Autobiografias Racismo e Antirracismo na Educação ao Terreiro de Xambá, ao Memorial Severina Paraíso e ao Centro Cultural Bongar-Xambá para intercâmbio em troca de saberes entre a universidade e as comunidades periféricas enriquecendo a construção de conhecimentos ligados à Educação das Relações Étnico-Raciais conforme recomendação da lei federal 10.639/03 (BRASIL, 2003) que completou 16 anos enfrentando dificuldades de implementação nas escolas brasileiras, cujos princípios educativos consistem em: Consciência Histórico e Política da Diversidade, Fortalecimento das Identidades e Direitos e Práticas Educativas de Combate ao Racismo e às Discriminações (MEC, 2004).

O ENSINO RELIGIOSO NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ MONTEIRO SOBRAL: paradoxos da Lei 11.645/08 em Laranjeiras/Sergipe – 2018-2019

Ramon Diego Fonseca Costa (UFS)

O Ensino Religioso enquanto área do conhecimento desenvolve-se historicamente através de disputas nos campos político, educacional e principalmente no campo religioso, o que influência direta e indiretamente em questões que permeiam as esferas pública e privada em um Estado laico. Tal fato suscita inúmeros debates, em especial no que tange ao modelo de ensino a ser adotado, destacando-se sobretudo a dicotomia entre o ensino religioso confessional ou não confessional. No Brasil, Passos (2007) aponta enquanto modelos de ensino religioso três propostas, a saber, a catequética, a teológica e a das ciências da religião, de modo a ampliar os debates sobre o Ensino Religioso no campo epistemológico. O presente estudo propõe expandir as discussões sobre o ensino religioso enquanto um elemento relacionado ao processo de construção identitária em uma comunidade quilombola, tomando como referência a Lei

11.645/08, que torna obrigatório o ensino de história e cultura africana, afrobrasileira e indígena na escola. A laicidade a princípio remonta a uma relação entre Estado e instituições religiosas. Esse fenômeno político-social para Oro (apud TERNISIEN, 2007) “se mede pela existência ou não de uma dimensão religiosa da nação, pela existência ou não de uma religião de Estado, pelo lugar do Ensino Religioso na escola, etc.” (ORO apud TERNISIEN, 2007, p. 26-28). Ou seja, o Estado laico se constitui a partir da renúncia à religião oficial. No mundo moderno e laico, a Igreja torna-se “somente uma instituição setorial. Sua palavra não é mais a verdade, mas uma opinião como as outras, que pode muito bem ser ignorada pela ordem política, em sua soberania” (PORTIER, 2011, p. 12). Entende-se que o Brasil adota uma laicidade flexível, dicotômica quanto ao pluralismo religioso. Não obstante, a legislação baliza uma perspectiva igualitária, muito embora o Estado promova ações que conduzem o país a um pluralismo elitista ou de reconhecimento (Giumbelli, 2008, 2001; Portier, 2011). Nesse sentido, esse estudo objetiva analisar o Ensino Religioso no espaço plural e público (GIUMBELLI, 2008, 2016), ou seja, enquanto disciplina escolar ante à Lei 11.645/08, bem como as tensões entre religião e afirmação identitária na Escola Municipal Prefeito José Monteiro Sobral, na comunidade quilombola Mussuca, no município de Laranjeiras/SE. Para tanto, as questões norteadoras são: de que forma é aplicada (ou não) a Lei 11.645/08 na Escola Municipal Prefeito José Monteiro Sobral? Quais tensões a aplicação desta lei provocou no Ensino Religioso nessa unidade de ensino ao longo do biênio 2018-2019? Sobre o Ensino Religioso em Laranjeiras, conclui-se que apesar do pluralismo cultural e religioso pregado, o município adota enquanto modalidade a confessionalidade, reflexo da forte presença católica na história do município, mas também do desconhecimento da legislação educacional, da ausência de matriz curricular condizente com a área e da falta profissionais habilitados.

PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA QUILOMBOLA LUZIA MARIA DA CONCEIÇÃO – CROATÁ/CEARÁ

Ana Cristina Valente Peixoto (SEDUC)

Cláudia de Oliveira da Silva (Secretaria Municipal de Educação de Caucaia/CE)

Este artigo tem por objetivo dialogar sobre a Educação Escolar Quilombola, mais especificamente sobre o processo de construção do Projeto Político Pedagógico da Escola Quilombola Luzia Maria da Conceição – Croatá – Ceará. Descreveremos como foi desenvolvido o projeto Fundamentos e Concepções de Educação e Sociedade: políticas para educação escolar quilombola, escola e currículo na perspectiva da educação para comunidades tradicionais. Este trabalho foi desenvolvido no período de onze meses e teve como principais objetivos discutir e refletir sobre as práticas curriculares da Escola Quilombola do Ceará a partir de sua identidade; aprofundar conceitos fundantes de educação escolar diferenciada com foco em multiculturalismo, interculturalidade, interdisciplinaridade e diferença no currículo e construir com a comunidade escolar quilombola o Projeto Político Pedagógico (PPP) que oriente as práticas da escola quilombola inserindo ao currículo as especificidades culturais da comunidade quilombola Três Irmãos. O PPP é considerado como um instrumento de afirmação dos direitos sócio educacionais, construído de forma específica. A relação direta com a comunidade, buscando sempre seu envolvimento foi muito relevante, pois somente os mais velhos/as e as lideranças conseguem falar com propriedade das histórias de vida, como vivem os moradores/as, quem foi Luzia Maria da Conceição, sua história e a importância da luta desta mulher para a preservação da memória coletiva da comunidade como fator de fortalecimento da identidade é algo que motiva a todos/as pelo avivamento do currículo. A professora do componente curricular de História tem um rico acervo fotográfico, que organizou em forma de livro de imagens com descrições em cordel. No espaço de tempo foi possível dialogar com

vários/as autores/as que tratam da identidade como Munanga (2005), Petit (2015), Santos (2018), Silva (2018), Silva (2017) dentre outros/as. Além, das leituras foi possível conviver com a comunidade local em busca de informações para colaborarmos com a construção do documento que fundamentará as ações da escola e oportunizará outro olhar para a educação neste contexto. Uma experiência muito construtora de saberes e diálogos que fortaleceu a proposta curricular na escola acompanhada pelo projeto de assessoria da Secretaria Estadual de Educação do Ceará.

QUILOMBO URBANOS E BAIRROS NEGROS: revendo os conceitos e a importância para as cidades

Emanuela Ferreira Matias (UFC)
Henrique Antunes Cunha Junior (Professor UFC)

Denominam-se quilombos urbanos, bairros constituídos por maioria de remanescentes de quilombos e constitui um tema núcleo na literatura urbana. Iniciamos o artigo fazendo uma referência histórica à memória de Beatriz Nascimento, quem primeiro conceitua quilombos urbanos na década de 1970, iniciando de forma inédita uma relação com o quilombismo, termo criando por outro importante pensador negro Abdias Nascimento na década de 1980, que trata de todas as formas resistência do povo negro, ou seja, física e cultural. Beatriz do Nascimento foi uma historiadora negra que encantou o movimento negro paulista da década de 1970, com as suas teorias sobre quilombos urbanos. Em viagens por diversas cidades brasileiras, conclui que muitas das nossas cidades tinham bairros distantes dos centros urbanos e que no passado foram constituídos por homens e mulheres remanescentes de quilombos. Eram populações que habitavam o meio rural e foram aos poucos se incorporando à vida urbana sem, contudo, dissolver todos os marcadores de quilombo. O objetivo deste trabalho é mostrar a existência dos quilombos urbanos e sua relação de disputa no território da cidade, entendemos que quilombos urbanos são, portanto, um espaço que precisa ser incorporado ao estudo da história das nossas cidades e do direito de populações negras a vida urbana. Para tanto fazemos uma revisão da instalação e evolução do conceito de quilombo urbano no presente artigo. Nosso aporte teórico se sustenta em MOURA, (1952), FREITAS, (1971), CUNHA, VANESSA (2013), DOMINGOS, PETRÔNIO (2008), RATTTS (2007), JESUS (1960) e NASCIMENTO (1991). Portanto, o uso do solo urbano seja de uso social, os quilombos urbanos e os bairros negros não são lugares de direito praticados pelo Estado. Revelando assim a necessidade de atualização do urbanismo brasileiro em relação aos quilombos urbanos e bairros negros. O desafio é inserir os territórios negros como os quilombos urbanos no plano diretor das cidades brasileiras para assim ter uma nova perspectiva de cidade sem isolamentos e segregação. Esse desafio perpassa dentro da disputa territorial da cidade, pois sabemos que temos uma elite preconceituosa que não aceita essa convivência, interessando manter o isolamento desses territórios negros para as regiões mais afastadas das cidades as periferias.

TERRITORIALIDADES NEGRAS: fragmentos das memórias familiares contidas, vividas, sofridas...

Maria do Socorro Pimentel da Silva (UFC)

O artigo apresenta histórias e memórias de famílias afro-paraibanas localizadas no Engenho Buraco D'água e Serra da Paquevira no município de Alagoa Grande/PB. É um convite para conhecermos fragmentos das histórias locais narradas pelos membros das famílias negras pesquisadas. É parte da pesquisa de doutorado em educação pelo Faculdade de Educação –

FACED da Universidade Federal do Ceará (UFC). Tendo como parâmetro a produção de pesquisadores (as) negros (as) como o processo de autorreferência na produção científica. Nos debruçamos no passado da nossa ancestralidade africana na perspectiva do fortalecimento das raízes históricas e culturais. Para remetermos e vislumbrarmos as lacunas no cenário educacional brasileiro no tocante as africanidades. Partindo do pressuposto de que a escola é a priori o espaço para disseminação do conhecimento e desconstrução de estereótipos atribuídos a população negra, pautamos a nossa pesquisa nos territórios negros alagoagrândense onde estão fincados os meus troncos velhos. Essas bases históricas precisam ser contadas e visibilizadas no desafio de demonstrar que a partir de estudos realizados esses espaços são variáveis nos tempos individuais, coletivos, memoráveis e significativos. No pensamento africano sempre existe um conglomerado de fatores para a compreensão dos fatos sociais. Nas sociedades africanas a ancestralidade indica sempre a presença do passado, interferindo na construção de novas realidades pela intervenção das gerações de seres humanos. A ancestralidade é territorialização (CUNHA Junior, 2010, p.4). Partindo desta afirmação podemos refletir que as histórias dos grupos humanos estão vinculadas as localidades e potencialidades destes respectivos locais e grupos. Buscamos nos orientar para realização desta pesquisa a Cosmovisão Africana que parte do princípio que os seres e as coisas estão inter-relacionadas e que as categorias inserissem no tempo vivido. A afrodescendência como método de pesquisa prioriza a consciência social dos indivíduos e a experiência grupal. Trabalhamos as categorias: territorialidades, territórios negros, afrodescendência, memórias de negro, patrimônio cultural e identidade negra. A pesquisa se propõe compreender e ressignificar os processos de construção da memória das famílias negras pesquisadas a partir do sentimento de pertencimento familiar.

TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO CEARÁ; DIMENSÕES EDUCATIVAS E HISTÓRICAS

Ivan Costa Lima (UNILAB)

Tatiana Ramalho da Silva (UNILAB)

O estudo em andamento, objetiva investigar os territórios quilombolas no Ceará que estão passando pelo processo de certificação, demarcação e titulação empreendidas por órgãos federais, tendo em vista o reconhecimento de sua existência por todo o país. Assim, problematizar a situação da população negra na região, produzindo-se conhecimentos sobre os caminhos traçados pelas comunidades quilombolas na implementação de igualdade racial no estado. Assim como, relacionar suas trajetórias com a educação, a cultura e o desafio para a afirmação da identidade como comunidades e povos tradicionais, tendo em vista as poucas pesquisas desenvolvidas na região. Pretende-se ampliar as formas como a vida quilombola se articula e sua luta em defesa de seu território, modos de vida e as lutas socioambientais para se manterem, possibilitando subsidiar as políticas públicas voltadas para esta população, em especial a educação quilombola. Para tanto, para alcançar este conhecimento metodologicamente utilizaremos da pesquisa participante, que tem sido teorizada como conhecimento coletivo produzido a partir das condições de vida de pessoas, grupos e classes populares, como tentativa de avançar a partir da ciência tal conhecimento "de dentro para fora" e da história oral para captar as dinâmicas utilizadas por estes sujeitos, através de relatos orais e do registro audiovisual de suas participações dentro e fora das comunidades. Em especial, evidencia-se a presença de estudantes quilombolas no ensino, pesquisa e extensão dentro da Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab, na cidade de Redenção, Ceará. Tais debates devem contribuir no acúmulo de informações tão necessárias na compreensão dos processos que forjam a conformação da sociedade brasileira, a partir das

dinâmicas culturais quilombolas, que devem ser pesquisadas e constituir ações educativas no combate ao racismo nos sistemas de ensino e na sociedade abrangente, e na implementação das políticas públicas de igualdade racial neste estado. Esperamos construir conhecimentos, que contribuam em dar visibilidade a população negra nesta região, subsidiando a universidade e a sociedade abrangente com o reconhecimento das comunidades quilombolas cearenses, suas histórias, memórias, formas de agir e pensar sobre as relações raciais dentro da Educação brasileira.

TRAJETÓRIAS E RESISTÊNCIAS: Uma Análise Do Processo de Formação e Migração das Comunidades Negras Do Sertão Paraibano

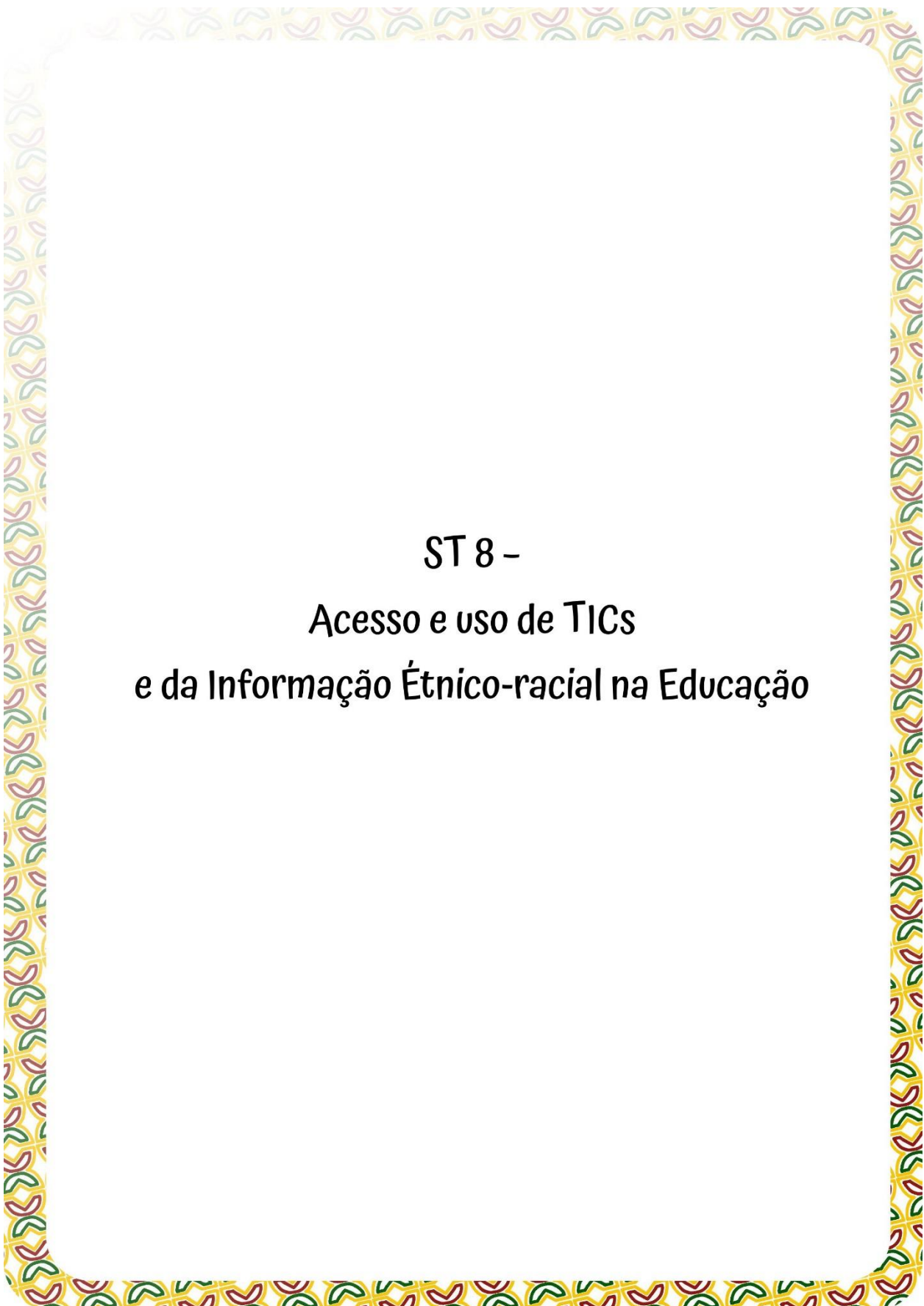
Vivianne de Sousa (UFCG)

A partir do contexto sertanejo de subjetividades e de relações de poder, buscamos entender o processo de formação e migração nas comunidades Contendas, São Pedro e Pau de Leite, sendo a primeira, situada no município de São Bento e as demais em Catolé do Rocha (PB). Considerando as dinâmicas culturais e emergências identitárias presentes nas referidas comunidades, ensejamos realizar análises sobre os referidos territórios quilombolas, por intermédio do estudo das trajetórias familiares e os processos migratórios geradores de novos espaços de disputa e de reprodução de laços familiares. Este artigo trata-se da pesquisa em andamento que trará elementos para a construção da tese de doutorado. Buscaremos por meio das memórias individuais, e por sua vez, coletivas, compreender o modo como essas dinâmicas retroalimentam o sentido de comunidade, razão da indissociabilidade de categorias como terra, trabalho e família. Tais dinâmicas amalgamam os territórios em meio a contextos de subordinação e imposições reproduzidas historicamente por grandes proprietários de terras. Os quilombos formam atualmente um movimento de busca e luta pela terra, inclusive esta luta permanece dentro do próprio território reconstruído ou de resistência, sobretudo pelo precário acesso às políticas públicas e pelos conflitos de terras com os latifundiários. Através do modo de ser, sentir, pensar e agir estabelecem dinâmicas culturais e emergências identitárias, cuja produção de subjetividades resulta de novas formas de sociabilidade. O reconhecimento desses grupos étnicos no sertão ocorre a partir de 2005, 17 anos depois do Direito garantido na Constituição Federal de 1988, sendo que os avanços e acesso às políticas ainda não é suficiente para essa população, destacamos que nenhuma dessas comunidades possui RTID e não se avançou no processo de titulação das terras. Buscamos, portanto, desconstruir o princípio de que só as regiões litorâneas receberam africanos escravizados conforme já apontado por Moura (1972) e Galiza (1979). Pensar regionalmente o sertão, conforme fizeram Moreira (1997), Targino (1997), Maia (2015), Cunha (2015) e Rodrigues (1994) nos leva a considerar um contexto circundado por relações de poder baseadas no coronelismo, mandonismo e clientelismo, disputas políticas, traduzindo em espaços de múltiplos significados e disputas. Por sua vez, são as atividades econômicas e a natureza que com suas diferenças constroem esse espaço que não é uniforme, portanto, diversificado. Entre visões romantizadas, caracterizações administrativas, significados do senso comum e teorias sobre esse território, o que queremos destacar é a presença do negro no Sertão, sobretudo seus modos de resistência e o contexto social, cultural, identitário e político que está inserido.

TUDO POR AI MORAVA GENTE NOSSA! história, memória e territorialidades quilombolas na fronteira Amazonas/Pará

João Marinho da Rocha (UEA)

A partir de 2005 o movimento social quilombola do Andirá, pautado num projeto de identidade étnica iniciou uma produção de memória sobre si, conectando-se aos “cenários de direitos” propostos constitucionalmente a partir de 1988, e em 2013 consegue reconhecimento como “quilombos do rio Andirá”. As comunidades estudadas são Santa Tereza do Matupiri, Boa Fé, Ituquara, São Pedro, Trindade e os seus respectivos núcleos de Pagoa, São Paulo do Açú, Lírio do Vale e São Marcos. Situamos nossa narrativa no campo da história social do pós-abolição e nos diálogos interdisciplinares entre história e ciências sociais, a partir de perspectivas metodológicas como história oral e micro-história. O presente texto assume o propósito de analisar a relação entre os processos de construção da identidade étnica e as territorialidades quilombolas no Andirá. O diálogo entre os campos disciplinares, o encontro do normativo(legal) e do político e os processos de legitimação do movimento social quilombola e da memória pelo reconhecimento, estão presentes neste texto. O artigo indica movimentos e ações políticas de sujeitos sociais da Amazônia profunda. Em contextos da história do tempo presente, agem em conexões, redes de solidariedades e trocas de saberes diversos no sentido de produzirem-se como novos sujeitos políticos e de direito diante do Estado brasileiro. Estado que, ao longo do pós-abolição ignorou suas existências físicas e socioculturais, negando-lhes, dentre outras coisas, o direito à história e à memória, tornando-os iguais às centenas de comunidades ribeirinhas da fronteira Amazonas/Pará, homogeneizadas em torno da concepção “caboclos”. Quando na realidade, são comunidades: A) marcadas por memórias do cativo (guardada pelos velhos e vivida por tabela pelos mais novos); B) adormecidas nos “silêncios da cor” (visualizadas nas relações de desigualdades com a sede municipal e demais agentes que pelo Andirá adentravam); C) invisibilizadas nas discussões acadêmicas regionais e locais (baseada em modelos estritamente econômicos-políticos pautados por estatísticas das poucas entradas das gentes de Áfricas nas Amazônias. Essas realidades quilombolas, no entanto, emergem etnicamente neste início de século XXI, aproveitando-se de cenários de direitos construídos desde as décadas finais do XX e achegados no Andirá a parti de 2005. Quando cinco comunidades, por meio do movimento quilombola local inicia trabalhos de (re) construção de memórias e reconectam tempos e espaços que julgam apropriados ao seu projeto étnico. Com isso, afirmam-se e são reconhecidos em 2013 como “quilombolas do rio Andirá”.



**ST 8 -
Acesso e uso de TICs
e da Informação Étnico-racial na Educação**

ST 8 – Acesso e uso de TIC e da Informação Étnico-racial na Educação

Coordenação: Alba Cleide C. Wanderley (UFPB), Roseane Amorim (UFPB), Lebiam Tamar Gomes Silva (UFPB), Leyde Klebia Rodrigues (UFBA).

Este ST compreende as Tecnologia de Informação e comunicação (TIC) como um conjunto de recursos tecnológicos que integram entre si por meio de estruturas materiais e funcionais como hardware, software e telecomunicações, que inclui também o computador, a internet, e o hypertext. O acesso e uso das TIC e da informação na contemporaneidade, sobretudo, nos contextos educacionais tem promovido também transformações positivas na relação ensino-aprendizagem. Assim, este ST é um espaço de discussão que pretende reunir as produções de estudantes, professores/as, pesquisadores/as e militantes em relação ao uso da Informação étnico-racial tendo as TIC como aliadas. Estas que podem potencializar as transformações na relação ensino-aprendizagem, históricos e culturais de um determinado grupo étnico-racial na perspectiva do protagonismo e da afirmação para desenvolvimento individual/cognitivo e grupal, o que inclui também o sujeito e a população negra brasileira. Tendo como eixos: História e Memória da Poluição Negra, os Mecanismos Jurídicos e as Políticas Públicas. Focando nestes eixos as temáticas: estética e estereótipo negro/a; visibilidade e invisibilidade; o antagonismo e o protagonismo; racismo e preconceito militante e sutil; os avanços e entraves econômicos; ancestralidade, enraizamento e pertença étnico-racial; o distanciamento étnico-racial; a religiosidade, fé e crenças; o esporte, expressões artísticas e corporais; oportunidades, atividades e trabalho; cotas; literatura negra; Movimento Negro; Epistemologias Negras, saúde e sexualidade; juventude negra; Quilombos; África; Mulher, Feminismo negro, negros (as) nordestinos (as), e, sujeitos LGBTQI+ negros (as).



ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL POR LGBTQI+ NEGROS /AS: Refletindo sobre a identidade eclipsada no contexto universitário

Sérgio Rodrigues de Santana (UFPB)
Ewerton Alves (UFPB)

Apesar dos avanços do acesso e uso da informação direcionada aos grupos específicos na Sociedade da Informação e do Conhecimento. O racismo, o preconceito e a discriminação militante/sutil ainda permeiam as relações sociais, em que a cada oito horas um/a LGBTQI+ negro/a é vítima de homicídio. Os/as LGBTQI+ negros/as estão imersos/as em dois esquemas sociais de exclusão: o sistema Inter étnico-racial brasileiro e o sistema intra sexualidade/sexo/gênero brasileiro em que ambos operam também no âmbito educacional. Fazendo emergir neles/as o conflito eclipsado, que envolvem forças do ego, mente, mundo e das representações que por sua vez produzem uma identidade eclipsada. Neste conflito há forças de distanciamentos e estranhamentos quanto à identidade étnico-racial, identidade sexual e identidade gênero. Este trabalho tomou como universo de estudo a comunidade LGBTQI+ focando o sujeito LGBTQI+ negro/a. Objetivou refletir acerca da informação étnico-racial na relação ensino-aprendizagem para minimizar o conflito eclipsado visando a reconstrução/ressignificação da identidade eclipsada dos sujeitos LGBTQI+ negros/as no âmbito acadêmico. O trabalho teve abordagem qualitativa e o método compreensivo-descritivo-interpretativo, pois, ele analisa as representações dos sujeitos na composição social, cultural, tecnológico, grupal e individual. O fio teórico foi a abordagem cognitivista que incide sobre as funções mentais: assimilação, acomodação, processamento e reflexos da informação quanto aos

pensamentos, crenças e hábitos. Assim, ao considerar os aspectos do acesso e uso da informação étnico-racial no âmbito acadêmico de forma transversal; por meio dos núcleos de pesquisas/extensão e eventos acadêmicos. Significa atentar para à atualização dos aspectos da informação étnico-racial, que é qualquer elemento memorialístico, histórico e cultural da população negra brasileira na perspectiva do protagonismo e aceitação. Pois, seu acesso e uso pode refletir de forma individual e tem o potencial de promover reestruturação cognitiva acerca do distanciamento e estranhamento étnico-racial, como também na idealidade sexual e de gênero, amenizando o conflito eclipsado que produz uma indenidade eclipsada.

CAMINHOS DA PESQUISA À BEIRA DO LONGE E OUTROS REINOS: Ensaio Sobre a Literatura Afro-Brasileira Infantil

Maria da Conceição Pereira Alvares Teofanes (UFPB)
Alba Cleide Calado Wanderley (UFPB)

Este artigo consiste em analisar a obra literária infantil sob a perspectiva da afrocentricidade, intitulada *Valentina*, do autor Márcio Vassalo. A literatura infantil pode ser um elemento constituidor de identidades a partir da leitura e criação de sentidos por parte das crianças. Para tanto, iremos fazer uso da abordagem da afrocentricidade, tentando apontar qual a localização e representação do sujeito na história narrada. O trabalho recebe contribuições teórica de autores como Asante (2014), Melo Souza (2014), Souza e Macedo (2017), Duarte (2018) e Pereira (2018). Metodologicamente, o estudo se ampara no conhecimento analítico proposto pela afrocentricidade (*benne-so*), com o intuito de orientar uma análise enraizada no mundo africano. A obra em estudo foi selecionada na biblioteca da Escola Irmã Severina Cavalcante Souto, João Pessoa-PB durante o momento de pesquisa para projeto de extensão universitária - PROBEX, realizado no período de março a dezembro de 2018 na escola supracitada, para um público de estudantes do 3º e 4º ano do Ensino Fundamental I. O projeto intitulado *Leitura e Encantos africanos e afro-brasileiros: uma proposta afrocêntrica de afirmação identitária*, teve o objetivo de promover e orientar a leitura de contos africanos e afro-brasileiros, na visão afrocêntrica, como elemento de construção da identidade por meio de círculos de leitura. O referido projeto foi executado enquanto atividade de pesquisa e extensão no Grupo de Estudos Integrando Competências, Construindo Saberes e Formando Cientistas – GEINCOS, organizado em duas etapas, sendo a primeira etapa compreendida de duas fases e em uma segunda etapa, que comportou três fases. O estudo é de caráter documental e bibliográfico. Análise da obra obedeceu a critérios extraídos das leituras de Asante (2014) como: o lugar social do Negro na história, ancestralidade e expressões léxicas. Considera-se a obra como um documento textual e visual preenchidos de significados e sentidos, ainda que a leitura do lugar social atribuído ao negro nos livros paradidáticos, bem como sua ancestralidade e expressões passam por um deslocamento na estrutura sociocultural expressa na literatura construída atualmente e refletida nas formas como os leitores a interpretam.

CINE-GRIÔ: a Lei 10.639/03 na rede privada de ensino

Rakell Rays dos Anjos Alves (Colégio Novo Rumo)

Nas últimas décadas, no Brasil, diversos marcos legais foram desenvolvidos com o objetivo de eliminar estigmas e dar visibilidade à contribuição de homens e mulheres africanos e seus descendentes para a formação social brasileira. Tendo como foco o campo educacional, providenciaram diversas medidas até a conquista da Lei nº 10.639, sancionada no dia 9 de janeiro de 2003. Ela altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as

diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira, tanto no ensino público, quanto no ensino privado. No ano de 2019 a lei completará 16 anos, contudo, as práticas pedagógicas em sala ainda não refletem os objetivos da Lei, que por vezes restringe-se a implementação ao dia 20 de novembro. Nos espaços privados de ensino ainda existe uma gigantesca lacuna quanto aos esforços necessários para a realização dessas medidas. Diversas pesquisas deram origem a produções que orientam o processo de implementação do estudo da História da África e dos Africanos, da luta dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e a ressalta a importância do negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil. No caso da História e Cultura africana, diversos intelectuais nacionais e internacionais contribuem para refletir sobre os processos diversos e específicos dos países desse continente. Contudo, como introduzir esses debates dentro da sala de aula? Quais os materiais pedagógicos e metodológicos para o ensino da História e Cultura Africana? Como enfrentar as barreiras do silenciamento epistemológico da academia que não capacita os profissionais licenciados a trabalharem com uma realidade tão diversa e, para muitos, longínqua? Partindo dessas provocações e da disciplina “Cinema Africano e da Diáspora” da Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-brasileiros, demos origem ao projeto pedagógico “Cine-Griô: A África por si”, buscando a efetivação da Lei nº 10.639/03. Neste trabalho nossos objetivos consistem em refletir e relatar as possibilidades pedagógicas de perceber as complexidades africanas a partir das produções do senegalês Ousmane Sembène.

CORPOREIDADE E ESTÉTICA NEGRA NA WEB: O Ciberativismo de Mulheres Negras como Estratégia de Resistência, Empoderamento e Luta Antirracista.

Mona Lisa da Silva (UNILAB)

Vem crescendo nos últimos 10 anos a quantidade de estudos que tomam como foco o ciberespaço e as relações nele desenvolvidas no campo da Antropologia (PARREIRAS, 2011), o que acaba por evidenciar a existência de um amplo campo de debates. Destarte, as Novas tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) se tornaram instrumentos importantes de articulação e mobilização social, possibilitando para os movimentos sociais novas formas de ativismo. A saber, o ativismo em rede ou ciberativismo. Nesse sentido, através da perspectiva de ativismo digital, o ciberespaço acabou se tornando um ambiente propício para a construção e divulgação da história e da cultura afro brasileira, o que fez com que a busca pela superação do racismo também reverberasse na internet, tornando necessário perceber como se dá a dinâmica das relações raciais no ciberespaço. Nesse sentido, vimos, nos últimos anos, o crescimento da quantidade de sites e blogs na internet, o que fez com que os diversos grupos de mulheres negras espalhadas pelo Brasil passassem a utilizar este espaço para atuar virtualmente, uma vez que as lutas cotidianas não são suficientes para fazer as vozes destas mulheres negras chegarem em todos os lugares. Assim, elas utilizam a rede de blogs como um espaço para convocações para eventos relacionados à cultura afro-brasileira, preservando a memória e luta de seus ancestrais, bem como suas próprias lutas e conquistas, além de ressignificar os papéis sociais subalternizados que lhes são apresentados e difundidos no imaginário social. Face ao explicitado, este artigo apresenta uma reflexão sobre como as blogueiras negras utilizam a rede de blogs como estratégia de ressignificação, afirmação de identidade e empoderamento – sobretudo da mulher negra –. Partimos do pressuposto de que apesar da população negra estar conquistando espaços de poder e isto inclui também espaço nas mídias tradicionais, estes espaços continuam majoritariamente branco, assim posto o corpo negro ainda é tratado, na sociedade brasileira, por uma visão erótica e exótica proveniente da violência escravista e

alimentada pelo racismo, machismo e sexismo. Para se chegar no objetivo proposto, a metodologia utilizada na pesquisa segue o método de etnografia em ambientes online ou etnografia de Robert V. Kozinets (2014).

EXPERIÊNCIAS DE ENSINO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO A PARTIR DE CASOS DA ÁFRICA CONTEMPORÂNEA

Thereza Olívia Rodrigues Soares (FAVIC)

A literatura adotada em disciplinas relacionadas à Tecnologia da Informação (TI) é pautada em casos e exemplos das grandes corporações ocidentais, em especial as norte-americanas, reproduzindo, assim, a lógica hegemônica e colonizadora sobre o domínio das técnicas. O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a inserção de casos de TI em países da África Contemporânea no âmbito das disciplinas Gestão da Tecnologia da Informação I e II, numa instituição do ensino superior privado localizada em Salvador-Bahia. A pesquisa sobre o desenvolvimento tecnológico africano tem sido expandida e difundida em diversos espaços acadêmicos através de mini-cursos, palestras e oficinas. São trazidos ao debate, por exemplo, a utilização de ferramentas de crowdmapping para a criação de estratégias de fuga para meninas ameaçadas pela mutilação genital feminina, aplicativos para celular desenvolvidos por meninas para sinalizar casos de ameaça, o protagonismo de muitas mulheres africanas na área de inovação tecnológica, as startups competitivas, rádios comunitárias feitas com sucata, as aplicações da TI na Zona Rural para soluções de problemas de saúde coletiva, as soluções de comércio eletrônico, o desenvolvimento tecnológico em Nairóbi, as plataformas de difusão da economia criativa, bem como a reciclagem, reaproveitamento e reuso do lixo tecnológico. É importante ressaltar que há uma orientação contínua para as possibilidades de relacionar Brasil/África em tais questões, buscando que o estudante pense soluções tecnológicas a partir da sua própria realidade, tendo como ponto relevante dessa experiência o deslocamento da visão meramente organizacional para uma visão focada numa TI voltada aos problemas da sua comunidade. A cultura negra é referenciada, na grande maioria das vezes, pelos seus aspectos lúdicos, como a música, a culinária e a dança, o que contribui para a formação do estereótipo de que o negro não teria aptidão para as ciências exatas e para a inovação científica-tecnológica. Este estereótipo atua como inibidor da auto-estima para tais dimensões, prejudicando o processo de ensino-aprendizagem e as oportunidades de seguir carreiras que exigem maior qualificação, seja no mercado de trabalho ou na academia. Essa pesquisa transformou-se numa oficina itinerante, com o pensamento que é preciso dar autonomia tecnológica à população mais vulnerável socialmente, na sua grande maioria negra, destacando, porém, a necessidade de políticas públicas específicas e de ações afirmativas que pensem o desenvolvimento tecnológico da cidade e do estado através de uma lógica de participação de todos.

UMA PROPOSTA DE INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, POR MEIO DAS TIC: um lugar de memória da Diáspora Africana na Paraíba

Solange P. Rocha (UFPB)

Com esta comunicação pretendo apresentar as primeiras reflexões acerca de uma proposta pós-doutoramento que abordará estudos sobre memória e patrimonialização da história e cultura da população negra no processo da Diáspora Africana. De forma mais específica, trata-se de discutir e aprofundar análises acerca de alguns conceitos como: Memórias, Culturas, Patrimônio, Identidades e Educação, com o intuito de propor um projeto que possibilite a criação de um “lugar de memória” para abrigar o Patrimônio Afro-cultural (material e

imaterial), visto que, historicamente, há lacunas sobre a memorialização da cultura africana e afro-brasileira no Brasil. Saliento ainda que na Paraíba são escassos os espaços de memórias, como museus, centros de memória, memoriais, que tratam de transpor os conhecimentos acadêmicos para um público mais amplo, que possibilite a democratização da produção científica. Para tanto será considerado tecnologias de informação e comunicação/TIC para inovar a educação e viabilizar a interatividade de diferentes públicos, transformando lugares de memória em apoio à Educação formal e informal, visando a mudanças nos imaginários sociais existentes sobre pessoas negras em diferentes contextos históricos, buscando a inovação na Educação Formal, visando a divulgação de conhecimentos e saberes, pretendendo, assim, o fortalecimento de uma política de direitos, de identidades e ampliação de cidadania republicana, conforme reivindicações de movimentos sociais, definidos em preceitos legais em vigor na contemporaneidade. Sendo que a perspectiva analítica do peruano Aníbal Quijano (2010), um estudioso da “colonialidade de poder e do saber”, que questiona a subalternização da história e dos saberes da América Latina, possibilita alargar as matrizes de pensamentos e epistemologias para elaboração de pesquisas que possam restituir as histórias de grupos silenciados e subalternizados, assim como para iniciarmos um processo de descolonização de saberes/conhecimentos na história, a partir de pesquisas e diálogos com o campo de Ensino de História. A referida pesquisa terá início no ano de 2019 e, institucionalmente, terá como interlocutoras/es pesquisadoras/es do Centro de Estudos Sociais/CES da Universidade de Coimbra, vincula-se a projeto desenvolvido junto ao Departamento e Programa de Pós-graduação em História e ao Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista, cujo título é *Diáspora Africana e Sociabilidades Negras no Nordeste Oitocentista*.

USO DE TIC'S EM AMBIENTES DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE ROBÓTICA EDUCACIONAL ENVOLVENDO A POPULAÇÃO NEGRA

João Vilhete Viegas d'Abreu (UNICAMP)

Por ser uma área de conhecimento interdisciplinar a Robótica Educacional – RE, há mais de 03 décadas, vem enriquecendo a forma de se ensinar conceitos científicos/tecnológicos. Neste sentido, surgem a cada dia vários aplicativos de aprendizagem para o desenvolvimento de atividades de robótica. Utilizando desktops, laptops, tablets e smartphone, novas ferramentas eletrônicas são produzidas envolvendo, os alunos no mundo da computação. Isso tem impulsionado estudos sobre o uso das Tecnologias de Comunicação e Informação – TIC's que investigam, por exemplo, como um robô colabora com uma criança para criar histórias orais ou como um robô auxilia na acessibilidade de pessoas com deficiência visual. No contexto educacional, o uso das TIC's tem propiciado novas alternativas, nos seus diferentes aspectos, envolvendo desde a implementação do software, o design e a realização de experimentos o que por si delinea outras maneiras de apropriação tecnológica e de aprendizado de conceitos de Programação, Física, Matemática, Química, Geografia, dentre outras matérias do currículo do Ensino Fundamental e Médio. O uso das TIC's na RE envolve, pelo menos: Concepção e Design do dispositivo robótico: Troca de ideias sobre o que tipo de robô deve ser desenvolvido para realizar aquela determinada tarefa; Construção do dispositivo robótico: Montagem do robô, implementação de um sistema mecânico, que funciona como um carro, um elevador, um sistema semaforico, etc; Eletrônica: Desenvolvimento de circuitos elétricos com atuadores e sensores, constituintes do robô; Automação: Elaboração de programas para o controle automático do robô. São com esses recursos que diferenciamos, diversificamos e enriquecemos o ambiente de RE. Em todos os conhecimentos científicos acima, mencionados, utilizados no mundo da robótica, existe a contribuição de africanos e de afrodescendentes. Entretanto, via de regra, ao se realizar o aprendizado da RE isso não é ensinado. Os alunos negros e negras não

sabem que os primeiros autômatos surgiram do Egito a 5000 A.C., que conceitos de Automação, Programação, Física, Matemática, Química, Geografia, etc, também surgiram de lá, que muitos princípios elétricos-eletrônicos, da atualidade, surgiram a partir da contribuição de afrodescendentes. Como africano, negro e, pesquisador, na área de RE, apresento este resumo com o objetivo de fomentar diálogos e ações que busquem, a inserção da RE, no seio das discussões das questões negras amparadas na lei 10639/2003 com vistas a estabelecer trocas e contatos acadêmicos que nos auxiliem na implementação de atividades que propiciem a utilização das TIC's focadas na educação étnico-racial.



**ST 9 -
Branquitude, Representações e Mídias**

ST 9 – Branquitude, Representações e Mídias

Coordenação: Zelinda Barros (UFRB), Maria de Fátima Viana (UFAL), Thaís Vital (UFPB).

Esta ST propõe congregar e pôr em diálogo pesquisadoras/es que desenvolvam estudos que abordem representações sobre a branquitude em distintas mídias, considerando produtos e processos comunicacionais, bem como fenômenos sociais relacionados. Serão particularmente bem-vindas reflexões críticas oriundas dos campos da Teoria Racial Crítica, dos Estudos de Mídia, Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade & Propaganda, Cinema, Música, Fotografia, Produção Cultural e de áreas onde sejam estabelecidos diálogos interdisciplinares, como Antropologia, Estudos de Gênero e Feminismos, Sociologia e afins.



ODÒ PUPA, LUGAR DE RESISTÊNCIA

Carine Fiúza Ferreira (UFPB)

Odò Pupa – lugar de resistência é um curta-metragem documental, que embasou o meu trabalho de conclusão do bacharelado em Radialismo. Ele foi desenvolvido em 2018 e tem como base discursiva a estruturação do racismo na formação política, social e cultural do Brasil. Partindo de uma visão pontual para abordar um tema mais amplo, o documentário e a análise teórica, que o acompanha, apontam questões relevantes a problemática racial, correlacionando dados estatísticos à história de vida de dois jovens negros. Ambos inseridos na faixa etária de maior risco de morte por arma de fogo, de acordo com o Mapa da Violência, 2016. A cada dia, 123 pessoas são mortas por disparo de arma de fogo, cinco óbitos a cada hora. Dessas mortes, 93% são do sexo masculino com idade entre 15 e 29 anos e na sua maioria negros. São 23.100 jovens negros assassinados por ano. São 63 por dia. Um a cada 23 minutos. Apontando, indubitavelmente, para uma seletividade racial. Os meios de comunicação como a TV, por exemplo, embora divulguem tais estatísticas não se dispõem a discutir os motivos pelos quais esses jovens estão morrendo. No geral, se detêm a reforçar, no imaginário popular, arquétipos negativos do negro brasileiro: pobre, bandido, mal-educado, preguiçoso, entre outros. O ponto de vista assumido em Odò Pupa representa uma visão feminina (um terceiro elemento) que busca a todo instante, através de uma narração onisciente, a poética e a reflexão diante de um contexto nefasto. Desta forma, as histórias de Luis e Caique, personagens principais do filme, se entremeiam a outras informações, aumentando o nível de complexidade. Deixam de ser o barman e o garçom do La Taperia ou os malandros de skate que vagam madrugada a fora, para assumir uma identidade singular que os difere dos personagens de novela ou dos “suspeitos” expostos nos jornais de meio-dia. Odò Pupa manifesta-se diante desse contexto, trazendo sobretudo um posicionamento político em que se propõe a discutir a questão racial de forma interseccional. Ponto de vista incomum nos meios de comunicação que, em termos gerais, desconsideram “as múltiplas condições que resultam nas desigualdades e hierarquias que localizam grupos subalternizados” (Ribeiro, 2017, p. 63). Sendo assim, o filme configura-se com um produto audiovisual que visa disputar de narrativas em um esforço contra-hegemônico. Alcançando êxito ao cumprir uma estratégia de comunicação que o levou a TV aberta brasileira (TV Globo e Canal Futura), internet e mostras de cinema. O trabalho elenca como prioridade a elaboração e difusão de um produto audiovisual concebido com bases na militância negra feminista e na minha experiência. Em termos comunicacionais, visa minimizar a disparidade representativa garantindo tempo de tela para personagens negros, além de trazer temas

relevantes como educação, trabalho, movimentos migratórios, racismo, formação de identidade, dentre outros.

INTERSECCIONALIDADE E RACISMO EM UMA ANÁLISE DE REPRESENTAÇÃO DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS NO FILME "HISTÓRIAS CRUZADAS"

Gabriella Santos da Silva (UFMT)

Este resumo está atrelado ao desenvolvimento de um projeto de pesquisa na área do mestrado em Educação e busca analisar as representações das trabalhadoras domésticas na obra cinematográfica “Histórias Cruzadas”, filme de Tate Taylor, de 2011. Tendo em vista a influência do cinema no imaginário das pessoas e das representações sociais, procuro compreender as interpretações produzidas sobre as trabalhadoras domésticas e os hábitos senhoriais pertencentes a uma cultura escravocrata, partindo como foco a educação de vínculo familiar e afetiva das trabalhadoras com as crianças brancas, filhas e filhos de seus empregadores versus seus próprios filhos. Refletimos sobre como a formação da sociedade eurocêntrica, racista, colonialista e capitalista, fizeram com que as mulheres, em especial as mulheres negras, tivessem poucas oportunidades de ascensão social e econômica, além de controlar a imagem dessas mulheres nos meios de comunicação, relacionando-as sempre a algo negativo e preconceituoso ou a cuidadoras e subordinadas ou a figuras extremamente sexualizadas. Patricia Hill Collins (2000) nos auxilia a pensar e contextualizar os estudos sobre os Estados Unidos da América, local onde está representado o filme em análise e também nos conduzindo a refletir o universo da maternidade e cuidado com que as mulheres negras sul americanas foram impulsionadas a partir da colonização, escravidão e segregação. Nesse sentido, o que diferenciou a dona de casa da empregada doméstica, ao longo do tempo, foi a subordinação. Quando o serviço doméstico é assumido pela trabalhadora doméstica, assume também nuances ideológicas e econômicas, de caráter subalterno (Hilt, 1995). Nesse sentido, as relações pessoais entre empregada e empregadora (o) envolvem constantemente afetividades ou explorações, como é possível notar no filme analisado. Usaremos como ponto de partida as discussões sobre colonialidade do poder, proposta pelo autor Aníbal Quijano (1992) em diálogo com outros autores decoloniais. Problematizara-se a interseccionalidade entre raça, gênero e classe social na representação de empregadas domésticas no longa-metragem, analisando como essas mulheres que são base das famílias negras e brancas ainda são afetadas diretamente com discursos naturalistas de inferioridade e submissão. Dialogaremos, portanto, com estudos sobre as representações sociais, cinema como produtor de cultura, representações da mulher negra no cinema e estudos do feminismo negro.

REPRESENTAÇÕES DE MULHERES NEGRAS EM MÚSICAS (1950 -1980) INTERPRETADAS POR JACKSON DO PANDEIRO

Ivonildes da Silva Fonseca (UEPB)

Este resumo trata do desenvolvimento de uma pesquisa apoiada pelo Programa de Pesquisa da Universidade Estadual da Paraíba – PROPESQ/UEPB intitulada “Prá mulher de homem , saber respeitar”... discutindo as violências e as identidades de gênero e étnico-racial nas letras de músicas de Jackson do Pandeiro Nesta tomou-se como fonte noventa e oito letras de músicas que traziam representações da mulher de forma geral. Desse conjunto, selecionou-se dezenove letras que traziam os termos étnicos:escura, escurinha, nega, neguinha, roxa, flor de quixabeira , morena, moreninha, morena faceira. O conjunto dessas músicas gravadas nos anos de 1950-

1980, apresentam ruptura com a imagem universal de mulher fazendo emergir representações positivas sobre as mulheres negras das quais categorizou-se ""Mulher negra autônoma"", ""Mulher negra autônoma com poderes sobrenaturais"", ""Mulher negra e afetividade"". Das dezenove músicas, dividimos as que tinham Jackson do Pandeiro como intérprete (quatorze); as que Jackson do Pandeiro era apenas intérprete e compositor ou parceiro (quatro) e uma em que Jackson do Pandeiro era intérprete e compositor individual. Para auxiliar as análises, trabalhou-se a contextualização histórica a partir do percurso da vida de mulheres negras nos anos de 1950-1980, em diferentes áreas de atuação e de diferentes localidades geográficas, a saber: Laudelina de Campos Melo- mulher negra que participou de movimentos e organizações sindicais e culturais ligadas às causas negras; Carolina de Jesus - mulher negra periférica que desafiou os padrões da escrita; Conceição Evaristo- nome icônico na literatura; Adélia Sampaio - a primeira mulher negra cineasta; Thereza Santos (Jaci dos Santos)- enfrentou o racismo como profissional no teatro e professora no campo da política partidária; Ruth de Souza – considerada a primeira dama negra do teatro , do cinema e da televisão brasileira ; Alzira Rufino – pioneira no estilo de analisar a discriminação contra a mulher a partir dos eixos identitários de gênero, classe, orientação sexual, geração, religião; Vera Lúcia Couto- que no certame de Miss Brasil de 1964, enfrentou pela primeira vez demonstrações diretas de preconceito em concurso de beleza.

PEDAGOGIAS CONTRA A BRANQUITUDE

Natalia Cabanillas (UNILAB)


O presente trabalho propõe uma reflexão de duas experiências docentes na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira- Ceará, no curso de História entre agosto de 2017 e dezembro de 2018. Ambas experiências tiveram como objetivo desarticular alguns dos discursos da branquitude nos municípios de Redenção e Acarape, Ceará. A primeira foi uma experiência de extensão, montando um tour histórico na cidade, guias realizadas por estudantes universitários com público alvo estudantes de ensino médio e fundamental da região do Maciço de Baturité. A segunda experiência desenvolvida a partir da metodologia “Caixa de afeções” para a criação de um arquivo da cultura negra local, a transformação de tais objetos em fontes históricas, e sua recontextualização como dispositivos didáticos na elaboração de uma aula para ensino médio ou fundamental com base nesse arquivo comunitário. O Município de Redenção e Acarape inscrevem a sua presença na história nacional como “o primeiro município no Brasil a abolir a escravidão”. Dentro dessa narrativa, o atual município de Redenção esgrime um relato oficial através dos seus monumentos que exalta ou cria a agência histórica da população branca na sua participação na dita “abolição”. E, que pela sua vez, negam, obliteram e invisibilizam a população negra como agentes da sua própria libertação. Assim também, inscrevem as corporalidades negras em um regime de visibilidade específico, nos quais enfatizam discursividades de submissão, passividade e animalidade. Assim, as marcas oficiais da memória no município reificam o mito da superioridade branca e reafirmam não apenas o simbolismo dos monumentos locais como também o direito branco [autoasignado] de nomear e de narrar. Pela sua vez, o estado de Ceará, e em particular, o município de Redenção se pensa a si próprio, como não negro, no espelho distorcido da branquitude, ou como Guerreiro Ramos chamaria “a patologia social do branco brasileiro”. Essa segunda temática é abordada a partir de metodologia de criação de um arquivo comunitário [em sala de aula] de artefactos da cultura negro e indígena para trabalhar não a alteridade do Outro, se não a alteridade em mim, as heranças negas e a presença afroindígena na constituição do Ser Cearense. Este trabalho apresenta então duas iniciativas pedagógicas elaboradas no contexto da Unilab, com alunos brasileiros e africanos, desde meu Eu, professora de História de África, argentina e

racializada como branca. A exposição deste trabalho procura someter a crítica e debate, no caminho de encontrar melhores pedagogias antirracistas em contextos adversos.

VISÃO COMPUTACIONAL E VIESES RACIALIZADOS: branquitude como padrão no aprendizado de máquina

Tarcizio Roberto da Silva (UFABC)

Recursos de inteligência artificial estão cada vez mais acessíveis a empresas e governos de todos os tipos, sendo aplicados em sistemas de vigilância, plataformas de mídias sociais e outros tipos de agentes artificiais. Um dos campos mais inovadores é o da visão computacional, que permite reconhecer automaticamente objetos, entidades, conceitos ou características extraídas de imagens, inclusive sobre pessoas (WANG, ZHANG & MARTIN, 2015). A partir da exploração de como a visão maquínica dos provedores de inteligência artificial reconhecem objetos, conceitos e dimensões em redes semânticas (MINTZ, 2016), investigamos como o reconhecimento automatizado de imagens e posterior modulação algorítmica (SILVEIRA, 2017) de comportamento parte frequentemente de um olhar eurocêntrico quanto a categorias raciais (FANCHER, 2016; NAKAYAMA, 2017; BENTHALL & HAYNES, 2019) sobretudo vinculado a inclusão/exclusão e visibilidade/invisibilidade do outro racializado, com impacto efetivo para os usuários de agentes artificiais, plataformas de mídias sociais e bancos de dados. Esta investigação parte da bibliografia de estudos sobre a branquitude (BENTO, 2012; BASTOS, 2016; CARONE & BENTO, 2017) e o seu papel enquanto definidora da sociedade e tecnologias de produção e controle (MILLS, 2014; MBEMBE, 2017). O trabalho apresenta criticamente casos mapeados por ativistas e desenvolvedoras em torno do mundo sobre problemas especificamente ligados à visão computacional, lidos sob a ótica da Teoria Racial Crítica (NAKAMURA, 2008; LOPEZ, 2013; NOBLE & TYNES, 2016; BUOLAMWINI & GEBRU, 2018; NOBLE, 2018). Tratam-se de casos de equivalência de conceitos como visibilidade, eficácia, humanidade e beleza à experiência de usuários brancos em sistemas como robôs interagentes, buscadores e mídias sociais. Uma vez que categorias e tipologias são manifestações de como os registros informacionais configuram e reproduzem poder (ALI, 2013), com impacto real nas possibilidades de representação e expressão equitárias entre diferentes segmentos da sociedade (COTTOM, 2016), o estudo busca jogar luz sobre estas questões relevantes ao debate sobre algoritmos e suas opacidades (GILLESPIE, 2014; BROUSSARD, 2018).



**ST 10 -
Filosofias,
Epistemologias
e Intelectualidade Negro-africana**

ST 10 – Filosofias, Epistemologias e Intelectualidade Negro-africana

Coordenação: Elio Flores (UFPB), José Nilton de Almeida (UFRPE), José Bento Rosa (UFPE), Itacir Luz (UNILAB).

A proposta da ST visa congregar as atividades de pesquisadores(as) e professores(as) nas temáticas das filosofias e epistemologias negras da África e da Diáspora. A história do pensamento negro, ainda que rica na profusão de autores e obras, ainda carece de divulgação e visibilidade nas universidades e educação básica no Brasil. A perspectiva de se estudar, na longa duração, as Áfricas na “filosofia da cultura” e dos diálogos (e enfrentamentos) epistemológicos afro-asiáticos, afro-mediterrânicos e afro-americanos implica o desafio de buscar significações para aquilo que Achille Mbembe delimitou como “crítica da razão negra”. A proposta se coloca na seara de tentar traduzir os elementos e as condições de produção das intelectualidades negro-africanas encontráveis no centro e nas margens do que se convencionou pensar como a geografia intelectual do “Atlântico negro”. Assim, o ST proposto espera contribuir para que as filosofias, epistemologias e historiografias negro-africanas possam ser compreendidas, sistematizadas e interpretadas através de resultados de pesquisas iniciais e avançadas no âmbito do encontro regional dos pesquisadores(as) negros(as).



A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL, ÉTNICA E RACIAL NA ASSOCIAÇÃO BLOCO CARNAVALESCO ILÊ AIYÊ DE SALVADOR-BA: corporeidade, afirmação e luta antirracista

Anália de Jesus Moreira (CFP UFRB)
Maria Cecília de Paula Silva (UFBA)

Trata-se de um estudo sobre educação, corpo e cultura na Associação Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê de Salvador-Ba. Reflete sobre o Projeto de Extensão Pedagógica, PEP, e as práticas educativas do bloco na formação de sujeitos. Compreendemos que a interculturalidade e a educação étnica e racial configuram-se como um movimento epistemológico contra hegemônico, cultural, racial, político e corporal. Este trabalho é um recorte da pesquisa da tese de doutoramento construída entre os anos de 2009 e 2013 na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, UFBA. Se propõe a compreender como o corpo influencia os processos de afirmação e formação social do lócus da pesquisa, a Associação Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê, em Salvador, Bahia, Brasil. Escolhemos estudar as concepções de corpo no Ilê e suas interfaces com a educação, por meio da Análise do Projeto de Extensão Pedagógica, PEP, documento balizador das ações político-pedagógicas do Ilê Aiyê. O caminho que se delineou para esta pesquisa exigiu uma investigação do tempo presente sobre a construção histórica do Ilê Aiyê, implicando em uma busca de explicações sobre os pilares nos quais se apoiam suas aspirações políticas e as formas por meio das quais o Ilê produz seus aparatos pedagógicos e ações sociais, visando afirmar-se enquanto raça, cultura e educação. Como proposição metodológica e teórica o Ilê Aiyê foi considerado como uma Instituição chave, na perspectiva de se constituir uma referência para os debates mais atuais sobre a problemática cultural, social e educacional nas diásporas. Em especial, por estar situada no lugar da maior diáspora negra da América Latina, a cidade do Salvador, que detém em sua população total cerca de 80% de negros e pardos. Para além de um simples levantamento da história presente e dos meandros das relações internas e externas do Ilê Aiyê, foi preciso observar sua dinâmica

social e os caminhos por onde transitam suas concepções mais emblemáticas da cultura corporal desta Associação. Seleccionamos as categorias corporalidade, ações educativas, bem como os seus conceitos e suas construções de Cultura e Educação. Estas concepções estão diluídas nas práticas pedagógicas, entrelaçadas aos propósitos políticos do bloco. Dos resultados, apontamos o entrelaçamento de filosofias africanas e ocidentais, considerando a predominância da primeira e, como consequência, outra perspectiva para uma educação intercultural e epistemológica que privilegia a intelectualidade Negro-africana, centrados nas questões relativas ao corpo e cultura, no que tange a consideração da corporeidade como significativa na afirmação do ser negro, da beleza e da filosofia negra, pontos estes fundamentais na luta antirracista.

HISTÓRIA E PROTAGONISMO NEGRO: percurso teórico e metodológico de uma epistemologia negra brasileira no século XX

Danilo Santos da Silva (Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos)

O trabalho tem por objetivo apresentar como a população negra desenvolveu uma nova perspectiva epistemológica pautada na experiência histórica negro-africana, a partir do encontro entre conhecimento histórico e ativismo sociocultural e político, em contraposição à produção do conhecimento e do ensino da história eurocêntrica. Para tanto se pretende fazer uma análise bibliográfica para percorrer o percurso teórico e metodológico da produção do conhecimento desenvolvido pela população negra que se caracteriza primeiro de fora para dentro da academia e depois, passa a ser desenvolvido também dentro da mesma. De fora, a partir dos movimentos socioculturais e políticos (movimento negro, a cultura, as artes e as lutas jurídicas) e de dentro da academia, a partir de um processo interdisciplinar, que se utiliza de várias campos das ciências. Tal produção de conhecimento se caracteriza por ter uma função prática, política sem retira o seu caráter científico: a luta contra o racismo e a busca da cidadania plena da população negra na sociedade brasileira. A lei 10.639/2003 que versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, é um bom exemplo dessa proposta epistemológica, ela é ao mesmo tempo fruto e instrumento de manutenção e difusão dessa postura epistemológica. Personifica a crítica histórica da população negra em torno da produção do conhecimento para além do centro euro-ocidental, tendo gerado e nutrido no decorrer do século XX (e ainda no século XXI) um embate epistêmico no campo político, social, cultural, jurídico e acadêmico que proporcionou (e ainda proporciona) consequências nos dias atuais. É uma epistemologia que surge da necessidade de legitimação do discurso e para justificar as reivindicações da população negra. Sua base teórica se constitui a partir da cultura histórica visando formação de consciência histórica que por consequência proporciona um processo de aprendizagem histórica. Sua base metodológica está organizada principalmente a partir da contradição histórica e da superação da cronologia etnocêntrica, visando enfatizar que o tempo avança em diferentes ritmos. Dessa forma, a população negra ajudou na sistematização e na articulação entre o processo e o fazer histórico, assumindo ao mesmo tempo, o papel de produzir, transmitir e receber conhecimento histórico, que se configurou de maneira dialética e dialógica durante a sua práxis social antirracista, gerando e fundamentado na cultura histórica de resistência negro-africana no Brasil.

GUERREIRO RAMOS E AMÍLCAR CABRAL: ideias de revolução no Brasil e na África

Elio Chaves Flores (UFPB)

Os intelectuais afro-brasileiros e africanos se debruçaram sobre processos revolucionários do século XX. No contexto do mundo atlântico contemporâneo busca-se exercitar a “historiografia intercultural comparativa” (Rüsen, 2006, 2014) e “as variações da história comparada” (Flores, 2015). Para isso, colocamos em perspectiva dois intelectuais antirracistas e seus escritos da segunda metade do século XX, o sociólogo brasileiro Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982) e o agrônomo guineense Amílcar Cabral (1924-1973). O primeiro construiu trajetória como sujeito de instituições no Brasil e nos Estados Unidos; o segundo fundou partido político e teve trajetória de construtor de uma nação africana. Ambos são “diaspóricos”, pois se deslocaram dos lugares de origem para frequentarem cursos de formação acadêmica noutras paragens; e, “exilados”, uma vez que seriam perseguidos pela ditadura brasileira e salazarista, respectivamente. Com essas marcas identitárias também se tornaram intelectuais e protagonistas políticos na segunda metade do século XX com significativas reflexões para a teoria social. Guerreiro Ramos e Amílcar Cabral pensaram e participaram de processos revolucionários com visões marcadas pelas correntes ideológicas no contexto dos primeiros anos da Guerra Fria. Na dimensão de intelectuais negros tiveram que se defrontar com o racismo e o colonialismo diante das “máscaras brancas”. Neste trabalho pretende-se confrontar as ideias de revolução defendidas e trabalhadas por Guerreiro Ramos e Amílcar Cabral. Para isso, a escolha das fontes e da metodologia recaiu na polêmica trilogia de obras políticas de Guerreiro Ramos: O Problema Nacional do Brasil (1960); A Crise do Poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira (1961); Mito e Verdade da Revolução Brasileira (1963); e, os escritos políticos de Amílcar Cabral, reunidos nos dois volumes de sua obra mais discutida: Unidade e Luta: a arma da teoria. Vol. 1 (1946-1972) e Unidade e Luta: a prática revolucionária. Vol. 2 (1960-1973). A problematização inicial é que tanto Guerreiro Ramos quanto Amílcar Cabral pensaram a revolução – e os processos revolucionários do século XX – a partir da experiência racial e de classe. As suas focalizações de raça e classe direcionam as tensões e clivagens da “revolução brasileira” e das “revoluções africanas” na segunda metade do século XX.

SUPERAÇÃO DIALÉTICA DA SOCIEDADE RACIALIZADA A PARTIR DE STEVE BIKO

Dara do Nascimento Almeida (UFPE)

Para que consigamos atingir uma Consciência Negra efetiva devemos trabalhar solidariamente com os vários segmentos da comunidade negra, sabemos, desde já que, esta não será uma empreitada indolor, pois em sua sociedade de tem o racismo branco como padrão, não podemos esperar que a reivindicação uma negritude positiva seja bem recebida, pois toda e qualquer ação em busca de agrupamento e afirmação negra é visto como ameaça ao status quo. Contudo, a partir de Steve Biko (1990) entendemos que a unidade negra é a única solução para superarmos o racismo branco e conseqüentemente a sociabilidade racializada. Tendo inquestionavelmente evidente que nosso único adversário possível é o racismo branco, incluso aquele disfarçado de aliado, que se propõe a construir putas de enfrentamento conosco, mas, que desaparece quando discutimos sobre privilégios. Acreditamos que unidade negra é a única alternativa possível para estacionar e destruir o racismo branco. Como propõe Biko pensando em termos de materialismo dialético, se assumirmos como tese a hegemonia branca, a antítese não pode ser a união incolor de todos os povos, porque, se assim fosse, não conseguiríamos uma decorrer dela uma síntese, mas é, imprescindível que, a antítese seja o poder, social, educacional, político e econômico, emanando do povo negro, para, só então, podermos produzir como síntese humanitária a-

racializada, ou seja, uma sociedade onde a quantidade de melanina que as pessoas carregam em seus corpos não se torne definidora de seu lugar social. É, todavia, irrefutável que a branquitude tenta por todas as vias deslegitimar a antítese produzida por nós, isto porque mesmo aqueles brancos que se dizem “aliados da causa negra” não estão, verdadeiramente, interessados em entregar os mecanismos de poder que estão em suas mãos. Por isso, não podemos contar com a benevolência, ou com o “insight de sensatez” dos brancos para que reconheçam seu lugar de opressores, ainda que não consciente, é preciso, portanto, que a comunidade negra assuma os lugares de importância e busque seus direitos de forma coletiva e autônoma. Por fim, considero oportuno deixar certo que a tomada de consciência por parte das pessoas negras não deve basear-se em um ódio aos brancos, por mais que seja compreensível, é necessário embasarmos nossa atuação em ações positivas, que questionem antigos valores e desestabilizem velhos sistemas, tratem o passado com a finalidade de (re)contar nossa história, resgatar nossos heróis e (re)ativar os nossos conceitos.

PÁGINAS EM PRETO: notas para um mapeamento da teoria Epistemologias Negras

Rafael Pinto Ferreira de Queiroz (UFPE)

Pedindo licença a todos que chegaram antes, o presente trabalho tem a intenção de começar uma construção coletiva, como não poderia deixar de ser, sobre uma possível caracterização ou qualificação do que estamos chamando de Epistemologias Negras. Como um grande termo guarda-chuva, mas abrangendo diferentes abordagens de diferentes autore(a)s negro(a)s, pretende-se levantar a discussão de uma pretensa unidade teórica, mesmo que contenha uma miríade de áreas e teorias que a princípio não manteriam um diálogo mais evidente. A hipótese surge como uma inquietação a partir da observação e leitura de áreas acadêmicas que se tornaram mundialmente conhecidas, como o Pós-Colonial ou o Decolonial, para ficar em apenas dois exemplos, e que usam como ponto de partida, como livros fundantes e devir, obras de autores negros, como os martinicanos Aimé Césaire e Frantz Fanon, o ganês Otobah Cugoano e até mesmo a Revolução Haitiana, como exemplificam Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016, p. 17): Sem utilizar precisamente o termo “colonialidade”, já era possível encontrarmos a ideia que gira em torno desse conceito em toda a tradição do pensamento negro. A título de exemplo, podemos encontrar contemporaneamente essa ideia em autores e autoras tais como W. E. B. Du Bois, Oliver Cox, Frantz Fanon, Cedric Robinson, Aimé Césaire, Eric Williams, Angela Davis, Zora Neale Huston, bell hooks etc. Ora, se já existe a supracitada tradição do pensamento negro, por que a mesma ainda não se transformou em disciplina acadêmica, no Brasil, como estas outras que a sucederam? Existiria a possibilidade de se discutir e construir essa disciplina, costurando e interligando suas diferentes questões e anseios? Poder-se-ia vislumbrar diálogos entre o Afroperspectivismo de Nogueira, o Quilombismo de Nascimento, a Amefricanidade de Gonzalez, nacionalmente, e outros como o Feminismo Negro, o Mulherismo Africana, a Afrocentricidade, o Africana Studies, entre outros? Amplificando um debate já levantado por Claudia Pons Cardoso, Renato Nogueira, Tanya Saunders e demais autores, deseja-se retomar a discussão em torno do que constituiria uma Epistemologia Negra e se a mesma se torna possível enquanto unidade teórica, compartilhando de características comuns, formando um pensamento enegrecido e capaz de transformar os currículos acadêmicos, trazendo novas possibilidades que tentem abarcar as experiências negras no enfrentamento de saberes eurocêtricos, numa ação anti-racista.

AFROPERSPECTIVIDADE COMO MOTE DA EQUIPE GESTORA EM PROL DO ENEGRECIMENTO COLETIVO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DA BAIXADA FLUMINENSE

Denise Fernandes da Silva (UFRRJ)

Esta pesquisa busca apontar a importância da filosofia Afroperspectivista em prol de apoiar o enegrecimento coletivo de todos os protagonistas da escola. O focus e lócus foi uma escola municipal da Baixada Fluminense, município de Mesquita no Rio de Janeiro, no período compreendido entre 2013 a 2016. Contribuições bibliográficas acerca do tema nos permitem um diálogo mais amplo em que se alinham teoria e prática, bem como nos ajudam a compreender que a escola pode ser um espaço onde as questões raciais devem estar em pauta, sendo discutidas, debatidas e trabalhadas a partir do conhecimento e sensibilização do professor/aluno em prol da efetivação verdadeiramente da Lei 10639/03. Para tanto, os autores Noguera (2010), Hampate Bá (2010) e os documentação de implementação, incluindo: Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais, Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004); as Orientações para Educação das Relações Étnico-Raciais (2006); Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais, Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2008) têm centralidade no debate. Nesse sentido, a Lei 10639/03 aparece no cenário educacional brasileiro como um marco político e, apesar de todas as mudanças que vêm acontecendo em nosso país com o passar do tempo, a intolerância em relação a questão étnico-racial em diversos segmentos sociais continua sendo motivo para o desconhecimento de políticas afirmativas e práticas relacionadas às condições dos negros acarretando, assim, a um pretenso grau de inferioridade dos afro-brasileiros. Cabe a escola transmitir e reproduzir valores objetivando um ensino democrático, tendo como prioridade o respeito às diferenças e é nesse sentido que se desenvolveu a pesquisa de cunho qualitativo e exploratório com estudos narrativas como metodologia. Problematizar o racismo nos primeiros anos de escolaridade nos permitiu uma reflexão sobre a sociedade que queremos transformar. É importante salientar que são inúmeras as demonstrações de preconceito racial, desde xingamentos, estereótipos negativos, segregação e marginalização, por isso a importância do protagonismo do negro através do plano das ideias sob a perspectiva africana, permitindo que tanto os alunos quanto a equipe que compõem a escola saiam da posição de coadjuvantes e assumam a posição de autores de um novo fazer pedagógico através do cooperativismo e da valorização africana e afro-brasileira.

O EPISTEMICÍDIO NA SUÍÇA BAIANA: a inferiorização do outro pelo conhecimento eurocentrado em uma unidade de ensino superior em Vitória de Conquista -Bahia (2013-2018)

Antonio Sérgio Nery Santos Silva (UESB)

“[...] A palavra é traída em nome da fidelidade a algo mais importante, o estilo [...]” (FANON, 2008, p.07). Mediante essas palavras poderíamos esperar que a humanidade através do desenvolvimento do pensamento conseguisse perpetuar todo o conhecimento gerado por gerações de povos distintos adequando a palavra a um estilo próprio e corriqueiro, mas sabemos e certamente devido à provocação que pretende Frantz Fanon ele também sabia que só uma pequena parcela do conhecimento atribuído à humanidade é realmente aceito e estudado. A construção do conhecimento, mesmo na África ainda segue os parâmetros a serem observados e absorvidos são genuinamente elaborados mediante (no mínimo propagados) sob o crivo do

pensamento eurocêntrico. Desde a filosofia clássica aos tratados revolucionários, o que predomina é um pensamento quase uníssono europeu. A sociedade brasileira se articulou historicamente através da situação colonial e posteriormente pelo norte epistemológico galgado no pós-mercantilismo da Europa moderna. Segundo Santos (2009) a multifacetada característica cultural da humanidade moderna de certo mascara uma alienação epistemológica. Pois, mesmo em um cenário globalizado, ainda assim, à produção científica é configurada apenas por um modelo. E aqui viemos tentar entender como isso se articula dentro da academia. Quais as consequências desta forma de se atribuir conhecimento? E como na conjuntura local, especificamente em Vitória da Conquista no interior da Bahia dentro da UESB (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia) o alunado oriundo das periferias e predominantemente pretos (as) e/ou pardos (as) se compreendem dentro deste universo eurocêntrico? Mas, ainda o pensamento oriundo de outras cercanias não concebe um ser epistêmico nos pontos colonizados ou diretamente influenciados pela vida quista condizente com o padrão ocidental. Nesta pesquisa temos como objetivo geral buscar entender como simbolicamente o alijamento ou uma total inclinação pelo modelo eurocêntrico de se conceber a sociedade pode determinar para os educandos e educandas pretos e pretas um não pertencimento a concepção epistemológica e especificamente como esse não pertencimento é reconhecido pelos mesmos. Assim o epistemicídio se apresenta de forma sutil e coloniza as mentes e expectativas de muitos estudantes que não acha um local identitário nesse padrão. Que foi e ainda é legitimado pela força do aparelho colonizador. Então aqui pretendemos demonstrar como os (as) negros (as) se reconhecem em uma Unidade de Ensino Superior na cidade de Vitória da Conquista - BA.

A INTERSECCIONALIDADE DE RAÇA-GÊNERO NO PENSAMENTO DE LÉLIA GONZALEZ

Cláudia Ferreira Alexandre Gomes (UFPB)

Este artigo apresenta discussões teórico/epistêmicas a respeito da interseccionalidade de Raça e de Gênero no pensamento de Lélia Gonzalez. Para tanto, realizamos uma pesquisa do tipo bibliográfica, fazendo uso das produções da intelectual, política, professora, antropóloga brasileira e, sobretudo Mulher Negra Lélia Gonzalez. Logo, partimos das construções históricas, culturais e sociais acerca das categorias Raça e Gênero, situando o Feminismo Negro, o qual Lélia Gonzalez foi defensora, comprometida com os modos de ser, de pensar e de produzir conhecimentos do Corpo Feminino Negro que historicamente ocupou na pirâmide social, cultural, política e epistêmica os espaços de menor valor e prestígio social. Nessa direção, o corpo negro subjugado por um falso ideal de Raça (branca/superior – negra/inferior), conjuntamente com o Gênero, feminino, ocupando o mesmo espaço de subalternização, se interseccionam, aprofundando as formas de sujeição da Mulher Negra. Para isso, Gonzalez, trata do resgate da memória de origem enquanto um meio para se contrapor ao apagamento/silenciamento da população negra e em especial a Mulher Negra, evidenciando que as diferenças ultrapassam o mero caráter biológico, feminino e masculino, e fenótipo, negra e branca, mas está estruturada na malha ideológica da sociedade como um todo e, o resgate das experiências/histórias outras, especialmente as das mulheres negras, por meio da memória de origem, sendo um caminho para ocasionar fraturas nos falsos ideais branco-cêntricos construídos no tempo-espaço histórico. Nessa perspectiva, enquanto consequência da retomada da memória da origem, é tecido uma ressignificação dos termos Raça e Gênero, considerados agora não enquanto formas de inferiorização e/ou subordinação, mas assumindo uma conotação política, permitindo as Mulheres Negras valorizarem seus modos de ser e de existir no mundo, tanto do ponto de vista físico (cor da pele, textura do cabelo, dentre outros) quanto do ponto de vista da memória (suas experiências, suas produções materiais e imateriais). Desse modo, a

memória de origem, é tida por Lélia Gonzalez, enquanto um meio para que o corpo feminino negro se enxergue enquanto um ato político, mas acima de tudo, um ser capaz de determinar seus espaços no cenário social, fraturando os postulados eurocêntricos.

ABDIAS NASCIMENTO E O PAN-AFRICANISMO: dizeres, saberes e experiências no autoexílio (1968-1981)

Elisa Ferreira Teixeira (UFPB)

O presente trabalho tem como objetivo entender a relação do intelectual negro Abdias Nascimento com o pan-africanismo, que ocorreu no período de autoexílio nos Estados Unidos, entre 1968 e 1981. Para tanto, demonstraremos a trajetória de Nascimento nesses anos, dando ênfase a momentos que foram importantes para o seu contato com o movimento pan-africanista, como exemplo, tem-se a participação dele nos diversos congressos e encontros pan-africanos, e que podem ser encontrados em biografias, estudos sociológicos e nos seus próprios livros. Além disso, abordaremos as obras feitas por Abdias durante esse período – O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado (1978) e O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista (1980) –, pois nos mostram aspectos importantes sobre as incorporações e transformações que ocorreram com o pensamento desse autor nesses anos, revelando a sua aproximação das ideias do discurso negro internacional e como essas noções foram aplicadas ao entendimento acerca da realidade do negro no contexto brasileiro. Então, a partir das experiências e dos escritos desse pensador, durante o autoexílio, evidenciaremos a relação dele com as causas pan-africanistas, exprimindo a relevância que esse cenário teve para os seus estudos e reflexões acerca das relações raciais. Nesse caminho, nota-se que a relação de Nascimento com o pan-africanismo trouxe mais voz para as causas dos afro-brasileiros, acabando por revelar a realidade deles. Dessa maneira, a importância da escolha do contexto de autoexílio é comprovada pelo fato de ter sido nesse ambiente que ele tratou a condição dos afro-brasileiros a partir de uma ótica de integração que os envolve na luta global de reconhecimento dos africanos e afrodescendentes e, a partir disso, será possível perceber o impacto concreto que esse movimento teve para o seu desenvolvimento e amadurecimento intelectual. Além disso, como já mencionado, também é importante trazer à tona a importância da abordagem pan-africanista para as suas formulações acerca da conjuntura social do nosso país. Portanto, o trabalho intelectual desse autor é uma relevante contribuição para o reconhecimento e a valorização da história, das expressões culturais e das memórias da população afro-brasileira, e acaba por oferecer a percepção dessas pessoas como agentes, sujeitos históricos e intelectuais de seu tempo. No caso de Abdias, tem-se um sujeito que fala a partir de uma experiência própria: a de ser negro numa sociedade racista e de ter orientado os seus estudos e as suas lutas a partir da criação de alternativas antirracistas.

“SABER MAIS SOBRE NÓS MESMOS”: o pensamento de Mundinha Araújo para a luta antirracista e feminista

Francilene do Carmo Cardoso (UFRJ)

Procura debater os estudos da intelectual negra maranhense Maria Raimunda Araújo e sua contribuição para o questionamento das narrativas científicas hegemônicas sobre o negro no Maranhão. Mundinha nasceu em São Luís do Maranhão em 8 de Janeiro de 1943, entre 1964-1975 foi professora do primário. Graduada em Comunicação Social (FESM/USP), atuou como Jornalista na Unidade de Editoração do Instituto de Pesquisas Econômica, Sociais e Informática do Estado; uma das fundadoras do Centro de Cultura Negra - CCN do Maranhão; Trabalhou na

secretaria de Cultura lotada no Arquivo Público do Estado e foi diretora do Arquivo Público do Estado. Coordenou a pesquisa “Mapeamento cultural dos povoados de Alcântara” (1985-1987). A militância no movimento negro nos anos 80 conduziu a autora aos arquivos e bibliotecas, em busca de uma memória sobre a insurgência do negro no Maranhão. Autora de vários livros como “Breve Memória das comunidades de Alcântara”, “A invasão do quilombo Limoeiro-1878”; “Insurreição de escravos em Viana-1867(1994)1998”, em 2001 “Documentos para a história da Balaiada” (1998-2001) e em 2008 “Em busca de Dom Cosme Bento das Chagas – Negro Cosme: Tutor e Imperador da Liberdade”. Neste último Mundinha Araújo desvenda a vida de Negro Cosme, líder da Rebelião da Balaiada, movimento por liberdade deflagrado na primeira metade do século XIX. Negro Cosme, sempre citado pela história hegemônica como criminoso, tem sua absolvição póstuma pelas pesquisas de Mundinha, revelando mais um produto de uma sociedade violenta e racista. Contrapondo a história enviesada de Negro Cosme que se revolta contra o sistema que o estigmatizara, traça sua trajetória de negro livre, discriminado e guerreiro (ARAÚJO, 2008). A partir de dados e informações coletadas em ampla pesquisa documental, Mundinha supri uma lacuna da historiografia oficial, sobre a luta de um líder negro pela liberdade de seu povo, ao mesmo tempo contribui para levantar questões relativas ao racismo no interior da produção científica na história do Maranhão indicando modificações metodológicas e revisando abordagens conceituais de produção de conhecimento. Assim, a partir de uma abordagem feminista negra faz-se uma análise das contribuições da autora para luta antirracista e feminista no Brasil contemporâneo.

A SOCIOGÊNESE DO CONCEITO DE ETNIA NEGRA EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL (1975-2015)

Tulane Silva de Souza Pedrosa (UFPE)

Esta escrita é parte de nossa tese de doutoramento em sua fase embrionária, e tem por proposta investigar a sociogênese do termo etnia negra nos periódicos científicos de educação no Brasil entre 1975 e 2015, unindo-se aos estudos da linha de pesquisa Teoria e História da Educação do PPGEdU da UFPE. Como aporte teórico a pesquisa se baseia nos estudos de Norbert Elias, para quem a utilização de conceitos ou alteração de seu significado em determinado campo científico, indica mudanças na estrutura social. Para discorrer acerca da sociogênese do conceito de etnia negra, o corpus documental será constituído de artigos científicos veiculados em periódicos de circulação nacional no campo da educação. E sob a inspiração da análise de conteúdo de Laurence Bardin (2009), os procedimentos metodológicos quanti-qualitativos permitirão o cruzamento de informações a partir da utilização do software NVivo. Os resultados permitirão identificar o percurso acadêmico dos autores desses periódicos, bem como compreender as mudanças na forma de pensar dos cientistas da educação através das comunicações científicas, ou veiculação de suas pesquisas. Nossa hipótese é de que o conceito de etnia negra nos periódicos científicos de educação no Brasil surgiu após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Essa Constituição apesar de ainda ter atribuído o conceito de raça em seu artigo 3º inciso IV, promoveu a partir da abertura política o avanço de movimentos sociais, e o avanço das discussões desses movimentos certamente provocou alteração na forma de pensar de diferentes grupos e indivíduos oriundos das classes populares que ingressaram na vida acadêmica. Partimos do pressuposto de que o racismo passou por uma banalização ou trivialização, necessitando de uma revisão epistemológica para encontrá-lo, compreendê-lo e desmistificá-lo nas fontes elencadas para esta pesquisa, utilizaremos também como base teórica textos de Carlos Moore, autor de ricos materiais que contemplam a problematização da representação do sujeito com “fenótipo melanodérmico”, Moore enfatiza a importância da desmitificação do racismo, e o trata como mitoideologia do autoengano, ao qual o autor chama

de neorracismo. Pretendemos agregar ao campo das ciências sociais e humanas, especialmente na educação, a ideia de superação do discurso de raça e, conseqüentemente da democracia racial no Brasil, a partir do que também afirma Kabengele Munanga, quando nos diz que a consciência social deve ir além do fenótipo, pois é parte da identidade e representatividade ideológica de indivíduos e grupos.

A PRODUÇÃO DAS FEMINISTAS NEGRAS AFRICANAS E A EXPERIÊNCIA DAS MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS: UM CAMPO PARA A REFLEXÃO

Valdenice José Raimundo (UFPE)

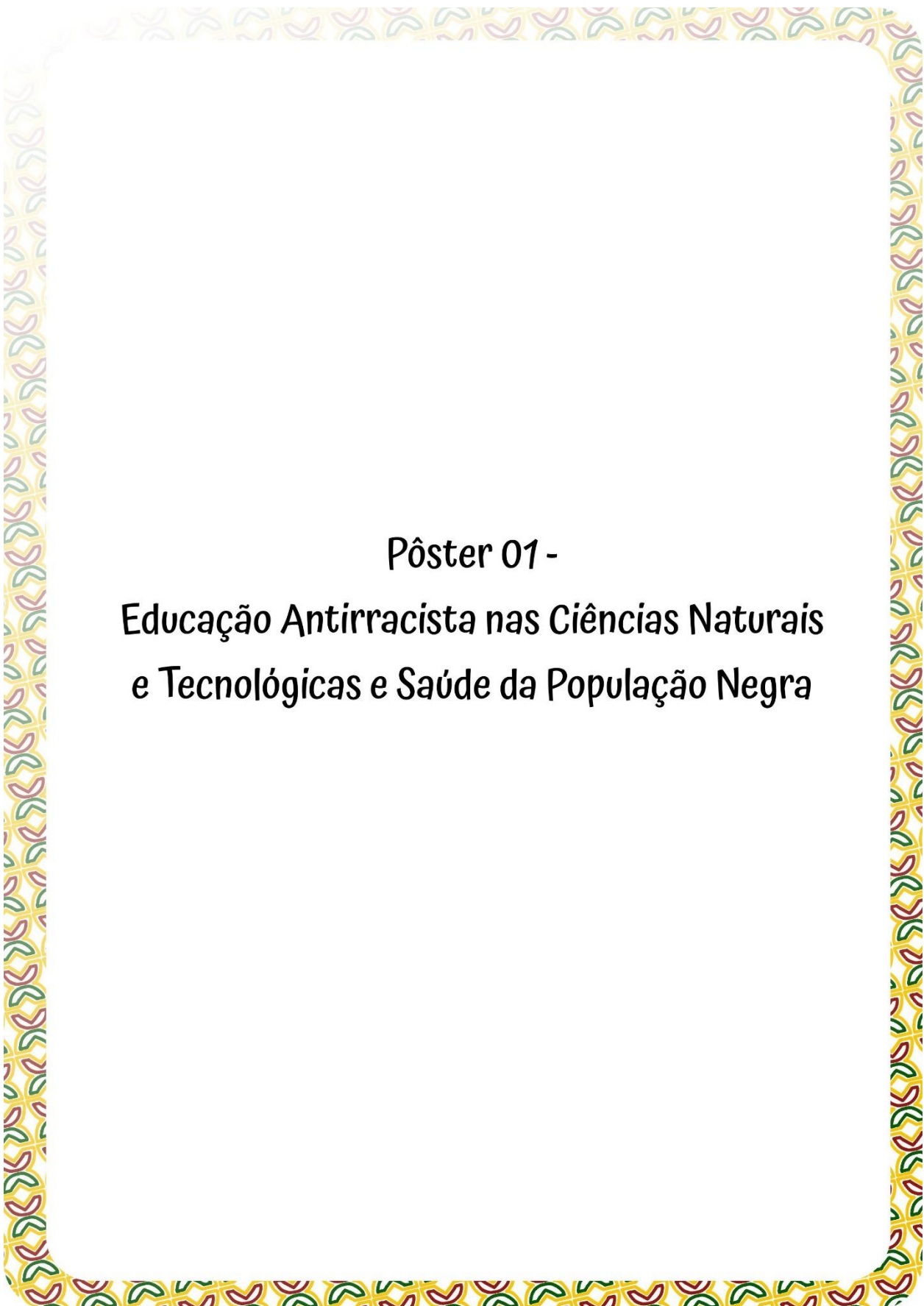
O conhecimento de raiz eurocêntrico não dialoga com a realidade dos negros na diáspora. É desafiador nos países colonizados a elaboração de um pensamento comprometido com um conhecimento de raiz africana, capaz de dialogar com as necessidades, inquietações e anseios de uma população golpeada pela lógica do embranquecimento. Pensar um conhecimento descolonizado, livre da ótica do colonizador, é extremamente difícil. Contudo, é necessário um conhecimento de nós, produzido por nós. O desafio está em construir isto, estando inserido numa realidade que impõe um conhecimento que claramente privilegia o branco em detrimento do negro. É um conhecimento que oprime ocasionando, muitas vezes, certo desenraizamento. Este desenraizamento é perverso, pois impõe máscaras brancas e nega o corpo negro. O corpo negro está fora do padrão e junto com o corpo negro, sua religiosidade, cultura e saber. Um caminho para retirada das máscaras negras é o acesso ao conhecimento, não somente da história, mas da possibilidade de ter espaço na história para produzir novos conhecimentos. Nesse sentido, realizar um estudo que tenha como paradigma a afrocentralidade é pensar a experiência do/a negro/a na diáspora, a partir de um percurso teórico-metodológico isento do pensamento europeu. É neste contexto, que tentaremos inserir os estudos sobre a mulher negra brasileira e os estudos das feministas africanas. É válido salientar, que reconhecemos as excelentes produções das feministas negras brasileiras, cujas reflexões orientam e fortalecem os lugares de fala. Porém, nesse trabalho entendemos que podemos aprender com o conhecimento produzido pelas feministas negras africanas. A história da mulher negra não pode ser entendida sem uma relação aproximada ao continente africano. No entanto, no Brasil essa relação foi apresentada de forma distorcida. Historicamente tem sido contada uma versão que nega à mulher negra brasileira conhecer de forma positiva suas raízes. Entendemos que as razões pelas quais é negado às mulheres negras o acesso a sua história, ou seja, a relação com o continente africano é diversa. Porém, acalentam uma única razão: a manutenção das relações hierarquizadas com base no racismo. É neste contexto de luta para construção de uma nação efetivamente democrática, que abrimos, na contemporaneidade, novas possibilidades de relação com o continente africano, buscando a partir das produções das feministas negras estabelecer relações com a experiência das mulheres negras brasileiras.



RESUMO DE COMUNICAÇÕES ORAIS/PÔSTERES

Coordenação: Rosa Marques (NEABI-CCHLA/UFPB), Karina Soares (UFPB), Aline Andrade (UFPB) e Moisés Alves (Professor da Educação Básica)





**Pôster 01 -
Educação Antirracista nas Ciências Naturais
e Tecnológicas e Saúde da População Negra**

Pôster 01 - Educação Antirracista nas Ciências Naturais e Tecnológicas e Saúde da População Negra



AS REPRESENTAÇÕES DA DOENÇA E DA MORTE DA POPULAÇÃO NEGRA ATRAVÉS DOS JORNAIS DA PARAÍBA OITOCENTISTA (1860 / 1870)

Laércio de Araújo Sousa Júnior (UFPB)
Gustavo Silva Diniz (UFPB)

O campo da História da saúde, das doenças e da morte vem recebendo substanciais aportes nas últimas décadas; na Paraíba tem ganhado espaço nas produções acadêmicas, com destaque para os trabalhos do grupo de pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista. O presente trabalho é resultado parcial das pesquisas que desenvolvemos na Iniciação Científica e tem como objetivo analisar as representações acerca das doenças e da morte da população negra na Província da Parahyba entre 1860 e 1870. Para isso usaremos como fonte os anúncios de fuga de escravizados e os obituários presentes em periódicos da época, como é o caso de *A Regeneração* e *O Publicador*; a partir dessas fontes é possível discutir sobre as condições de saúde e as causas das mortes da população negra. Uma das referências utilizadas é o trabalho de Márcia Amantino (2007), que analisa as condições de saúde da população escravizada, com base em anúncios publicados no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, no ano de 1850. Outra referência é Elaine Cristina Jorge Dias (2011), que ao tratar sobre a saúde da população escravizada, na Paraíba, entre 1850 e 1888, levou em conta também às condições sanitárias, os aspectos ambientais, de trabalho e de alimentação; que implicam diretamente na mortalidade. Em relação aos estudos sobre as doenças e práticas de cura da população negra na província da Parahyba, Solange Rocha e José Antônio Novaes (2010) discutem e analisam as principais doenças causa-mortis, relacionando-as com as condições socioeconômicas dos negros libertos e escravizados durante o século XIX, além de perceberem os diversos sujeitos responsáveis com a cura dessa população, como é o caso dos barbeiros-sangradores. Ângela Porto (2008) afere também sobre os periódicos médicos, sendo uma importante fonte, pois percebe os discursos médicos sobre as condições de vida da população negra. Cabe destacar que a doença, assim como a morte, não pode ser vista apenas como um processo biológico, pois é um fenômeno sociocultural que contribui para a construção de estereótipos e marginalizações, sendo parte do cotidiano das pessoas.

LIBERDADE RELIGIOSA E SAÚDE NEGRA: O racismo institucional na criminalização das alternativas de Cura nas religiões de matriz africana

Daniela Ferreira dos Reis (OAB MA)
João Vitor Meira de Montreuil (UNDB)

O racismo religioso, visualizado na vedação ao curandeirismo tipificada no artigo 284 e seguintes incisos pelo Código Penal Brasileiro, é exibido nesta criminalização de forma ostensiva e ataca diretamente os povos de terreiro que realizam rituais e remédios através de conhecimentos, práticas e folhas sagradas, e a população negra que utiliza dos meios alternativos de cura como uma saída desta realidade que tanto negligencia seu direito fundamental à saúde. O presente trabalho científico buscou analisar o racismo institucional nas práticas de cura realizadas pelas religiões de matriz africanas praticadas no Brasil. Para tanto,

foram utilizadas pesquisas bibliográficas com o objetivo de desmistificar os rituais de cura nas religiões de matriz africanas, com foco nos cultos de maior visibilidade, que são o Candomblé, o Tambor de Mina e a Umbanda. Após desnudar tais rituais, buscou-se demonstrar a necessidade da proteção de tais ritos, tanto em função do viés antropológico, quanto em função do viés social, pois o atendimento à população negra e pobre, que são as pessoas que recorrem a estes meios alternativos de cura, é o grande demonstrativo da real necessidade da proteção dos rituais de cura, e não a manutenção de sua criminalização. Por fim, demonstrou-se que as práticas de cura exercidas nos terreiros e por pessoas ligadas a esses conhecimentos populares ou ancestrais estão abarcadas pelos direitos fundamentais constitucionais à liberdade religiosa e à saúde, por ser um viés alternativo enraizado na cultura brasileira e que ajuda a solucionar tanto os problemas de negligência médica para com a saúde da população negra, quanto às dificuldades de acesso à saúde pública enfrentados pelas classes marginalizadas da sociedade, aumentados em função da Emenda à Constituição nº 96, que limitou os gastos públicos com o direito básico à saúde pública, colocando em decadência o exercício do Sistema Único de Saúde / SUS.

O PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM DE BIOLOGIA CELULAR EM ARTICULAÇÃO COM A LEI

Jessica Fontenele Lins do Amaral (UFPB)

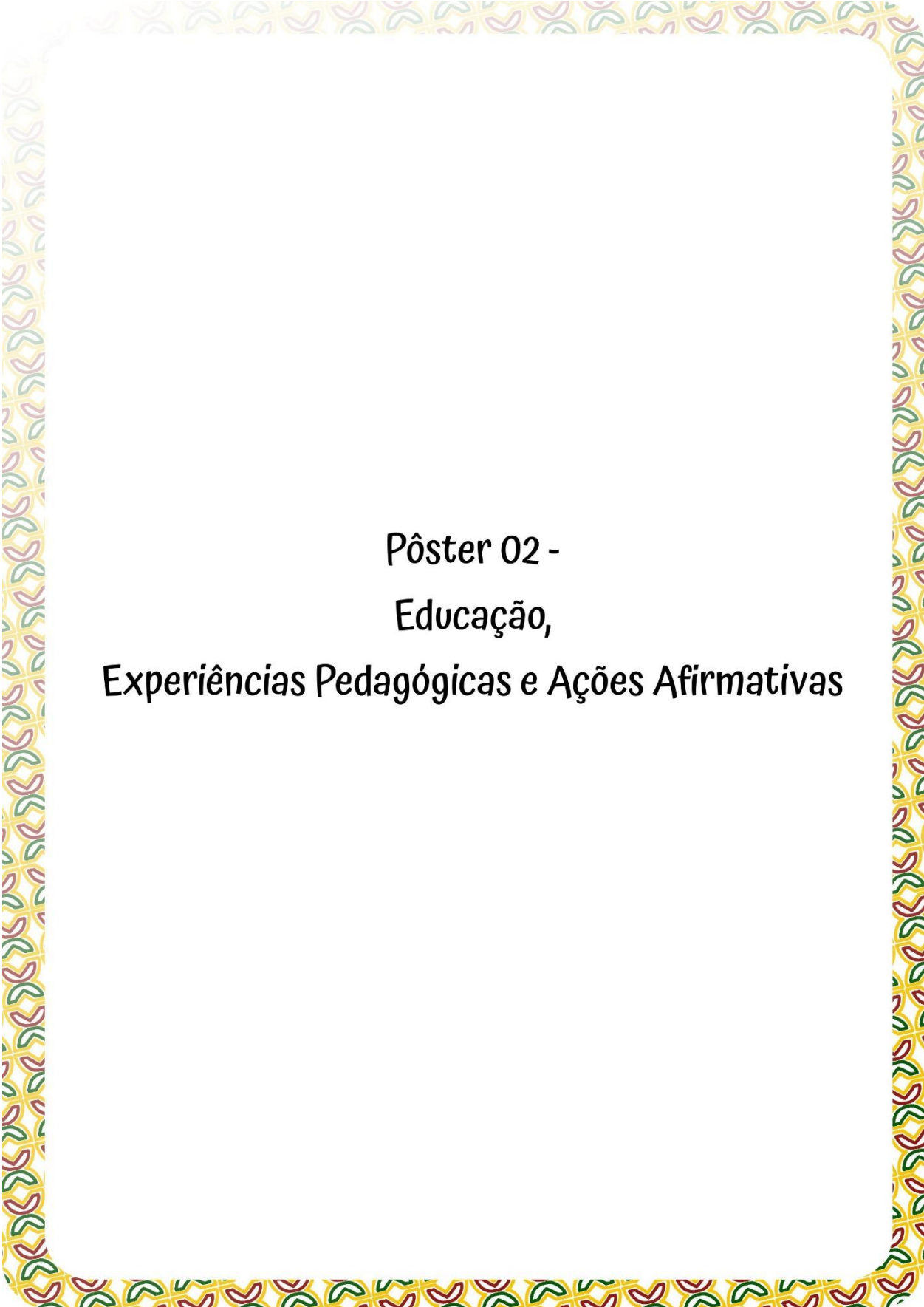
A Lei 10639/2003 abriu a perspectiva para que a educação para as relações raciais fosse trabalhada em todos os estabelecimentos de ensino, Fundamental e Médio, Públicos e particulares de todo o território nacional. Um importante desdobramento deste marco legal foi a Resolução 01/2004 do Ministério da Educação, o qual aumentou a possibilidade de aplicação da lei para os mais diferentes campos de atuação, tais como a Biologia, por exemplo. Na cidade de João Pessoa a Lei 10639/2003 foi regulamentada em 2006 havendo a obrigatoriedade de que todos os componentes curriculares trabalhem a temática pelo menos uma vez no bimestre. No âmbito da Universidade Federal da Paraíba, a Resolução 16/2015 do Consepe passou a exigir que todos os cursos de graduação, presenciais ou não, passassem a contar com um componente curricular voltado para a educação étnico-racial. O curso de Licenciatura em Ciências Biológicas ainda não conta com uma disciplina específica, porém as discussões estão sendo levadas a efeito por meio de ações desenvolvidas junto a componente Biologia Celular, no qual vem se articulando o ensino de citologia com doenças prevalentes da População Negra. Outros temas também trabalhados são a coloração e a morfologia celular utilizando-se das viscosidades de inhame e de babosa, sendo estas, plantas oriundas do continente africano. Já por 3 semestres consecutivos os/as discentes apresentam banners nos quais estes temas são expostos sob a perspectiva da Lei 10639/2003 e também de aspectos teóricos discutidos em sala de aula.

RACISMO NA ESCOLA: uma questão de saúde no contexto da educação básica

Bianca Barreto do Nascimento (SEDUC)

O racismo e suas práticas estão, nitidamente, presentes no Brasil e no mundo. Ele se manifesta por meio do preconceito ou discriminação, nos mais diversos ambientes, físicos e virtuais e, a escola não está livre dessas manifestações. Trata-se de uma problemática atual e corriqueira, que carece de constante discussão nos diversos setores da sociedade, mas principalmente, no âmbito educacional, que tem dentre seus objetivos promover uma convivência respeitosa com as diferenças, e que, no entanto, sem uma intervenção ativa, irá se perpetuar como mais um cenário da discriminação racial, acomodando-se diante das

consequências que este traz à saúde física e mental. O presente trabalho visa investigar, discutir e analisar como ocorrem as relações étnico-raciais na educação básica, compreendendo racismo enquanto questão de saúde mental e física a fim de, conscientizar para desarraigar ou diminuir os índices de preconceito racial que ocorrem no interior das escolas. A metodologia adotada está atrelada à abordagem qualitativa, utilizando-se do método de pesquisa bibliográfica, análise documental e intervenção no campo para dar conta do estudo sobre a relação racismo e saúde na educação básica. Os resultados reforçam a importância e a necessidade de trabalhar a diversidade étnico-racial na Educação Básica visando diminuir os impactos do racismo na Saúde dos estudantes. Ao final, amplia-se o debate acerca do Racismo enquanto determinante de saúde no contexto da Educação Básica, apontando a Educação Física e suas práticas corporais como estratégias de superação dessa problemática.



**Pôster 02 -
Educação,
Experiências Pedagógicas e Ações Afirmativas**

Pôster 02 - Educação, Experiências Pedagógicas e Ações Afirmativas



A LITERATURA ESTÁ NAS MÃOS DOS HOMENS BRANCOS: Uma análise de vida e obra de Conceição Evaristo

Fabiane Marques da Silva (IFRN)
Maria Eduarda Oliveira Félix da Silva (IFRN)

O presente trabalho tem por objetivo a realização de um paralelo entre a vida e obra de Conceição Evaristo, com o intuito de revelar as dificuldades encontradas pelas mulheres negras ao acesso à literatura, principalmente quando se trata dessas mulheres não serem apenas leitoras, mas, também, produtoras do texto literário. Desejamos enfatizar a importância da sociedade reconhecer essas mulheres como produtoras de conhecimento. Para a realização da nossa pesquisa, buscamos apoio teórico em Silva (2018), em Alves (2011), em Dalcasfagnè (2005) para enfatizarmos o papel da mulher negra no Brasil. Com relação aos aspectos histórico-culturais que abordamos neste texto, recorreremos a Candido (2006), à Bordini (2006), a Hall (2014) e a Bhabha (2013), que nos deram o direcionamento para discutirmos questões referentes a gênero e à raça. A metodologia que utilizamos foi por meio da análise biográfica de Conceição Evaristo, bem como dos aspectos sociais que nos permitiram observar que a mãe da respectiva escritora, Joana Josefina Evaristo, leu o livro Quarto de Despejo de Carolina Maria de Jesus, e, a partir dele, incentivou a filha a leitura, que conseqüentemente a levou a escrever diversas obras. Confirmando que Conceição nasceu num ambiente escasso de bens materiais, mas rodeado de palavras e foi esse contato desde cedo com a leitura que permitiu que ela escrevesse suas “escrivência”, termo utilizado pela escritora para revelar que sua escrita é fruto da sua vivência, da sua realidade, que vão revelar sua inquietação perante os estereótipos referentes à condição da mulher negra na sociedade. Suas inquietações ao longo da vida estão relacionadas ao fato de ser mulher, ser negra e ser escritora. Segundo, ainda ela, escrever e publicar são atos de rebeldia que coloca a mulher em outro lugar, contrariando o imaginário que a sociedade brasileira tem sobre as mulheres, principalmente quando são pobres e negras. Enfim, como afirma Alves (2011), ser mulher e escritora no Brasil é romper com o silêncio, a “não-fala” e transpor os espaços que definem procederes e funções preestabelecidas, uma vez que ao longo de toda trajetória da literatura brasileira é escrita por brancos.

A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ENSINO DE CIÊNCIAS/QUÍMICA

Edinéia Tavares Lopes (UFS)
Maria Camila Lima Brito de Jesus (SEED/SE)

Este trabalho está relacionado à Educação das Relações Étnico-Raciais (Erer), tema de trabalho realizado no mestrado em Ensino de Ciências e Matemática, e que será analisado sob outra perspectiva no Doutorado em Educação. No mestrado, investigamos as aproximações e os distanciamentos identificados entre a formação docente (inicial e continuada), vivenciada por cinco mestrandas, e o ensino da Erer. O objetivo foi investigar as conexões estabelecidas entre as trajetórias de vida de licenciadas em Química, de uma turma do Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática 2015, e suas opiniões acerca da inserção da Erer nas práticas pedagógicas. Quanto às conexões entre a Erer e a trajetória acadêmica das mestrandas,

observamos que a maioria delas concluiu o curso de licenciatura após o ano que entrou em vigor a Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004, e apenas uma possui pós-graduação lato sensu. Das cinco informantes, somente duas responderam ter conhecimento da resolução citada. Uma delas teve ciência a partir de curso de formação continuada promovido pelo sindicato a que é vinculada, enquanto a outra conheceu a resolução ao participar de palestras, mesa-redonda e debates sobre a Erer desenvolvidos por um projeto de extensão. Assim, as duas mestrandas não obtiveram essas informações no processo formativo durante a graduação ou na pós-graduação lato sensu. Dessa forma, constatamos nas narrativas das mestrandas e nos Projetos Político Pedagógicos dos cursos de graduação frequentados por elas que estes não contemplaram questões como: racismo, preconceito e discriminação. Para a pesquisa do doutorado, buscamos compreender as relações e trajetórias de jovens negras de um colégio estadual sergipano, que têm padrão de beleza negro, a partir de um concurso de Beleza Negra realizado no mês de novembro na instituição. Para isso, traçaremos perfis relacionados à valorização do corpo e do cabelo negro, a partir de sua trajetória de vida, dentro e fora do ambiente escolar. Nesse contexto de pesquisa sobre a Erer na Educação Básica, será desenvolvido o trabalho de doutorado no intuito de relacionar as atividades afirmativas no sistema educacional com o padrão de beleza negro.

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO MÉTODO PARA UM ENSINO DE HISTÓRIA NA PERSPECTIVA INTERCULTURAL

Uelinton Alves Barbosa (UFRB)

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre ações de extensão desenvolvidas em uma turma do ensino fundamental II no Colégio Edvaldo Brandão Correia na Cidade de Cachoeira, no Recôncavo da Bahia no ano de 2018. A atividade é parte das ações do Programa de Extensão Ensino de História e Educação Patrimonial, implementado pelo ARÒYÉ. Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Educação para as Relações Étnico-raciais, Educação Patrimonial e Ensino de História (CAHL/UFRB). O projeto aproxima estudantes de ensino básico com a universidade e graduandos com a educação básica, tendo sempre a dimensão central da educação patrimonial, salienta o uso dos patrimônios culturais, tanto materiais quanto imateriais como recurso didático ou fonte primária para o Ensino de História na educação básica. Para desenvolver o trabalho na sala de aula é utilizado o método indicado pelo guia de educação patrimonial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), utilizando quatro passos na seguinte ordem: A) observação, B) registro, C) exploração e D) apropriação; e a realização de oficinas com linguagens artísticas e/ou mestres e mestras das manifestações culturais locais. A abordagem da história e cultura Afro-brasileira se faz necessário, dentre outros aspectos para contribuir com a autoaceitação do/da estudante negro/negra e para construir relações verdadeiramente respeitadas e solidárias entre todos no ambiente escolar. Dessa forma, a educação patrimonial se encaixa como recurso importante, articulada às questões indicadas pelas diretrizes curriculares para educação para as relações étnico-raciais. Enfim, é dessa forma que olhamos a cidade de Cachoeira, berço cultural e artístico, onde existe uma forte presença de elementos culturais afro-brasileiros que podem e devem ser utilizados como elementos no decorrer das aulas, tornando essa ligação entre passado e presente mais compreensível e reflexivo. O projeto ao utilizar os patrimônios tenta fazer com que os alunos tenham facilidade de entender a construção social dessa cidade e refletir sobre a herança africana em seu meio.

A PRODUÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO: uma experiência de criação literária com estudantes de comunidade quilombola

Ana Maria Pereira Aires (UFRN)

Eneyse Dayane Pinheiro (UFRN)

Yasmin Rayane Mariz da Silva (UFRN)

O objetivo deste trabalho é apresentar parte dos resultados do projeto de extensão “A produção de material pedagógico literário: construindo histórias e narrativas com crianças quilombolas”, realizado junto aos estudantes da Escola Municipal São Francisco de Assis, localizada na comunidade quilombola Negros do Riacho, na cidade de Currais Novos/RN. A metodologia de trabalho de criação literária foi participativa/reflexiva, uma vez que a produção dos materiais ocorreu de forma interativa e integrativa, por meio do diálogo e da reflexão. Planejamos cada encontro recorrendo às reuniões regulares entre professores, bolsistas e voluntários vinculados ao projeto, seguidos dos estudos de fundamentos teóricos relacionados a construção de material pedagógico (HOFSTAETTER, 2015), ao campo da educação quilombola (RESOLUÇÃO Nº 8/2012), a interculturalidade crítica (WALSH, 2009), aos dispositivos de diferenciação pedagógica (CORTESÃO, 1998), aos estudos sobre negritude (FANON, 2008) e sobre literatura infanto-juvenil (KHÉDE, 1986). Além disso, fizemos oficinas preparatórias e confecção de objetos para auxiliar nas vivências e nos procedimentos provocadores do diálogo e reflexão sobre a vida e as relações das crianças e jovens com pessoas da comunidade, assim como registros e memórias de cada encontro. Nas vivências com as crianças e jovens na escola aplicamos estratégias de mediação, contamos histórias, produzimos fantoches, provocamos a criação de desenhos, a caracterização de personagens, as técnicas de sociabilidade e de produção de memórias. Todos os procedimentos tiveram o intuito de provocar as/os estudantes para a socialização das suas vivências e experiências na comunidade. Como resultados, foram produzidos cinco materiais pedagógicos afirmativos, no âmbito da literatura infanto-juvenil, criados com ênfase nos traços específicos das crianças e jovens da comunidade, nas ideias de negritude, empoderamento e resistência, na luta dos ancestrais e suas estratégias de libertação em relação aos processos de subalternização a que foram submetidos historicamente.

A TRADIÇÃO ORAL COMO FORMA DE TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTO NOS AMBIENTES ESCOLARES: experiência resultante da atuação dos bolsistas do Pibid - pedagogia Unilab - CE, na EMEI - Água Verde - Guaiuba

Igor Marcos Lemos Silva (UNILAB)

Paulo João Baptista Fungulane (UNILAB)

A África é um continente onde predomina a tradição oral, hoje em dia tradição oral tem a função de preservar histórias, de garantir às novas gerações indígenas ou afro-brasileiras o conhecimento de seus antepassados. Para muitos grupos a oralidade é a única forma de resgatar e preservar sua ancestralidade ou ainda de transmissão de conhecimento ou mesmo a produção de ciência. A transmissão oral, apesar de ser extremamente importante no desenvolvimento do aluno como cidadão, ainda exerce um papel secundário dentro da maioria das instituições escolares. Para interpretar o que ouve e responder perguntas com lógica e clareza, a criança precisa ter pensamento organizado e linguagem oral bem desenvolvida. Para isso, é necessário que participe de situações autênticas de comunicação, em que seja estimulada a falar e a organizar suas ideias antes de transmiti-las, buscar investigar e compreender como a tradição oral, ou seja, os mitos e a memória social fazem parte da dinâmica educacional nas escolas. O presente trabalho nasce como resultado de atividades de atuação dos bolsistas do programa

PIBID - Pedagogia, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, no campus do Ceará, que se encontram a atuar na EMEI - Água Verde. E tem como objetivo principal perceber a contribuição da contação de história para o processo de ensino-aprendizagem na Educação Infantil. As histórias representam indicadores efetivos para situações desafiadoras, assim como fortalecem vínculos sociais, educativos e afetivos. Portanto, se faz necessário que os professores utilizem essa ferramenta para o desenvolvimento da criança, despertando pequenos leitores e estimulando para o mundo da imaginação. Este processo possibilita aos estudantes, maior conhecimento da sua própria história assim como a história dos seus ancestrais.

AÇÕES AFIRMATIVAS: o que o Nordeste Brasileiro tem pensado sobre isso?

Rosana da Silva Pereira (UFRB)

Uelinton Alves Barbosa (UFRB)

O Século XXI é marcado pela adoção de Políticas afirmativas com recorte racial em todas as Instituições de Ensino Superior do Sistema Público Federal e de parte das Instituições Estaduais. Tais políticas foram responsáveis por um incremento no número de estudantes egressos de escolas públicas, de baixa renda, negros, quilombolas e indígenas nas Universidades Brasileiras. Este trabalho, que é parte da Pesquisa **AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: CONTINUIDADE ACADÊMICA E MUNDO DE TRABALHO**, busca traçar um panorama da produção a respeito das Políticas Afirmativas, escrita nos últimos 10 anos em alguns Estados do Nordeste Brasileiro, quais sejam: Alagoas, Bahia, Sergipe, Pernambuco e Piauí. Trazemos aqui um catálogo que identifica um conjunto de trabalhos científicos (Artigos, Teses, Dissertações, TCC) produzidos sobre Ações Afirmativas; os Núcleos de Estudos Afro Brasileiros e Coletivos de estudantes negros, indígenas e quilombolas presentes nas Instituições de ensino superior localizadas nos Estados citados. A Pesquisa foi realizada na Internet, em sítios de buscas de trabalhos acadêmicos e nas páginas oficiais das Universidades. A busca dos artigos foi realizada a partir de 5 descritores ou palavras – chave: “Discriminação Racial/ Social no Ensino Superior”, “Acesso e Permanência no Ensino Superior”; “Desempenho de Cotistas no Ensino Superior”; “Inclusão Social no Ensino Superior”, “Ações Afirmativas”; “Equidade no Ensino Superior”. A partir desses descritores foram encontradas as produções disponíveis em periódicos, repositórios e bibliotecas eletrônicas. Vale salientar que o trabalho de investigação busca dar conta de todos os Estados do Nordeste Brasileiro, região onde as políticas de expansão do ensino superior e de acesso às Universidades foram responsáveis por uma mudança significativa. Por aqui, estão concentrados 20% da população Universitária Brasileira e é também nesta região onde, 7 das 18 Universidades criadas até 2010 estão localizadas. Os dados ora apresentados, trazem uma radiografia de apenas 5 Estados Nordestinos por uma questão de recorte no processo de Coleta de Dados, já que se trata de uma região muito extensa.

AFILIAÇÃO DE JOVENS NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR

Caliane Costa dos Santos da Conceição (SEE/BA)

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação lato sensu em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Baiano (IFBaiano) campus Governador Mangabeira. A pesquisa buscou investigar como tem se constituído o processo de afiliação universitária de jovens negras do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), delineando caminhos para compreender e analisar as experiências de negras

(os) na universidade, tendo em vista o funcionamento do racismo dentro da dinâmica das relações institucionais no âmbito da UFRB e suas implicações no processo de afiliação de jovens negras. A pesquisa de caráter qualitativo, centrada no estudo de caso, para produção de dados foi realizado um questionário (on-line) com vinte jovens negras estudantes do CAHL/UFRB de diferentes cursos, buscando analisar a experiência de afiliação acadêmica vivenciada por elas. Os dados evidenciaram que o racismo estrutural é evidente nas relações acadêmicas, mesmo numa comunidade de maioria negra, que se repercute na falta de docentes negras(os) e de produções, ensino e pesquisa que visem compreender esse fenômeno. Destarte, evidenciou-se a necessidade de fortalecimento das ações afirmativas que proporcionem a inserção de pesquisadoras negras (os) no quadro docente e de referências acadêmicas da UFRB, bem como o (re) conhecimento dos sujeitos que fazem parte da instituição, nas suas especificidades de gênero, raça e geração.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS SOBRE EDUCAÇÃO AFRO-BRASILEIRA: um estudo de caso na EMEI Água Verde

Ana Maria Monteiro Inácio (INEP-Instituto Educacional Paraíso)
 Marcela Chaves Ribeiro (UNILAB)

O presente artigo tem como foco central analisar as práticas pedagógicas sobre educação Afro-brasileira, realizadas pelas professoras da Emei Água Verde, situada no município de Guaiuba, Ceará. Com a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN 9394/96 através das Leis 10.639/03 e 11.645/08, a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e Afro-brasileira e indígena nas escolas públicas e privadas do país foi implementada, entretanto, o maior desafio para sua efetivação nos espaços escolares foi a formação de professores para atuarem com essa temática. Na educação infantil percebemos um desafio a mais, o que exige da docência em exercício o devido preparo para alinhar as formas de trabalhar com os alunos pela ludicidade, com a contação de contos e histórias infantis, com brinquedos e brincadeiras à temática da cultura Afro-brasileira e indígena, na qual permite que as crianças vivenciem novas experiências para conhecer suas origens e se reconhecerem enquanto crianças negras e sentir-se representados em sua própria cultura, aumentando sua auto-estima. Os métodos utilizados para esta pesquisa, que se configura como qualitativa, em curso, são: observações na creche, conversas com os professores, entrevistas semi-estruturadas, durante a nossa permanência nesse espaço enquanto bolsistas do curso de Pedagogia da Unilab no Pibid. Esperamos que os resultados dessa pesquisa nos permitam compreender a dinâmica e os desafios de se trabalhar com essa temática e seus efeitos nas relações estabelecidas no ambiente escolar.

AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS SOB O OLHAR DAS INTER (AÇÕES) PIBIDIANAS DO CURSO DE PEDAGOGIA (UNILAB)

Antonio Jhonata de Oliveira Lima (UNILAB)
 Lya de Aquino Silva (UNILAB)

Trata-se de um relato sobre algumas das práticas pedagógicas desenvolvidas ao longo de seis meses por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), do curso de Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab), na E.M.E.I.E.F Sebastião José Bezerra, em Redenção (Ceará), mais especificamente com duas turmas de 1º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Durante esse período as atividades construídas juntamente com essas turmas voltaram-se em momentos para tratar sobre

a temática das Relações Étnico-Raciais, concomitante auxiliava os alunos e alunas em exercícios diversificados a respeito da leitura e escrita, uma vez que esse nível de escolarização exige um trabalho diretamente relacionado com o processo de alfabetização e letramento. As atividades executadas no decorrer dessas ações trabalharam de modo interdisciplinar, unificando as componentes do currículo escolar, como as áreas de Ciências Humanas e Linguagens e Códigos, com o trato da temática étnico-racial. Contudo, para a execução dessas ações pibidianas utilizou-se métodos que tinham o intuito de extrair as potencialidades pedagógicas das histórias, rodas de conversa e oficinas, visando criar novos métodos e ressignificar os já existentes. Logo, este trabalho pretende trazer para a discussão uma reflexão sobre a promoção de práticas e métodos educativos que envolvam uma abordagem racial e étnica para efetivar o cumprimento da Lei nº 10.639/03 nos espaços escolares. Metodologicamente, seu eixo estruturante traz os relatos de experiências de dois bolsistas, acompanhado de um estudo bibliográfico, para discorrer sobre as questões levantadas durante o planejamento e a execução das práticas pedagógicas, classificando-se como uma pesquisa que apropriou-se da observação para construir e aplicar as ações educativas desenvolvidas de agosto de 2018 à fevereiro de 2019. O enquadramento dessa diz respeito a um estudo qualitativo, que anseia uma inserção na desmistificação do pensamento colonial que historicamente permanece inserido nos currículos escolares, influenciando a manutenção dos preconceitos e racismo contra as populações não-brancas.

BRASIL, O TEU NOME É DANDARA! CHEGOU À VEZ DE OUVIR AS MARIAS, MAHINS, MARIELLES, MALÊS: o samba no processo didático-pedagógico de resistência cultural da ancestralidade negra

Matheus Fortunato da Silva (UFRRJ)

O presente trabalho pretende objetivar e traçar um paralelo entre as atividades da cultura popular, com o processo de ensino/aprendizagem através da perspectiva da democratização da escola pública, tendo em mente que há um sistema de dualidade escolar entre o público e privado, e que essa práxis é reforçada até nos dias de hoje. Nesse ponto de vista uma reforma educacional seria de total importância e necessária, e essa reforma seria na intenção de tornar o ensino mais prazeroso tanto para o docente quanto para o discente, deixando a prática conteudista, e entrando na prática crítica, com a ação que humaniza o indivíduo, emancipa o mesmo e com olhar pedagógico engajado, fundamentadas nas ideologias de Paulo Freire. Seguindo essa linha de pensamento usamos o samba como tema transversal, entendendo sua representatividade imensurável para as camadas mais pobres da sociedade desde o seu nascimento. Sob a influência das religiões de matriz africana o samba surge como forma de resistência e manutenção da ancestralidade do povo preto, se instaura nos morros, tornando-se o estilo musical que dá voz para a camada social condicionada a subalternização. Temos a aplicabilidade da lei 10.639/03 que tem como objetivo incluir no currículo oficial da rede de Ensino Público e Privada a obrigatoriedade a todas as escolas da educação básica até o ensino médio, o ensino da história africana e cultura afro-brasileira e africana, sendo o samba uma ciência que perpassa sobre esses ensinamentos. Em soma disso, no resumo que será exposto e apresentado irei abordar, especificamente, sobre o samba da mangueira “História pra ninar gente grande”. O samba citado é uma clara e sucinta demonstração do quanto o tema transversal é de suma importância dentro de sala de aula, pois como todos sabemos, o samba sempre foi um meio para reivindicações.

COLETIVO NEGRO IFMG- CAMPUS BAMBUÍ: negritude, afirmação e construção da identidade através da educação

Paulyene Vieira Nogueira (UFLA)

Este trabalho tem por objetivo discutir a minha inserção como professora no contexto educativo do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) - campus Bambuí a partir de minhas práticas pedagógicas e experiências coletivas construídas no âmbito do coletivo negro Ominira. O coletivo é construído por discentes da educação básica e superior e tem por intuito tanto constituir-se como um espaço de acolhimento, socialização e construção de auto-estima e identidade entre seus integrantes, quanto fomentar debates sobre as relações étnico-raciais no contexto do campus e do município. Diante da vulnerabilização e desestímulo no ambiente escolar enfrentado por estudantes negros em um espaço majoritariamente branco (tanto em termos epistemológicos e curriculares, quanto de corpo docente e discente), é constante a percepção de como o sentimento de "estarmos fora de lugar", "de ser diferente" gera um movimento de fragilização onde as vozes desses alunos marginalizados são silenciadas nesse contexto institucional. O coletivo se constitui então como um espaço onde são desenvolvidas novas estratégias pedagógicas, para além da sala de aula, e que asseguram que esses alunos possam falar e que tenham suas experiências relatadas, permitindo assim a construção de novas teorizações. Além das ações internas - que envolvem o acolhimento e acompanhamento da trajetória escolar dos alunos negros cotistas e não cotistas, espaços formativos que prezam a construção coletiva do conhecimento, momentos de "desabafo" e reconhecimento, etc. - as ações do coletivo envolvem também momentos abertos à comunidade acadêmica e atividades nas escolas públicas do município. Tratam-se de iniciativas diversas que carregam em si o diferencial e potencial de serem protagonizadas por indivíduos que historicamente não foram construídos para ocupar essa posição. Dessa maneira, o coletivo se posiciona dentro da instituição como um importante mecanismo na promoção da igualdade étnico-racial, da promoção da diversidade, dos diferentes campos de saber e do respeito às diferenças.

CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS AFRO BRASILEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Uma Proposta para a Construção da Identidade Negra na Cidade de Jaguaribe-CE

Francisco Ginuelo da Silva Pereira (IFCE)

Lara Jessica Da Silva Pontes (IFCE)

Este trabalho objetiva analisar a contação de história como uma estratégia pedagógica para trabalhar a educação das relações étnico-raciais no Ensino Infantil. A problemática das relações entre educação e diferenças culturais tem sido objeto de inúmeros debates, reflexões e pesquisas, no Brasil e em todo o continente latino-americano. Em face disso, predomina-se no contexto educacional infantil o protagonismo de personagens brancos e a valorização destes como padrão de identificação para as crianças, o que invisibiliza e marginaliza a imagem de personagens negros, afastando a criança negra da sua própria história, cultura e identidade. Nessa perspectiva, buscamos abordar a experiência com a contação de histórias afro brasileiras obtida com o projeto de extensão "Caminhos para a Desconstrução do Racismo em Escolas Públicas da Cidade de Jaguaribe-CE", por meio do Programa Institucional de Apoio a Projetos de Extensão (PAPEX), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus Jaguaribe. Inicialmente, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica sobre os livros de contos infantis trabalhados pelas escolas do município de Jaguaribe, momento em que verificou-se que o material não apresentava conteúdos relacionados à identidade negra. Em seguida, foi realizada uma formação sobre os contos infantis afro brasileiros, de modo a desenvolver as habilidades

da equipe quanto à prática de contação de histórias. Dividiu-se o projeto em dois momentos distintos de teoria e prática, como: a formação da equipe de execução e o treinamento dos estudantes bolsistas, onde foram elaborados e construídos os materiais didáticos a serem utilizados nas escolas de Educação Infantil. De maneira geral, as experiências adquiridas constatarem que o desenvolvimento de diferentes práxis pedagógicas através da ludicidade é uma iniciativa importante para desconstruir o racismo desde o início da formação escolar das crianças, uma vez que é neste período em que os infantes podem iniciar seu desenvolvimento e socialização com as diferenças. Considera-se ainda esta estratégia de execução da Lei 10.639/03 um exemplo prático e de fácil assimilação nas escolas de ensino infantil.

CONTRIBUIÇÕES DO LEGADO CULTURAL DE MATRIZ AFRICANA DESCONSTRUINDO O CURRÍCULO EUROCENTRADO

Rosângela Ribeiro da Silva (UNILAB)

Valeria Oliveira de Sousa (UNILAB)

O presente trabalho tem como objetivo apresentar experiências como bolsista no PIBID do curso de Pedagogia na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, Ceará, com início em 2018, a partir de intervenções desenvolvidas na turma do 5º ano do ensino fundamental, numa escola pública do município de Redenção-Ce. O programa fomenta a qualidade da formação dos (as) licenciados (a) de Pedagogia no intuito de promover a integração entre ensino e pesquisa, contribuir para a valorização do magistério, viabiliza a socialização da diversidade no espaço escolar, e o subprojeto do curso citado vem pautando a temática das relações étnico-raciais e temas de matriz africana, eixos norteadores do programa. Em uma das atividades realizadas, apresentamos a literatura africana através do livro “Falando Banto”, de Eneida Duarte Gaspar, assim foi possível trazer atividades interpretativas e discussões sobre as influências e contribuições das culturas bantas na língua portuguesa no Brasil, nas quais possibilitaram a percepção da singularidade na construção do português brasileiro, diferente de Portugal, ou seja, dos falares africanos no Brasil, dentre outras contribuições presentes em nosso cotidiano em vários aspectos, tais vivências têm promovido a relação com a cultura africana e afro-brasileira na escola como a dança, dentre elas, o carimbó, que é uma dança tradicional de origem africana. Esperamos que as atividades desenvolvidas a cada mês nas escolas núcleo, possibilitem a desconstrução de preconceitos e discriminações culturais disseminadas historicamente com o intuito de fazer crer na supremacia de uma raça sobre as outras. Nossa tarefa consiste em desmitificar tal negação.

CORPOREIDADE DA MULHER NEGRA E O EMPODERAMENTO FEMININO: temas para aulas do Ensino Médio

Andreza Ferreira de Oliveira (IFCE)

O presente trabalho tem como objetivo analisar os processos históricos do empoderamento da mulher negra nas suas diversas formas, na literatura, internet, música e nos movimentos sociais, que permite dá voz às mulheres negras que tiveram por muito tempo seus sentimentos e emoções silenciadas por uma sociedade machista, patriarcal e racista, havendo assim, a necessidade de enfatizar essa temática nas discussões acadêmicas e escolares. Para tanto, este tema de discussão pode contribuir com o espaço escolar no Ensino Médio, uma vez que, com a inserção da Lei 10.639/03, que trata do estudo da história da África e da cultura afro-brasileira no currículo da Educação Básica, sendo uma conquista histórica do movimento negro e, com isso nos últimos anos, vem promovendo uma ampliação desse debate, dessa forma, gerando a

necessidade de ações escolares que abordem a temática sobre racismo, feminismo negro, identidade e empoderamento, que busque desconstruir do meio social a ideia do negro como um corpo promiscuo, marginalizado e sujo. O processo de reconhecimento de um grupo historicamente invisibilidade e sexualizado acarretou na construção e desenvolvimento do presente trabalho, portanto, trata-se de uma pesquisa-ação, ainda em andamento, que busca através de uma intervenção pedagógica, desenvolver atividades e discutir sobre mulher negra, corpo e raça, com estudantes de duas escolas da rede pública estadual, cursando o último ano do Ensino Médio na E.E.E.P. Anderson Borges de Carvalho (LICEU) e no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará- Campus Juazeiro do Norte (IFCE) localizadas na região do Cariri, sul do Estado do Ceará, ambas integras ao médio-técnico, buscando sair do campo da denúncia do racismo, visto que já sabemos que ele existe, e partindo para o campo da ação.

EDUCAÇÃO AFROCENTRADA E COMBATE AO RACISMO ESTRUTURAL: Ações de Professoras antirracistas

Flora Luena Santos Rodrigues da Silva (Rede Mulheres Negras PE)

Joana de Angelis Dias da Silva (Prefeitura da Cidade do Jaboatão dos Guararapes/UFPE)

Veronica Ferreira dos Santos (Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho/PE)

A partir do momento que paramos para pensar nas influências dos diferentes povos que formaram o Brasil, passamos a entender o verdadeiro sentido de tudo que nos cerca nos dias de hoje. A História Mundial sempre nos foi contada com base na cultura europeia e sempre deixou-se de lado uma das bases da cultura brasileira: A História da África. As Histórias da África que nos são repassadas, são sempre permeadas pela ideia de escravidão/libertação, deixando subentendido que o continente africano só existiu para fins de fornecimento de mão de obra escrava para a Europa e os países dominados por ela. Quase nunca se é discutido a verdadeira História da África com seus diversos povos, suas descobertas incríveis, seus diferentes modos de vida, Heróis e Heroínas, deuses e deusas. Precisamos que essa História seja trabalhada dentro das salas de aula das escolas do Brasil, dando aos estudantes e ao povo brasileiro o direito de conhecer, debater e aprender sobre a História da África e afro-brasileira. Derrubar estereótipos, discutir com profundidade o racismo e suas causas sociais, históricas e étnicas, combater a discriminação e o preconceito e mostrar a verdadeira História do povo brasileiro, perpetuando uma educação antirracista. Com o intuito de facilitar o trabalho em sala de aula, organizamos o “Manual de Atividades com Contos Africanos”, com atividades para estudantes do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) que envolvem leitura, escrita, pesquisa, debate, arte e muito aprendizado. Neste pôster, mostraremos um pouco desse trabalho e os caminhos que percorremos para torná-lo viável.

EDUCAÇÃO INFANTIL - UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INSERIDAS NO COTIDIANO DOS ALUNOS DA EMEI ÁGUA VERDE

Antonio Laylson Evangelista da Silva (UNILAB)

Camila Arruda Pereira (UNILAB)

A educação infantil é a base do processo de formação escolar da criança, onde os aprendizados e interações dessas crianças do infantil têm a fundamental importância em seu desenvolvimento pessoal e social. Este trabalho pretende abordar a importância que o trabalho pedagógico do (a) professor (a) tem na vida da criança, e, nesse sentido, ressaltar a importância deste trabalho

realizado pelos docentes da Emei Água Verde para o ser criança, quando esta é reconhecida enquanto pessoa e percebe a aceitação das suas diferenças, sem que isso leve a uma situação de desigualdade. A escola é vista como um local onde deve haver reflexões sobre questões que envolvem crianças que estão inseridas no ambiente escolar, também na escola, cabem reflexões que vão além de seus muros, ou seja, colocar em pauta questões presentes no ambiente em que as crianças encontram-se inseridas. No ambiente escolar a criança começa a conviver com diferentes pessoas, com formas distintas de ser, agir e está presente naquele ambiente, acabam surgindo em seu interior conflitos entre estudantes que necessitam de uma intervenção, muitas vezes ficando essa tarefa para o professor, por ser ele quem passa o maior tempo com as crianças, em sala de aula. Queremos, outrossim, demonstrar a relevância do trabalho que as professoras têm desenvolvido com as crianças sobre o pertencimento, reconhecimento e valorização de suas origens. Realizamos junto com essas profissionais e os alunos da referida escola atividades que tem permitido que essas crianças desenvolvam novos olhares sobre tais questões. Esperamos, com a continuidade desse estágio, que no trabalho com a educação infantil possam surgir outros aprendizados através do lúdico, tais como as habilidades necessárias para seu desenvolvimento enquanto cidadã, a visão crítica sobre a realidade, começando a compreender a importância e a beleza das diferenças, contudo, não significa torná-las desiguais socialmente.

EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS AFROREFERENCIADAS NO CHÃO DA ESCOLA: Heranças e raízes da cultura africana

Raquel Di Paula Mesquita Lima de Oliveira (SME Caucaia)

Este trabalho tem o envolvimento de estudantes, pais, gestores e corpo docente da Escola Francisca Alves do Amaral, situada em Caucaia-Ce e que buscou a implementação da Lei 10.639/03 através do desenvolvimento do projeto “Vimos Todos da Mãe África” e executado em uma de suas atividades a gincana afro cultural. O evento aconteceu na fase laborial e de execução nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2018, alusiva a Consciência negra. A Metodologia desenvolvida partiu da orientação dos professores com suas respectivas turmas de forma construtivista, valorizando a ancestralidade, a coletividade, o Comunitarismo e a oralidade, dentre outras referências africanas. Para isso OS trabalhos na prática a teoria de Paulo Freire (1986) e Sandra Petit (2015) e Geranilde Costa com a Pretagogia, uma Pedagogia para índios, negros e brancos com os saberes e na História familiar que cada um trás, a afrodescendência de Henrique Cunha (2011), às pesquisas e trabalhos na escola SILVA & OLIVEIRA (2018). Os elementos da natureza com (Bâ) (1992), que destacou o uso das ervas e a pesquisa com o ofício das rezadeiras e a horta da escola, também foi trabalhado músicas afro, culinárias, moda, belezas, literaturas e oraturas. Na elaboração houve resistências, contudo, o coletivo conseguiu desenvolver não só belos trabalhos, mas a afirmação e pertencimento da grande maioria dos discentes e docentes, o trabalho coletivo e a valorização às nossas ancestralidades frutificaram o sentimento de afirmação em muitos alunos e professores/as.

IDENTIDADE NEGRA E JUVENTUDE: Um olhar sobre o corpo negro na escola

Beatriz Gonçalves de Lira (IFCE)

O presente resumo é fruto de um trabalho de conclusão de curso, o qual tem como temática central as relações que os jovens negros estabelecem entre a construção da sua identidade e o reconhecimento do corpo negro na escola. Propõe como objetivo, analisar as representações sobre o corpo negro dentro e fora do ambiente escolar pela juventude. O estudo é de natureza

qualitativa, de campo, de cunho descritivo. A população do estudo foi composta pelos os alunos da E.E.M.T.I São Pedro localizada na cidade de Caririçu, região Sul do estado do Ceará. A amostra foi composta por aqueles jovens estudantes que se autodeclararam negro, para a primeira fase da coleta de dados fez-se uso do questionário fechado sobre a identificação racial dos jovens, já para a segunda fase utilizou-se de uma entrevista semiestruturada com quem se reconhece negro sobre a concepção do corpo negro e as representações do negro na escola e na sociedade. A análise de dados foi realizada com base em Bardin (1977). Das informações obtidas surgiram cinco categorias de análise, as quais são: 1) Reconhecimento dos jovens quanto ao ser negro; 2) A percepção dos jovens sobre as formas de reconhecimento do corpo negro; 3) A percepção dos jovens sobre o trato do negro na escola; 4) O trato dos conhecimentos relacionados a cultura negra na escola; 5) A Percepção dos jovens sobre o corpo negro na sociedade e suas influências no reconhecimento social. Conclui-se que as representações e concepções sobre o corpo negro construídas dentro e fora do ambiente escolar pela juventude, carregam por vezes aspectos positivos e negativos, sejam em ambientes escolares ou na vida cotidiana. Dentre as formas de reconhecimento dos jovens ao ser negro se destacaram contradições próprias de uma sociedade que tenta camuflar as diferentes formas de naturalização de ações racistas. Por fim, o estudo destaca a necessidade de dar voz aos estudantes para melhor conhecer as relações educativas e afirmativas desenvolvidas na escola.

LEI 10.639/03: Um relato de experiência de pesquisa em escolas da rede pública

Eneyse Dayane Pinheiro (UFRN)

Maria de Fátima Garcia (UFRN)

Yasmin Rayane Mariz da Silva (UFRN)

Este trabalho tem como propósito abordar aspectos relacionados à implementação da Lei 10.639/03, a qual foi criada como o objetivo de estabelecer a obrigatoriedade do ensino de “História e cultura afro-brasileira” nas escolas, propondo novas diretrizes para enriquecer e destacar a presença africana na sociedade, além de ser um importante instrumento contra a discriminação e o preconceito racial. No entanto, será que as escolas cumprem a lei? Para responder esta pergunta, este trabalho objetiva relatar uma experiência de pesquisa em escolas da Rede Pública da cidade de Caicó-RN, a partir do componente curricular Pesquisa Educacional, oferecido no 2º período do curso de pedagogia. Tendo por base a metodologia qualitativa foram feitas observações nas escolas e entrevistas com os alunos de 4º e 5º ano do ensino fundamental, utilizando como fundamentação legal a Lei 10.639/03 e teórica FANON (2008) o qual aborda questões relacionadas à constituição da negritude. Com isso, chegamos a conclusão que poucas escolas estão realmente comprometidas com o ensino da História e cultura afro-brasileira, porque por mais que em nossas observações tenha sido constatado que as escolas possuíam um material de ensino étnico-racial, como histórias infantis, tendo por exemplo, o livro “TANTO, TANTO!” da escritora Trish Cooke, as professoras não trazem isso como uma discussão realmente importante e decorrente disso, de toda essa falta de interesse, crescem os problemas, as crianças negras se frustram, passam a se envergonhar da cor da sua pele e de seus traços fenotípicos, sofrendo todos os dias com o racismo e com a tristeza de não se sentirem incluídas nesse mundo embranquecido.

O LUGAR DAS MULHERES NEGRAS NO ESPAÇO ACADÊMICO: gênero e raça no Congresso Brasileiro de Pesquisadores (as) Negros (as)

Daiane Messias dos Santos (UNEB)

Elisângela da Cruz Costa (UNEB)

Tereza Cristina Santos Santana (UNEB)

A presente pesquisa vinculada ao projeto Pensamento de mulheres negras brasileiras: as diferentes dimensões das trajetórias das mulheres negras reveladas nos espaços acadêmicos, financiado pelo programa de Ações Afirmativas PROAF da Universidade do Estado da Bahia, sob coordenação da docente Cláudia Pons Cardoso e como bolsistas pesquisadoras as discentes Daiane Messias dos Santos, Elisângela da Cruz Costa e Tereza Cristina Santos Santana. Os resultados apresentados dizem respeito ao subprojeto da pesquisa, que tem por objetivo investigar a produção de conhecimento acadêmico sobre mulheres negras brasileiras, tomando por base trabalhos apresentados no COPENE. Por objetivos específicos: investigar os elementos formadores dos planos descritivos e conceitual das reflexões que balizam as pesquisas comunicadas neste evento; mapear as produções sobre as diferentes dimensões da história, trajetórias e memórias das mulheres negras brasileiras. Metodologia Leitura dos resumos dos trabalhos inscritos e publicados nos anais do congresso; identificação do tema e da área de investigação das pesquisas; identificação dos grupos de trabalho que se referem especificamente às mulheres negras. Resultados A pesquisa mostrou que trabalhos tratando de questões referentes às mulheres negras ainda são pequenos. Em sua maioria vinculados à área de ciências humanas, entretanto as áreas de exatas e tecnológica são pouco abordadas. Em relação às conferências, mesas e temas geradores dos eventos, ao longo das 10 edições, as mulheres negras foram insuficientemente representadas. Conclusão Os dados sistematizados revelam que menos de 10 % dos trabalhos apresentados nos Copenes abordam o pensamento de mulheres negras no Brasil. Considerando que o evento se constitui em espaço específico para discussão da temática étnico-racial fica evidente que as mulheres negras estão sub-representadas neste espaço de produção de conhecimento.

O PIBID E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DE IDENTIDADES AFRO-BRASILEIRAS E AFRICANAS NAS ESCOLAS

Telma de Aquino Costa (UNILAB)

O PIBID, visa a integração dos (as) alunos (as) do curso de pedagogia UNILAB, no cotidiano escolar, colaborando com suas primeiras experiências na docência. Através do programa, e o subprojeto do curso de pedagogia, que visa a implementação da lei 10.639/03 nas escolas, buscamos desenvolver o fortalecimento das identidades africanas e afro-brasileiras, mostrando para as crianças o quanto dispomos de uma herança cultural rica e que está presente em nossas vivências, em nossa língua, cultura, religião, etc. Sob essa perspectiva, oferecemos aos estudantes a oportunidade de consolidar as identidades negras em sua formação sócio cultural. A lei 10.639/ 03 torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas instituições de ensino fundamental e médio no Brasil. Uma das ações pedagógicas desenvolvidas neste programa, foi a atividade com o livro “Falando Banto”, de Eneida Duarte Gaspar, onde há vários poemas que retratam a forma como a língua banta está tão presente em nosso cotidiano. Um dos objetivos deste projeto no curso de pedagogia, é a descolonização dos currículos e das práticas pedagógicas, sendo assim, procuramos levar praticas diferenciadas voltadas para a cultura afro. O objetivo desse trabalho é apresentar as atividades desenvolvidas por meio do PIBID e seu subprojeto de implementação da lei 10.639/03, do curso de pedagogia da UNILAB, mostrando como se dá a receptividade do projeto nas escolas e seus resultados para a formação dos estudantes. As ações da presente pesquisa foram desenvolvidas na escola Municipal Sebastião José Bezerra, localizada na comunidade do Outeiro, na cidade de Redenção-CE, em uma turma do quarto ano. Após as ações constatamos que as crianças se mostraram bastante interessadas, e com isso, colaboramos para a desconstrução de valores negativos em relação às

peças negras em nossa sociedade, para que ambos possam ampliar o respeito do gênero identidades africanas e afro-brasileiras.

O RACISMO NO CONTEXTO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: os desafios da pedagogia partindo da experiência do PIBID-CE

Adenauer Marcos da Costa (UNILAB)

Francisca Tainara Eugenio da Silva (UNILAB)

O presente trabalho pretende analisar os efeitos psicossociais do racismo e suas consequências na construção do ser negro/o, no cotidiano da escola. O racismo é uma ideologia de poder que determina desigualdade entre classes sociais e em muitos casos destrói a identidade cultural de um grupo étnico (GOMES, 2002). Os seus efeitos psicossociais levam pessoas a se sentirem excluídas, inferiorizadas, abandonadas, numa completa negação da sua existência, que pode levar ao abandono escolar, dentre outros efeitos (PSIQUE e NEGRITUDE, 2008). As consequências do racismo na construção do ser negro/a, no cotidiano escolar são péssimas, quando, por exemplo, os alunos negros não se sentem representados pelos livros didáticos, que, historicamente, têm sido produzidos como meros reprodutores do racismo, além de vivenciarem a desvalorização do ser negro pela comunidade escolar, ou seja, pelos professores, funcionários e os alunos/as brancos/as. Com base nessas reflexões, queremos mostrar como o racismo está presente nas escolas brasileiras e de que forma ele está silenciado no cotidiano escolar. As atividades que foram desenvolvidas no nosso subprojeto de PIBID ajudam na descolonização do currículo, sobretudo no tange a pessoa negra na sociedade brasileira e a inferioridade que o colonizado carrega, deve-se ao fato da sua própria cultura ter sido negada pelo colonizador, e isso faz parte do processo de dominação colonial, pautada na desumanização do negro e a inferiorização da sua cultura. Nessas atividades foram trabalhadas as questões da cultura africana, contos africanos, afro-brasileiro, danças africanas, gastronomia africana assim por diante. Tendo em conta o objetivo deste trabalho, decidimos adotar o condutor metodológico qualitativo e de caráter bibliográfico. Os resultados apontaram que a discriminação sofrida pela criança negra, que, muitas vezes, influenciam no seu processo de aprendizagem, bem como sua permanência na escola.

O TEATRO COMO MEIO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL - experiência resultante da atuação dos bolsistas do PIBID - pedagogia UNILAB - CE, na EMEI - Água Verde – Guaiuba

Francisco Sávio da Costa Souza (UNILAB)

Paulo João Baptista Fungulane (UNILAB)

Tem-se, no presente artigo, a concepção de que todas as pessoas produzem cultura, histórias e estão inseridas nos mais diversos processos históricos, sendo necessário, dentro do espaço escolar, apresentar questões e problematizações das relações cotidianas, que são construídas e vivenciadas no dia a dia pelos alunos. O teatro provoca os sentidos, questiona os valores mais arraigados, leva ao prazer, desenvolve possibilidades sensitivas no homem, numa palavra, estrutura numa obra as questões da vida humana num determinado contexto que, via de regra, passa despercebidas diante de nossos olhos: isso deixa o homem mais suscetível a transformações e, sendo assim, podemos afirmar que o teatro contribui para o desenvolvimento humano. Partindo desse pressuposto buscamos entender qual o papel e influência do teatro na educação infantil analisando-o enquanto ferramenta pedagógica, com esse objetivo. O teatro praticado na escola como arte produzida coletivamente, a partir do desenvolvimento da

expressividade gestual e da reflexão crítica sobre as manifestações do homem no mundo. Seja no aspecto pedagógico ou no aspecto artístico, assistido ou encenado, o teatro auxilia a criança no seu crescimento cultural e na sua formação como indivíduo. A escola é um espaço de conhecimento e aprendizagem, assim, as artes- música, literatura, pintura, escultura, teatro- passam a ser fundamentais para o desenvolvimento perceptivo da criança. Portanto, o objetivo é explorar ao máximo a capacidade criativa dos alunos e professores, compreendendo que é a partir de uma perspectiva interdisciplinar e plural na educação, entre o teatro e a História, que podemos produzir um conhecimento realmente transformador. O uso dessas práticas permite a implementação de novas ações didáticas que esteja no seu bojo uma proposta de ensino que alie conhecimento, autorreflexão e prazer no despertar da consciência crítica do cidadão. o presente trabalho nasce como resultado de atividades de atuação dos bolsistas do programa PIBID - Pedagogia, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, no campus do Ceará, que se encontram a atuar na EMEI - Água Verde.

OFICINA DE TURBANTES NA EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS:
relato de experiência em uma escola pública de Jaguaribe - CE

Raquel Campos Nepomuceno de Oliveira (IFCE)
Viviane de Sousa Ferreira (IFCE)

Este trabalho apresenta relato de experiência de uma oficina no projeto de extensão “Caminhos para a desconstrução do racismo em escolas públicas de Jaguaribe-CE”. A atividade de extensão tem como principal objetivo valorizar diferentes formas de conhecimento sobre relações étnico-raciais e construção da identidade negra junto a crianças. Acredita-se que a atividade aqui relatada proporcionou grande contribuição ao contexto escolar, na medida em que representou uma forma dinâmica de execução da Lei 10.639/2003. Com as crianças de ensino fundamental I, foram realizadas oficinas afro-pedagógicas tendo como estratégia de aprendizagem a ludicidade para abordar às questões raciais. Por meio da oficina de turbantes, conseguiu-se desmistificar e quebrar tabus, até então não discutidos ou não trabalhados. Particularmente, a oficina superou as expectativas, uma vez que antes de sua execução existia receio pelos bolsistas quanto à realização da atividade, devido tanto ao cunho religioso do turbante como também ao estereótipo do senso comum de que este seria um elemento de indumentária apenas para o sexo feminino. Entretanto, não houve problemas para a realização da oficina, e esta ocorreu de maneira muito positiva e significativa, uma vez que se priorizou discutir sobre o uso do turbante ressignificado ao empoderamento e importância social e de realeza. Desta forma, a partir da discussão e da ressignificação deste acessório africano e do seu valor cultural africano, a maioria das crianças se propuseram e, principalmente, escolheram construir seus turbantes, sem preconceito ou distinção de sexo ou gênero. Por fim, percebeu-se a importância de se dialogar sobre alguns traços e elementos da cultura africana e afro-brasileira, a fim de proporcionar ampliação dos conhecimentos e desmitificar estereótipos e preconceitos.

PEDAGOGIA DECOLONIAL: Kanteatro - Prática de uma Educação Antirracista

Lucione Santiago Gallindo (UFPE)

Este poster terá como objeto de análise o grupo de teatro experimental estudantil Kanteatro, que atua na Escola Isaac Pereira da rede municipal de Olinda no bairro periférico de Jardim Atlântico em Pernambuco. Definimos sua caracterização a partir de um enriquecedor diálogo com os aportes teóricos de autores e autoras do Grupo de Estudo Latino-Americano Modernidade/Colonialidade (Aníbal Quijano, Katherine Walsh, entre outros) como uma prática

da Pedagogia Decolonial (desdobramento do Pensamento Decolonial) e de uma educação antirracista. O objetivo geral da nossa pesquisa realizada durante o ano de 2018 como temática de nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Pedagogia no Centro de Educação da Universidade Federal, foi compreender se as práticas desenvolvidas pelo grupo Kanteatro podem ser consideradas como uma práxis da Pedagogia Decolonial na efetivação da Lei 10.639/2003 e no combate ao racismo individual, coletivo, curricular e institucional. Também verificamos quais aspectos desta legislação afirmativa são aplicados em sua base teórica e prática e analisamos o processo de afirmação da identidade negra dos estudantes/atores deste grupo a partir de suas falas coletadas em diversas entrevistas. A metodologia utilizada neste percurso científico foi a da pesquisa qualitativa e também recorremos a técnica da entrevista registrando a oralidade. Os resultados apontaram para a compreensão de que o Kanteatro constrói uma Pedagogia Decolonial e uma educação antirracista inserida na proposta da Lei 10.639/2003.

PEDAGOGIA GRIÔ: tecendo práticas culturais e interdisciplinares no combate ao preconceito racial

Dário Pereira João (UFPB)

Lígia Maria Ramalho Ribeiro (UFPB)

Patrícia da Silva Alves (UFPB)

O presente relato tem por objetivo apresentar resultados parciais de ações de extensão e pesquisa desenvolvidas através da Pedagogia Griô direcionada à Escola Estadual de Ensino Fundamental Ana Higina, localizada no bairro do Roger, na cidade de João Pessoa-PB, nos últimos três anos. A Pedagogia Griô possibilita uma articulação entre linguagens, práticas culturais e memórias ancestrais que contribuem para o combate e superação do racismo na escola. As ações antirracistas envolveram interdisciplinarmente conteúdos de capoeira angola, história, artes e literatura relacionados à Lei 10.639/2003 e às Diretrizes Curriculares da Educação Étnico-racial (BRASIL, 2004). A metodologia adotada foi de abordagem qualitativa de cunho etnográfica com descrição e discussão temática sobre a cultura africana e afro-brasileira. As técnicas de coleta de dados envolveram diário de campo, fotos, filmagens e entrevistas com participantes das oficinas de contação de histórias, textos literários e capoeira, sendo os co-sujeitos, estudantes, gestora e professoras da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ana Higina e estudantes universitários envolvidos na prática docente. Compreendemos que o racismo na história da educação brasileira parece interferir decisivamente no desenvolvimento da auto estima e do auto conceito de crianças, jovens e adultos pertencentes a grupos étnicos afro-brasileiros e que a Pedagogia Griô possibilitou avanços significativos na busca da superação do racismo na educação escolar. Esta experiência oportunizou também ao pedagogo uma aproximação entre os saberes populares e o conhecimento científico que serviu para uma reflexão das relações étnico-racial a partir da própria discussão sobre a identidade dos estudantes dos cursos de pedagogia e de letras, enfim, uma síntese entre teoria e prática que já apresentaram em suas produções indícios de uma postura mais crítica, autônoma e plural. Importa dizer que foi um espaço-tempo de desafios, angústias e encantamento por uma outra referência de educação centrados na memória, oralidade, circularidade e ancestralidade, assim, uma prática de educação para liberdade baseado no respeito as matrizes indígena e africana.

PIBID E A DESCOLONIZAÇÃO

Eliane Maisa Gomes (UNILAB)

Hermano Lona (UNILAB)

O cunho epistemológico visa abdicar a diversidade social, assim como, a perspectiva de estabelecer uma linha abissal entre os conhecimentos, que demarca o caráter de fazer ciência de forma racista, nesse âmbito, os currículos escolares assimilam e reproduzem a margem dessa lógica. No Brasil, essa violência social, vem sendo alvo de muitas resistências pelos movimentos negros, que lutaram fortemente para que as suas cosmovisões se convergiam no currículo escola. Com vista a pensar numa prática docente intercultural e descolonizado, o grupo de Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), vinculada a Universidade da Integração Internacional do Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) do curso da Pedagogia, cujo foco é trabalhar a questão étnico-racial. A presença desse grupo pode ser dividida em duas fases, a primeira é a observação do cotidiano e entorno escolar. A última é a intervenção pedagógica. Este é marcada pela difusão dos valores civilizatórios africano e afrodescendente através das práticas pedagógicas específicas, isto é, contos e jogos africanos com as crianças, roda de conversa e formações com as professoras de temática étnico-racial. Portanto, importa dizer que no início do programa, era um pouco estranho a presença do grupo na escola, pois a maioria dos elementos são africanos e negros/as, mas percebe se agora uma maior dimensão no cumprimento da Lei 10.639/03 nesse espaço, ainda nota se uma vontade maior da escola em assimilar os aspetos da história da cultura africana e afrodescendente, pois já conseguem se identificar como parte desse povo.

PIBID: a importância do subprojeto de pedagogia UNILAB, para aplicação de pedagogias descolonizantes e antirracistas

Dagila da Silva Nascimento (UNILAB)

Maria Audercyane Alves da Silva (UNILAB)

Sabemos da constante necessidade de a cada dia buscar novos meios pedagógicos que incentivem a participação dos alunos e da escola como um todo, nas relações culturais e sociais. É muito importante a participação do coletivo no processo de enriquecimento das experiências formadoras de um indivíduo. O presente trabalho tem como objetivo relatar como se desenvolveu as atividades vinculadas ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), subprojeto de pedagogia UNILAB-CE, entre os meses de agosto a dezembro de 2018, com isso o trabalho pretende ressaltar no decorrer de sua escrita os resultados de ações que realizamos na escola dentro do subprojeto. Ação desenvolvida - resultados - e discussão sobre a importância da descolonização do currículo e ações pedagógicas antirracistas para atender a lei 10.639/03, as atividades foram realizadas na E.E.I.E.F. Sebastião José Bezerra, município de Redenção - Ceará. Para isso, utilizamos como base o subprojeto de pedagogia que tem como principal objetivo inserir os estudantes da pedagogia no cotidiano de escolas públicas da rede de ensino dos municípios, promovendo assim, experiências docentes, tecnológicas e metodológicas de caráter inovador e interdisciplinar buscando meios pedagógicos de inserção da cultura afro-brasileira e africana nas escolas. Nossa permanência enquanto bolsistas PIBID é uma pesquisa em andamento. Conclui-se assim, que as experiências adquiridas através das vivências pedagógicas nos fazem refletir acerca das práticas cotidianas e educacionais das escolas brasileiras, voltadas principalmente para um conceito europeu.

Através da descolonização do pensamento, inserimos o diálogo em nossas práticas em referência ao silenciamento escolar oriundos das categorias de raça, classe e gênero.

PROFESSORAS/ES NEGRAS/OS NO ENSINO SUPERIOR: um estudo sobre a produção científica no Brasil

Luan de Carvalho da Silva (UFRB)

A inexpressiva presença de docentes negros/as nas universidades públicas do país evidencia a continuidade de reprodução das desigualdades raciais nesse nível da educação formal. Em um contexto social e educativo de adoção de políticas afirmativas em concursos públicos, o presente artigo apresenta o resultado da revisão de mapeamento e análise da literatura referente à produção acadêmica das discussões sobre a presença negra no sistema docente universitário no período de 2013 a 2017. Para isso, utilizou-se o banco de teses e dissertações e periódicos da CAPES e do BDTD. Foram identificadas doze pesquisas defendidas em Programas de Pós-Graduação para Mestrado, Doutorado, Graduação e dois artigos publicados no portal. O objetivo do presente artigo é apontar os enfoques importantes nas análises produzidas sobre o tema, os enfoques dos/as autores/as, a multiplicidades de problemas revelados, as necessidades, os silenciamentos e as permanências identificadas nos estudos. Assim, com base nas doze produções apuradas e analisadas, no período estipulado, foi possível visualizar e evidenciar que 11 produções, mais da metade dos estudos, privilegiaram a perspectiva da história de vida de professores, em conjunto com os estudos da educação nas relações étnico-raciais e de gênero, para refletir a construção da identidade racial e suas trajetórias familiar, escolar, profissional e acadêmica de docentes negros/as atuando no ensino superior. Mais do que constatar obviedades, os estudos buscam nessa abordagem dar voz aos sujeitos que são atingidos diretamente pelos efeitos do racismo, das discriminações de gênero.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DAS ESTUDANTES AFRICANAS NO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA - PIBID / UNILAB no município de Acarape - CE

Elia Maria Leandro Uangna (UNILAB)

Geisa Lavinia Sequeira Gomes (UNILAB)

O projeto PIBID é uma ação de políticas Nacionais de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC), que tem como objetivo promover ligação entre os estudantes de licenciatura com as escolas municipais e estaduais. Nessa ótica, o subprojeto PIBID - Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), com o objetivo de inserir os/as estudantes de curso de pedagogia no cotidiano de escolas públicas da rede do ensino dos municípios de redenção, Acarape e Guaiuba (Maciço de Baturité e Guaiuba no estado de Ceará) proporcionando-lhes a experiência docente a partir do conteúdo da educação étnico racial. Assim, apresentamos aqui os resultados dessa experiência vivida enquanto estudantes africanas do curso pedagogia compreendendo que os momentos vividos na escola nos permitiram uma reflexão sobre os desafios da prática docente frente aos problemas que o racismo apresenta para as relações étnico raciais na escola. A questão de não valorização e aceitação do negro e da sua cultura dentro dos espaços escolares que há muito tempo foram esquecidos e o PIBID / Pedagogia veio levando esse fato dentro das escolas e fazer com que seja entendido na melhor forma possível trabalhando os contos africanos com os alunos. A pesquisa se insere no método qualitativo na observação participativa. Durante os seis primeiros meses do trabalho dentro da escola fizemos uma oficina com as professoras da escola,

discutindo as diversas formas de manifestação de racismo que ocorrem dentro de sala de aula, trabalhamos com alunos do segundo ano contos africanos do livro *Falando Banto*, Contação de contos africanos do livro *Caroço de Dendê* no infantil III, IV E V. Houve uma participação boa das professoras, contaram as suas experiências e algumas atitudes racistas que acontecem na sala que muitas das vezes não são levadas em consideração. No que diz respeito a Contação da História com crianças elas foram muito participativas em que as crianças saíram das suas rotinas diárias.

REPRESENTATIVIDADE NEGRA EM LITERATURAS INFANTO-JUVENIS: Experiências de contação de histórias em bibliotecas comunitárias das periferias do Recife

Maria Jaciara dos Santos Silva (UFPE)

Raiany Evelin Soares da Silva (UFPE)

O presente trabalho relata experiências de contação de história em duas bibliotecas comunitárias localizadas nas periferias do Recife, sendo elas Caranguejo Tabaiães e Nasedouro, este trabalho foi fruto de um curso de extensão “Interseccionalidade, Feminismos e Decolonialidade: tramas e urdiduras”, oferecido pelo GEPCOL - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas, onde houve uma produção literária destinada para o público infantil, material este que tem como objetivo servir de apoio para educadores populares, professoras/es e estudantes de escolas públicas do estado de Pernambuco, abordando perspectivas de interseccionalidade, decolonialidade e feminismos que sejam acessíveis ao público infanto-juvenil, no intuito de que possam ser trabalhados em sala de aula, bibliotecas comunitárias e demais espaços que possuam viés educacional. No meio de tantas produções duas tem seu foco que são “Raízes de Bianca” e “Espelho, espelho meu, existe alguém mais bonita que eu” para as relações étnico-raciais, com o objeto de introduzir um debate acerca do racismo com o público infantil. As primeiras representações acerca desse sujeito foram em torno do início do séc. XX pós-abolição da escravidão no Brasil, às representações feitas, no entanto, eram sempre ligadas com as suas trajetórias de dor e sofrimento com sua imagem estereotipada e estigmatizada, imagem esta construída por uma perspectiva eurocêntrica e enviesada por uma lógica racista. Após produção destas obras literárias partimos para a prática, onde metodologia utilizada pelos mediadores das bibliotecas comunitárias foi primeiramente recepcionar os frequentadores que na maioria foram crianças entre 6 e 10 anos, com uma dinâmica de abertura onde todos se olharam no espelho apontando características que gostam na sua aparência e as que não gostam, depois partiram para a contação das histórias.

TRABALHANDO AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS ATRAVÉS DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ana Jéssyca da Silva Lima (UNILAB)

Francisco Gabriel Silveira Ferreira (UNILAB)

O presente trabalho irá evidenciar um relato de experiência, onde estudantes bolsistas de iniciação à docência (PIBID) graduandos do curso de Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, campus do Ceará, utilizaram-se da contação de histórias com base na literatura afro-brasileira, com o principal objetivo de trabalhar as relações étnico-raciais em uma escola de educação infantil e fundamental de Acarape, Ceará. Para tanto, foi utilizado o livro *O Caroço de Dendê: sabedoria dos terreiros de Mãe Beata de Yemonjá*, autora referenciada em sua luta contra o racismo, e como importante difusora da religião afro-brasileira, bem como da tradição viva oral. O momento em pauta para

a reflexão deste escrito foi pensado de acordo com os objetivos do subprojeto PIBID da pedagogia da UNILAB que tem como proposta o trabalho pautado nos saberes afrorreferenciados, onde convidamos as crianças a se sentarem em um semicírculo com uma figura de referência que mediava toda a história (que caracterizaria o griot, ou seja, aquele que é responsável de repassar todo o conhecimento da história oral vivenciada por ele e seus ancestrais). Durante esse momento o grupo de bolsistas se dividiu em quantidades menores e se caracterizou com os personagens dos contos, a fim de encenar as histórias narradas pela a figura do griot, fazendo com que a contação se tornasse viva. É interessante perceber que as crianças são pouco familiarizadas com as histórias de elementos de cultura afro-brasileira e africana. Essa atividade de contação foi um momento de descontração junto com as crianças, mas também um momento de demonstrarmos para as docentes que podemos trabalhar valores da cultura africana e afro-brasileira, saindo daquele conteúdo pautado em um currículo eurocentrado. Promovendo assim meios de como trabalhar sobre esta temática tão importante que constitui a nossa identidade, com crianças pequenas, através de contações de histórias.

TRANÇANDO CONHECIMENTOS: Racismo e Cotas Raciais na Universidade Federal de Pernambuco

Ana Biatriz Santos de Souza (UFPE)

Alef Pedro Rodrigues Martins (UFPE)

Flavia da Silva Clemente (UFPE)

O interesse pelo tema surgiu a partir de nossa participação no Comitê de Ações de Políticas Afirmativas da Universidade Federal de Pernambuco, considerando nosso engajamento político no Coletivo Cara Preta, formado por jovens negrxs da periferia do Recife e região metropolitana. Além disso, nossa participação no processo se mostra salutar no enfrentamento do racismo, sexismo, exploração da classe trabalhadora, sobretudo mediante a atual conjuntura sociopolítica e econômica do país, ancorada no neoliberalismo e conservadorismo sociorracial. Essa dinâmica societária ameaça à extinção da política de cotas raciais que tem possibilitado a mobilidade de jovens negrxs. Nesse sentido, nosso objetivo é permanecer atuando no aprimoramento e consolidação da política de cotas raciais na UFPE, tendo em vista, inclusive, as recentes polêmicas geradas pela implementação das mesas de verificação das cotas raciais que atesta ou não a veracidade da autodeclaração racial, causando desagravo e mobilização de cunho racista mediante a identificação de fraudes. Isso por entendermos que essa política de reparação é fundamental para o alcance da equidade entre os diferentes povos e pela não permanência dos privilégios brancos. Metodologicamente efetuamos pesquisa qualitativa, com realização de revisão da literatura (Lélia Gonzalez, Kabengele Munanga, Oracy Nogueira) com vistas a compreender o ambiente universitário antes e após a implementação das políticas de cotas raciais na UFPE. Também realizamos análise documental das memórias registradas em diário de campo. Os resultados mostram a prevalência do racismo institucional e do preconceito de marca existente no país embasado no mito da democracia racial, mas também o enegrecimento da universidade pública, com a chegada das políticas de ações afirmativas. Concluimos que atualmente as políticas de cotas encontram-se ameaçadas e nesse sentido se faz necessário criar mecanismos para sua manutenção e ampliação. Finalizamos parafraseando Angela Davis no Festival Latinidades realizado em 2014 “devemos lutar não só para trazer pessoas negras para a esfera do poder, mas garantir que essas pessoas vão romper com os espaços de poder”.

UBUNTU: Mulheres negras em cursos de alto prestígio do CAHL- UFRB na Era das Ações Afirmativas

Rosana da Silva Pereira (UFRB)

Taís Lima Costa (UFRB)

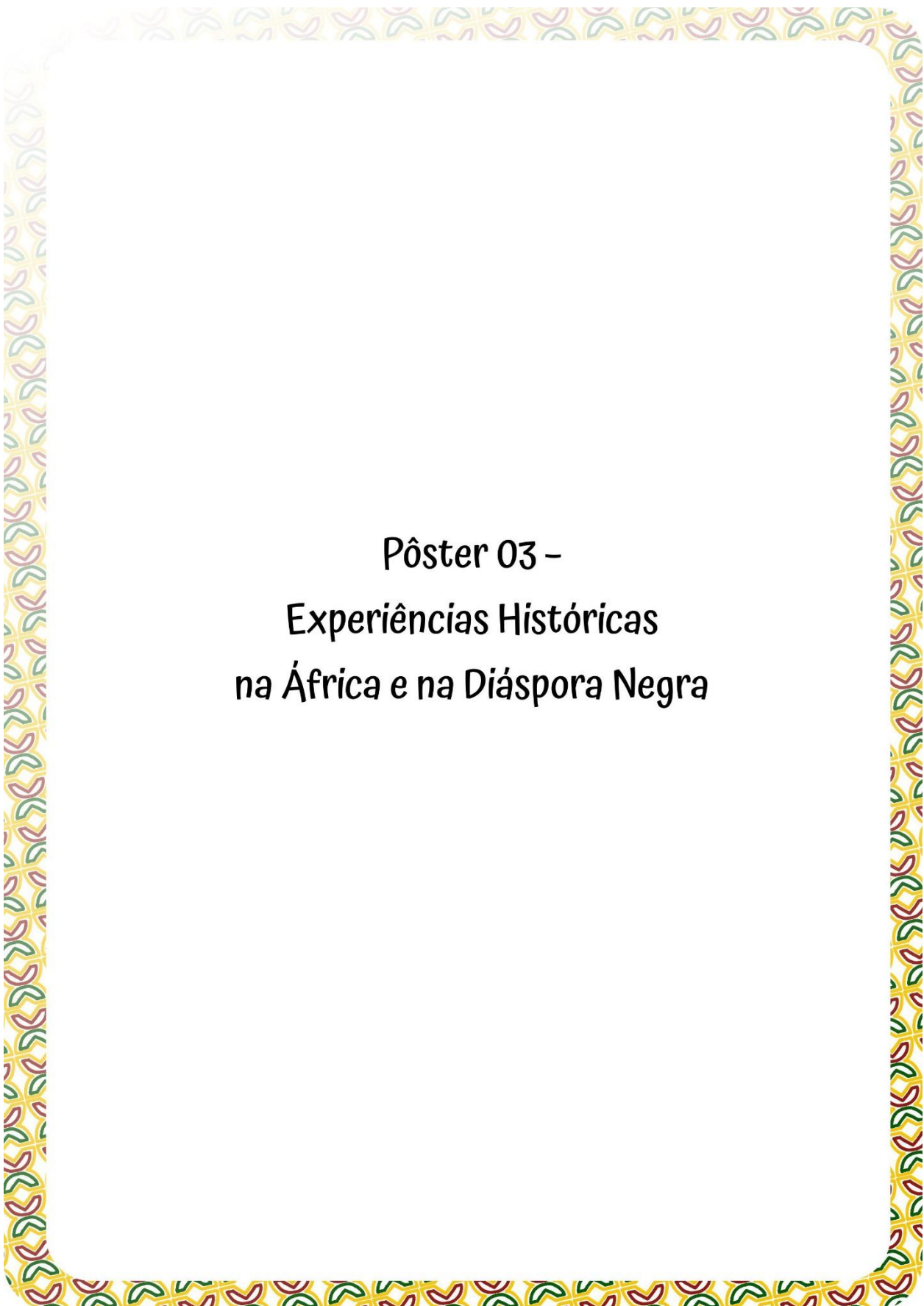
As mulheres negras historicamente são construídas socialmente para a realização de serviços privados e de subalternidade social. Ao adentrarem nas universidades públicas na era das ações afirmativas, sobretudo em cursos que denotam visibilidade, as mulheres negras transgredem as expectativas que a sociedade concebe a elas. A lei 12.711/ 2012 foi um marco para a história do país e de fruto da luta dos movimentos sociais negros, que ao entenderem que era preciso ação afirmativa de acesso, denotaram a legitimação da reparação histórica no campo educacional. Como evidencia Gomes (2017), o movimento negro entende que a educação é um campo de disputa, um direito social arduamente acessado pela população negra e que seria um caminho para a emancipação social. O presente trabalho busca refletir acerca das condições de acesso e permanência das estudantes negras nos cursos de ensino superior do Brasil. Este trabalho busca chamar atenção para a relevância das ações afirmativas, sobretudo para a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, majoritariamente negra e de vulnerabilidade social. Para atender os objetivos do trabalho, a pesquisa qualitativa busca compreender as formas de instituição das políticas públicas de ações afirmativas na referida universidade e como ocorre a interferência da permanência simbólica na vida acadêmica das estudantes negras. Esperou-se compreender os múltiplos processos que permeiam a trajetória de mulheres negras no ensino superior, evidenciando as intersecções entre raça e classe e como as questões educacionais emergem entre esses dois importantes variáveis na constituição das desigualdades do país, além da atuação da referida instituição de ensino no acesso e na permanência das jovens negras, tendo em vista a sua atuação como transformadora da realidade social, política e econômica do Recôncavo da Bahia.

UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA PARA AS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO

Maria Jocicleia da Silva (IFCE)

A presente proposta tem como objetivo mostrar as diversas possibilidades de temas e atividades sobre as relações étnico-raciais e sexismo nas aulas de Educação Física no Ensino Médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará- Campus Juazeiro do Norte. O trabalho consiste em desenvolver aulas que abordem esses temas, no intuito de implementar a Lei 10.639/2003, que obriga o estudo da história da África e da cultura afro-brasileira no currículo da Educação Básica. Sabe-se da importância de trabalhar com os jovens esses temas nas aulas de Educação Física, tendo em vista, serem estas questões presente na sociedade contemporânea, repleta de preconceitos, discriminações de gênero e étnica, pensando nisso, é importante propor no âmbito educacional, maneiras de se trabalhar com a juventude visando uma educação plural que possa mudar a cultura racista e patriarcal, tão enraizada na sociedade atual. É por meio de uma educação afro-pensada com reflexão acerca desses temas que é possível desconstruir essa realidade, é papel da escola produzir alternativas de uma educação que valorize a diversidade étnica e de gênero. A complexidade do tema é imensa, mas é necessário para que a sociedade avance e entenda a realidade desses problemas, intrínsecos no dia-a-dia, e conseqüentemente reproduzidas na escola. O trabalho encontra-se em andamento como proposta de pesquisa para o final do curso de licenciatura em Educação Física. Portanto, a metodologia escolhida é a pesquisa ação, pelo fato do pesquisador (a) interferir na

problemática social de forma direta, dessa forma alguns autores contribuem com o trabalho: Almeida (2018), (DCNs) 2004, Gomes (2012), Lorde (1997), Munanga (2012) e Hooks (2017).



Pôster 03 -
Experiências Históricas
na África e na Diáspora Negra

Pôster 03 – Experiências Históricas na África e na Diáspora Negra



PROCESSO DE CONFLITO E DISPUTA ENTORNO DA LIBERDADE NA VILLA DE CANAVIEIRAS NA SEGUNDA METADE DO OITOCENTOS

Joceneide Cunha dos Santos (UNEB)

Wemis Pires Santos (UNEB)

As diversas pesquisas produzidas referentes à escravidão e ao processo de conquista da liberdade no Brasil, tem ganhado novos estudos, pois nas últimas décadas elas se voltaram para regiões poucas ou nunca estudadas antes, contribuindo para obter uma maior compreensão deste processo escravista que o Brasil vivenciou. Seguindo essa tendência, busco poder contribuir com pesquisas voltadas as lutas em torno de busca de cartas de liberdades de escravizados na Vila de Canavieiras no século XIX, Vila caracterizada principalmente por um cultivo de Cacau. GONÇALVES (2014), em seu estudo sobre à Villa de São José dos Ilhéus afirma que durante o século Oitocentista ocorreu um grande aumento no número de conquistas de liberdade, principalmente na segunda metade do século XIX, posteriormente a implantação da Lei do Ventre Livre. O processo pós-morte dos senhores era conturbado, muitos escravizados se aproveitavam deste momento para reivindicar a sua liberdade, pois se tratava de um momento que poderia ser considerado vantajoso para que homens e mulheres escravizados utilizassem de suas economias para comprarem sua liberdade. No entanto, as disputas para esses escravizados não se encerravam com a conquista da sua liberdade como percebemos no caso de Belmira. Recorrerei ao método indiciário proposto por Carlo Ginzburg, através da análise documental, devido à possibilidade que o método proporciona através de análise de indícios buscando compreender a/as experiência/as de homens e mulheres referente a escravidão, com a utilização das cartas precatórias e as correspondências judiciais do juizado de órfãos de Canavieiras. Ressalto que o processo desta pesquisa se encontra em andamento.

REFLEXÕES SOBRE O PAPEL POLÍTICO E IDENTITÁRIO DO NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIRO E INDÍGENA DO IFCE – CAMPUS JUAZEIRO DO NORTE: Um relato de experiência

Ana Paula dos Santos (IFCE)

Maria Aline Ferreira de Oliveira (IFCE)

Taynara Domingos da Paixão Silva (IFCE)

A presente proposta de pôster, tem como finalidade ressaltar a importância do Núcleo de Estudos afro-brasileiro e Indígena do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará- Campus Juazeiro do Norte, tendo em vista que, no contexto das ações afirmativas educacionais, é um espaço potencializador de construção de identidade e empoderamento pois, representa um importante instrumento no âmbito da pesquisa, extensão e elaboração de materiais e na contribuição da formação inicial e continuada. Na verdade, o NEABI no campus mencionado, foi instituído a partir do Núcleo de Investigação de Grupos Étnico Raciais- NIGER, uma vez que, o racismo institucional não visualizava negros no seu interior. Feita a provocação, a partir da plataforma responsável por quantificar e especificar os estudantes do IFCE em que, apontava que o número de estudantes negros na instituição era zero, com base nos dados encontrados, realizamos debates sobre “ONDE ESTÁ O NEGRO NO IFCE?”. Desde então, o

NEABI tem ampliado os estudos de intelectuais negros e possibilitando uma voz mais abrangente no IFCE, garantindo a luta antirracista no campo epistemológico, metodológico e didático para a construção de uma educação que combate o racismo de forma coletiva e em colaboração com eventos como Artefatos da Cultura Negra e com o Movimento Negro local, o Grupo de Valorização Negra do Cariri- GRUNEC, que são espelhos de identidade e luta. Hoje o IFCE conta com o baobá como símbolo de resistência no qual somos gratas em sermos guardiãs. Portanto, trata-se de um estudo bibliográfico com reflexões iniciais e ainda em desenvolvimento.

REPRESENTATIVIDADE DA MULHER NEGRA EM CAMPANHA PUBLICITÁRIA CONTEMPORÂNEA: O estudo do gênero anúncio publicitário pela perspectiva discursivo-semiótica

Anilaury Maria Batista da Costa (UFCG)

O presente trabalho objetiva dispor uma análise da(s) forma(s) como o sujeito mulher negra vem sendo representado em textos publicitários atuais, para tanto foram selecionadas peças de uma campanha de produtos da marca Pantene, lançada em 2017 que, em sua composição, apresentam a mulher negra enquanto personagem principal e público alvo. Baseando-se na proposta discursivo-semiótica de Gunther Kress com esclarecimentos de Balocco (2005), nossa pesquisa procurou investigar os textos selecionados, estudando o gênero textual ao qual pertencem, analisando os lugares de fala de seus participantes discursivos, identificando sua finalidade. Desse modo, procuramos decompor a presente veiculação da representação social do sujeito mulher negra e como o gênero textual anúncio publicitário, concebido enquanto mediador das práticas sociais, estrutura a linguagem na inclusão desse sujeito. Nossa pesquisa, de cunho qualitativo, também usa de descrições de Sandmann (1997) sobre a linguagem da propaganda, esclarecimentos de Tejon, Panzarani e Megido (2010) a respeito do atendimento de novos grupos pela publicidade, críticas de Saflate (2008) acerca das novas estratégias de composição do texto publicitário, finalmente, indicações de Loizos (2002) para análise de mídia como fato social. Pode-se concluir que fatores como o arranjo histórico social atual e a organização, bem como a finalidade do gênero textual em foco, contribuem para a propagação do discurso minoritário desse sujeito (RIBEIRO, 2018) e protagonismo da mulher negra enquanto personagem em evidência (BRAGA, 2015), aspectos que provavelmente não seriam possíveis em outros recortes históricos.

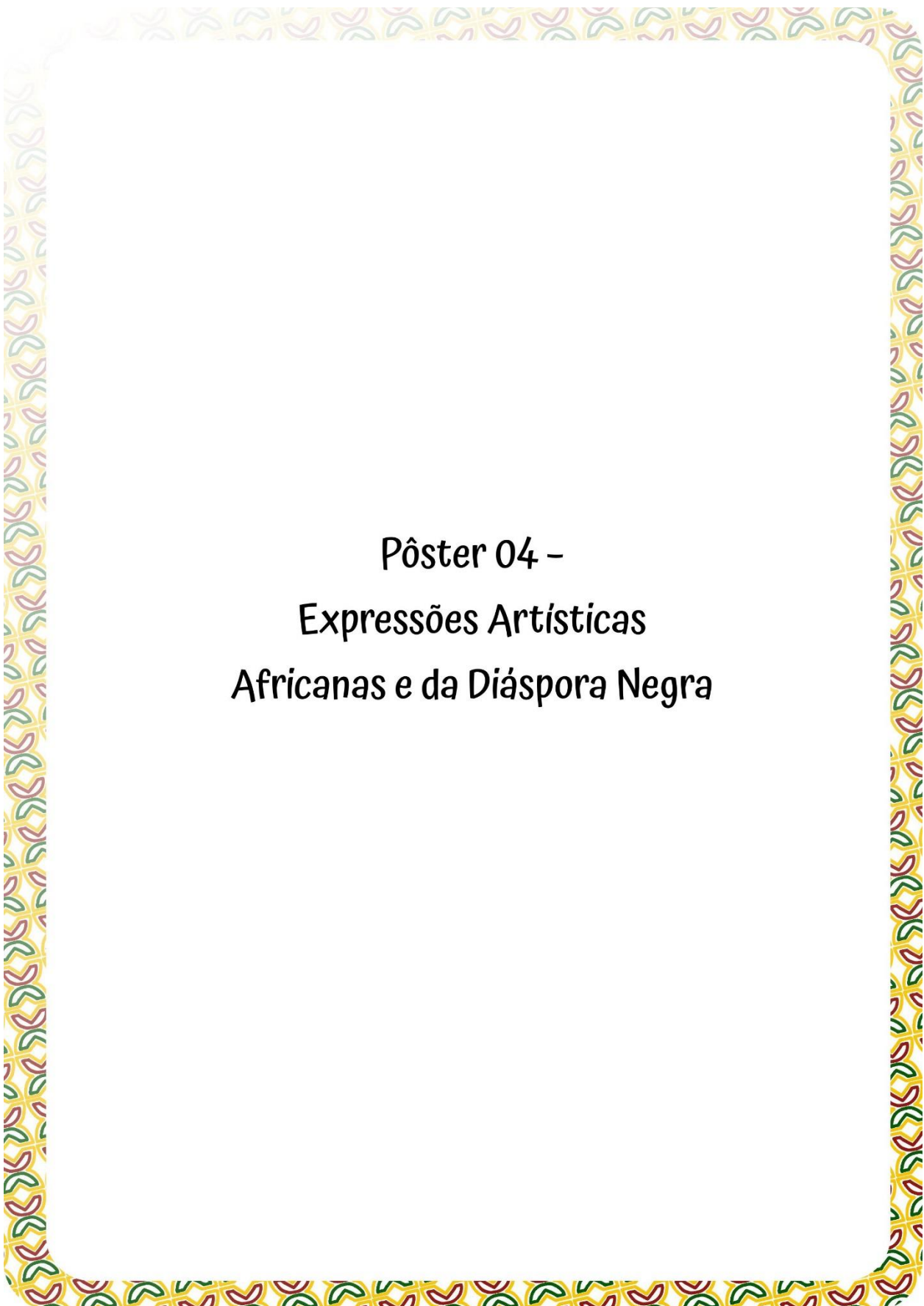
SOCIABILIDADES DE CRIANÇAS NEGRAS INGÊNUAS E LIVRES: uma análise comparativa (Santa Rita/PB, 1871 - 1900)

Kelly kristine Emery de Almeida Lopes (UFPB)

Solange Pereira da Rocha (UFPB)

Neste painel pretendemos realizar uma análise comparativa sobre as experiências das crianças negras que viveram nos últimos anos da escravidão e no início do pós-abolição, no período de 1871 a 1900. Nesse sentido, vamos identificar o perfil e as redes de compadrio das crianças que habitavam a freguesia de Santa Rita, localizada no litoral da Paraíba, visando uma análise das sociabilidades dos genitores das crianças negras em diferentes contextos históricos. Para tanto, utilizamos como aporte teórico-metodológico a história social da cultura, elaborada por Edward Palmer Thompson (1924-1993) e a técnica da demografia histórica. Na análise vamos expor uma breve reflexão sobre a historiografia da escravidão, com vistas a mostrar a influência da história social no aumento das pesquisas sobre a história das crianças, famílias escravas e afins,

além de trazer uma reflexão referente à historiografia do pós-abolição com base em alguns autores/as selecionados. Por fim, apresentaremos a análise comparativa entre os perfis e as relações de compadrio das crianças com base nos dados formulados a partir de fontes documentais paroquiais (assentos de batismo) que foram coletados nos Livros de Batismo da freguesia de Santa Rita, cuja guarda pertence ao Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba (AEAPB). Por fim, destacamos que serão apresentados resultados de dois projetos de pesquisa de Iniciação Científica, financiadas pelo CNPq, apoiados pela Propesq/UFPB e vinculado às atividades do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista.



Pôster 04 -
Expressões Artísticas
Africanas e da Diáspora Negra

Pôster 04 – Expressões Artísticas Africanas e da Diáspora Negra



A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NAS COMPOSIÇÕES DE JORGE BEN JOR: uma análise da produção musical da década de 1970

Luciana de Sousa França (UFPB)

Isabelle de Oliveira Ferreira (IBRAM)

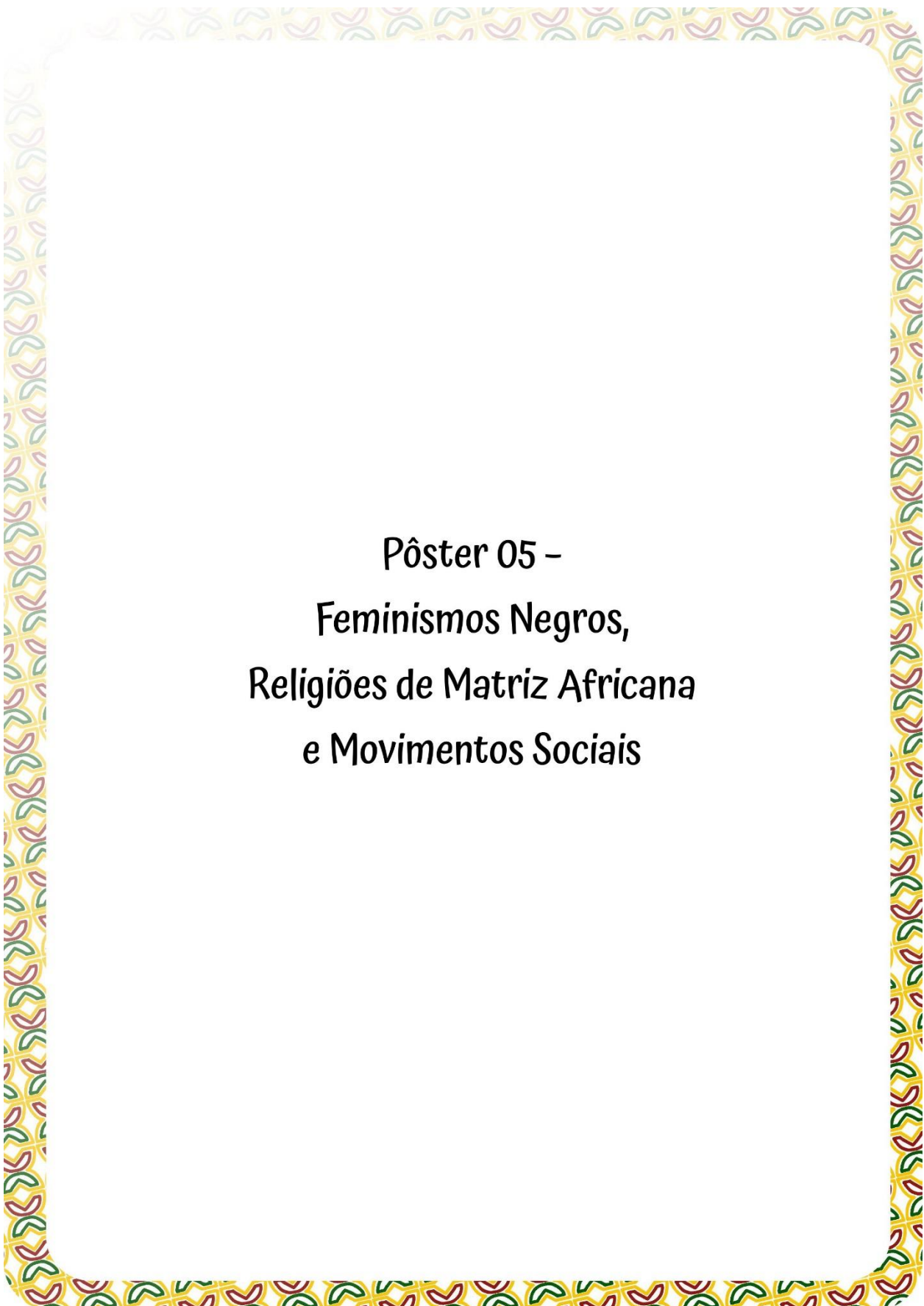
Jorge Ben Jor é um artista brasileiro, filho de uma mulher etíope e teve sua carreira musical iniciada nos primórdios dos anos sessenta. A criatividade e originalidade são características presentes na obra deste artista negro. Ele, ao longo de sua carreira, criou e experimentou sob a influência de vários ritmos, como o samba e o rock and roll (Nascimento, 2012). O sociólogo britânico Paul Gilroy (2001), aponta que no contexto da escravidão moderna, formas textuais de expressão foram negadas às negras e negros, sendo a música uma das principais vias de enunciação da população submetida a essa situação. Para ele, a música tem um papel de destaque na trajetória dos negros da Diáspora Africana e para os seus descendentes, por essa ser capaz de expressar a vontade dos escravos. Segundo Costa (2006) o movimento negro estadunidense e também o brasileiro, influenciado pelo primeiro, durante a década de 1970, colocaram em evidência a beleza e o poder negro como formas de combate ao racismo. Sendo assim, a pesquisa em questão tem como objetivo compreender como o negro está representado na obra do músico e compositor Jorge Ben Jor, realizada durante a década de 1970. Para isso irão ser analisadas, uma a uma, as letras das canções presentes nos discos desse período. No processo de análise, serão consideradas apenas as canções presentes nos discos produzidos em estúdio e com lançamento no Brasil. Ao todo serão analisados oito discos, esses possuem em maioria composições de autoria de Jorge Ben Jor.

O TRÂNSITO SILENCIADO E A VISIBILIDADE OCULTA: o acervo de arte africana do Museu da Abolição/ Recife em questão

Isabelle de Oliveira Ferreira (IBRAM)

Diante dos espaços e das narrativas que a Arte africana possui nos museus brasileiros que as recebem, os questionamentos sobre o trânsito dessas peças, como também a visibilidade proposta se intensificam. Essas indagações apresentam caminhos que ora oferecem visibilidade ao continente africano, alcançada através dessas peças de arte; ora o trânsito turbulento de chegada dessas ao Brasil e, conseqüentemente, aos acervos que as recebem. Esse trabalho busca discutir essas perspectivas sobre o Acervo de Arte africana do Museu da Abolição/ Recife-PE. Percorrendo uma travessia atlântica, que versa aspectos culturais e territoriais, das 109 peças que compõem o acervo até sua chegada a instituição e os caminhos propostos para um novo olhar, aos visitantes do Museu, sobre a África através delas. Esses bens, foram destinados ao Museu da Abolição após apreensão em alguns aeroportos brasileiros (a partir da lei 12.840, de 9 de Julho de 2013) e mediante análise da equipe técnica designada pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). As peças são em sua maioria da África Ocidental, de diversos grupos étnicos espalhados pelos países que compõe esse espaço territorial, e 34 delas fazem parte da exposição “Novos objetos, Novas coleções” no Museu da Abolição. O processo de pesquisa sobre essas peças é algo em construção, visto que sua chegada a instituição foi em 2016. Porém, aos poucos alguns trabalhos que ressaltam o aspecto histórico, antropológico e

sociológico vêm causando impacto para as construções das narrativas em torno desse acervo na instituição.



**Pôster 05 -
Feminismos Negros,
Religiões de Matriz Africana
e Movimentos Sociais**

Pôster 05 – Feminismos Negros, Religiões de Matriz Africana e Movimentos Sociais



AIN'T I A WOMAN?": A construção da imagem da mulher negra e as teorias da feminilidade do século XX

Anne Kelly Barbosa da Silva (UFPB)

Segundo Ângela Davis, a ideologia de feminilidade do século XIX considerava a mulher negra como uma criatura fora dos padrões normais de mulher, pois enfatizava o papel da mulher como esposa, mãe e dona de casa. Porém, estas funções às mulheres negras foram frustradas pela carga deixada após a escravidão. Devido ao sistema escravista, o corpo feminino negro era visto como “unidades de trabalho lucrativas” desprovidas de gênero e, portanto, de acordo com os padrões baseados numa ideia de feminilidade primordialmente branca, eram vistas como anomalias. Grada Kilomba, em análise à categoria do outro de Simone do Beauvoir, afirma as mulheres negras sempre foram “o outro do outro”, justamente pelos padrões raciais que as colocaram em posição de inferioridade à classe branca como um todo. Assim, partindo de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, utilizando livros e artigos que abordam temas como feminismo negro e a construção do conceito de feminilidade por teorias do século XX, como as de Freud – que definia a natureza feminina de forma negativa em relação a masculina, pois para ele “o homem é protótipo da pessoa humana plenamente realizada. A mulher é um ser deficiente; o segundo sexo” (Berg, 1970, p. 110). – e Beauvoir – que criticava Freud por ter construído sua teoria sobre um modelo masculino; ambas construídas sob o viés da branquitude. As análises decorrentes dessas leituras mostram que essas teorias ainda causam grande impacto em como as mulheres negras são vistas no universo do feminismo, que surge como um movimento branco e excludente, porém não as determinam nem as incluem já que foram construídas sobre modelos masculinos, e quando sobre modelos femininos estes eram brancos. Logo, a imagem da mulher negra continua fora dos padrões de feminilidade ainda impostos. A hipersexualização e objetificação desses corpos permanece presente desde a escravidão. É necessário trabalhar a problemática do racismo dentro da própria corrente feminista para compreender as opressões sofridas por essa classe nos ambientes sociais e no processo de construção de sua imagem e subjetividade, compreendendo que essas opressões sempre foram além do patriarcado.

A MULHER NEGRA NA EDUCAÇÃO: uma reflexão dos aspectos sócio históricos

Daniele do Nascimento Leandro (UFPB)

Este trabalho parte das reflexões críticas de leituras bibliográficas e de indagações para entender melhor o universo da mulher negra na educação, uma vez que compreendemos a relevância de se afirmar a identidade da mulher negra na atual conjuntura e de lutar pela reparação da dívida histórica ao acesso à educação. Desse modo, tem-se por objetivo apresentar reflexões sobre a mulher negra na educação, por meio de elementos sócio históricos, visto que, historicamente, observamos o processo de exclusão da população negra, especialmente as mulheres, no acesso à educação, problemática essa que perdura nos tempos atuais. Encontramos, pois, nas cotas raciais, uma forma de superar minimamente essa dívida histórica com a população negra, em especial as mulheres negras. Este trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, por atentar-se para o entendimento da realidade que está em constante processo de transformação, utilizando-se o método materialista, histórico e dialético, em vistas

de fazer uma análise crítica do objeto, sem estudá-lo isoladamente, pois ele está incluso num contexto social e também histórico. Partimos do pressuposto de que a educação é um direito social, ou seja, uma Política Pública que deveria viabilizar a transformação social por meio do acesso à escola, porém é necessário existir uma articulação maior entre a política educacional e as outras Políticas Públicas para promoção do acesso ao conhecimento que é a base para a educação e o combate às desigualdades sofridas historicamente pelas mulheres negras neste contexto. Assim, observar que a trajetória das mulheres negras na educação brasileira foi e é marcada por impedimentos e restrições à sua participação, nos faz refletir que os obstáculos impostos pela sociedade podem ser ressignificados de tal forma, que se tornem uma alavanca para que as mulheres negras persistam conquistando seu espaço, através de muita resistência, lutas e embates em prol da implementação de Políticas Públicas que atendam às necessidades desta população.

A RESISTÊNCIA DA MULHER NEGRA NAS CIÊNCIAS DA SAÚDE: A luta por representatividade

Nayara Kelly de Melo Silva (UFPE)

Ao longo do caminhar da história, as mulheres atravessaram os percalços que envolviam as restrições do período denominado ‘hiato de gênero’, no qual posteriormente, as mesmas superaram os déficits de formação educacional do gênero. Quando esses dados são observados pelo recorte racial é possível perceber que mulheres negras ainda se encontram em desvantagem em relação aos níveis educacionais, quando comparado com mulheres brancas. Nesta pesquisa, é averiguado a presença da autodeclaração de mulheres negras nos estágios de graduação, mestrado e doutorado das bases de Enfermagem, Odontologia e Medicina da Universidade Federal de Pernambuco. As mulheres negras/pretas correspondem a 9,9% (n = 53) do total de mulheres. Quando analisados por programa, na graduação correspondem a 10,6% (n = 50) do total de mulheres, no mestrado 4,0% (n = 1) e no doutorado 4,9% (n = 2). Quando esses dados são minuciados pelas bases das graduações, Enfermagem consta como o curso de maior percentual, apresentando 16,7% (n = 27) do total de mulheres, sendo mulheres negras, Odontologia com 7,7% (n = 14) e de menor percentual, Medicina com 7,0% (n = 9). As diferenças estatísticas presentes nos diferentes estágios e cursos, foram discutidos de acordo com pressupostos teóricos. O presente trabalho analisou a perenidade da presença desta mulher negra e a interseccionalidade de suas demandas sociais, juntamente com a percepção dos diferentes percentuais entre os níveis de estudo e os programas nos quais se encontram inseridas.

ENTRE A TRADIÇÃO E A DESCONSTRUÇÃO: mulheres religiosas na Contemporaneidade

Karla Janaina Gomes Justino da Silva (UFPE)

Este estudo se propõe a discutir de que forma as mulheres religiosas que foram entrevistadas se vêm e significam seu lugar perante a sociedade e a instituição religiosa que pertencem, tendo em vista o forte apelo à tradição presente na Religião Católica e no Candomblé, religiões elencadas nesta pesquisa. O objetivo aqui trabalhado advém de reflexões acerca do contexto atual, onde pode-se observar uma emergência de reivindicações sociais, que dentre outras pautas, vêm questionando os papéis tradicionalmente delegados às mulheres na realidade brasileira, a partir de referenciais feministas. Para isso, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, na cidade do Recife, realizada por meio de entrevista semi-estruturada, juntamente com a aplicação de um questionário socioeconômico e étnico-cultural com quatro adeptas do

Catolicismo e quatro adeptas do Candomblé, com o objetivo de identificar, através da análise do conteúdo, se há relação entre o contexto religioso que as participantes estão imersas e as representações sociais da mulher que compartilham. Apesar do número limitado de participantes, essa pesquisa se mostrou muito rica por apontar para diversas questões que tocam a vivência da mulher e seu envolvimento religioso, que merecem ser melhor investigadas. Observou-se como resultado que algumas concepções mais tradicionais se mantêm, nos grupos entrevistados, como experiências relevantes para pensar a mulher - como a maternidade e feminilidade - ancoradas nas figuras femininas existentes em suas respectivas religiões, mas não desarticuladas de um discurso crítico, que questiona as dificuldades e limitações impostas às mulheres pelo patriarcado e pela misoginia na sociedade.

INCIDÊNCIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL E O IMPACTO DO CONGELAMENTO DOS GASTOS PÚBLICOS SOBRE AS MULHERES NEGRAS NA AMÉRICA LATINA

Verónica Ileana Hidalgo Villarreal (UFPE)

Introdução: As mulheres são as detentoras do patrimônio imaterial histórico e cultural, ou seja, são as guardiãs da memória cultural alimentar de um povo, resgatando e preservando os padrões alimentares e culturais da tradição dos países. Apesar disso, são inúmeros os indicadores sociais que constataam que a desigualdade racial e de gênero aparecem como um fator preponderante de geração de insegurança alimentar e que, portanto, contribui para a fragilidade da situação socioeconômica da população negra em geral, e das mulheres negras, em especial. Objetivo: Debater as correlações entre o tema da Segurança Alimentar e Nutricional com os marcadores de gênero, classe, raça e geração, considerando especialmente a experiência de jovens mulheres negras, na perspectiva do tema da alimentação e terra, território e territorialidade. Metodologia: Foi realizada uma oficina em o Foro Social Mundial em março, 2018 em Salvador/Bahia, que trouxe questões a partir dos 5 temas indicadores da insegurança alimentar nutricional. Após utilizado expressões artísticas como teatro, música e elementos culturais as participantes conheceram mas sobre o tema e fizeram reflexões. Logo após, se iniciou uma roda de conversa para discutir estratégias para o combate à insegurança alimentar nutricional das mulheres do eixo da América Latina. As estratégias metodológicas foram adaptadas ao público e espaço, com a concordância e planejamento de todas as panelistas. Materiais: 30 folhas A4 rascunho; canetões; papel Kraft; 01 unidades: biscoitos a base de milho; baconzitos, milho enlatado; sucrilhos; biscoito recheado; maça; pera; kiwi; manga; sementes crioulas de milho. Conclusão/Avaliação: A atividade foi muito positiva se apresentou o quadro de insegurança alimentar nutricional vividos, considerando o processo recente de mudanças na área das políticas públicas de combate à fome. Além disso, visamos aprofundar para a formulação de propostas, troca de experiência e a articulação para ações eficazes em prol da redução da insegurança alimentar nutricional.

MULHERES NEGRAS E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS DE IDENTIDADE NA TRANSIÇÃO CAPILAR

Cláudia Lanyelle Revorêdo de Amorim (UFPE)

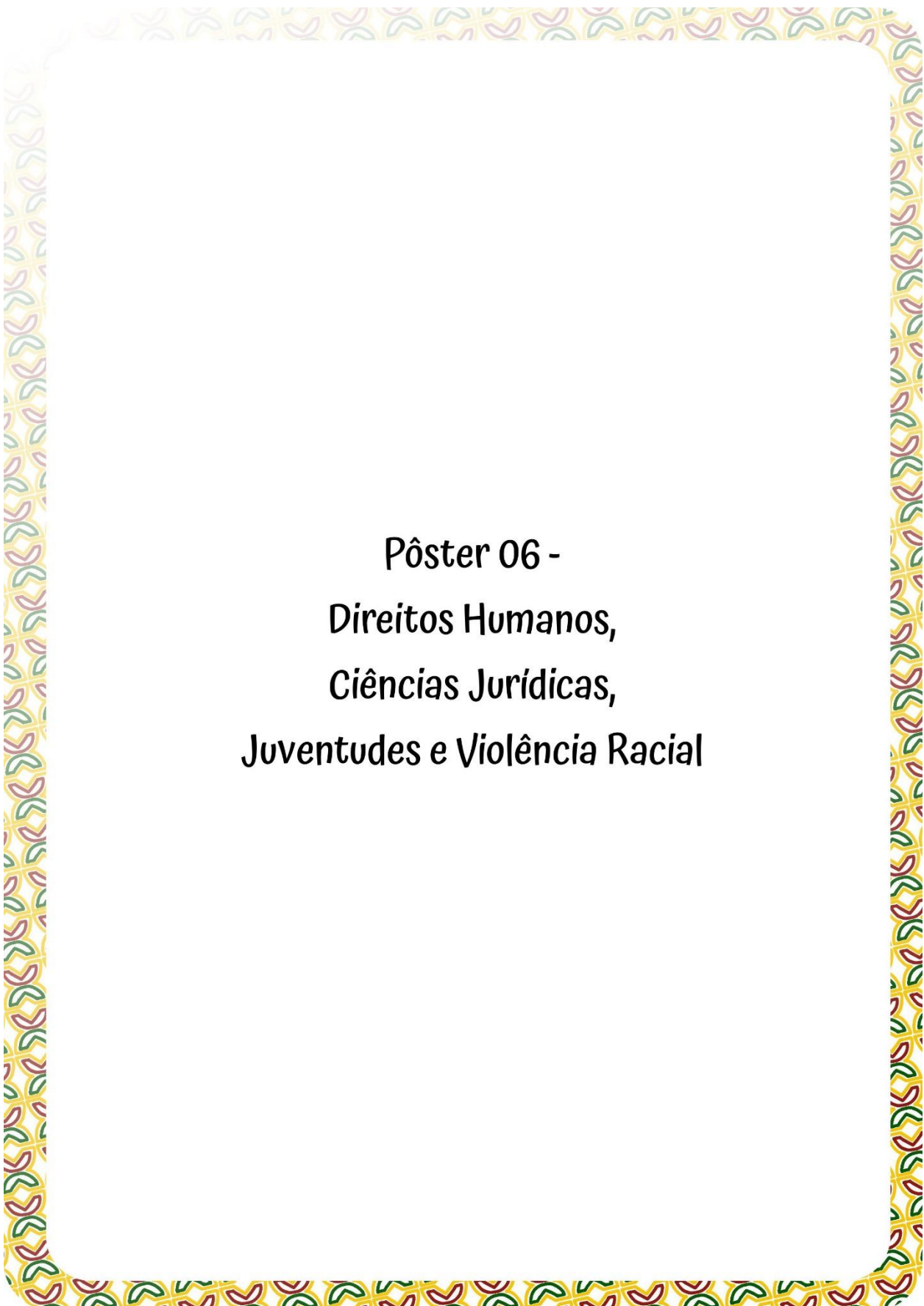
A transição capilar caracteriza-se pelo período em que se abdica de fazer alisamentos químicos ou físicos nos cabelos, reassumindo suas texturas naturais. No decorrer desse processo, que pode ser longo, o cabelo fica com duas texturas, a raiz, que está crescendo, natural, e o comprimento, alisado. A presente pesquisa, de natureza qualitativa, visou investigar a

construção dos sentidos de identidade em mulheres negras que passaram pela transição capilar. Participaram do estudo 12 mulheres, que se reconheciam como negras e que passaram pelo processo de transição capilar, com idades compreendidas entre 18 e 34 anos. Para a coleta de dados foram utilizadas entrevistas semiestruturadas que foram analisadas através da análise de posicionamento. Faz-se importante frisar que a análise de posicionamento tem como cerne a proposição de posições morais do narrador em relação a si mesmo. A partir dos resultados obtidos, notou-se que a transição capilar mudou a forma de posicionamento em relação a si, ao cabelo, à sociedade e à construção da autoimagem. Além de elucidar o processo de reafirmação identitária das entrevistadas, e a importância da valorização do cabelo crespo e cacheado na construção da identidade positiva da mulher negra na sociedade brasileira, o estudo fomenta a discussão do racismo na sociedade brasileira, decorrente da desvalorização da estética negra e como ele influencia a metamorfose do corpo negro, principalmente no cabelo, na autoestima, e consequentemente, no posicionamento de si de mulheres negras.

MULHERES, FEMINISMOS E REFORMA TRABALHISTA: onde estão as mulheres no mercado de trabalho brasileiro?

Maria Clara Lima de Menezes (UFPB)

O mercado de trabalho brasileiro é marcado por uma intensa rotatividade, baixos salários e por uma forte presença do setor informal. Tais dificuldades são agravadas pela presença da reforma trabalhista nesse novo contexto de reestruturação produtiva e de flexibilização que marca o capitalismo atual. A reforma vem para pôr em prática as demandas do setor patronal em detrimento da saúde física e mental dos trabalhadores, assim como os elos de identidade e luta que viriam do processo produtivo. Nesse contexto, as mulheres negras representam o degrau mais baixo na pirâmide social e laboral. Considerando que, a partir de uma pesquisa (2016) realizada pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEIA), mulheres negras representavam o maior contingente de pessoas desempregadas e no trabalho doméstico. Assim, este trabalho se propõe a analisar de que forma as mulheres negras estão inseridas no mercado de trabalho brasileiro, quais as condições presentes neste contexto e de que maneira a reforma trabalhista aprovada em 2017, sob Lei número 13.467/2017, impacta na realidade dessas mulheres e no seu modo de vivenciar o mundo do trabalho a que estão inseridas. A metodologia adotada para construção deste trabalho foi de ordem qualitativa, a partir de uma pesquisa bibliográfica, histórica e econômica, sobre o papel das mulheres no mercado de trabalho brasileiro e a presença das teorias feministas aprofundadas a partir da segunda metade do século XX e que levantaram diversas bandeiras para emancipação feminina. Para compor este trabalho de forma mais profunda houve a realização de entrevistas com mulheres negras inseridas no mercado de trabalho — tanto formal quanto informal — com o intuito de se inteirar das experiências vividas por essas mulheres e suas dificuldades.



**Pôster 06 -
Direitos Humanos,
Ciências Jurídicas,
Juventudes e Violência Racial**

Pôster 06 - Direitos Humanos, Ciências Jurídicas, Juventudes e Violência Racial



BIXA PRETA: notas sobre raça, gênero e sexualidade na constituição da vítima

José Clayton Murilo Cavalcanti Gomes (UFPB)

Era noite do dia 22 de março de 2012 quando o som de três disparos de arma de fogo rompem o barulho típico das movimentações da Praça do Ponto de Cem Reis, Centro de João Pessoa. Os tiros, todos certos, causaram a morte da jovem Monique, travesti moradora da ocupação dos “sem-teto” no Centro da cidade. Segundo a denúncia oferecida pelo Ministério Público (MP), o assassinato de Monique se deu em razão da disputa pela “boca de fumo” no Centro. A vítima e seus algozes, Jefferson e Kelly, eram, segundo o MP, traficantes e disputavam o controle na venda de substâncias ilícitas. Em meio aos embates territoriais, Monique teria expulsado os acusados do prédio, fazendo com que ela sofresse diversas ameaças que culminaram na morte. A morte de Monique foi tratada pelo Movimento LGBT enquanto um assassinato motivado pela LGBTfobia ou, à época, homofobia. A reivindicação sob a alcunha de morte LGBTfóbica, contudo, não é única. Se por um lado Monique compõe dados sobre a morte de LGBT, seu assassinato também integra os dados do Atlas da Violência, mostrando que, por ano, 23 mil jovens negros são assassinados. Assim, intenciono, no presente trabalho, analisar as relações de poder, especialmente as que dizem respeito às figuras do algoz e da vítima, que perfazem os autos processuais acerca da morte de Monique. Para tanto, valho-me de uma metodologia de análise de conteúdo através da organização de categorias que dizem respeito à raça, ao gênero, ao território, ao crime, à sexualidade e à classe, tendo primazia analítica o modo como as formas de racialização operam. É evidente que os processos de racialização, junto com o gênero e a sexualidade, além da prostituição, crime e território trabalham de modo interseccional na tessitura do sujeito mais matável. É preciso notar, também, que em “casos” similares ao de Monique, travesti jovem, negra e “sem-teto”, a raça surge enquanto um signo imperioso na aplicação das tecnologias de gestão da morte que Achille Mbembe chamou de necropolítica. Reciprocamente constituídas, portanto, as categorias em análise atuam na constituição do sujeito mais morrível, colaborando para as estatísticas que confirmam um extermínio negro no Brasil.

GUERRA ÀS DROGAS: quem é a favor da proibição: contribuições a partir do feminismo negro

Edvan Barreto da Silva (UFMA)
Francilene do Carmo Cardoso (UFRJ)

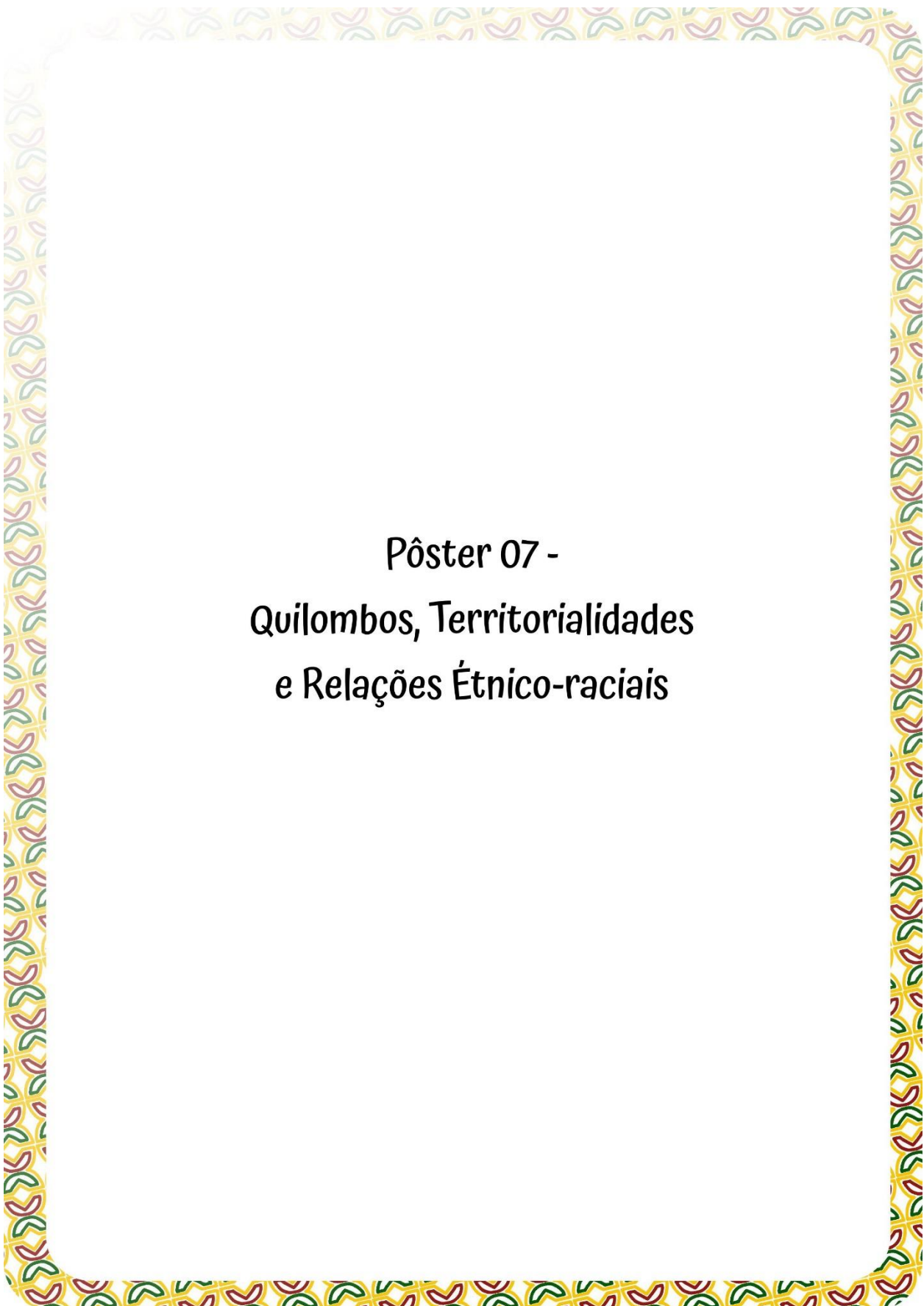
Pretende-se discutir o encarceramento em massa e "guerra às drogas" a partir do pensamento feminista negro. O Brasil possui 712 mil pessoas presas, 64% da população prisional é negra sendo 2 em cada 3 presos (INFOPEN, 2016). 44.721 mulheres estão encarceradas, aumento de 700% em 16 anos ao passo que a média da população masculina foi de 220% no mesmo período. 50% têm entre 18 e 29 anos, 67% são negras (DEPEN, 2016). A guerra às drogas é a narrativa central desta engrenagem remodelada, 33% da população prisional masculina, 62% da população prisional feminina. Busca-se também analisar os efeitos da Lei 11.343/2006 que ao contrário do proposto, elevou o número de presos no país, 90 mil em 1990; 726 mil em 2018. A partir da contribuição de intelectuais e militantes negras do Brasil e EUA se desenvolveu

estudos sobre encarceramento em massa e guerra às drogas. Foi feita pesquisa bibliográfica em bases de dados e sites ligados aos temas. Borges (2018); Alexander (2018). Entende-se que o complexo industrial prisional é uma das instituições fundantes no processo de genocídio da população negra em curso no país e que o sistema de justiça criminal é um “sistema racializado de controle social” (ALEXANDER, 2018). Nessa direção, o encarceramento em massa funciona como gestão de uma sociedade em ruínas, para controle da massa sobrando, em sua maioria negra. (CARDOSO, 2018). As prisões são socialmente naturalizadas, contudo a feminista negra norte-americana Ângela Davis no livro São as prisões Obsoletas? Apresenta a tese da necessidade de abolir as prisões e questiona a real necessidade e eficácia no combate a criminalidade dos modelos prisionais oriundos do escravismo. Como se estabelece o que é crime e criminoso? Como se define o que é ilegal e criminalizado? Davis (2008) assevera que existe um complexo industrial prisional, que faz com que as prisões se tornem negócios para grandes corporações do capitalismo mundial. A escravidão assim como as prisões são instituições de repressão estruturadas no racismo. Abolir o sistema carcerário é pensar a sociedade punitiva contemporânea e exige pensar novas formas de justiça e sociedade (DAVIS, 2008).

JUVENTUDE NEGRA E VIOLÊNCIA RACIAL

Daniel Garcia Vilhete D' Abreu (UFPB)

Este trabalho consiste em um relato de experiência desenvolvido no interior da disciplina de Geopolítica e Segurança. A partir de um entendimento prévio sobre o conceito de violência na visão do autor Johan Galtung (1969), este estudo objetiva analisar como a sociedade ainda enxerga o negro como um ator subversivo a ela e a forma com que tal conjuntura faz com que o negro esteja inserido em um contexto de violência racial, que posteriormente evolui para violência urbana e generalizada, onde este deixa de ser apenas uma vítima da violência estrutural, e passa a ser um protagonista. A partir de estudos prévios, de cunho bibliográfico, sobre criminalidade e a forma com que está se relaciona com a juventude negra, com base na obra “Irmãos Uma História do PCC” escrito pelo professor Gabriel Feltran do departamento de Ciências sociais da Universidade Federal de São Carlos, UFScar, é possível traçar pontos de intersecção entre o conceito de violência e a situação de vulnerabilidade social de indivíduos inclusos no grupo étnico negro, criando assim um cenário social de injustiças e violações aos direitos humanos, podendo então envolver as mais variadas esferas jurídicas ou não. O estudo da violência racial em si está amplamente ancorado a processos históricos e sua remediação conta com análises sociais contemporâneas da realidade do negro no século 21. Os resultados do estudo apontam que, apesar de muito frequente, o fator racial na questão da violência urbana, se expressa de formas diferentes a depender do país em questão, sendo que nos Estados Unidos, a etnia muitas vezes vem a ser um fator determinante, pois de indivíduos que praticam atividades à margem da lei, em muito se identificam principalmente por uma espécie de orgulho étnico, dentro de uma subcultura urbana, protagonizando muitas vezes cenários violentos e de rivalidade racial, enquanto que no Brasil o fator racial não é necessariamente algo que pode fazer a ligação direta do indivíduo com uma vida criminal, sendo assim este fica mais atrelado a marginalização e contexto escravocrata do passado brasileiro.



**Pôster 07 -
Quilombos, Territorialidades
e Relações Étnico-raciais**

Pôster 07 - Quilombos, Territorialidades e Relações Étnico-raciais



‘SOU PRETO’: Os critérios considerados para autodeclaração racial em universitários

Nayara Kelly de Melo Silva (UFPE)

A autodeclaração racial perpassa pela subjetividade, história e trajetória dos indivíduos. Essas mudanças e percepções são influenciadas por experiências internas e externas, que podem resultar no auto-reconhecimento e empoderamento da identidade racial. Este estudo compõe uma pesquisa de maior abordagem sobre a questão racial em cursos de saúde, a obtenção dos dados deu-se por meio de coorte transversal, através da aplicação de formulários. Nisto, os estudantes autodeclarados pretos ($n = 75$), dos cursos de Enfermagem, Medicina e Odontologia da Universidade Federal de Pernambuco, e de quatro programas de pós-graduação da mesma área (Medicina Tropical, Odontologia, Enfermagem e Cirurgia), foram questionados sobre os critérios para autodeclaração preta. Os estudantes tinham a opção de assinalar mais de uma assertiva como opção de resposta, desta questão em múltipla escolha. Os resultados apontaram que 80% ($n=60$) das respostas dos estudantes consideraram-se pretos por seus traços físicos/fenótipo; 77,3% ($n=58$) também consideraram a origem familiar e antepassados; 41,3% ($n =31$) optaram por cultura e tradição, 18,7% ($n=14$) por classe social, ou origem sócio-econômica e 8,0% ($n=6$) por posicionamento político e/ou ideológico. As três assertivas de maior porcentagem demonstraram os conceitos mais presentes entre os estudantes para sua autodeclaração, neste caso sendo: Fenótipo, antepassados e cultura. Essas características mostram sobre os critérios formativos e as concepções internas sobre identidade negra e negritude.

EDUCAÇÃO E IDENTIDADE NEGRA EM ESCOLAS QUILOMBOLAS DO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA

Luana da Silva Farias (UNEAL)

Pedro Henrique Soares Pereira (UNEAL)

Considerando que a educação escolar, para a população negra, é um problema que tem raízes históricas profundas, pois, mesmo depois de liberta, esse direito lhe foi negado ou lhe foi dificultado o acesso à escolarização através de mecanismos sutis de interdição. A promulgação da Lei nº 10.639 em 2003 e mais tarde da Resolução CNE/CEB nº8 em 2012 (Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola), foi um grande avanço no que tange às políticas afirmativas e valorização da cultura afro-brasileira. No tocante a essa temática, aqui serão tratados dados parciais do amplo projeto de pesquisa intitulado “Educação e identidade negra em comunidades quilombolas do Município de Arapiraca: um estudo comparado entre as comunidades do Pau D’arco e Carrasco”, realizado nas escolas Luiz Alberto de Melo e Escola Manoel João da Silva, localizadas respectivamente nas comunidades quilombolas Vila Pau D’arco e Sítio Carrasco, no município de Arapiraca-AL. Metodologicamente, esse é um trabalho de pesquisa do etnográfico de cunho quali-quantitativo, e os dados aqui apresentados foram coletados por meio de entrevistas e observação participante, ou seja, da imersão dos pesquisadores no espaço dos sujeitos pesquisados. Em linhas gerais, a pesquisa buscou compreender como vêm sendo trabalhadas as noções de negro, negritude e quilombola no âmbito do trabalho pedagógico desenvolvido pelas duas escolas estudadas, avaliando seus impactos na formação das identidades de educadores e educandos envolvidos.



**Pôster 09 -
Branquitude, Representações e Mídias**

Pôster 09 – Branquitude, Representações e Mídias



A COR NEGRA SILENCIADA DAS LIDERANÇAS CAMPONESAS: a trajetória de João Pedro Teixeira

Anna Paula Balbino de Araújo (UFPB)


O presente relato tem como objetivo analisar a trajetória do líder camponês João Pedro Teixeira nas dimensões de classe e raça/etnia. Para tanto, a nossa metodologia está ancorada na perspectiva da história oral, memória, e da representação social encontradas na análise bibliográfica e documental. Nesse sentido, se faz necessário atender o que apregoa às Diretrizes Operacionais da Educação do Campo (2002) sobre o ensino da história dos Povos do Campo, em respeito a sua memória e a articulação curricular necessária com os saberes locais e da Lei 10.639/2003, por possibilitar as reflexões sobre a visibilidade negra nas escolas do/no campo e da cidade. As Ligas Camponesas surgiram nos idos de 1950 e teve origem no sertão pernambucano, seu primeiro objetivo era lutar pela reforma agrária e melhoria de condições de vida, para quem necessitava viver de forma sustentável em suas comunidades de origem no setor campesino combatendo um imposto nomeado de cambão. Na cidade de Sapé, região do brejo paraibano, a Liga Camponesa se constituiu em 1958 e teve como principal líder João Pedro Teixeira, que lutou para melhorar a vida do campo, formou família com uma mulher branca, de classe média. Compreende-se que a trajetória do líder camponês João Pedro Teixeira foi marcada por inúmeras situações de discriminação racial por familiares da esposa – a líder Elizabeth Teixeira – e, também, pela sociedade local com profundas marcas de preconceito de classe e raça. No entanto, a representação social desse líder na maioria das fontes históricas não traz a representação de pertencimento racial negra do mesmo, possivelmente, esse processo de invisibilidade está ancorado na cultura de branqueamento presente no processo histórico.

QUEM SÃO OS ALVOS NA MIRA DO COLORISMO?: disputas acerca dos discursos sobre colorismo dentro e fora do Movimento negro

João Júnior Batista Maciel de Oliveira (UFPB)

Este trabalho analisa o surgimento e desenvolvimento de discussões sobre o tema do colorismo no Movimento negro e nas mídias, através do acompanhamento das pautas surgidas no Fórum da Juventude Negra da Paraíba (FojunePB), desencadeadas pelas denúncias de uso de cotas raciais por pessoas brancas em processos seletivos de Universidades. A princípio, surge a problemática sobre como identificar ou julgar a negritude de um indivíduo. Há, pois, dentro do Movimento, o risco de se posicionar com relação a questões indenitárias sobre raça e representatividade, pela delicadeza do tema e visto os conflitos e divergências que podem surgir. Para exemplificar esse risco, utiliza-se a análise do caso recente que ganhou grande repercussão midiática, na discussão sobre se Fabiana Cozza deveria ou não interpretar no teatro a sambista Dona Ivone Lara, que tinha pele mais escura, ambas sendo negras. Discute-se também o colorismo como meio de facilitar que pessoas negras de pele mais clara e traços mais finos sejam mais passáveis por brancas e toleradas em alguns espaços, ao passo que contribui para o mito da democracia racial e as fronteiras raciais do genocídio (Ana Flauzina, 2016), visto que pessoas pardas ocupam empregos subalternos, lotam presídios, compõem parte integrante das vítimas do genocídio da população negra e seus corpos racializáveis também são tidos como

menos dignos de luto. Há, desse modo, o risco de excluir o nexo de causalidade da marginalização e vulnerabilidade social desses povos com sua condição histórica. Devemos situar a identidade negra historicamente, surgindo enquanto movimento social para promoção de ação coletiva e gerar solidariedade entre pessoas negras (Avtar Brah, 2006) e ao tratar sobre colorismo, devemos levar em consideração diversos marcadores sociais e interseccionais, como classe, escolarização e território. Destarte, busca-se estimular o debate e reafirmar a importância sobre memória e trajetória, pois a identidade negra é composta por diferentes significados sociais, políticos e culturais e corre risco de uma interpretação essencialista e excludente se analisada pela perspectiva superficial do colorismo.



**Pôster 10 -
Filosofias, Epistemologias
e Intelectualidade Negro-africana**

Pôster 10 – Filosofias, Epistemologias e Intelectualidade Negro-africana



DIÁLOGOS ENTRE ENCRUZILHADAS: Gênero, mulherismo africana e sistema cultural africana diaspórica

Yohana Cristina dos Santos Rosa (UNILAB)

No centro dessa encruzilhada propomos um diálogo sobre as perspectivas de gênero, mulherismo africana e sistema cultural africana (continente e diáspora). Na cosmogonia ocidental existem compreensões hierárquicas relacionadas ao gênero, sendo penoso ter diálogos, e companheirismos que entrelaçam as feminilidades e masculinidades, compreendendo que a sistematização social ‘norteu’ e fortificou corpos e vozes masculinas (cis). Meditando gênero a partir de concepções africanas (continental e diaspórica) percebemos que a possibilidade de compartilhamentos de vozes, e poderes é possível, existindo desde uma antiguidade na Terra Negra, poderes quais passam pela política, economia, configuração social e espiritual-religioso. Enquanto viventes das realidades afro-diaspóricas, portanto ocidentais, se suscita necessidade em passos leves de retomarmos a memória, mas principalmente à prática entre nós, dentro de nossa comunidade negro-africana. No tocante ao mulherismo compreendemos, e semeamos enquanto um modo de vida, sendo uma epistemologia Afrocêntrica que reflete as perspectivas de gêneros a partir da ancestralidade, e na necessidade de promover sementes e/ou epistemologias no qual remonta a localização, agência e centralização africana. Enquanto diaspóricas enxergamos que é importante estarmos conectadas com os sistemas culturais que envolvem nossos saberes, as raízes de nossas culturas, de nossos corpos, junto às explanações filosóficas, portanto, tudo aquilo que nos é constituído, e é a nós pertencidas. As metodologias para a aplicação desta pesquisa se desenvolve em bibliografias comparadas e escuta de pensadoras e pensadores africanos (continentais e diaspóricos), e diálogos possíveis dentro de uma instituição universitária de integração internacional, possibilitando os encontros plurais negritudes, e reencontros de memórias ancestrais, viabilizando caminhos, escolhas e concepções mais fortificados dentro de nossos contextos, e cosmosensações negras, sendo continental africana, ou afro-diaspórico.

PAN-AFRICANISMO E LIBERTAÇÃO: A luta anti-colonial de Abdias do Nascimento

Tailane Santana Nunes (UFRB)

Embora a denominação Pan-africanismo remonte necessariamente a uma relação estreita com o continente africano, essa corrente teórica tem sua origem nos países de colonização inglesa, particularmente nos Estados Unidos e nas Antilhas Britânicas. Este movimento político pode ser entendido sobre duas perspectivas: a primeira enquanto projeto de libertação da estrutura eurocêntrica, e a outra enquanto projeto de integração da população negra nas organizações ocidentais. Na América, a questão central era o colonialismo interno, ou seja, a subalternização do negro nas sociedades nacionais americanas. Estas reivindicações propiciaram o surgimento de uma consciência africana que começou a se expressar a partir do I Congresso Pan-africanista, organizado em Paris, em 1919, sob liderança de W.E.B. Du Bois. O intelectual e militante Abdias do Nascimento foi o único intelectual negro brasileiro a acompanhar essas discussões. Nascimento teve grande importância nos Congressos mundiais, por se impor contra um projeto, que a seu ver era deturpador dos reais ideais da luta negra, de oficialização do pan-africanismo

pelas elites de Estado que se formavam nos anos 1960 e 1970. Buscamos realizar uma análise sobre as contribuições trocadas entre o pensamento pan-africanista e Abdias do Nascimento. Abdias do Nascimento construiu uma longa trajetória intelectual durante o autoexílio na ditadura militar, participou de inúmeros congressos pan-africanistas pelo mundo, destacando as conferências de Kingston, Lagos e Dacar como o primeiro afro-brasileiro a discutir e influir nas disputas raciais/políticas internacionais. Neste sentido, o presente estudo busca realizar uma análise sobre as contribuições trocadas entre o pensamento pan-africanista e Abdias do Nascimento presentes em um dos maiores frutos desta experiência internacional com os pan-africanistas foi à obra *O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista* (1980), onde a teoria quilombista foi além de uma ação prática contra o racismo e se tornou instrumento político em prol de uma sociedade multi-identitária, culturalmente plural e democrática.

POR CIMA DO MAR EU VIM: Descolonizando o conceito de território a partir da capoeira e filosofia afroperspectivista

Fabio Santos Souza (IFSP)

Ao longo do seu início o pensamento Geográfico moderno teve em seu cerne a busca por um entendimento sobre os seres humanos e suas mais variadas relações no espaço. E também um dos seus objetivos intrínsecos, dessa maneira de se fazer Geografia foi o compromisso com a metrópole e os colonizadores durante o período colonial. Isto não só refletiu nos objetos de estudos primários desta geografia e suas mais variadas instituições, como também denotou a ela um “modus operandis” de se fazer Ciência. Esta postura é encontrada na Geografia até hoje que obteve como herança, mesmo depois de diversas crises e mudanças de paradigmas. Nosso trabalho se encontra dentro do debate epistemológico, a partir deste tema, o nosso problema é justamente essa colonialidade do saber geográfico. Nosso recorte será através do conceito de território. Para os clássicos o território deveria ser lido como uma extensão do Estado, para outros campos de batalha e domínio, e assim por diante. Ele foi mobilizado por diversas epistemes, mas nunca foi trabalhado ou problematizado numa vertente da capoeira, afroperspectivista, e cosmograma Bakongo. Esse trabalho ganha importância já que vem trabalhar uma lacuna que a Geografia como toda não trabalhou corretamente, ou deixou a desejar, que foi olhar para outras possibilidades para este conceito e como isto pode auxiliar para a sua aproximação cada vez mais com a realidade. O objetivo deste trabalho é verificar outras possibilidades para o conceito de território através da capoeira e da filosofia afroperspectivista e da visão bakongo de mundo. Para isto iremos realizar uma análise do pensamento geográfico e também fizemos um levantamento bibliográfico da discussão sobre capoeira, afroperspectivismo, através do cosmograma bakongo. Por fim acreditamos que as inúmeras referências trabalhadas sirvam como primeiro passo para uma construção de Geografia descolonizada, e comprometida com outras formas de se estruturar os saberes.

